

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
CAMPUS FRANCA

YUKARI YAMAUCHI MORAES

OS DESAFIOS NO TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA ASSISTÊNCIA
ESTUDANTIL NO CONTEXTO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

FRANCA

2024

YUKARI YAMAUCHI MORAES

**OS DESAFIOS NO TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA ASSISTÊNCIA
ESTUDANTIL NO CONTEXTO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Campus de Franca, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Serviço Social.

Área de concentração: Serviço Social: Trabalho e Sociedade. Linha de Pesquisa: Estado, Políticas Sociais e Serviço Social.

Orientadora: Dr.^a Livre Docente Eliana Bolorino Canteiro Martins

FRANCA

2024

M827d

Moraes, Yukari Yamauchi

Os desafios no trabalho do/a assistente social na assistência
estudantil no contexto da Universidade Estadual Paulista "Júlio de
Mesquita Filho" / Yukari Yamauchi Moraes. -- Franca, 2024
255 f. : il., tabs., fotos

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca
Orientadora: Eliana Bolorino Canteiro Martins

1. Serviço social. 2. Assistência estudantil. 3. Educação superior. I.
Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de
Ciências Humanas e Sociais, Franca. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

YUKARI YAMAUCHI MORAES

**OS DESAFIOS NO TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA ASSISTÊNCIA
ESTUDANTIL NO CONTEXTO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social. Área de Concentração: Serviço Social: Trabalho e Sociedade. Linha de Pesquisa: Estado, Políticas Sociais e Serviço Social.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____

Profa. Dra. Livre Docente Eliana Bolorino Canteiro Martins (FCHS/UNESP)

1º Examinador(a): _____

Profa. Dra. Cirlene Aparecida Hilário (FCHS/UNESP)

2º Examinador(a): _____

Profa. Dra. Lígia da Nóbrega Fernandes (UFRR)

3º Examinador(a): _____

Profa. Dra. Maria José de Oliveira Lima (FCHS/UNESP)

4º Examinador(a): _____

Prof. Dr. Ney Luiz Teixeira de Almeida (UERJ)

Franca, 01 de fevereiro de 2024.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todes estudantes do Ensino Superior no Brasil, aos atores da comunidade educacional e científica, aos movimentos sociais e educacionais, assistentes sociais e a todes que lutam e defendem por uma educação pública, laica, democrática, de qualidade, inclusiva, emancipadora e socialmente referenciada. Estamos unides nesta luta!

AGRADECIMENTOS

Escrevo estes agradecimentos com o coração carregado de diversas emoções porque foram inúmeras as contribuições tanto no âmbito acadêmico e rede de apoio que me fizeram apreciar e tornar possível este intenso processo do mestrado acadêmico. Devido às bases a mim concedida, seja de natureza acadêmica ou emocional, cada alicerce foi essencial para prosseguir diante das adversidades, portanto, em cada etapa na construção desta pesquisa todos/as estiveram presentes. Graças a este caminhar coletivo, hoje escrevo com muita felicidade e gratidão o meu inestimável obrigado. É tudo por vocês!

A família,

Todos/as aqueles/as entes familiares que me apoiaram nesta jornada e que de diversas formas, contribuíram para a trajetória acadêmica na universidade e conclusão do presente mestrado. De forma especial, agradeço minha avó Matsume Yamauchi, que me inspirou pela força e amor para com a vida. Pelos meus pais Walter Bento de Moraes e Aiko Yamauchi, os quais me concederam a vida e todo sentimento experienciado. Às minhas queridas irmãs Erika Tomoe Yamauchi Moraes e Junko Mitsue Yamauchi Moraes, ainda que ambas estejam distantes fisicamente, sempre as carrego em meu pensamento e no coração. Pelos meus tios Carmem Lucia Albino Yamauchi e Mitsugu Yamauchi, meus padrinhos de crisma e de alma, que me acolheram com todo o seu amor e por serem meu porto seguro. Aos meus primos: Othon Yamauchi, Vinícius Ryu Albino Yamauchi, Isadora Albino Nunes Mazzi e Francisco Miguel Mazzi Furlan, pela presença em minha vida e o sentimento de amor e amizade.

Aos amigos/as,

Por compreenderem minha ausência (principalmente na demora em responder as mensagens do “Whats” rs) porém, sempre presentes em meus pensamentos, nos momentos de alegria, de tristeza e que compartilharam momentos importantes da minha vida pessoal e/ou acadêmica. De forma especial agradeço à todas as moradoras da República MinaMora, por ser meu lar nestes 8 anos e ninho de todo amor, felicidade, afeto, aprendizado e conexões marcantes de amizade que me foi proporcionado. Às minhas queridas amigas e amigo: Isabela Lima Ribeiro Lucindo, Larissa de Godoy Bergo, Carolina Rodrigues Finette, Rafael Gonçalves dos Santos e meninas do “Aperdix” por estarem sempre presentes, cada uma/um em sua singularidade e independente da distância.

A orientadora,

Profa. Dra. Livre Docente Eliana Bolorino Canteiro Martins, que tanto contribui na minha jornada profissional e me inspira nesta empreitada pela educação, expressando no

processo da docência e orientação todo o seu amor, amizade, cuidado e socialização do conhecimento, demonstrando sempre tamanha dedicação e comprometimento pela profissão.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES),

Pelo financiamento da pesquisa, o qual possibilitou o desenvolvimento pleno do meu estudo e vivenciar ricas experiências acadêmicas na formação profissional e pessoal pelo tripé universitário: Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária, ampliando minha visão de indivíduo e sociedade, sintonizado no amor e respeito que desenvolvi pela profissão e os estudos relacionados na área da educação.

A banca de qualificação/defesa e toda equipe de servidores da UNESP/Franca,

Um forte agradecimento à banca de qualificação e defesa: Profa. Dra. Cirlene Aparecida Hilário, Dra. Amanda Belo da Silva, Profa. Dra. Maria José de Oliveira Lima, Profa. Dra. Lígia da Nóbrega Fernandes e Prof. Dr. Ney Luiz Teixeira de Almeida, por terem acolhido a pesquisa para avaliação e serem tão cirúrgicas nas ponderações, orientações e sugestões para prosseguir o desenvolvimento deste estudo com mais confiança e determinação. Agradeço também a toda equipe da direção, técnica, administrativa, enfim, todos os servidores da instituição por desde o momento da minha graduação executarem com tanto empenho o trabalho com qualidade e responsabilidade, oportunizando até o presente momento, a imensa satisfação e admiração por ser “unespiana”.

A todas as Assistentes Sociais que atuam na permanência estudantil na UNESP,

Participantes da pesquisa, expresso minha profunda gratidão por cada colaboração e valiosas contribuições fornecidas durante o desenvolvimento da pesquisa de campo.

Ao meu amor,

Gabriel Ferreira dos Santos, meu noivo, companheiro e incentivador. Que me envolve com todo seu afeto, sabedoria, leveza necessária para prosseguir e que tem me ensinado muito sobre disciplina, foco e amor. Viver ao seu lado é uma das melhores coisas que já experienciei, sou eternamente grata por partilhar a vida e realizações com você!

De tudo ficam três coisas:
A certeza de que estamos sempre começando...
A certeza de que precisamos continuar...
A certeza de que seremos interrompidos
antes de terminar...
Portanto, devemos:
Fazer da interrupção um caminho novo...
Da queda, um passo de dança...
Do medo, uma escada...
Do sonho, uma ponte...
Da procura, um encontro.

Fernando Pessoa

MORAES, Yukari Yamauchi. **Os desafios no trabalho do/a assistente social na assistência estudantil no contexto da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”**. 2024. 255 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca 2024.

RESUMO

O objetivo central desta pesquisa é analisar os principais desafios existentes no trabalho do/a assistente social na assistência estudantil no contexto da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP, tendo como recorte temporal o período: março de 2022 a março de 2023. Ao considerar as principais requisições profissionais advindas do processo de expansão do Ensino Superior brasileiro; inclusão do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Universidades Estaduais (PNAEST); implementação gradativa do Sistema de Reserva de Vagas para Educação Básica Pública (SRVEBP) na realidade da UNESP, incluindo as cotas afirmativas para o público autodeclarados Pretos, Pardos e Indígenas (PPI); diante da dimensão e complexidade dos fatores que compreendem a dinâmica da assistência estudantil na universidade, o estudo provoca algumas reflexões sobre as mudanças que são necessárias para a consolidação de uma *política* de assistência estudantil na UNESP e revela a significativa contribuição dos/as assistentes sociais na luta pela efetivação da permanência estudantil enquanto direito social. Isto posto, de acordo com a ordem cronológica e sistematizada na coleta das informações, discussões e resultados que serão apresentados no estudo, as análises e interpretações de dados teve como referência a perspectiva das categorias do método materialista histórico dialético e foram realizadas nas seguintes etapas: i) revisão bibliográfica; ii) pesquisa documental e iii) pesquisa de campo com as assistentes sociais que atuam na área da assistência estudantil nos diversos campi da UNESP, utilizando o “*google forms*”. Ademais, a pesquisadora assumirá o compromisso ético em promover a devolutiva dos resultados obtidos aos/as participantes da pesquisa. Através da utilização dos processos metodológicos eleitos, foi possível pensar na centralidade da educação do país e tendo em vista o projeto educacional hegemônico em curso, ou seja, devidamente sistematizado para a consecução dos objetivos da sociabilidade capitalista, a pesquisa tem como propósito apresentar indicativos que possam contribuir em proposições interventivas no âmbito das políticas educacionais, especificamente na assistência estudantil orientadas na concepção da permanência material e simbólica que atendam e contemplem o sentimento de pertencimento no ambiente universitário, os aspectos biopsicossociais, além dos pedagógicos que incidem sobre o processo de ensino-aprendizagem e portanto, refletem na permanência dos/as/es estudantes, principalmente aqueles/as advindos/as/es da classe trabalhadora empobrecida e/ou que sofrem algum tipo de opressão, preconceitos e vulnerabilidades sociais.

Palavra Chave: Assistência Estudantil. Serviço Social. Educação Superior.

MORAES, Yukari Yamauchi. **The challenges in the work of social workers in student assistance in the context of Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”**. 2024. 255 p. Dissertation (Master's in Social Service) – Faculty of Human and Social Sciences, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca 2024.

ABSTRACT

The central objective of this research is to analyze the main challenges existing in the work of social workers in student assistance in the context of Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP, taking the period as a time frame: March 2022 to March 2023. When considering the main professional requirements arising from the expansion process of Brazilian Higher Education; inclusion of the National Student Assistance Program (PNAES) and the National Student Assistance Program for State Universities (PNAEST); gradual implementation of the Vacancy Reservation System for Public Basic Education (SRVEBP) in the reality of UNESP, including affirmative quotas for the self-declared Black, Brown and Indigenous public (PPI); given the dimension and complexity of the factors that comprise the dynamics of student assistance at the university, the study provokes some reflections on the changes that are necessary for the consolidation of a student assistance *policy* at UNESP and reveals the significant contribution of social workers in fight for the realization of student permanence as a social right. That said, in accordance with the chronological and systematized order in the collection of information, discussions and results that will be presented in the study, the data analyzes and interpretations were based on the perspective of the categories of the dialectical historical materialist method and were carried out in the following stages: i) bibliographic review; ii) documentary research and iii) field research with social workers who work in the area of student assistance on the different UNESP campuses, using “google forms”. Furthermore, the researcher will assume the ethical commitment to promote the return of the results obtained to the research participants. Through the use of the chosen methodological processes, it was possible to think about the centrality of education in the country and taking into account the hegemonic educational project in progress, that is, duly systematized to achieve the objectives of capitalist sociability, the research aimed to present indicators that can contribute to interventional propositions within the scope of educational policies, specifically in student assistance guided by the conception of material and symbolic permanence that meet and contemplate the feeling of belonging in the university environment, the biopsychosocial aspects, in addition to the pedagogical ones that affect the teaching process learning and therefore, reflect on the permanence of students, especially those who come from the impoverished working class and/or who suffer some type of oppression, prejudice and social vulnerabilities.

Keywords: Student Assistance. Social Service. College Education.

MORAES, Yukari Yamauchi. **Los desafíos en el trabajo de los trabajadores sociales en la atención estudiantil en el contexto de la Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”**. 2024. 255 p. Tesis (Maestría en Servicio Social) – Facultad de Ciencias Humanas y Sociales, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca 2024.

RESUMEN

El objetivo central de esta investigación es analizar los principales desafíos existentes en el trabajo de los trabajadores sociales en la atención estudiantil en el contexto de la Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP, tomando como marco temporal el período: marzo de 2022 a marzo 2023. Al considerar las principales exigencias profesionales derivadas del proceso de expansión de la Educación Superior brasileña; inclusión del Programa Nacional de Atención al Estudiante (PNAES) y del Programa Nacional de Atención al Estudiante de las Universidades Estatales (PNAEST); implementación gradual del Sistema de Reserva de Vacantes para la Educación Pública Básica (SRVEBP) en la realidad de la UNESP, incluyendo cuotas afirmativas para el público auto declarado Negro, Moreno e Indígena (PPI); Dada la dimensión y complejidad de los factores que componen la dinámica de la asistencia estudiantil en la universidad, el estudio suscita algunas reflexiones sobre los cambios necesarios para la consolidación de una *política* de asistencia estudiantil en la UNESP y revela la significativa contribución de los trabajadores sociales en la lucha para la realización de la permanencia estudiantil como un derecho social. Dicho esto, de acuerdo con el orden cronológico y sistematizado en la recolección de información, discusiones y resultados que serán presentados en el estudio, los análisis e interpretaciones de los datos se basaron en la perspectiva de las categorías del método materialista histórico dialéctico y se llevaron a cabo. se realiza en las siguientes etapas: i) revisión bibliográfica; ii) investigación documental y iii) investigación de campo con trabajadores sociales que actúan en el área de atención estudiantil en los diferentes campus de la UNESP, utilizando “*google forms*”. Además, la investigadora asumirá el compromiso ético de promover la devolución de los resultados obtenidos a los participantes de la investigación. Mediante el uso de los procesos metodológicos elegidos, fue posible pensar en la centralidad de la educación en el país y teniendo en cuenta el proyecto educativo hegemónico en marcha, es decir, debidamente sistematizado para alcanzar los objetivos de la sociabilidad capitalista, la investigación tuvo como objetivo presentar indicadores que pueden contribuir a propuestas intervencionistas en el ámbito de las políticas educativas, específicamente en la atención estudiantil guiadas por la concepción de permanencia material y simbólica que atienden y contemplan el sentimiento de pertenencia al ambiente universitario, los aspectos biopsicosociales, además de los pedagógicos, aquellos que inciden en el proceso de enseñanza-aprendizaje y por tanto, reflejan sobre la permanencia de los estudiantes, especialmente aquellos que provienen de la clase trabajadora empobrecida y/o que sufren algún tipo de opresión, prejuicio y vulnerabilidad social.

Palabras clave: Asistencia al Estudiante. Trabajo Social. Educación Superior.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Quantidade de Assistentes Sociais que atuam no setor da AE na UNESP, destacando as contratadas até 2021, as recém contratadas em 2022 e também identificando o total de AS que participaram da pesquisa.....	36
Quadro 2 - Linha do tempo dos principais acontecimentos históricos na Política de Educação Superior no Brasil e as principais repercussões no setor público e privado.....	83
Quadro 3 - Panorama da Educação Superior no Primeiro Ciclo de Expansão com base nos trechos da pesquisa efetuada pelo autor Senkevics (2021), formuladas com base nas estatísticas publicizadas no INEP	90
Quadro 4 - Linha do tempo dos principais acontecimentos para a institucionalização da assistência estudantil no Brasil	99
Quadro 5 - Trajetória da implementação das unidades UNESP no interior do Estado de São Paulo entre 1954 a 2012	117
Quadro 6 - Resoluções referentes a construção da assistência estudantil na UNESP	136
Quadro 7 - Portarias da Unesp relacionadas à assistência estudantil	139

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Composição racial dos jovens entre 18 a 24 anos que acessavam o ensino superior no Brasil, em 1992-2019	104
Gráfico 2 - Perfil do/a Assistente Social: Faixa etária.....	167
Gráfico 3 - Distribuição das assistentes sociais participantes da pesquisa em relação de gênero e orientação sexual.....	167
Gráfico 4 - Auto declaração de pertença étnico-racial	168
Gráfico 5 - Formação profissional.....	170
Gráfico 6 - Ano da formação da graduação.....	170
Gráfico 7 - Formação (Pós-Graduação) Stricto-Sensu ou Lato-Sensu.....	172
Gráfico 8 - Quantidade de assistentes sociais contratados/as no campus que atua na AE e suficiência deste quadro profissional no atendimento das demandas estudantis relacionadas à permanência estudantil	176
Gráfico 9 - Condições de trabalho: Forma de contratação	177
Gráfico 10 - Jornada de trabalho das Assistentes Sociais na instituição	178
Gráfico 11 - Principais referências teóricas utilizadas pelas assistentes sociais que atuam na AE da UNESP.....	186
Gráfico 12 - Existência de um Plano de Intervenção profissional do Serviço Social no setor da AE.....	188
Gráfico 13 - Ações de assistência estudantil desenvolvidas na instituição	189
Gráfico 14 - Instrumentais utilizados e forma de atendimento	191
Gráfico 15 - Realização do trabalho multidisciplinar.....	198
Gráfico 16 - Desenvolvimento do trabalho articulado com as instâncias colegiadas.....	200
Gráfico 17 - Efetivação de ações relacionada aos grupos de extensão e/ou grupos de pesquisas existentes na unidade de ensino.....	202

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Disposição das unidades UNESP no interior do Estado de São Paulo em 2016..	118
Figura 2 - Organograma geral da UNESP	119
Figura 3 - Organograma das Unidades Universitárias	120
Figura 4 - Mapas da Extensão da UNESP atualizado em 2021	123
Figura 5 - Dados quantitativos relevantes sobre a amplitude da UNESP no território brasileiro	125

LISTA DE SIGLAS

a.C.	Antes de Cristo
ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABESS	Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social
ADUNESP	Jornal de Associação dos Docentes da Unesp
AE	Assistência Estudantil
AI - 5	Ato Institucional Número Cinco
AIAL	Auxílios de Incentivo à Aprendizagem em Línguas
AS	Assistente Social
ATA	Assistentes Técnicos Administrativos
BEU	Bolsa de Extensão Universitária
BM	Banco Mundial
CA	Centro Acadêmico
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAUM	Cursinho Alternativo da UNESP de Marília
CBCISS	Centro Brasileiro de Cooperação Internacional em Serviços Sociais

CCEU	Câmara Central de Extensão Universitária
CEAS	Centro de Estudos e Ação Social
CEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CLPE	Comissão Local de Permanência Estudantil
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COPE	Coordenadoria de Permanência Estudantil
COSTSA	Coordenadoria de Saúde do Trabalhador e Sustentabilidade Ambiental
CPPE	Comissão Permanente de Permanência Estudantil
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
DAE	Departamento de Assistência ao Estudante
DCE	Diretório Central Dos Estudantes
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EAD	Ensino à Distância
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ENESSO	Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social

EUA	Estados Unidos da América
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FMI	Fundo Monetário Internacional
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
FUNDUNESP	Fundação para o Desenvolvimento da UNESP
GTs	Grupos de Trabalhos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IC	Iniciação Científica
IES	Instituições de Ensino Superior
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IFs	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LGBTQIAP+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, Queer, Intersexo, Assexual e outras identidades de gêneros e orientações sexuais.
MARE	Ministério da Administração e da Reforma do Estado
ME	Movimento Estudantil
MEC	Ministério da Educação
NUPE	Núcleo Negro Unesp de Pesquisa e Extensão
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OSC	Organizações da Sociedade Civil
PAE	Programa UNESP de Apoio Institucional ao Estudante
Pcd's	Pessoas com Deficiências
PCMSO	Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional
PDRE	Plano Diretor da Reforma do Estado
PEA	População Economicamente Ativa
PED	Pesquisa de Emprego e Desemprego
PEJA	Programa de Educação de Jovens e Adultos
PET	Programa de Educação Tutorial
PIA	Planos de Individual de Atendimento

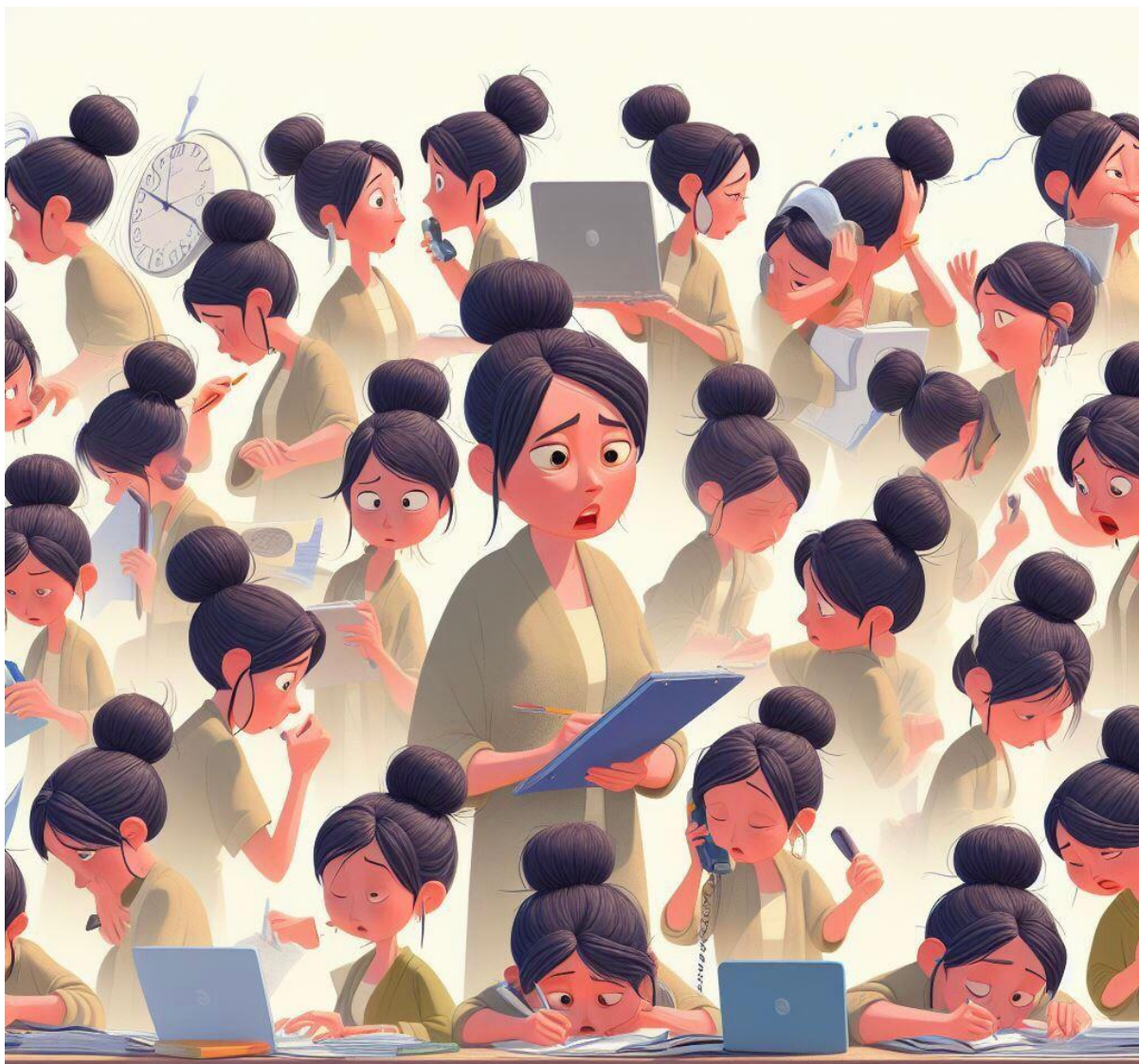
PICR	Programa de Incentivo à Captação de Recursos
PIMESP	Programa de Inclusão por Mérito no Ensino Superior Público Paulista
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.
Pnad-c	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNAEST	Programa Nacional de Assistência Estudantil para as instituições de Ensino Superior Público Estaduais
PNExt	Plano Nacional de Extensão Universitária
PPGSS	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
PPI	Pretos, Pardos e Indígenas
PPRA	Programa de Prevenção de Riscos Ambientais
PRAd	Pró-reitora de Administração
PROEC	Pró-reitoria de Extensão Universitária e Cultura
PROEX	Pró Reitoria de Extensão Universitária e Assuntos Comunitários
PROPG	Pró-Reitora de Pós-Graduação
ProUni	Programa Universidade para todos
REUNI	Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

RU	Restaurante Universitário
SANS	Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável
SISCOPE	Sistema da Coordenadoria de Permanência Estudantil
SISu	Sistema de Seleção Unificada
SRVEBP	Sistema de Reserva de Vagas para Educação Básica Pública
STS	Seção Técnica de Saúde
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UNAMOS	Unidade de Atendimento Médico e Social
UNATI	Universidade da Terceira Idade
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
URRS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USP	Universidade de São Paulo
VUNESP	Fundação para o Vestibular da UNESP

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
1 APROXIMAÇÕES TEÓRICAS: CATEGORIA TRABALHO E A PROFISSÃO SERVIÇO SOCIAL.....	42
1.1 Trabalho: ontológico e na sociabilidade capitalista	42
1.2 Serviço Social: Breve trajetória histórica.....	54
1.3 Reflexão sobre o Serviço Social como trabalho	59
2 A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	77
2.1 A Política de Educação Superior no Brasil	77
2.2 A Política de Assistência Estudantil.....	98
2.2.1 Breve trajetória histórica da Assistência Estudantil no Brasil e Ações Afirmativas no Ensino Superior Brasileiro	98
2.2.2 O PNAES e PNAEST	107
3 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNESP E O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL.....	115
3.1 Apresentando a UNESP – universo da pesquisa	115
3.2 Trajetória e organização da Assistência Estudantil na UNESP.....	126
3.2.1 Breve reflexão sobre o protagonismo do Movimento Estudantil (ME) na construção da Assistência Estudantil na UNESP	126
3.2.2 A organização da Assistência Estudantil na UNESP: pesquisa documental	134
3.3 O trabalho do/a assistente social na Assistência Estudantil da UNESP	155
3.3.1 O trabalho do/a assistente social na Política de Educação: reflexões teóricas preliminares	155
3.3.2 Inserção de Assistentes Sociais na realidade da UNESP	160
3.3.3 Mapeamento e Perfil das Assistentes Sociais que atuam na assistência estudantil.....	163
3.3.4 Condições de trabalho das Assistentes Sociais na AE - UNESP	174
3.3.5 Trabalho do Assistente Social na Assistência Estudantil.....	182
3.4 Tendências e desafios do trabalho do/a assistente social na assistência estudantil da UNESP	205
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	215
REFERÊNCIAS	225
APÊNDICES	238
APÊNDICE A – Resolução UNESP nº33, de 09 de março de 2023 (documento em vigor no ano de 2023)	238

APÊNDICE B - Questionário aplicado via “<i>google forms</i>” às assistentes sociais que atuam no setor da assistência estudantil na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho	242
ANEXOS	247
ANEXO A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	247
ANEXO B – Carta de apresentação do projeto de pesquisa para a instância coparticipante	249
ANEXO C – Carta de Anuência elaborado de acordo com a Resolução 466/2012- CNS/CONEP).....	251
ANEXO D – Folha de Rosto para pesquisa envolvendo seres humanos (Plataforma Brasil).....	252
ANEXO E – Parecer consubstanciado do CEP (Plataforma Brasil)	253



Fonte: Designer artístico elaborado pela autora por meio do site “Criador de imagem Bing.com” a fim de ilustrar os desafios no trabalho do/a Assistente Social na AE da UNESP.

INTRODUÇÃO

Ao elaborar a presente introdução, senti a necessidade de resgatar ainda que sucintamente, alguns marcos que acompanharam a minha trajetória acadêmica que desempenharam papel fundamental na definição do tema desta pesquisa.

Desde o início da graduação (2016), em decorrência das oportunidades oferecidas pela UNESP/Franca no âmbito do ensino, pesquisa e extensão universitária, logo no meu primeiro ano de graduação tive a oportunidade de participar em diversos eventos, congressos, seminários e encontros promovidos pela faculdade, bem como, o contato com os grupos de estudos e pesquisas do serviço social. Mediante essas vivências no ambiente universitário, no segundo semestre de 2018 comecei a participar no Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na área da Educação (GEPESSSE), pelo qual tenho muito carinho e gratidão por toda troca de conhecimentos e experiências profissionais.

A participação no referido grupo despertou o interesse pelo tema de estudo. A partir do contato com leituras e debates sobre o serviço social na educação, tive a oportunidade de participar como bolsista de iniciação científica (PIBIC/CNPq) da pesquisa da professora e atual orientadora - que tenho profunda admiração e carinho, Profa. Eliana Bolorino Canteiro Martins, líder do GEPESSSE – que no período referenciado estava desenvolvendo a pesquisa intitulada “O trabalho do/a assistente social na educação no Estado de São Paulo”.

Para efetivar um dos objetivos da referida pesquisa, ou seja, mapear os/as assistentes sociais que atuam na educação no Estado de São Paulo em todos níveis de ensino, uma das minhas contribuições foi realizar um estudo documental através dos sites das universidades públicas paulistas (UNESP, USP e UNICAMP) sobre a inserção de assistentes sociais e identificar as ações desenvolvidas por esses profissionais a partir das informações publicadas no Portal Institucional das respectivas universidades. Na ocasião, também foi solicitado pela orientadora o estudo de várias referências teóricas sobre o ensino superior e assistência estudantil.

Esse processo motivou o interesse em aprofundar os conhecimentos sobre esta temática, de modo que, outras pesquisas foram efetivadas ao longo da minha graduação: em 2019 participei da conclusão da pesquisa financiada pela CNPq sobre “O trabalho do/a assistente social na Educação Básica no Estado de São Paulo”.

Em 2020, também com bolsa de iniciação científica e com a mesma orientadora, participei na realização da pesquisa denominada: “O trabalho do/a assistente social no âmbito da Educação Básica nas escolas confessionais/privadas do Estado de São Paulo”. Por último,

em 2021, apresentei o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado: “Assistência estudantil: trajetória histórica e desafios na UNESP Campus de Franca/SP”.

É necessário enfatizar que a partir da aproximação com esta temática: assistência estudantil na UNESP, principalmente na efetivação do TCC, despertou o interesse em aprofundar os conhecimentos e analisar a configuração da assistência estudantil nas outras universidades públicas estaduais paulistas: Universidade de São Paulo (USP) e Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), inclusive para identificar as divergências, as congruências e os desafios para efetivação da imprescindível política de assistência estudantil para viabilizar não só o acesso, mas a permanência e conclusão da formação universitária especialmente de estudantes provenientes da classe trabalhadora empobrecida. Contudo, durante o processo de contato institucional e formalização da pesquisa (contatos por e-mail, telefônicos e submissão de ofício), apesar das assistentes sociais demonstrarem interesse em participar, houve dificuldades para validar a “carta de aceite” devidamente assinada pela Vice-Diretoria das referidas universidades – USP e UNICAMP.

Considerando ser esta uma das exigências para submissão do projeto de pesquisa na Plataforma Brasil – Comitê de Ética, aguardamos a resposta por cerca de quatro meses, porém diante do reduzido tempo exequível do mestrado, a pesquisadora, com a anuência da orientadora, decidiu alterar o *lócus* da pesquisa para todos os campus da UNESP que possui a presença de assistentes sociais, com intuito de analisar o trabalho do/a assistente social no âmbito da assistência estudantil mantendo o interesse em compreender os desafios enfrentados pelos assistentes sociais na luta pela efetivação do acesso e permanência estudantil.

Para compreender a relevância do presente estudo é preciso ponderar sobre as demandas que permeiam a dinâmica da assistência estudantil, que certamente incidem também na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP, além de explicitar as possibilidades de efetivação desta pesquisa ao considerar a realidade desta instituição.

Assim, se faz necessário ressaltar que a longa data e com ênfase nas últimas décadas, houve o aumento das reflexões acerca da ampliação dos números de vagas no ensino superior público brasileiro. Conforme debatido por Dutra; Santos (2017), a luta proveniente de movimentos de estudantes da classe trabalhadora em prol da educação pública, laica, gratuita, de qualidade socialmente referenciadas em todos níveis de ensino e, particularmente pelo acesso e permanência no ensino superior tem sido constante na trajetória histórica da política de educação brasileira, que apesar de ainda haver em pleno século XXI, uma imensa dívida histórica na efetivação da educação como um direito social de todos.

Em relação à educação superior, apesar dos impasses e determinações conjunturais que incidem sobre o este nível de ensino, certamente a expansão do acesso ao ensino superior e a mobilização para garantir a permanência estudantil, que vem ocorrendo principalmente a partir da década de 1990, se constitui um avanço devido aos significativos impactos na vida dos/as estudantes da classe trabalhadora que conseguem acessar, mas necessitam de apoio para permanecer e concluir o ensino superior.

Segundo as estatísticas publicadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) em 2019, uma de suas principais metas é assegurar “a qualidade de oferta e expansão no Ensino Superior, para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público” (INEP, 2019). Eis o desafio que perpassa a longa data, a luta pelo acesso ao ensino superior no Brasil.

Nesta direção, importante problematizar sobre o aumento do número de vagas na educação superior pública/privada, enfatizando que este processo ocorreu em moldes neoliberais e ancoradas nesta potencialidade do capital em conseguir capturar as lutas históricas em ganhos para sua ampliação, agregando o viés produtivista.

De acordo com a autora Lima (2011) o processo da expansão do ensino superior brasileiro revela as contradições da “massificação do ensino” (Souza Lima, 2011, p. 93), distante da concepção de democratização/universalização do acesso por ser orientado na elitização, sucateamento e privatização da estrutura universitária, em conformidade com os objetivos prescritos pelos Organismos Internacionais e Banco Mundial.

Ademais, a referida autora analisa o “Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI” enquanto programa emblemático na expansão das Universidades Federais ao impor uma gestão capitalista com a intencionalidade de privatização da estrutura universitária. Neste sentido, o REUNI privilegiou o aumento da oferta de cursos de graduação, porém, ausente do preceito constitucional composto pelo tripé: Ensino, Pesquisa e Extensão, resultando-se na implementação de um programa marcado por disputas e precarizações.

Portanto, o protagonismo de trabalhadores, técnicos, docentes, discentes e movimentos educacionais que lutaram na defesa da expansão da educação que atendesse de fato os anseios da classe trabalhadora, se contrapõem desta natureza de massificação universitária baseada no cumprimento de metas, com recursos parcos acompanhado de precarizações. Nesse mote, importante problematizar que o REUNI foi uma das respostas gestadas pelo Banco Mundial que, através de documentos e normativas é explícito o projeto educacional rumo à privatização,

mas que ao mesmo tempo e no mesmo processo, é contraditório por atender os anseios da classe trabalhadora.

Além do mais, segundo Martins (2012), a política de educação historicamente é um campo de disputas por projetos educacionais e societários contraditórios, sendo uma política estratégica para o Estado por ter a função de preparar o trabalhador para o mercado de trabalho e também por disseminar a ideologia dominante. Mas contraditoriamente, também é um espaço de luta dos trabalhadores para acessar os conhecimentos acumulados historicamente e garantir a cidadania.

Portanto, há um tensionamento permanente e os movimentos sociais educacionais através de intensas lutas, que apesar das derrotas também contam com conquistas que ampliaram os respaldos legais e oportunizaram o acesso e permanência dos/as estudantes oriundos da rede pública que carecem de condições materiais e imateriais para a conclusão de seus estudos.

Conforme segue as análises de Martins (2012), neste contexto, a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996, permeada por disputas de projetos educacionais antagônicos, dispõe em seus artigos o direito à educação gratuita e o dever da família e Estado em ofertá-la (Brasil, 1996), o qual configura-se como o principal marco legislativo que marca a educação como direito social e, portanto, o desafio é que o Ensino Superior também faça parte deste processo.

Em relação à permanência estudantil, foco desta pesquisa, é cabível mencionar os principais acontecimentos que contribuíram para a institucionalização da Assistência Estudantil no Brasil. De acordo com os estudos realizados pela pesquisadora Kowalski (2012), podem ser citadas a criação em 1987 do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), com o objetivo de discutir e organizar a permanência estudantil nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

Essa mobilização contribuiu para a implantação do Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto nº6.096, de 24 de abril de 2007. Posteriormente, de acordo com Maciel; Lima; Gimenez (2016), houve a aprovação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) em julho de 2010 (decreto nº 7.234); o Programa Nacional de Assistência Estudantil para as instituições de ensino superior público estaduais (PNAEST) instituído pela Portaria Normativa nº 25, de dezembro de 2010 e demais legislações a respeito da política de assistência estudantil no Brasil.

De acordo com as políticas mencionadas, pode-se inferir a relevância da assistência estudantil para a educação brasileira, sobretudo no ensino superior, foco do presente estudo,

pois, a expansão deste nível de ensino somada ao reconhecimento da educação como direito socialmente instituído, incidem diretamente na diversidade cultural e socioeconômica do público que frequenta a universidade pública.

Compreende-se que as ações de assistência estudantil possuem como objetivo atuar nas demandas da permanência por meio da concessão de bolsas e auxílios aos discentes que se enquadram no critério socioeconômico, buscando viabilizar por meio das ações desenvolvidas, novas perspectivas materiais a fim de minimizar as relações de desigualdades e possibilitar sua permanência no espaço universitário, além de uma ação socioeducativa com a comunidade escolar para enfrentar as expressões de preconceitos presentes na cultura brasileira e portanto, no espaço educacional. Enfim, aspectos objetivos e subjetivos se entrelaçam na convivência universitária e devem ser o foco da assistência estudantil.

Ganha relevância neste contexto a “concepção ampliada de assistência estudantil”, assim corroboramos com Barbosa (2009) que descreve a concepção de assistência/permanência estudantil da seguinte forma:

(...) como o conjunto de políticas realizadas através dos programas de promoção, assistência e apoio, que têm como objetivo principal criar condições que contribuam para a permanência dos estudantes nos estabelecimentos de ensino superior, melhorando sua qualidade de vida e consequentemente seu desempenho acadêmico (Barbosa, 2009, p. 39).

Contudo, importante salientar que estas ações desenvolvidas no âmbito da assistência estudantil não compreendem na integridade, o encargo de assumir todos os elementos estruturais e estruturantes fundantes das desigualdades socioeducacionais presentes nas raízes da formação sócio-histórica da realidade brasileira e que repercutem na dinâmica do ensino superior público, sobretudo nas condições de vida dos/as estudantes que não conseguem acessar, permanecer e concluir a trajetória acadêmica.

Conforme as concepções teóricas desenvolvidas pelas autoras Behring e Boschetti (2011) os limites das políticas sociais (por conseguinte das políticas educacionais) se devem devido às particularidades da construção e características na conjuntura brasileira, que se trata de uma política social marcada pela égide do neoliberalismo e determinada pelas contradições entre capital e trabalho. Portanto, são inerentes à correlação de forças e luta de classes manifestadas no interior do desenvolvimento das políticas sociais, que de um lado, efetiva o controle social da classe dominante e mantêm a reprodução da exploração sobre a força de trabalho e, contraditoriamente no mesmo movimento, atende (ainda que paliativamente) as demandas cidadãs, políticas, econômicas e sociais para a classe trabalhadora.

Ao elencar na análise esta compreensão dos limites e possibilidades das políticas sociais na realidade brasileira, visto que nunca foi experienciado o “Estado de Bem Estar-Social”¹ aos moldes do *Welfare State europeu*, é possível afirmar que sua configuração vigente (estruturada pela focalização no atendimento, exclusão, contrapartida, caráter residual, precarizado e ausência de recursos, infraestrutura e outros) questiona as possibilidades de resolução das desigualdades socioeducacionais no âmbito das políticas educacionais, visto que, importante salientar a natureza da assistência estudantil enquanto Decreto/Portaria Normativa. Assim, a assistência estudantil foi organizada como um Programa, portanto, não está consolidada enquanto “*Política Social*” devidamente estruturada, sistematizada e com dotação orçamentária própria, mas sim como um programa governamental passível de ser encerrado a qualquer momento.

Ao refletir sobre essas incompletudes da assistência estudantil no contexto do Ensino Superior público brasileiro, as desigualdades sociais e educacionais, assentadas pela estrutura política, econômica e social do Brasil despontam nos desafios da trajetória escolar e se manifestam posteriormente nos principais impasses que permeiam o ambiente universitário. Dentre eles pode-se mencionar: os impasses na realidade de vida do estudante trabalhador; as fragilidades de vínculos do discente com a instituição e/ou docente; as questões atreladas à inclusão e representatividade dos públicos historicamente excluídos da formação universitária representados pelos marcadores sociais e interseccionalidade, bem como as desigualdades no desempenho acadêmico devido às bases adquiridas durante o percurso escolar e a precariedade das condições objetivas; além de questões subjetivas que prejudicam sobremaneira o acesso e a permanência na universidade pública. Esses percalços interferem na qualidade e na trajetória da formação acadêmica, pois quando não solucionados, são expressos por meio da insatisfação dos estudantes na universidade, na impossibilidade de permanência no ambiente universitário, nos índices de infrequência, retenção e evasão escolar.

Nesse sentido, conforme Belo (2017) é importante problematizar as terminologias utilizados em documentos oficiais/legais (índices de infrequência, retenção e evasão escolar), visto que seus diagnósticos, indicadores e normativas são processos pedagógicos focados no produtivismo e filosofia mercantil, despidas das mediações que atravessam a condição de vida do/a estudante e são funcionais para a execução do controle social, orientadas pela égide dos projetos educacionais promovidos pelo Banco Mundial, que influenciam na gestão acadêmica-

¹ “O Estado de bem-estar social, conhecido como *Welfare State*, surgiu no período do pós-guerra. Foi implantado um conjunto de ações/decisões voltadas diretamente à sociedade com o intuito de fornecer os mínimos direitos econômicos e civis” (Ramos, 2022, p. 6).

administrativa da universidade e tem como objetivo mensurar, avaliar, controlar, quantificar os/as estudantes e culpabilizar profissionais, docentes e instituições pelo “fracasso escolar”.

Concordamos com esta perspectiva delineada por Belo (2017), portanto, é importante afiançar que a utilização destas terminologias que orientam o presente trabalho, trata-se da compreensão da evasão “enquanto fenômeno social, educacional, multifocal e multideterminado” (Campos, 2018, p. 30) que extrapolam a dimensão da educação superior e influenciam na trajetória escolar, retirando o foco desta culpabilização dos/as estudantes, docentes, famílias, instituições de ensino e a pobreza, mas entendida enquanto elemento fundante das manifestações da questão social.

Portanto, de acordo com Imperatori (2017), além de asseguradas as condições de acesso, as condições de permanência são primordiais para a conclusão do curso. Tendo isso em vista, a assistência estudantil deve ser garantida pela instituição de ensino como um direito social e tendo o intuito de propiciar as condições necessárias para o/a estudante usufruir integralmente dos espaços da universidade, possibilitando a igualdade de oportunidades na articulação do tripé: ensino, pesquisa e extensão, com vistas a garantir uma formação crítica – que ultrapasse a mera reprodução do trabalho e proporcione uma formação integral, visando o pleno desenvolvimento das potencialidades humanas.

No tocante ao Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Universidades Estaduais (PNAEST), é necessário expor que o financiamento das universidades públicas estaduais é custeado pelo Governo Estadual, instituído legalmente pela Portaria normativa nº25, de 28/12/2010 (MEC). A portaria em questão estabelece como objetivo central em “fomentar a democratização das condições de acesso e permanência dos jovens na educação superior pública estadual” (Brasil, 2010). No entanto, é importante refletir sobre o reconhecimento da assistência estudantil como “um campo de disputas a ser consolidado enquanto uma política pública” (Imperatori, 2017, p. 293), pois isto, além de sinalizar a importância da assistência estudantil enquanto parte estratégica no acesso e permanência dos estudantes evidencia de certa forma suas fragilidades justamente, por se tratar de uma política pública ainda não consolidada.

Conforme Moehlecke (2002), reconhecer as particularidades da sociedade brasileira pressupõe considerar que a dinâmica complexa das desigualdades sociais e educacionais no acesso e permanência estudantil, enraizadas nas estruturas desta sociedade, atinge de forma desigual as mulheres, negros/as, aos povos indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência, a comunidade LGBTQIAP+² e dentre outros segmentos sociais, o que permite refletir também

² “LGBTQIAP+ é o movimento político e social que defende a diversidade e que busca mais representatividade e direitos para essa população” (Fundo Brasil, 2022). A sigla significa Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero,

sobre o processo de construção e reafirmação das identidades dos/as jovens no ensino superior público.

A partir do contexto de ataques contra a universidade pública que assolam o cenário contemporâneo, para que o ensino superior público brasileiro seja ofertado com vistas na construção de condições de igualdade ao seu acesso universal, faz-se necessário avançar no processo de planejamento, implantação de serviços, programas e projetos, a partir da expansão da permanência estudantil para além da oferta de bolsas/auxílios. Tais ações são primordiais para assegurar também, o desenvolvimento de pesquisas científicas e reafirmar os mecanismos de participação e controle social articulado ao movimento estudantil no atendimento de suas reivindicações juntamente com as classes populares, com vistas à construção de uma educação popular, democrática, inclusiva e na defesa da emancipação humana.

Para esta análise será primordial incluir no debate a implementação do Sistema de Reserva de Vagas para Educação Básica Pública (SRVEBP), o qual teve como principal objetivo viabilizar 50% o acesso de estudantes com este perfil, sendo deste número 35% destinados aos autodeclarados Pretos, Pardos e Indígenas (PPI). Esta decisão sem dúvida, trouxeram avanços significativos rumo ao acesso de estudantes provenientes da classe trabalhadora e especialmente dos segmentos populacionais supracitados na educação superior, propiciando a oportunidade de uma formação que contempla a diversidade cultural no espaço universitário a partir do tripé: ensino, pesquisa e extensão. Contudo, será que esses estudantes estão conseguindo de fato, acessar, permanecer e concluir o ensino superior?

Conquistada por meio de embates político-ideológicos e da construção de diversos protagonismos, as ações afirmativas promoveram mudanças no interior das instituições de ensino superior. Conforme Gomes; Silva; Brito (2021), a miscigenação de culturas e interação de diferentes realidades socioeconômicas entre os estudantes não se limitam à diversidade no acesso, e expressam os abismos sociais entre as populações historicamente mais oprimidas e as camadas mais privilegiadas.

Assim, para compreender a evasão escolar e os demais fenômenos sociais/educacionais que perpassam o universo educacional e que são determinados para além da motivação econômica, é preciso considerar o aspecto estrutural do ensino superior brasileiro e os principais impactos das desigualdades sociais que incidem sobre as desigualdades educacionais.

Queer, Intersexo, Assexual, e outras identidades, gêneros e orientações sexuais que não se encaixam no padrão cis-héteronormativo (LGBTQIAP+).

Partindo dos fatos mencionados e considerando a perspectiva da totalidade, categoria teórica essencial do método dialético, tendo como premissa a categoria teórica da mediação, que propõe análise da universalidade, singularidade e particularidade, a pesquisa teve como proposta refletir sobre as seguintes indagações: Como tem sido a operacionalização do trabalho do/a assistente social na assistência estudantil da UNESP? Quais são os principais desafios enfrentados pelos/as profissionais para a consolidação do acesso e permanência estudantil na instituição?

Isto posto, a pesquisa traz como objetivos aprofundar os estudos sobre a assistência estudantil no Brasil, ou seja, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES, 2010) e, especialmente o Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Universidades Estaduais (PNAEST), e apresentar os principais desafios no trabalho dos/as assistentes sociais no âmbito da assistência estudantil, de forma particular, na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” com o foco na consolidação do acesso, permanência e conclusão da trajetória universitária, tendo como recorte temporal o período: março de 2022 a março de 2023. Portanto, o **objetivo geral** da pesquisa se constitui: Analisar os principais desafios do trabalho dos/as assistentes sociais no âmbito da assistência estudantil na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP.

Para atingir o objetivo supracitado, elencou-se como **objetivos específicos**:

- Aprofundar os estudos sobre a assistência estudantil no Brasil, especialmente o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Universidades Estaduais (PNAEST);
- Ampliar o conhecimento referente ao trabalho do/a assistente social na área da educação superior e especificamente na assistência estudantil a partir das particularidades de cada campus universitário da UNESP;
- Mapear e identificar o perfil dos assistentes sociais que atuam no âmbito da assistência estudantil em todos os campus da UNESP;
- Interpretar as particularidades do trabalho do/a assistente social na assistência estudantil na referida instituição de ensino.

Sintonizados com os objetivos geral e específicos delineados na presente investigação, o desenvolvimento deste estudo teve como referência o **método materialista histórico-dialético**³ como uma das matrizes das ciências sociais que propicia a análise da realidade social

³ “O método materialista histórico-dialético caracteriza-se pelo movimento do pensamento através da materialidade histórica da vida dos homens em sociedade, isto é, trata-se de descobrir (pelo movimento do pensamento) as leis fundamentais que definem a forma organizativa dos homens” (Pires, 1997, p. 83).

numa perspectiva de totalidade, utilizando as demais categorias teóricas do referido método, ou seja: historicidade, mediação e contradição. Logo, para investigar sobre o presente objeto de estudo na concepção crítica-dialética, que segundo Marx (2013) se trata de uma análise para além da *aparência* imediata da realidade, se faz necessário apreender o elemento da historicidade e suas mediações a partir de referenciais teóricos já construídos para alcançar a compreensão desta estrutura íntima e oculta pelos fenômenos, designada como *essência* do objeto de estudo na perspectiva da totalidade, ou seja, desvelando as contradições postas no contexto atual.

O **objeto de estudo desta pesquisa** se constitui no trabalho do assistente social na assistência estudantil na educação superior, portanto, as **categorias teóricas que fundamentaram esta pesquisa** são: trabalho (ontológico e na sociabilidade capitalista, analisando o trabalho coletivo); a profissão (serviço social e o trabalho do assistente social); a política de educação superior e a política de assistência estudantil.

Para tanto, a pesquisa teve como proposta teórico-metodológica apreender na perspectiva crítica, as principais expressões, tendências, dilemas e elementos presentes na atual dinâmica da política educacional brasileira, com o objetivo de desvelar suas fragilidades, potencialidades, vocações, e interesses que fundamentam e agudizam, os principais desafios que obstruem a concretização de uma *política* de assistência estudantil. Realçamos que a organização desta política pressupõe em termos gerais, conter as condições necessárias para atender de forma mais integral possível as demandas estudantis que acompanham o acesso e permanência no ensino superior brasileiro.

O **universo** desta pesquisa é a Universidade Pública Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, que possui 24 campus distribuídos no Estado de São Paulo, sendo que até 2021 possuía apenas 12 assistentes sociais, porém, recentemente (em 2022) foram contratadas 11 assistentes sociais, perfazendo o total de 23 assistentes sociais (Relatório COPE UNESP, 2022). Portanto, atualmente cada campus conta pelo menos com 1 assistente social (concursada ou temporária), revelando o avanço significativo na trajetória histórica da permanência estudantil nesta universidade pública estadual.

Para a identificar as participantes da pesquisa e convidá-las a contribuírem na pesquisa de campo, a estratégia inicial consistiu na divulgação do estudo a todas as assistentes sociais lotadas na instituição. Esse procedimento, foi realizado por meio do envio de e-mails e mensagens no grupo coletivo de assistentes sociais da UNESP - via *WhatsApp*. É relevante observar que, embora tenha havido interesse e participação por parte de assistentes sociais

recém contratadas em 2022 durante o contato, **utilizamos como critério convidar as 12 assistentes sociais contratadas até 2021.**

Ponderamos ser conveniente convidar como **participantes da pesquisa as 12 assistentes sociais** que possuem um tempo expressivo de experiência nesta área de atuação nesta universidade, mesmo que a inserção de cada uma foi em tempos diferentes, pois, essas terão melhores condições para contribuir no desvelamento dos desafios do trabalho do assistente social na permanência estudantil.

Partindo desta compreensão, o processo investigativo do objeto de estudo compreendeu as seguintes etapas da pesquisa: **revisão bibliográfica; pesquisa documental; pesquisa de campo na abordagem qualitativa**⁴ e para efetivar a análise crítica das informações obtidas utilizamos a **análise de conteúdo** e interpretação dos resultados deste processo investigativo, fundamentado no método materialismo histórico-dialético, que “(...) possui como premissa central à necessidade de compreender e explicar os objetos e fenômenos investigados, tais quais eles verdadeiramente são na prática” (Martins, 2018, p.225).

Na **revisão bibliográfica**, foi realizado leituras e fichamentos sobre os temas pertinentes ao desenvolvimento deste trabalho com intuito de referendar a fundamentação teórica, tais como: I) Categoria trabalho e a profissão serviço social, a partir das referências dos autores: Marx (2013). Netto; Braz (2012). Montañó (2014). Iamamoto; Carvalho (1982). Yazbek (2009). Behring; Boschetti (2011). Raichelis (2011) e Guerra (2005). II) Política de educação superior e assistência estudantil, tendo como principais referências teóricas: Kátia Regina de Souza Lima (2011). Adriano Souza Senkevics (2021). Amanda Silva Belo (2017). Aline Viero Kowalski (2012). Thaís Kristoshi Imperatori (2017). Simone Eliza do Carmo Lessa (2015). Clara Martins Nascimento (2018). III) Assistência estudantil na UNESP e o trabalho do/a assistente social Marilda Villela Iamamoto (2003). Raquel Raichelis (2011). Talita Prada (2015).

Ademais, para efetivação da aproximação teórica dos temas centrais da pesquisa utilizamos: artigos científicos, revistas, livros e estudos que abordam as categorias teóricas supracitadas.

⁴ “Abordagem qualitativa, segundo Godoy (1995): “(...) não se apresenta como uma proposta rigidamente estruturada, ela permite que a imaginação e a criatividade levem os investigadores a propor trabalhos que explorem novos enfoques”, além de garantir a interpretação de fenômenos em observação, aplicando técnicas para análises exploratórias do objeto pesquisado e de seus significados através do caráter subjetivo do pesquisador” (Godoy, 1995, p. 21).

A pesquisa envolveu também a efetivação de uma **pesquisa documental**, que segundo Pádua (1997), “(...) é aquela realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos, a fim de descrever/comparar fatos sociais” (Pádua, 1997, p. 62). Deste modo, a efetivação de levantamentos de dados em fontes secundárias de pesquisa, foi exequível através de indicadores sociais para identificar elementos empíricos nas análises da educação superior.

Os principais documentos que foram analisados para o processo investigativo tratase: I) Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Universidades Estaduais (PNAEST), instituídos pelo Decreto Federal nº7.234, de 19/07/2010 e nº25, de 28/12/2010; II) Os dados publicizados pelo Portal Institucional da UNESP que versam sobre a assistência estudantil (editais, anexos, comunicados oficiais, legislações federal, resoluções da UNESP, portarias, ofícios circulares, estudos, relatórios e documentos diversos elaborados pela COPE); IV) Extensão de órgãos de fomento do Estado de São Paulo; V) Resultados de pesquisas sobre o perfil socioeconômico e cultural dos/as graduandos/as das UNESP incorporado no documento “Relatório COPE 2022”; Brochura lançada pelo CFESS “Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação” (CFESS, 2013); além de pesquisas nos sites oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério da Educação (MEC), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e Censos da Educação Superior com o propósito de identificar informações referentes a assistência estudantil na universidade pesquisada.

Ademais adotamos como parte do procedimento metodológico a realização de uma **pesquisa de campo**, conforme citado anteriormente neste texto. Trata-se, portanto, de um estudo de caráter descritivo, visto que uma das finalidades desta investigação é debater, refletir, questionar e publicar os efeitos macroestruturais no que concerne aos impactos social, político, educacional, econômico, experienciados na realidade desta instituição de ensino e que imprimem desafios concretos no desenvolvimento do trabalho profissional das assistentes sociais na AE.

Ressaltamos que, em consonância com a resolução nº 510 (Ministério da Saúde, 2016), afiançamos que a pesquisa prezou pelo respeito à diversidade, pelos valores culturais, sociais, morais e religiosos dos/as participantes, renunciando a qualquer expressão de discriminação e preconceito que possam manifestar-se no processo da pesquisa, atentando-se aos possíveis riscos e vulnerabilidades que este estudo possa provocar aos/às participantes.

Destacamos ainda que o projeto desta pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Campus de Franca/SP, e seu início se deu apenas após a aprovação, em observância à legislação vigente sobre pesquisa. Na descrição dos resultados da pesquisa, com intuito resguardar o sigilo das identidades dos profissionais, utilizamos de nomes fictícios.

O instrumental utilizado para o desenvolvimento da referida pesquisa de campo, destinado às assistentes sociais que atuam na área da assistência estudantil e que fazem parte do quadro de assistentes sociais contratadas até 2021, foi o **formulário de pesquisa aplicado via plataforma “google forms”**. Por se tratar de uma pesquisa multicampi que abrange 24 unidades da UNESP localizadas em diferentes regiões no interior do Estado de São Paulo, a plataforma em referência foi eleita devido a possibilidade de execução da pesquisa de modo simultâneo e remoto, propiciando a participação de todas assistentes sociais que tiverem interesse em contribuir com a referida pesquisa.

Ressaltamos que o formulário (Apêndice B) foi organizado de modo semiestruturado, tendo a maior parte de questões objetivas e discursivas, planejadas e sintonizadas com os objetivos da pesquisa – geral e específicos.

O procedimento de divulgação da proposta da pesquisa e o contato com as assistentes sociais, foi efetuado através do envio de mensagens para os endereços de *e-mail* das profissionais, localizados nos sites do Portal Institucional da UNESP. Ademais, foi comunicado o convite através da rede social *WhatsApp*, por meio do grupo coletivo composto pelas Assistentes Sociais da UNESP.

A tentativa de contato foi realizada em dois momentos: inicialmente em 30/10/2023 e, posteriormente, em 30/11/2023 nas respectivas plataformas online com intuito de reforçar o convite para participar da pesquisa. O formulário ficou disponível por 30 dias e na sequência, foi encerrado no dia 02/12/2023, considerando a questão do tempo hábil para o tratamento dos dados coletados.

Para facilitar a compreensão dos leitores e ter um panorama geral da presença de assistentes sociais na UNESP *versus* Participantes da pesquisa, organizamos um quadro contendo as seguintes informações: Coluna 1 (Campus da UNESP); Coluna 2 (Quantidade total de Assistentes Sociais contratadas em regime estatutário em todos os campus da Unesp, incluindo as recém contratadas em 2022); Coluna 3 (Assistentes Sociais contratadas em regime estatutário em todos os campus da UNESP até 2021 - Convidadas para participarem da pesquisa); e Coluna 4 (Assistentes sociais que participaram da pesquisa - Identificação fictícia representada por números).

Salientamos que não distribuimos a quantidade de assistentes sociais pelos respectivos campus onde atuam por ser esta também ser uma forma de identificação dessas profissionais considerando que várias unidades de ensino possuem apenas uma assistente social.

Importante destacar que as informações contidas no referido quadro foram construídas com base no último “Relatório COPE UNESP 2022” publicado no Portal Institucional da unidade de ensino. Conforme exposto anteriormente, **as assistentes sociais convidadas para participarem da pesquisa foram as 12 profissionais que possuem experiência nesta área de atuação na universidade**, mesmo que a inserção de cada uma foi em tempos diferentes. Dessas, responderam efetivamente a pesquisa 09 assistentes sociais.

O quadro abaixo, foi devidamente sistematizado com o propósito de garantir a confidencialidade e preservar as identidades das participantes. Deste modo, a identificação utilizada na coluna 4 - “Assistentes sociais que participaram da pesquisa - identificação fictícia”, ou seja, representada por números e não possuindo qualquer conexão com a ordem das cidades apresentadas na coluna 1 - “Campus da UNESP”, conforme segue:

Quadro 1 - Quantidade de Assistentes Sociais que atuam no setor da AE na UNESP, destacando as contratadas até 2021, as recém contratadas em 2022 e também identificando o total de AS que participaram da pesquisa

	Quantidade de Assistentes Sociais que atuam no setor da AE na UNESP, destacando as contratadas até 2021, as recém contratadas em 2022 e também identificando o total de AS que participaram da pesquisa - com identificações fictícias		
Campus da UNESP	Quantidade total de Assistentes Sociais contratadas em regime estatutário na Unesp até 2022	Quantidade total de Assistentes Sociais contratadas em regime estatutário na UNESP até 2021 (Convidadas para participarem da pesquisa)	Assistentes sociais que participaram da pesquisa - Identificação fictícia representada por números
Araçatuba, Araraquara, Assis,	23	12	Assistente Social 1; Assistente Social 2; Assistente Social 3;

Bauru, Botucatu, Dracena, Franca, Guaratinguetá, Ilha Solteira, Itapeva, Jaboticabal, Marília, Ourinhos, Presidente Prudente, Registro, Rio Claro, Rosana, São João da Boa Vista, São José do Rio Preto, São José dos Campos, São Paulo, São Vicente, Sorocaba, Tupã.			Assistente Social 4; Assistente Social 5; Assistente Social 6; Assistente Social 7; Assistente Social 8; Assistente Social 9.
Total: 24	23	12	09

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nas informações contidas no Portal Institucional UNESP (2023) e Mapeamento efetuado pela COPE em janeiro de 2023.

Com base no quadro anteriormente exposto, a primeira coluna identifica todos os campus que integram a Universidade Estadual Paulista (UNESP), totalizando 24 campus localizados no interior do Estado de São Paulo, constituindo, assim, o universo da pesquisa. Na segunda coluna, é apresentado o número total de assistentes sociais contratadas em regime estatutário pela UNESP até 2022, designadas exclusivamente para atuar no setor de

permanência estudantil. Conforme evidenciado no relatório da COPE UNESP (2022), observa-se a alocação de 23 assistentes sociais em diversas unidades acadêmicas da UNESP, desempenhando funções específicas no âmbito da assistência estudantil.

A terceira coluna ilustra as assistentes sociais convidadas a participar da pesquisa de campo, que adota uma abordagem qualitativa e abrange as profissionais contratadas em regime estatutário pela UNESP até o ano de 2021. Segundo informações contidas no relatório da COPE UNESP (2022), identificou-se a presença de 12 assistentes sociais que atuam especificamente, na área de permanência estudantil nessa categoria.

Por fim, a quarta coluna apresenta as assistentes sociais que efetivamente participaram do estudo, representadas por ordens numéricas para preservar a confidencialidade. Ao todo, constatou-se a participação de 09 assistentes sociais na pesquisa de campo, que adotou uma abordagem qualitativa.

De acordo com a relação disposta no quadro acima, das 12 (doze) assistentes sociais contratadas em regime estatutário em todos os campus até 2021 – convidadas para participar da pesquisa (coluna 3), 9 (nove) assistentes sociais, portanto 75% participaram efetivamente na pesquisa de campo, revelando nesse resultado o compromisso ético-político das profissionais, que por meio das valiosas contribuições tornaram possível o desenvolvimento da presente investigação.

Segundo as concepções de Cervi (2009), a pesquisa de campo é uma das metodologia científica mais comum utilizada pelos pesquisadores para a apreensão da realidade, pois, esta aplicação de questionários em fontes de dados primários estatísticos, cuja finalidade última busca descrever a quantidade de características, por exemplo, de uma determinada conjuntura, estabelece relações precisas entre variáveis existentes, permitindo nesta perspectiva apontar deduções através dos resultados obtidos em amostras representativas.

Ademais, todo conjunto de informações obtidas a partir dos procedimentos metodológicos eleitos no desenvolvimento da pesquisa – tanto em fontes primárias, pela pesquisa de campo na abordagem qualitativa, quanto nas secundárias advindas da revisão bibliográfica e pesquisa documental, para efetivar a análise dos resultados obtidos foi utilizada como referência a “técnica de análise em conteúdo em pesquisa qualitativa” que conforme Sousa; Santos (2020) “se estrutura em três fases: 1) pré-análise; 2) exploração do material, categorização ou codificação; 3) tratamento dos resultados, inferências e interpretação” (Sousa; Santos, 2020 *apud* Bardin, 2022).

Ao analisar o trabalho do assistente social no âmbito da assistência estudantil na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, foi possível identificar os principais

desafios presentes no trabalho do/a assistente social na AE. Ademais, buscamos revelar no estudo as repercussões da referida conjuntura no acesso e permanência estudantil dos/as discentes na universidade, bem como discutir as principais repercussões conjunturais que imprimem desafios para a consolidação desta política, buscando nos resultados desta pesquisa desvelar elementos ainda não exploradas pela comunidade científica.

Através da revisão bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo foi possível ampliar o espectro de análise sobre os principais desafios existentes no trabalho do/a assistente social na assistência estudantil no contexto da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, tendo como recorte temporal o período: março de 2022 a março de 2023.

Ressaltamos ainda que foi possível aprofundar os estudos sobre a assistência estudantil no Brasil, especialmente o Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Universidades Estaduais (PNAEST); ampliar o conhecimento referente ao trabalho do/a assistente social na área da educação superior e especificamente, na assistência estudantil em universidades públicas estaduais paulistas; mapear e identificar o perfil dos/as assistentes sociais que atuam no âmbito da assistência estudantil em todos os campus da UNESP; interpretar as particularidades do trabalho do/a assistente social na assistência estudantil na referida instituição de ensino, especificamente no período: março de 2022 a março de 2023.

Considerando a direção ético-político, teórico-metodológico, técnico-operativo e ainda as dimensões investigativa, educativa e interventiva do Serviço Social, pretendeu-se compreender e problematizar os desafios postos no trabalho profissional do assistente social para a consolidação de uma política de assistência estudantil na universidade em questão, tendo como premissa a perspectiva desta política como direito social.

Diante da elaboração da fundamentação teórica, da análise documental e das narrativas das participantes desta pesquisa, as hipóteses ou pressupostos iniciais foram desenvolvidos e tratados a partir de uma perspectiva dialética compreendendo os fenômenos em sua totalidade buscando desvelar as mediações (singularidade, particularidade e universalidade). O empenho na realização desta pesquisa foi no propósito em contribuir de forma objetiva, crítica e responsável para a visibilidade do trabalho desenvolvido pelas assistentes sociais na assistência estudantil, bem como promover o debate da categoria profissional de assistentes sociais, estudantes, demais trabalhadores envolvidos na efetivação da assistência estudantil, movimentos sociais, enfim, a todos os sujeitos participantes da luta pela educação pública, laica, de qualidade para todos, em especial pela assistência estudantil.

Nesta direção, o percurso metodológico eleito na presente investigação, destacando o **processo de análises interpretativas dos resultados auferidos pela pesquisa, será**

socializado com as participantes da pesquisa, profissionais do serviço social interessados nesta temática, bem como pesquisadores e estudiosos, no intuito de contribuir na luta pela efetivação e ampliação da assistência estudantil, especialmente na UNESP, mas também em outras instituições. A pretensão deste esforço coletivo para o amadurecimento e consolidação do debate em questão, abre novas possibilidades fortalecendo as reflexões sobre os desafios e potencialidades que permeiam o trabalho do assistente social na luta pela efetivação da assistência estudantil no Ensino Superior Público brasileiro.

Dessa forma, a pesquisadora assumirá o compromisso ético em promover a **devolutiva dos resultados obtidos aos/às participantes da pesquisa**, proporcionando um conhecimento que possa apresentar alternativas capazes de contribuir para a transformação desta realidade social. Este procedimento será através de uma reunião onde todos os/as assistentes sociais serão convidados/as, além de assumirmos o compromisso de divulgar os resultados da pesquisa através da realização de um evento acadêmico-científico de livre participação e gratuito, destinado a todos/as profissionais (assistentes sociais e demais áreas), discentes da graduação e pós graduação, docentes, população em geral, enfim, a todo público que tenham interesse na discussão sobre os desafios no trabalho do/a assistente social na assistência estudantil da UNESP.

Por último, pretendemos efetivar a elaboração de publicações em periódicos e artigos para serem apresentados em eventos científicos, bem como, documentar os resultados da pesquisa e encaminhar para a Pró-Reitoria de Graduação (órgão integrante da administração central da UNESP que tem como uma das atribuições regulamentar o desenvolvimento das ações desenvolvidas na assistência estudantil); Coordenadoria de Permanência Estudantil – COPE UNESP e Comissão Permanente de Permanência Estudantil – CPPE (são órgãos responsáveis pela gestão da assistência estudantil na UNESP).

Isto posto, apresentamos a seguir a organização da estrutura desta Dissertação.

O *primeiro capítulo* desenvolve as aproximações teóricas da categoria trabalho e a profissão serviço social. Para tanto, foi elucidado a reflexão sobre o trabalho na concepção ontológica e na sociabilidade capitalista; uma breve trajetória histórica do serviço social e a reflexão sobre o serviço social como trabalho.

O *segundo capítulo* discorre sobre a política de educação superior e a assistência estudantil. Deste modo, foi analisado a política de educação superior no Brasil; uma breve trajetória histórica da assistência estudantil no Brasil e ações afirmativas no ensino superior brasileiro; e o debate acerca do PNAES e PNAEST.

O *terceiro capítulo* disserta sobre a assistência estudantil na UNESP e os desafios no trabalho do/a assistente social. Para esse propósito, foi apresentado o *lócus* da pesquisa (UNESP); trajetória e organização da AE na instituição; e divulgação/análises dos resultados da pesquisa de campo de abordagem qualitativa que sedimentaram as discussões sobre o trabalho profissional e principais desafios.

Por último, são apresentadas as considerações finais, as referências bibliográficas utilizadas nesta dissertação e também, os apêndices e anexos.

1 APROXIMAÇÕES TEÓRICAS: CATEGORIA TRABALHO E A PROFISSÃO SERVIÇO SOCIAL

1.1 Trabalho: ontológico e na sociabilidade capitalista

O presente capítulo foi desenvolvido com o propósito de apresentar uma breve fundamentação para a construção do pensamento da teoria social crítica marxista que compõe a categoria do trabalho, com a finalidade de, posteriormente, embasar as reflexões teóricas sobre o Serviço Social como trabalho. Portanto, este processo foi confeccionado de modo didático para aprofundar as concepções teóricas e compreender, na perspectiva da totalidade, a categoria profissional do Serviço Social e sua dinâmica, especificamente no trabalho do/a AS na AE em uma Universidade Pública Estadual Paulista (UNESP), objeto de estudo da presente pesquisa.

Isto posto, ao abordar de forma específica a definição de trabalho na dimensão ontológica e na sociedade capitalista de reprodução, o conceito de trabalho orientado nesta discussão – ainda que ao decorrer do contexto histórico, esse conceito tenha passado por várias definições e estruturações, elegemos como ponto de partida a concepção crítica de trabalho defendida pelo filósofo e sociólogo alemão Karl Marx (1818-1883).

Uma das definições mais comumente utilizadas para compreender a categoria trabalho, aplicável no campo de estudos das ciências humanas e sociais, são derivadas das formulações teóricas dissertadas pelo autor Karl Marx. Essa justificativa se fundamenta no fato de que, ao contrário dos sociólogos clássicos, Marx pormenorizou as análises do trabalho utilizando a metodologia materialista histórico-crítico-dialética, em sua obra intitulada “O Capital” (2013)⁵.

Nessa perspectiva, o conceito filosófico de trabalho desenvolvido pelo autor abrange nas análises toda existência do homem, ou seja, está intrinsecamente relacionado “à práxis fundamental da espécie humana, havendo uma união essencial entre homem e objetividade” (Teixeira, 2014, p. 22). Mediado por esta objetividade, o trabalho configura-se como atividade vital do ser humano, por historicamente precisar extrair da natureza sua própria subsistência.

Entretanto, de acordo com Marx (2013) nas sociedades contemporâneas pode-se afirmar que o trabalho organizado acompanha o movimento dialético de uma determinada sociedade e se adapta conforme o surgimento das novas demandas societárias, especialmente das necessidades sintonizadas do capital. Um exemplo desse processo pode ser observado no

⁵ “O Livro I – centrado no processo de produção do capital e finalizado em 1866 – foi publicado em Hamburgo em 1867, mas os seguintes não puderam ser concluídos por Marx em vida. Seus estudos para a magistral obra foram editados pelo parceiro e amigo Engels e publicados em 1885 (Livro II) e 1894 (Livro III)” (Editora Boitempo, 2013, p. 14).

contexto da Revolução Industrial (1760), no qual a configuração do trabalho passa por uma transfiguração dos princípios elementares – conforme discutido anteriormente pela teoria marxista. Esse fenômeno é objeto de análise em decorrência desta nova concepção de trabalho que é introduzido nos meios de produção:

Do ponto de vista da Antropologia, o que sobrepõe é a relação do homem com a natureza por meio do trabalho e a humanização sob o aspecto de autocriação do homem no processo de transformação da natureza pelo trabalho. As mudanças nas formas de trabalho constituem os indicadores básicos da mudança das relações de produção e das formas sociais em geral do intercuro humano. O trabalho é, portanto, o fundamento antropológico das relações econômicas e sociais em geral (Marx, 2013, p. 48).

Nesse contexto, o trabalho passa a ser sistematizado com base na valorização do capital e que dispõe de atividades produtivas para seu desenvolvimento e reprodução. Segundo Marx (2013), a concepção de trabalho na sociedade burguesa (após a Revolução Industrial) envolve necessariamente várias combinações de elementos: 1) força de trabalho, que compreende o empenho físico ou a disposição intelectual do trabalhador para extrair da natureza e/ou transformá-la para a execução do trabalho; 2) meios de produção, que são mecanismos que mediam a interação entre o trabalhador e as ferramentas materiais utilizadas na produção (por exemplo a máquina), sendo elementos concretos que vão permitir o desempenho de atividades físicas e/ou intelectuais sobre os meios de produção para a criação de um determinado produto; 3) relações de produção, que englobam as relações entre as forças produtivas e os modos de apropriação dos meios de produção, como a relação entre proletariado e burguesia; e 4) forças produtivas, que se referem aos meios empregados no processo de produção, permitindo a reorganização do trabalho e a potencialidade de intervenção na produção material, ou seja, são elementos materiais que viabilizam o desenvolvimento de atividades produtivas.

Esses elementos, ora situados, correspondem ao modelo de produção específico de cada período, e, portanto, se referem a identidade mediada pela força de trabalho, meios de produção, relações de produção e forças produtivas. Tais fatores, abrangem a forma como o trabalho é sistematizado e o conjunto de componentes que são necessários para o seu desenvolvimento.

O que ocorre em síntese, é que ao compararmos o modo de produção industrial com o de produção feudal por exemplo, é possível evidenciar a identidade desses modelos nesses períodos, suas especificações e distinções. No período feudal – em distinção do modelo de produção industrial assim como abordado anteriormente, a força de trabalho é servil; os meios de produção são a pecuária e lavoura; as relações de produção são estabelecidas por um senhor

feudal, suseranos e vassalos; e as forças produtivas são mais rudimentares como a enxada, arados, madeiras e outros.

Importante pontuar ainda que brevemente, sobre os modelos de produção estabelecidos ao decorrer do desenvolvimento da sociedade para compreender analiticamente, as principais críticas estabelecidas pelos autores (Marx, 2013; Engels, 2013) sobre forma organizada na sociedade atual.

Conforme Marx e Engels (2013), é possível evidenciar a existência de 5 modelos de produção: 1) sociedades comunais – Nas comunidades pré-históricas são estabelecidos alguns elementos do trabalho humanizado. Deste modo, nas sociedades comunais haviam o uso coletivo das terras e o trabalho era regulado pela necessidade de subsistência comunitária e, portanto, sucedia a socialização integral da produção. Neste contexto, todo produto gerado do trabalho era igualmente compartilhado e conseqüentemente, não estabelecia desigualdades exponenciais e a concepção de trabalho não era desassociado de atividades recreativas, lúdicas ou religiosas. Se na referida sociedade o trabalho é regulado em conformidade com a natureza do homem, exercido de forma espontânea e livre das relações de dominação e exploração, posteriormente, os demais modelos de produção que surgem conforme as demandas econômicas e societárias sofrem a intensificação do trabalho e exploração de uma determinada camada social sobre a outra, o que mais adiante se configura para Marx na estratificação das classes sociais.

Na passagem das sociedades comunais para os modelos de produção asiático e escravista, é possível identificar alguns elementos que são específicos do período da Idade Antiga (3.500 a.C.). Neste marco histórico é possível destacar o surgimento de grandes civilizações (Egípcia, Mesopotâmica, Hebraica, Fenícia e outros) que desenvolvem o que é denominado o modelo de produção asiático, enquanto na Grécia e Roma simultaneamente, é desenvolvido a forma escravista.

As principais distinções entre os modelos de produção conceituados anteriormente devem-se ao fato que, no asiático conforme discutido pelos autores (Augusto; Miranda; Corrêa, 2020) a posse da propriedade de terra pertence ao Estado, portanto, as administrações territoriais gerenciadas pelo Faraó e Governantes como exemplo, tem a função política e econômica de administrar os bens e toda propriedades de terra.

É pertinente destacar também que neste período, as concepções religiosas e culturais estabeleciam as relações de segregação entre servos, escravos, cleros, sacerdotes e outros, e, portanto, a terra pertencente ao Estado Egípcio pressupõe a necessidade de uma mão de obra servil e/ou escrava. Nessa conjuntura, o trabalho começa a ser exercido e regulado para além

das necessidades biológica de subsistência, ou seja, trata-se de um trabalho não orientado conforme a liberdade humana e sua natureza, mas sim, conduzida por uma autoridade (Faraó, como exemplo). No referido modelo, ainda que a concepção de propriedade de terra seja “coletiva”, inicia-se o desenho da identidade de pertencimento. Não se trata ainda, da propriedade privada identificada na atual conjuntura, mas sim a idealização do sentimento de pertencimento estabelecido pelos valores morais, culturais e religiosos.

Já no modelo de produção escravista, vigente na Grécia e Roma, conforme as análises dos autores (Pires; Costa, 2000) emerge com mais facilidade a naturalização da prática da escravidão, que desde a civilização Micênica (1500-1200 a.C.) a liberdade do homem poderia ser controlada por contrair dívida. Assim, este modelo é o que inaugura o pleno desenvolvimento da propriedade privada que de um lado, haviam os donos dos escravos (proprietários da terra) e, de outro, os escravos que trabalhavam para a produção de bens e servidão.

Importante salientar que, no momento em que é demarcado a naturalização da propriedade privada e estabelecido as relações de identidade e pertencimento, emerge o cenário de desigualdades sociais, políticas, econômicas, religiosas e culturais. É a partir dessas camadas, que posteriormente são classificadas e categorizadas mediante a relação direta de posse com os bens e propriedade de terra.

No caso da aristocracia estabelecida pela Grécia e Roma, os proprietários de terra – identificados como participantes de uma categoria privilegiada, são donos de escravos que desenvolvem o trabalho servil. Percebe-se então, que a relação de trabalho se distingue das sociedades comunais, uma vez que há uma reconfiguração da concepção de trabalho (passa a ser uma atividade desenvolvida pelas camadas denominadas inferiores).

De acordo com Vieira (2017) no período feudal, a concepção transfigurada do trabalho prevalece, porém, é acrescido o sistema ideológico e religioso advindo do cristianismo católico. O senhor feudal detinha o título de propriedade rural – o que torna um sujeito que tem a ocupação privilegiada na sociedade e detentor dos meios de produção, e já para os trabalhadores livres, camponeses, vassalos, escravos e servos, é requisitado sua força de trabalho. A servidão predominante na sociedade feudal era baseada nas concepções religiosas⁶ e pelos bens herdados pelo senhor feudal.

⁶ “A ideologia católica influenciou e contribuiu, sensivelmente, no processo histórico-social para o isolamento econômico, social e cultural dos países ibéricos, das conquistas do Mercantilismo e da ciência moderna, mantendo uma prática material e espiritual medievais” (Sá, 1996, p. 97).

Mais adiante, na passagem entre o século XV e XVI – momento denominado pelo autor como “acumulação primitiva do capital” (Marx, 2013, p. 12), o trabalho não era necessariamente assalariado, contudo, é introduzido as primeiras manifestações do trabalho exercido pelo valor de troca (moeda), como o principal meio para intercambiar as mercadorias. Esta participação da moeda inaugurada no período de transição entre o feudalismo e o capitalismo primitivo foi elemento essencial para a formação deste sistema e no modelo de produção. Portanto, é no capitalismo primitivo que desencadeia a ideia do lucro. Ocorre em síntese que: o trabalho será comandado pela nova camada emergente – burguesia, que busca em seus objetivos algo além da própria realização e subsistência, mais tardiamente denominado como lucro.

Importante salientar que o capitalismo industrial, tem uma série de componentes reconfigurados e que são específicos de acordo com a organização de trabalho estabelecido nesta conjuntura, rompendo de certo modo, uma série de elementos conceituados anteriormente e formas de relações de poder que existiram nos demais modos de produção. Neste sentido, a força de trabalho que antes, era estabelecida por relações culturais, religiosas e de propriedade rural, passa a ser mediada pelo salário. “A transformação do valor da força de trabalho em salário” (Marx, 2013, p. 103), é objeto elementar como valor de troca para a classe proletária que não detém os meios de produção, mas que precisam garantir a subsistência.

Além do mais, com o advento da Revolução industrial (1760 e 1850), passa a ser o principal elemento que vai intermediar e discernir as relações de poder entre os burgueses e os proletários. É modificado neste contexto as forças produtivas (materiais como o carvão, petróleo, eletricidade, etc.) sistematizadas pelas tecnologias dispostas e que vão de certo modo, influenciar nos diferentes modelos de organização do trabalho.

O mais-valor relativo diz respeito à intensificação da mecanização da produção (industrial e agrícola) e, portanto, ao crescimento da produtividade que daí resulta. A automação é a sua tendência atual. Produzir o máximo de mercadorias pelo preço mais baixo, para extrair daí o máximo de lucro, é a tendência irresistível do capitalismo. Naturalmente, ela vem junto com uma exploração crescente da força de trabalho (Marx, 2013, p. 68).

Na definição de trabalho no capitalismo industrial, conforme Marx (2013, p. 145) é identificado a divisão do trabalho que corresponde à especialização de tarefas específicas dentro da cadeia produtiva. Este movimento, além de promover a otimização da produção e rapidez no processo produtivo, facilita a substituição do trabalhador uma vez que, o sujeito (proletariado) não domina integralmente o processo produtivo, mas apenas, uma parte do processo de trabalho que o qual na maioria das vezes é alheio ao produto final gerado.

É nessa perspectiva, que se origina a alienação do trabalhador⁷ no contexto da industrialização. O trabalhador, portanto, passa a ser explorado e não exerce o trabalho em sua modalidade orgânica assim como estabelecido nas sociedades comunais, pois, é exercido a modalidade de trabalho não conforme suas vontades e liberdades, mas sim por intermédio de quem detém os meios de produção.

Salvo algumas exceções, a classe proletária não reconhece esta condição de exploração por meio do trabalho alienado/fetichizado, porém, concomitantemente é reproduzido a ideologia dominante dado a sua naturalização e mecanismos de controle social (elementos culturais, políticos, sociais e econômicos).

Seguindo com as análises estabelecidas por Marx (2013), este movimento dialético e sua natureza podem ser estudados a partir da identificação dos elementos que constituem o objeto trabalho e seus processos.

Neste sentido, o autor define a mercadoria como a unidade entre valor de uso⁸ e valor de troca, portanto, o processo de produção capitalista deve ser a unidade entre dois processos: a unidade entre o processo de trabalho (em que se criam valores de uso) e o processo de valorização (que é processo de criação de valor de troca e mais-valia). Assim, Marx define como processo de trabalho:

(...) atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as formas sociais (Marx, 2013, p. 328).

Como a produção de valores de uso é uma necessidade humana, cada uma das formas sociais nas quais os seres humanos se organizaram para produzir a sobrevivência teve o seu próprio processo de trabalho. Em todos podemos distinguir os mesmos elementos constitutivos: 1) o sujeito que executa o trabalho; 2) os instrumentos que utiliza; e 3) o objeto sobre o qual ele age com o auxílio do instrumento.

Entretanto, conforme as relações de trabalho sofrem as devidas alterações, concomitantemente, as condições de trabalho também são alteradas. De acordo com a perspectiva analítica defendida pelo autor Ricardo Antunes (1999), os modelos de produção industrial identificados como: 1) Taylorismo; 2) Fordismo; e 3) Toyotismo, implicam

⁷ “alienação era vista enquanto processo da vida econômica. O processo por meio do qual a essência humana dos operários se objetivava nos produtos do seu trabalho e se contrapunha a eles por serem produtos alienados e convertidos em capital” (Marx, 2013, p. 27).

⁸ “(...) a palavra valor da expressão “valor de uso” é falar simplesmente, como deveria, de *utilidade social dos produtos*” (Marx, 2013, p. 78).

diretamente em novas exigências nos meios de produção em decorrência desta evolução orientada na customização do trabalho para aumentar a produtividade e consequentemente, a extração da mais-valia.

Segundo Frederick Taylor (1856-1915), conhecido pelo desenvolvimento da teoria científica da administração (teoria clássica), desenvolveu por meio das atividades laborativas assistidas, o modelo de produção taylorista - sistematizado na organização de trabalhadores para possibilitar o aumento da produtividade, por meio da racionalização do trabalho. Para Taylor (1995, p. 95), a racionalização do trabalho estruturada por meio de técnicas e estruturas no sistema de produção, viabilizou em seus resultados a melhoria do desempenho e a especialização de trabalhadores (surgimento de cargos de gerência, supervisão, controle e outros). Deste modo, cada trabalhador é responsável e devidamente qualificado para exercer uma determinada etapa do processo produtivo.

Ainda que preservado alguns elementos do modelo Taylorista de produção, o modelo Fordista, conforme Neto (1986, p. 32) prioriza a produção em massa padronizada com a implementação de esteiras rolantes, e, não somente a padronização no modelo de produção, mas simultaneamente o estabelecimento de padronização de consumo (com o único modelo de carro, uma única cor, etc.). Henry Ford (1863-1947) estabeleceu em sua cadeia produtiva o exercício de atividades padronizadas que permitam a produção em menor escala de tempo com a finalidade de otimizar a produtividade e ampliar os lucros por meio da especialização da mão de obra e padronização.

Mesmo diante das diferenças apresentadas nos modelos de produção Taylorista e Fordista como delineado anteriormente, ambos preservavam a condição de trabalhadores instalados em fábricas, executores de uma única função e com emprego relativamente estável e fixo. No entanto, estes modelos entram em crise a partir de 1970, e dá espaço ao modelo Toyotista de produção.

Neste marco, segundo Pinto (2012, p. 537) é desenvolvida uma transformação radical na organização da vida social em nível globalizado. Motivados pela lógica capitalista adquirindo a produção global, os organismos financeiros mundiais passaram a ditar e reconfigurar a produção e economia de todos os seres humanos na esfera da sociedade, os quais todos participaram e responderam a estas mudanças promovidas pelo Toyotismo. Em uma perspectiva acadêmica deste processo, o conceito de produção advindo do fim do modelo de produção Taylorista e Fordista, reconceituou a categoria operária e a classe trabalhadora. Logo, “a classe que vive do trabalho” (Antunes, 2013) passou a ser a interpretação predominante, que são os trabalhadores que não detém seus meios de produção e precisam vender a sua força de

trabalho para a subsistência. É neste período que a referida classe sofre os desdobramentos e ganham novas formas de condições (ou precarizações) de trabalhos. Como característica orgânica do Toyotismo, existe a presença de um trabalho desregulamentado, ou seja, flexíveis nos espaços e modos de produção onde ocorrem, assim como as leis que as regulamentam.

O modelo de produção desenvolvido por Taiichi Ohno (1912-1990), desenvolvida pela técnica “*KanBan*”⁹ – elaborado para otimizar o controle da produção e produção “*Just in time*”¹⁰, propiciou o desenvolvimento da produção conforme à demanda após uma série de eventos históricos negativos à economia, como a Crise de 1929¹¹ e Crise de 1970¹².

Importante destacar, que o Toyotismo advém como respostas às crises cíclicas promovida pelo Capital e que acarretaram em prejuízos financeiros para as montadoras multinacionais que antes, haviam muito estoques devido a implementação dos modelos Taylorista e Fordista de produção. Isto posto, Taiichi Ohno desenvolve o método de execução da produtividade regulada pela pesquisa de mercado e de acordo com a demanda, com a eliminação de estoques e a produção efetuada em tempo real. Esse modelo permitiu sobretudo a flexibilização da produção e variedade nos produtos elaborados que antes, eram padronizados no modelo Fordista.

Contudo, o advento da automatização – mecanismo essencial no modelo de produção Toyotista, traz drásticas consequências no mundo do trabalho e sua organização. Esse fato é plausível em decorrência do contexto da economia globalizada que, na divisão internacional do trabalho a elaboração de um determinado produto perpassa por diversos processos e participantes até a realização final da mercadoria. Assim, os efeitos advindos nas relações sociais do trabalho são assistidos por meio do mote da flexibilização.

Conforme Antunes (2020), o trabalho que antes havia uma determinada identidade e padrão, neste novo modelo ocorre uma diversificação nas formas de trabalho em seu exercício e execução. Essa evolução afeta principalmente aos trabalhadores, visto que o mercado passa a

⁹ “O KANBAN é o mais conhecido desses sistemas por ser um sistema de controle da produção desenvolvido no Japão e que funciona entre estações de trabalho consecutivas. Sua principal função é regular os níveis de estoque, mantendo-os o mais baixo possível sem comprometer a produção” (Serenio; Silva; Leonardo; Sampaio, 2011, p. 652).

¹⁰ “O JIT é a metodologia que busca o atendimento das necessidades dos clientes no menor prazo possível, garantido qualidade e trabalhando com o mínimo de estoque” (Guimarães; Falsarella, 2008, p. 130).

¹¹ “A crise dita de “1929” foi a mais grave, por intensidade e duração, mesmo na dimensão financeira. Pode-se quantificá-la com o somatório das perdas bancárias relacionadas ao PIB de um ano representativo e com a queda das cotações acionárias deflacionadas em relação aos preços ao consumidor” (Masini; Einaud, 2009, p. 85).

¹² “A crise dos anos 1970 decorreu do fim do “boom” do pós-guerra, configurando-se como uma reestruturação do capitalismo global. Dentre as medidas adotadas no pós-crise estavam o ataque às conquistas e direitos da classe trabalhadora, reestruturação produtiva e tecnológica para poupar trabalho e baixar salários, bem como a desregulamentação dos mercados financeiros e abertura comercial das economias nacionais para novos fluxos monetários internacionais” (De Moura, 2020, p. 4).

induzir gradativamente, a flexibilização nas leis trabalhistas e fragilização no poder dos sindicatos. A diminuição do poder político de organização dos sindicatos de trabalhadores promove a vulnerabilidade destes trabalhadores que desempenham as atividades laborativas nas multinacionais tanto em nível político-econômico, quanto na descaracterização do trabalho, mais tardiamente identificado como a terceirização.

O setor terciário de produção, configuradas como empresas prestadoras de serviço e oferta de mercadorias, tem grande participação na economia mundial pela sua estrutura de agrupamento de conjunto de atividades desenvolvidas, e são integradas para a consecução de um produto final. Contudo, para além das adaptações promovidas para a elaboração de uma atividade produtiva, a flexibilização é transposta na dimensão nos modelos de contrato de trabalho.

Dado à esta realidade, os contratos que eram formalizados com a preservação de direitos trabalhistas vão sendo gradativamente dissolvidas por uma reforma trabalhista, cujo o objetivo central é ampliar a lógica do capital, tornar o mercado competitivo e diminuir o custo do trabalhador, por meio da “liberdade profissional” promovida pelas modalidades de trabalho em “*home office*”, “carga horária flexíveis”, delegação de tarefas de acordo com a demanda e “horizontalidade” na hierarquia do trabalho.

O aumento do trabalho informal - que advém da terceirização, vai acrescentar na organização do trabalho, a exigência de uma mão de obra especializada e/ou empreendedora pelo uso de tecnologia.

Tais objetivos colocaram em questão a organização verticalizada e concentradora de grandes contingentes de trabalhadores, demasiadamente especializados e pouco qualificados, do sistema taylorista-fordista. Da perspectiva das relações entre gerência e operariado, esse sistema experimentava a reação mais crua da própria "natureza" humana, cuja formação física e mental nunca foi para isso voltada: o velho dilema de Taylor a conquista da "iniciativa" dos assalariados persistia e, desde os anos 1930, pesquisas sobre as condições de trabalho conjecturavam acerca do estancamento da produtividade e da crescente insatisfação entre os trabalhadores (Pinto, 2012, p. 537).

O avanço da tecnologia por sua vez e sua implementação nos modos de produção, resulta no desemprego estrutural na medida em que não é viabilizado as condições necessárias para o trabalhador acompanhar o conjunto de exigências e especializações previamente estabelecidos nos meios de produção, ocasionando por efeito, o desemprego estrutural e conjuntural (motivado pela implementação das tecnologias e carência de mão de obra especializada), desencadeado por crises econômicas no sistema global e que afetaram a produção em geral.

De acordo com Antunes (2020), ainda no que concerne ao desemprego estrutural e/ou conjuntural, nesse contexto é despontado o aumento da informalidade. Em decorrência do

trabalho flexibilizado e exercido de modo informal (desprotegido de leis trabalhistas e que não possuem vínculos empregatícios) a classe proletária é induzida a exercer o trabalho ainda que, consideradas as condições de precarização e baixo reconhecimento salarial, pela necessidade de tentar garantir a subsistência.

Deste modo, os rebatimentos da reestruturação produtiva na organização do trabalho na sociedade capitalista, são identificados pela fragilização do trabalhador tanto na perda gradativa do poder de consumo, quanto na segurança do trabalho, direitos e possibilidade de participação no trabalho formalizado. Tais consequências negativas, originadas no bojo da evolução do modelo de produção capitalista, são elementos que, nas palavras de Netto e Braz (2012), ocorreu nesse processo uma manipulação oligárquica que ditaram o fluxo da riqueza no mundo e sua desigual concentração. Trata-se neste sentido, de uma parcela ínfima de sujeitos (a classe burguesa) que controlam e manipulam o conjunto das riquezas socialmente produzidas e exercem uma ação de dominação e exploração, que inclusive, ladeiam as instâncias democráticas formais, historicamente consagradas pelo Estado de Direito.

Este controle, combinado pelo modelo de produção da sociedade capitalista, controla e domina (conforme demonstra a experiência nos últimos anos) e tem introduzido na cena pública componentes corruptores. Tais modificações, tem elementos centrais que são funcionais ao desenvolvimento do capitalismo.

Conforme Netto e Braz (2012) a transação da lógica do capital para todos os processos produtivos e no espaço ideológico-cultural, estão essencialmente submetidos ao capital. O desenvolvimento do trabalho flexibilizado, e bem como, os mecanismos ideológicos socializados pelos meios de comunicação (mídia, redes sociais, e outros) modificaram estruturalmente a sociedade burguesa.

Esta modernidade líquida¹³, conceito desenvolvido por Bauman (2001), traz drásticas implicações no mundo do trabalho, relações sociais, políticas e econômicas, despontando sua ascendente decomposição, enquanto a isto, a oligarquia financeira global se movimenta de maneira crescentemente articulada, encontrando canais e instituições para a execução de seus projetos. Por efeito, as tradicionais expressões da representação da classe trabalhadora experencia crises visíveis, representadas no progressivo movimento de (des)sindicalização e os impasses político-partidários de movimentos sociais que historicamente, foram canais de expressão da população explorada.

¹³ “(...) é o conceito de individuação na pós-modernidade, ou *modernidade líquida*, termo cunhado por Bauman para se referir à época atual, que teria como principal característica a fluidez, ou inconstância e adaptabilidade” (Carmo, 2020, p. 1).

Sincronicamente, surge no espaço social os denominados “novos sujeitos coletivos”. Tais movimentos, demandando novos direitos e aspirando ampliações no estatuto de cidadania vem viabilizando a sociedade civil novas pulsões democráticas. Contudo, na medida em que esses movimentos até na atual conjuntura não se articulam com êxito em instâncias políticas capazes de universalizar interesses e motivações, o seu potencial emancipatório vê-se frequentemente comprometido, seja no âmbito corporativo ou com a despolitização.

Neste contexto de transformações societárias mundiais e que repercutem no Brasil, principalmente a partir da década de 1990, o Estado burguês também sofre profundas modificações no jogo político: o fator mais relevante e que beneficia consideravelmente o projeto do capital e suas transformações societárias é sem dúvidas, a transferência das responsabilidades para a sociedade civil que historicamente, são funções de um Estado de proteção social. De acordo com Montaño (2002), o trato da questão social efetuado pelo terceiro setor e de todas as entidades que tem como configuração a mediação entre público e privado, são por muitas vezes interpretadas pelo senso comum, como resultado de um simples processo de mudança dos agentes que operacionalizam as políticas sociais.

Para além da operacionalização das políticas sociais, o que está intrínseco neste processo é a orientação da lógica dominante em promover por meio de ações de beneficência e filantropia, as “possibilidades” de harmonização e humanização do Capital perante as expressões da velha questão social. Desta nova perspectiva do projeto político do Estado - baseado no ideário neoliberal - propicia a transferência da responsabilidade do Estado para sociedade civil e inclui o protagonismo de cidadãos comuns na gestão e elaboração das respostas às demandas sociais presentes na realidade brasileira. Contudo, devido às contradições existentes no sistema capitalista e sua reprodução em todas as esferas da vida social, tais respostas não conseguem atingir potencialmente os interesses do capital. Logo, o que é tecido neste processo, é o estabelecimento de um falso “contrato social entre as classes”, que em síntese, se expressa em uma aliança vazia de transformação da ordem dominante.

Esta configuração de política social definida pela sociedade de classes, das alianças políticas partidárias, de acordos e compromissos com organismos internacionais de determinadas gestões, e o pouco entendimento das relações estabelecidas entre as iniciativas privadas, governo, Estado e sociedade civil, serve a manutenção dos interesses da lógica do Capital. Assim, os prejuízos ocasionados pela despolitização da contradição capital-trabalho, somado aos repasses de verbas públicas para o custeio de OSCs¹⁴ e enfraquecimento político

¹⁴ “As Organizações da Sociedade Civil (OSC) desenvolvem ações de caráter permanente e/ou se dedicam a processos mais breves e limitados no tempo. O MROSC considera “atividades” o conjunto de operações que a

dos movimentos sociais, são alguns dos efeitos da ideologia dominante que desviam a atenção das causas reais da questão social e minam as possibilidades de transformações.

Por fim, outro prejuízo assinalado por Montañó (2002) como consequência do crescimento das Organizações da Sociedade Civil (OSC), se trata dos impactos nas relações do mundo do trabalho e sua precarização, pois, o autor evidencia que se faz necessário considerar que o sistema capitalista é extremamente dinâmico, característica essencial para sua resistência e ampliação a partir das crises cíclicas apresentadas ao longo da história.

Importante evidenciar que, de acordo com Netto e Braz (2012) nenhuma das modificações orientadas para a ampliação do capital trouxeram quaisquer ganhos aos trabalhadores. Elas lhe custaram em primeiro lugar, os postos de trabalho e o desemprego tomado as cifras mundiais que é ascendente desde os anos de 1980. Em segundo lugar, custaram aos trabalhadores, mediante ao aumento da exploração compressões sobre os salários daqueles que conseguiram manter seus empregos, derivando por diante, imponderável aviltamento do padrão de vida que custaram, em terceiro lugar, um forte ataque ao sistema público da seguridade social.

O que é possível constatar desde a entrada da presente década é a pauperização relativa e/ou absoluta que cresce para maioria esmagadora população do planeta. São fatos que podem ser identificados no documento do Banco Mundial a partir de 1991¹⁵.

Entretanto, o capitalismo conforme Marx (2013), tem uma função civilizatória. Por meio da elaboração de um mercado mundial globalizado e competitivo, permitiu aos homens, a ideologia do estranhamento sobre si mesmo. O capitalismo, portanto, instituiu uma literatura mundial e rompeu as barreiras da identidade entre as nações.

Contudo, esta missão “civilizadora” advinda do capitalismo, foi desenvolvido de modo bárbaro, dado exemplo, o conceito de “descobrimento” da América executada por intermédio de genocídio contra os povos originários que significa um “avanço civilizatório”, produzido a partir da barbárie naturalizada.

Importante ostentar que não há relação de exclusão entre civilização e barbárie. Nessa perspectiva, conforme Mézáros (2004, p. 93), o capitalismo foi civilizador por meios bárbaros e em meados do século 20, esgotou suas possibilidades civilizatórias, que tem muito a ver com

OSC realiza de forma contínua ou permanente, e do qual resulta um produto ou serviço que atenda aos interesses compartilhados pela Administração Pública e a OSC” (Ipea, 2022).

¹⁵ “No Brasil, de acordo com os últimos Censos Demográficos, houve quedas seguidas na pobreza e extrema pobreza entre 1991 e 2010. O percentual de pobres em 1991 era de 38,16%, no ano 2000 caiu para 27,9%, já em 2010 atinge 15,2% de pessoas pobres. Por sua vez, quanto à extrema pobreza o país registra nesses anos, respectivamente, 18,64%, 12,48% e 6,62% de pessoas na extrema pobreza (Censos 1991, 2000, 2010)” (Brambilla; Cunha, 2022, p. 3).

a natureza da produção capitalista e, portanto, trata-se de uma produção necessariamente destrutiva. Em síntese, esse fenômeno irradia na totalidade concreta e social ditada pela ordem burguesa.

1.2 Serviço Social: Breve trajetória histórica

De acordo com as contribuições teóricas desenvolvidas pela autora Iamamoto (2017), o Serviço Social teve sua origem na década de 1930 para atender às demandas sociais resultantes do processo de industrialização. O contexto histórico do Brasil no final do século XVIII e início do século XIX era predominantemente agrícola, caracterizado pelo sistema de agricultura de produção.

No entanto, ao longo do século XX, o país experimentou um notável desenvolvimento, culminando na consolidação das chamadas "sociedades capitalistas" (De França Filho; Magnelli; Eynaud, 2020, p. 1). Nessa conjuntura específica, a autora Iamamoto (2008) traz análises sobre as bases teóricas da profissão, que se apresentou com as seguintes características:

O Serviço Social emerge como uma atividade com bases mais doutrinárias que científicas, no bojo de um movimento de cunho reformatório-conservador da sociedade brasileira devendo ser entendido a história da profissão e o seu significado dentro da reprodução das relações de classes e do relacionamento contraditório entre ambas (Iamamoto, 2008, p. 17).

No início do período desenvolvimentista e pensamento econômico brasileiro (Pereira, 2018, p. 122), destacam-se como características proeminentes o crescimento acelerado da industrialização, o aumento das taxas de natalidade e a expansão da mão de obra da classe trabalhadora. Esse processo, além de proteger o progresso econômico, apresenta na realidade a manifestação de diversas contradições sociais.

A ascensão desta sociedade para acumulação do capital é notada pela transição de uma economia predominantemente agrária para uma economia industrializada, com o consequente deslocamento da população originárias das áreas rurais para os centros urbanos, em busca de emprego e melhores condições de vida.

Segundo Pereira (2018), a demanda crescente por mão de obra nesse estágio implicou no aumento da classe trabalhadora, composta por operários advindos da zona rural e trabalhadores urbanos. Essa expansão urbana-industrial e a concentração da força de trabalho nas cidades foram alguns dos indicativos do impacto das transformações da sociedade capitalista em seu estágio inicial no contexto brasileiro.

Contudo, ao mesmo tempo em que a industrialização e o desenvolvimento do capitalismo monopolista¹⁶ promoveram avanços tecnológicos e impulsionou o desenvolvimentismo nacional, neste marco são geradas as desigualdades sociais.

O fenômeno da exploração do trabalho e das desigualdades sociais se manifestaram claramente nesse contexto. A concentração de poder e riqueza nas mãos da elite agrária, em detrimento das condições precárias de vida e trabalho enfrentadas pelos trabalhadores, cria uma dinâmica de tensão e conflito na sociedade.

O desenvolvimento do capitalismo no Brasil se dá sob algumas especificidades originárias de sua história de herança colonial e escravocrata, que não podem ser ignoradas (...) a elite (agrária) brasileira permaneceu intocada por muito tempo - até meados do século XX (De Godoy; Calvoso, 2019, p. 38).

A inclusão das contradições mencionadas revela-se como uma resposta à agudização das expressões da questão social no contexto do capitalismo monopolista, desencadeada em um cenário que exige a intervenção do Serviço Social em articulação estreitada com a Igreja Católica, Estado e Mercado para enfrentar os denominados "problemas sociais". Essa articulação é essencial para a formulação e execução de políticas/ações que visam mitigar as adversidades sociais e promover o bem-estar coletivo (Mioto; Nogueira, 2013).

A sintonia do Serviço Social com a Igreja Católica e Estado representaram uma abordagem multidimensional para enfrentar os desafios sociais, sendo as influências da Igreja Católica, contribuindo para efetivar o seu papel social tradicional na caridade e solidariedade; e o Estado, aparelho detentor do poder político e dos recursos, que historicamente “assume” a responsabilidade de intervir na realidade e desenvolver políticas sociais para enfrentar as expressões da questão social e manter o consenso. Nesse sentido, de acordo com o Castel (1998) a questão social:

(...) foi explicitamente nomeada como tal, pela primeira vez, nos anos de 1830. Foi então suscitada pela tomada de consciência das condições de existência das populações que são, ao mesmo tempo, os agentes e as vítimas da Revolução Industrial. É a questão do pauperismo. Momento essencial aquele em que apareceu ser quase total o divórcio entre uma ordem jurídico-política, fundada sobre o reconhecimento dos direitos dos cidadãos, e uma ordem econômica que acarreta uma miséria e uma desmoralização de massas (Castel, 1998, p. 30).

Dessa forma, esta articulação entre Igreja, Estado e profissão emergente - o Serviço Social, no período da República Velha (1889-1930) desempenharam um papel ativo nas expressões da questão social conforme apresentado anteriormente. A visão messiânica da Igreja

¹⁶ “(...) o capitalismo monopolista corresponde a um sistema em que a centralização e concentração de capital faz com que empresas monopolistas tenham o poder de influenciar e dominar o mercado” (José; Gambi, 2014, p. 36).

Católica, centrada na recristianização da sociedade e na promoção de um projeto de reforma social, influenciou a concepção das ações sociais empreendidas pelo Serviço Social nesse marco histórico. Essa tríade, portanto, contribuiu para o desenvolvimento inicial da profissão - Serviço Social, e estabeleceu direcionamentos fundamentais para a sua atuação e trajetória no contexto brasileiro (Piana, 2011).

É relevante enfatizar que a emergência da profissão no contexto brasileiro está intrinsecamente relacionada ao processo de industrialização e urbanização que marcou esse período histórico (década 1930 e 1940). Com o crescimento das cidades e o avanço da atividade industrial, cresceram também a demanda por profissionais com formação técnica especializada capaz de intervir nos denominados “problemas sociais” decorrentes dessa transformação (Piana, 2011).

Portanto, com o intuito de incentivar as iniciativas filantrópicas apoiadas pelas elites, sob a égide da Igreja Católica e Estado, esse período representou um importante passo na consolidação e estruturação da profissão, pois, essas instituições contribuíram substancialmente para a formação pioneira de assistentes sociais comprometidos com a abordagem filantrópica e ação social, estabelecendo bases sólidas para a atuação da profissão em conformidade com os objetivos da época.

De acordo com a contribuição dos autores Oliveira e Chaves (2017), o surgimento da primeira escola de Serviço Social é identificado no ano de 1936, em São Paulo, seguida por outra unidade estabelecida no Rio de Janeiro em 1937. Ambas as instituições foram instituídas pelo Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), “com o objetivo de tornar mais efetivo e dar maior rendimento às iniciativas e obras promovidas pela filantropia das classes dominantes sob patrocínio da Igreja” (Iamamoto; Carvalho, 1982, p. 168).

Nesse período, a oferta do "curso intensivo de formação social para moças" (Iamamoto; Carvalho, 1982, p. 180) atendido pelas cónegas de Santo Agostinho sinaliza uma preocupação com a preparação de mulheres para atuar em atividades sociais e de assistência. Esse aspecto ilustra o papel tradicionalmente reservado às mulheres na sociedade, frequentemente vinculadas à realização de ações de caridade e benevolência.

Além da marca feminina predominante, o assistente social é herdeiro de uma cultura profissional que carrega fortes marcas confessionais em sua fundação histórica (...) pode-se fazer referência por exemplo, à presença, em alguns segmentos profissionais, de fortes traços messiânicos e voluntaristas no trato da profissão e da questão social; aos resquícios de um humanismo abstrato na interpretação das relações humanas (Iamamoto; Carvalho, 1982, p. 104).

Ademais, nesse contexto inicial da profissão, era delineado uma abordagem tradicional e caritativa nas ações sociais, enquanto as bases filosóficas do humanismo-conservador e do (neo) tomismo conferiram o embasamento ideológico ao Serviço Social. Essas características por sua vez, moldaram a identidade inicial da profissão e dentro desta lógica, o trato das refrações da questão social era interpretado como um problema moral.

Essas influências se manifestaram por meio de intervenções que careciam de uma leitura crítica sobre a totalidade das desigualdades sociais, sendo a questão social nesse sentido, não interpretada como elemento inerente ao desenvolvimento do sistema capitalista de reprodução, mas sim como fenômeno de caráter natural e resultante de inadequação individual em relação ao meio circundante.

A influência Franco-Belga¹⁷ representou uma corrente de pensamento que emergiu durante a formação do Serviço Social como profissão (Eiras; Yazbek; Santos, 2017). Essa corrente, de origem europeia, compreende uma perspectiva que desconsidera o embasamento sociológico e científico, fundamentando-se, portanto, em valores e crenças de ordem moral e religiosa.

Em seu cerne, esta abordagem é marcada por um posicionamento conservador, que enfatiza a manutenção da ordem social vigente e resiste numa evolução mais profunda na estrutura social. Dentro dessa perspectiva, a questão social é interpretada principalmente como um problema de ordem moral e religiosa, sendo percebida como resultado de desvios em relação ao "bem comum" ou à harmonia social individual. Assim, a intervenção do Serviço Social sob essas influências, concentraram-se na busca pela integração dos indivíduos à sociedade, reforçando os valores tradicionais e conservadores como fundamentais para a coesão social.

Essa abordagem é decorrente de uma leitura social vazia de questionamentos ou análises críticas em relação ao sistema capitalista, que é caracterizado por aprofundar as desigualdades sociais e a relação de exploração da classe trabalhadora. Nesta direção, a culpabilização do indivíduo é empregada como explicação para as condições desfavoráveis enfrentadas pela classe trabalhadora empobrecida, sendo as teorias sociológicas positivistas, identificadas por uma abordagem objetiva e empírica, foram largamente utilizadas para justificar a atribuição das desigualdades sociais de modo fenomenológico e individualizado.

O contexto histórico em que o primeiro Código de Ética do Serviço Social foi elaborado (1947) foi permeado por diversos fatores, incluindo estas influências ideológicas, políticas e

¹⁷ “Os legados estrangeiros que marcaram o Serviço Social brasileiro foram os modelos franco-belga e o norte-americano, cadenciados por um processo de sincretismo teórico, ideológico e prático” (Scheffer; Zacarias; Mizoguchi, 2019, p. 2).

religiosas deste período histórico. O Código de Ética profissional, ao ser materializado em 1947, repercutiu fortemente a carga moral e religiosa presente na sociedade da época, moldando a intervenção profissional imbuída de valores e crenças que refletiram na visão dominante sobre a ordem social e o papel do indivíduo na sociedade (Oliveira; Chaves, 2017).

Ademais, é de extrema relevância considerar estas particularidades na realidade da formação sócio-histórica e econômica do Brasil para compreender as motivações que culminaram no Movimento de Reconceitualização do Serviço Social (1965-1975).

Durante as décadas de 1950 e 1960, em virtude da aproximação do Brasil com os ideários dos Estados Unidos (Pereira, 2019), observou-se uma significativa influência da corrente americana no campo do Serviço Social brasileiro, estabelecendo o positivismo, o estruturalismo e o funcionalismo como matrizes teóricas fundamentais da profissão.

Contudo, no contexto em questão, as práticas profissionais do Serviço Social se caracterizavam por não compreender integralmente as manifestações complexas da questão social, o que instigou na categoria uma necessidade de reorientação na perspectiva teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa da profissão (Viana; Carneiro; Gonçalves, 2015).

Essa reorientação visava tornar tais práticas coerentes com as demandas adquiridas pela realidade social e, ao mesmo tempo, possibilitar maior identificação profissional e coerência sobre o significado social do trabalho. Logo, os debates que permearam a profissão Serviço Social no referido contexto no âmbito técnico-operativo, teórico-metodológico e ético-político (ABEPSS, 1996), encontram seu embasamento na realidade sócio-histórica em que a profissão está inserida. Para alcançar a plenitude dessa análise, é essencial examinar os elementos fundamentais que possibilitaram compreender a gênese da profissão e seu caráter assalariado, os quais também explicam as motivações sobre o desenvolvimento das bases teóricas do Serviço Social, integradas na divisão sociotécnica do trabalho no contexto do sistema capitalista de reprodução.

Nesse sentido, estas dimensões que são componentes essenciais do trabalho profissional do Assistente Social, abarcando seus aspectos práticos e técnicos, fundamentos teóricos e metodológicos, bem como as considerações éticas e políticas inerentes à profissão, emergem da interação complexa da realidade sócio-histórica em que a profissão opera, nesta incessante tentativa de imprimir respostas as demandas societárias que são apresentadas para o profissional.

A análise crítica sobre a gênese da profissão e seu caráter assalariado é necessária para compreender a posição e a função que o Serviço Social ocupa na sociedade contemporânea. A

relação intrínseca entre as motivações que culminaram na emergência da profissão e o contexto sociopolítico e econômico em que se originou, revelam as especificidades e como ocorreu a evolução da atuação profissional do assistente social ao longo das últimas décadas (Oliveira; Chaves, 2017).

Além disso, é fundamental considerar nas análises a inserção do assistente social nesse contexto produtivo, para assim compreender a atuação enquanto parte integrante do sistema, envolvendo ações que visaram responder às necessidades e interesses da classe dominante, mas também do mesmo modo, é possível identificar o movimento contra hegemônico embrionário na profissão rumo à atuação em prol dos interesses da classe trabalhadora.

Portanto, a análise crítica e contextualizada dos fundamentos da profissão, requer uma compreensão profunda e contextualizada da sua origem; bem como identificar os elementos contraditórios promovidos pelas transformações do significado social da profissão de modo dialético; e o posicionamento ético-político profissional enquanto categoria imersa no sistema capitalista de reprodução; a fim de analisar as bases que sustentaram a profissão e entendermos sua configuração na contemporaneidade.

1.3 Reflexão sobre o Serviço Social como trabalho

Para adentrar no debate sobre a configuração do Serviço Social como trabalho é preciso resgatar, ainda que brevemente, um momento marcante na trajetória da profissão: o “Movimento de Reconceituação” (Netto, 2017).

O *Movimento de Reconceituação do Serviço Social* representa, segundo o autor, um marco significativo na história da profissão, configurando-se como um período de intensas reflexões, questionamentos e revisões das bases teóricas e práticas que orientaram a atuação dos assistentes sociais, marco que corroborou posteriormente, no significado social da profissão na contemporaneidade, isto é, na luta e defesa pela classe trabalhadora.

Emergindo nas décadas de 1960 e 1970, esse movimento caracterizou-se por uma profunda crise de identidade profissional, impulsionada pela necessidade de enfrentar os desafios de uma sociedade em transformação¹⁸.

¹⁸ “Os direitos trabalhistas e sociais sofreram retrocessos com a implantação da ditadura civil-militar no Brasil em 1964. O golpe de 1º de abril, apoiado pelo imperialismo norte-americano, pelos setores conservadores da alta hierarquia da Igreja Católica, pela burguesia internacional e nacional (industrial e financeira, os grandes proprietários de terras), conteve o avanço das forças populares que vinham num crescente nível de organização e mobilização em torno das lutas pelas reformas de base” (Lara; Silva, 2015, p. 277).

De acordo com Netto (2017) são identificadas três perspectivas distintas no decorrer do Movimento de Reconceituação do Serviço Social: 1) Perspectiva modernizadora; 2) Reatualização do conservadorismo; e 3) Intenção de ruptura.

Contudo, é relevante ressaltar que o Movimento de Reconceituação do Serviço Social não se circunscreveu rigidamente a um período histórico específico, ao contrário, manifestou-se de forma dialética e concomitante entre suas distintas perspectivas. Esse processo foi sistematicamente organizado pelo autor com o propósito de fornecer uma melhor compreensão dos elementos que permearam os processos de reconceituação do serviço social na realidade brasileira.

Conforme as análises de Netto (2017), a primeira vertente identificada no âmbito do Movimento de Reconceituação é denominada "perspectiva modernizadora" (Netto, 2017, p. 164). Emergindo em meio ao contexto do golpe militar de 1964, que o autor descreve como a "autocracia burguesa" (Netto, 2017, p. 26), esse período foi profundamente determinante para uma série de mudanças econômicas, políticas e sociais que passaram a moldar o cenário brasileiro.

O redirecionamento da gestão estatal, caracterizado por uma maior racionalização administrativa e burocratização, foi impulsionado pelas transformações sociais e políticas que ocorreram em paralelo ao movimento de modernização do país sob a égide da autocracia burguesa.

A iniciativa de 1967 tinha como objetivo descentralizar a burocracia de Estado, instituindo a administração direta e a administração indireta (através de autarquias, fundações, empresas de economia mista etc.), numa tentativa de “racionalização” e “eficiência” do Estado, com destacado papel dos chamados “tecno-burocratas”, em substituição ao sistema político, considerado clientelista (Andrade, 2018, p. 1).

Esse movimento, conforme Andrade (2018) visava aumentar a eficiência e eficácia da administração pública, buscando, em teoria, melhorar os serviços prestados à população e otimizar a atuação do Estado nas diferentes áreas. Nesse contexto, o serviço social viu-se diante de novos desafios e demandas, que exigiam uma abordagem mais técnica e especializada para lidar com as chamadas “problemáticas sociais” emergentes, sendo as influências até então predominantes, (neotomismo e as práticas assistencialistas em conjunto com a Igreja Católica), já não eram suficientes para enfrentar as complexas expressões das desigualdades sociais que se apresentavam no Brasil.

Assim, o movimento de reconceituação do serviço social buscou uma ruptura com os paradigmas tradicionais e extensão de suas bases teóricas e metodológicas. Inspirando-se inicialmente em modelos internacionais, especialmente incorporados dos Estados Unidos pela

metodologia de Estudo de caso, Grupo e Desenvolvimento da Comunidade, foram as metodologias eleitas pela profissão como novos parâmetros de atuação profissional. Essas abordagens enfatizavam:

Numa prática funcionalista e integradora, em estreita relação com o paradigma conservador católico e vinculado a uma ação paramédica, psychologizante, facilmente identificada pelos termos técnicos adotados em suas práticas instrumentais no período, tais como: Diagnóstico, Anamnese, Cartase, Empatia, Tique e outros (Cardoso, 2008, p. 15).

A necessidade de buscar novos métodos profissionais no serviço social decorreu pela ineficiência destas teorias em lidar com os novos objetivos apresentados pela conjuntura. Essa nova perspectiva, denominada como "perspectiva modernizadora" (Netto, 2017, p.164), apresentou características distintivas, incluindo o embasamento em uma teoria social de matriz positivista “em sua apreensão manipuladora, instrumental e imediata do ser social” (Yazbek, 2009, p. 147).

Nesse contexto, os seminários organizados pelos assistentes sociais, se tornaram um instrumento característico para discussões, sistematização das intervenções e reflexões na categoria profissional. Segundo Yazbek (2009), estes seminários e a delegação aos Centro Brasileiro de Cooperação Internacional em Serviços Sociais (CBCISS) desempenharam um papel fundamental na compreensão das especificidades das mudanças promovidas pelo movimento de reconceituação do serviço social. Documentados por meio desses encontros, foi registrado novas teorias e autores que foram eleitos como referência para orientar as ações profissionais, bem como às discussões realizadas pela categoria com o objetivo de renovar a profissão.

No contexto da perspectiva modernizadora, os seminários desempenharam um papel essencial como espaços de discussão sobre a necessidade de modernização da atuação profissional. Nessa perspectiva, o primeiro evento ocorreu em Araxá/MG em 1967, e ao seu termo, os participantes produziram um documento que refletia os novos anseios e aspirações desse momento específico para a profissão.

O documento gerado ao final do seminário destacava a importância de modernizar a prática do serviço social, buscando estabelecer técnicas e abordagens adequadas para enfrentar os desafios impostos pelas mudanças ocorridas no Estado brasileiro. Contudo, “o eixo que atravessa o Seminário de Araxá é o transformismo e a conservação do Serviço Social tradicional sobre novas bases” (Viana; Carneiro; Gonçalves, 2017, p. 2).

Posteriormente, ocorreu outro seminário relevante na cidade de Teresópolis/RJ em 1970, que também corroborou na produção de um documento significativo. Nesse marco, é possível

identificar a tentativa de elaboração de metodologias estruturadas para a atuação do serviço social, baseada na formulação de técnicas sistematizadas e fundamentadas em teorias sociais.

O seminário realizado em Teresópolis foi marcado por discussões aprofundadas sobre a necessidade de refletir e debater sobre a dimensão técnico-operativa do serviço social, buscando desenvolver abordagens metodológicas que puderam contribuir para uma prática mais efetiva e embasada em princípios teóricos sólidos. De acordo com Netto (2017) “no *Documento de Teresópolis*, o dado relevante é que a perspectiva modernizadora se afirma não apenas como concepção profissional geral, mas sobretudo como uma *pauta interventiva*” (Netto, 2017, p. 178).

Ademais, de acordo com os registros, foi possível identificar que grande parcela dos profissionais reconheceu que, a atuação meramente empírica e intuitiva não seria suficiente para enfrentar os desafios complexos das desigualdades sociais emergentes na época, e com o “deslocamento da perspectiva modernizadora” (Netto, 2017) houve a materialização dos documentos elaborados em Sumaré/SP e Alto da Boa Vista/SP.

A segunda vertente identificada por Netto (2017) no contexto do movimento de reconceitualização do serviço social é denominada de “reatualização do conservadorismo” (Netto, 2017, p. 201). Essa vertente reitera a origem da profissão, que apresentava traços eminentemente conservadores, com fortes vínculos com a Igreja Católica, influências do neotomismo e referências das correntes Americana e Franco-Belga.

A empresa restauradora possível, portanto, deveria travar um duplo debate: deter e reverter a erosão do *ethos* profissional tradicional e todas as suas implicações sociotécnicas e, ao mesmo tempo, configurar-se como uma alternativa capaz de neutralizar as novas influências que provinham dos quadros de referência próprios da inspiração marxista. Fazê-lo, porém, supunha inovar na operação da mesma da restauração – supunha *reatualizar* o conservadorismo, embutindo-o numa nova proposta, aberta, e em construção (Netto, 2017, p. 203).

Essa perspectiva se apresentou como uma alternativa dentro do movimento, promovendo a fenomenologia como teoria social principal e teve como referência teórica a autora Ana Augusta Almeida, cujas ideias reservaram muito presentes nos documentos elaborados nos seminários promovidos para debater esse estágio do serviço social.

Nesse contexto, foi realizado os seminários na cidade de Sumaré/SP e Alto da Boa Vista/SP (1984), no qual a autora em referência desempenhou um papel de destaque nas discussões para a elaboração dessa vertente teórica. A autora apresentava uma “nova” proposta que retomava as bases do serviço social tradicional, porém, se afastava das influências da teoria social da igreja e dos preceitos filosóficos neotomistas.

A perspectiva adotada pela autora em referência buscava fundamentar-se na fenomenologia como principal fonte de abordagem teórica, sendo a fenomenologia, uma corrente filosófica que valoriza a experiência e a vivência subjetiva dos indivíduos enquanto elemento central para a compreensão da realidade.

Assim, o cerne dessa matriz teórica no serviço social era focalizado no indivíduo, buscando uma prática psicologizante promovida por meio da subjetividade e na realidade aparente dos usuários, sem considerar de forma mais ampla as conexões com as desigualdades sociais e questões macroestruturais (Netto, 2017).

Por último, a vertente denominada "Intenção de Ruptura" (Netto, 2017, p. 247) surgiu como uma tentativa de romper com a perspectiva conservadora do serviço social tradicional. Entretanto, é relevante salientar que mesmo nesse movimento de tentativa de ruptura ao conservadorismo, as raízes do conservadorismo não foram extintas, o que leva o autor a caracterizar essa abordagem acrescentando o elemento *intenção* de ruptura.

Um dos principais elementos distintivos dessa vertente foi a adoção do pensamento filosófico e crítico marxista como referência teórica fundamental. A aproximação do Serviço Social com a teoria social crítica marxista ofereceu para a profissão uma concepção abrangente sobre a realidade social, analisando sob a vertente da totalidade e articulando as dimensões das lutas de classes, conjuntura econômica, política e social, conferindo subsídios aos assistentes sociais para analisar as estruturas de poder e as relações de classe que permeiam a sociedade capitalista de reprodução social (Netto, 2017).

O seminário realizado em Belo Horizonte/MG, em 1970, representa um marco importante no movimento de reconceituação do serviço social, pois, a partir das contribuições da obra elaborada por Marilda Villela Iamamoto e Raul de Carvalho em 1982¹⁹, o Serviço Social acolheu o diálogo com teóricos marxistas. Contudo, importante destacar neste processo que:

O debate acerca do ecletismo no âmbito do Serviço Social se inicia no período do Movimento de Reconceituação. A crítica às vertentes tradicionais da profissão, em razão de sua aproximação com a vertente marxista, questionava os referenciais ecléticos conservadores utilizados. Contudo, adverte Netto (2001) que, ao aproximar-se de modo superficial e enviesado ao marxismo, o Serviço Social acaba por intensificar, ao invés de superar, o uso de referenciais ecléticos. A refutação mais efetiva ao ecletismo vai ocorrer somente no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, quando há um amadurecimento da produção simbólica da profissão que se dá a partir de uma apreensão mais profunda da teoria marxiana (Netto, 2001 *apud* Prates, 2018, p. 242).

¹⁹ Título da obra em referência: "Relações sociais e Serviço Social no Brasil" publicado a primeira edição em 1982.

Nesse sentido, a centralidade da leitura marxista na profissão, articulada com os movimentos sociais e composto por diversos protagonismos, influenciou reorganização teórica e ético-político da profissão. Esta reconstrução coletiva da profissão se fortaleceu principalmente no início da década de 1980, no bojo do processo de redemocratização do país, que se originou a partir do final da década de 1970 e se estendeu pela década de 1980. De acordo com Chauí e Nogueira (2007), foi um contexto de grande significado para a consolidação das liberdades civis, políticas e sociais.

Conforme os autores, a sociedade brasileira sofreu um período de forte controle estatal, em que a participação política era restrita e a censura limitava a liberdade de expressão, para uma fase de efervescência política e social, com a emergência de movimentos sociais, sindicatos e outras organizações da sociedade civil na luta pela ampliação de direitos, cidadania e participação política.

Ademais, dentro deste período histórico, o contexto do movimento de reconceituação do serviço social, em específico na vertente da intenção de ruptura, emergiu a incorporação da perspectiva crítica e marxista que se constituiu como base para a construção do projeto ético-político da profissão conforme abordado anteriormente.

O projeto ético-político do serviço social, gestado nesse contexto, representa uma transformação significativa no modo como os assistentes sociais refletiam a prática profissional. Elaborado por meio dos debates promovido no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (1979), evento intitulado como “Congresso da Virada”, foi um marco emblemático para a categoria, pois, representou um espaço de intenso debates e reflexões sobre a atuação profissional dos assistentes sociais com o propósito de romper, ainda que minimamente, com a vertente tradicional do serviço social (Mioto; Nogueira, 2013).

Nesse cenário, os assistentes sociais engajados na intenção de ruptura ao conservadorismo, baseados em fundamentos críticos e marxistas, se uniram para questionar as práticas assistencialistas e conservadoras que permeavam a profissão.

1979 foi o ano da “virada”, de realização do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, pouco antes da decretação da anistia no Brasil e do III Encontro Nacional de Entidades Sindicais que cria a CENEAS (Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistência Social). Nesse cenário de lutas, assistentes sociais brasileiros repudiam o conservadorismo da profissão e tornam público seu compromisso com a classe trabalhadora, com a renovação e com a democracia na perspectiva da socialização do poder político, da riqueza e da cultura (Raichelis; Yazbek; Wanderley; Martinelli, 2019, p. 499).

Logo, o documento em referência trata-se de uma proposta ampliada que visa para além da intervenção profissional, a construção de novos projetos societários e as estratégias para que os assistentes sociais possam contribuir ativamente nessa transformação societária.

Essa iniciativa é fundamentada nos três documentos normativos basilares para a profissão: 1) o Código de Ética Profissional de 1993; 2) as Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (1996); e 3) a Lei de Regulamentação da profissão (1993). Estes documentos normativos foram fundamentados na perspectiva crítica do serviço social, convergindo para a construção de um horizonte que transcenda as limitações impostas pelo sistema capitalista.

O Código de Ética Profissional de 1993 é uma das bases fundamentais do Serviço Social nesse processo, constituindo-se como um importante marco normativo e orientador para a atuação dos assistentes sociais. Ao longo da trajetória da profissão, a ética tem sido um elemento essencial para a construção da identidade e do compromisso político da categoria, afirmando na práxis profissional a defesa e luta articulada com a classe trabalhadora.

De acordo com Cardoso (2017), o desenvolvimento dos Códigos de Ética do Serviço Social²⁰ formulados ao longo da história é reflexo de um processo dinâmico e dialético, impulsionado pelas transformações políticas, sociais e teóricas que marcaram a trajetória da profissão, mas que não serão explicitados neste texto.

Importante destacar sobre o Código de Ética do Serviço Social de 1993, que foi construído a partir dos avanços nos núcleos de estudos, de pesquisas e debates a respeito da ética e direitos humanos. Estes debates começaram a adquirir força no interior da profissão e a questão ética se destacou como objeto de reflexão no processo de revisão das Diretrizes Curriculares em 1996 e Código de Ética Profissional. Nessa versão, o Serviço Social assume uma postura comprometida com a transformação social e com a promoção da cidadania plena de todos.

É nesta década que se constitui no Serviço Social a vinculação a uma ética emancipatória/de ruptura com a compreensão da sociedade de classes e do importante papel da profissão (em suas contradições) de vinculação as demandas e lutas das classes trabalhadoras, bem como o questionamento do status quo e dos valores conservadores na luta contra toda e qualquer forma de preconceito (Cardoso, 2017, p. 330).

Portanto, o Código de Ética de 1993, dentro dos princípios, valores, normativas e finalidades, foram elaborados no sentido de orientar a direção ético-político profissional e subsidiar parâmetros para a categoria definir suas finalidades ético-político, teórico-

²⁰ A evolução dos Códigos de Ética do Serviço Social se desenvolveu nos respectivos momentos históricos: O primeiro, elaborado em 1947; o segundo em 1965, o terceiro em 1975; o quarto em 1986; e por último, (ainda vigente) formulado em 1993.

metodológico e técnico-operativo destacando a ética como elemento central em seus projetos profissionais.

Neste momento, adentramos na reflexão sobre a profissão – Serviço Social na contemporaneidade, porém, se faz necessário contextualizar o processo demarcado por crises que incidiram na esfera do trabalho, Estado e Políticas Sociais e que impactaram na profissão - Serviço Social, imprimindo para a categoria profissional à constante amplificação de desafios, tensionamentos e demandas profissionais.

No contexto de crise do capital, a partir da década de 1990, o Estado assume a perspectiva neoliberal e revela neste cenário, uma notável mudança morfológica nas demandas sociais e profissionais. Nesse mesmo processo, ocorre a transformação nos parâmetros dos limites e possibilidades da intervenção profissional sobre esta realidade.

O contexto dos efeitos negativos causados pela redução e distribuição dos direitos sociais ao longo da história, evidenciados pela crise global de natureza estrutural, combinados com as medidas adotadas no âmbito econômico-financeiro e orientação neoliberal²¹, indicam para além de uma crise no mapeamento social, repercussões nos valores e nos projetos sociais, que, de acordo com as concepções desenvolvidas por Netto (1999), em síntese os projetos sociais são:

(...) aqueles que apresentam uma imagem da sociedade que se quer se construir, que contam com determinados valores para justificar sua construção e meios para concretizá-la. São projetos coletivos, onde suas propostas estão voltadas para o conjunto da sociedade. Porém, há concorrência entre diferentes projetos societários e, na realidade em que vivemos, os projetos societários que atendem aos interesses das classes trabalhadoras e subalternas contam sempre com condições menos favoráveis diante dos projetos das classes possuidoras e dominantes (Netto, 1999, p. 4).

O que ocorre, portanto, é a predominância significativa do capital financeiro e seus projetos em ascensão, que fundamentam ideologicamente a funcionalidade de seu sistema tanto nos processos de produção quanto na reprodução das relações sociais, econômicas e políticas, com capacidade de distorcer quaisquer valores que se oponham à ordem estabelecida.

As repercussões da crise desencadeada pela estagnação econômica no Brasil e em toda América Latina em meados dos anos de 1980²², se reverberam na crise econômica mundial de

²¹ “O neoliberalismo como uma política de classe inspirada em uma ideologia econômica que busca ampliar a *mercadorização*, dando origem a formas de “acumulação por espoliação”. Enfatiza-se a expansão e a renovação dos mercados globais, da privatização, da financeirização, dos modelos de gestão e de exploração do trabalho, expandindo as áreas e intensificando as formas de acumulação capitalista” (Andrade, 2019, p. 112).

²² “A crise econômica dos anos 80, a década perdida, foi objeto de inúmeros estudos de economistas. No caso brasileiro, a aceleração da inflação e a centralidade política da discussão sobre planos de estabilização econômica deram o tom aos primeiros governos civis posteriores ao regime autoritário, o de José Sarney (1985-1990) e o de Fernando Collor de Mello (1990). A sucessão de planos econômicos frustrados condicionou o processo político

2008 (Harvey, 2011), provocando uma série de alterações que impactam significativamente no mercado de trabalho e na dinâmica de toda classe trabalhadora, em especial, do assistente social, foco do presente estudo.

Nesta conjuntura, o processo de reorganização geral do modo de produção capitalista em nível global, desencadeou mudanças perceptíveis e relevantes, embrionário da busca incessante do capital para sua ampliação e reprodução, assim, todas as modificações no mundo do trabalho são decorrentes à esta lógica (Antunes, 2020).

O capital deste modo, passa a solicitar o extenso processo de restauração, que prescreve novas formas de enfrentamento – fator que não é novidade na dinâmica do capitalismo. Em vista disso, o que difere das demais crises acometidas pela lógica capitalista, se trata da profundidade de sua crise e níveis de complexibilidade. Em suma, as respostas dadas na crise iniciada nos anos de 1970 – resultante na reestruturação produtiva, segundo Antunes (2018):

Mas foi a partir dos anos 1990, com a vitória do neoliberalismo no Brasil, que se intensificou o processo de reestruturação produtiva do capital, levando as empresas a adotar novos padrões organizacionais e tecnológicos, novas formas de organização social do trabalho, novos métodos denominados *participativos* (Antunes, 2018, p. 134).

De acordo com Behring e Boschetti (2011), o período pós-1990 pode ser considerado no país, como de contrarreforma do Estado, posto que a denominada Reforma do Estado idealizada por Bresser Pereira (1998) marcou retrocesso nas conquistas demarcadas na Carta Magna de 1988, sobretudo, nas políticas de previdência, de assistência social e de saúde.

As autoras Behring e Boschetti (2011, p. 148) acrescentam que:

Reformando-se o Estado, com ênfase especial nas privatizações e na previdência social, e, acima de tudo, desprezando as conquistas de 1998 no terreno da seguridade social e outros (a carta constitucional era vista como perdulária e atrasada), estaria aberto o caminho para o novo “projeto de modernidade”. O principal documento orientador dessa projeção foi o Plano Diretor da Reforma do Estado (PDRE/MARE, 1995), amplamente afinado com as formulações de Bresser Pereira, então à frente do Ministério da Administração e da Reforma do Estado (MARE) (Behring; Boschetti, 2011, p. 148).

Posteriormente em 2008, outros elementos se impõem para além da complexificação desta conjuntura. Ao analisar o cenário vigente, é possível identificar a perceptível e drástica mudança nas condições de trabalho e relações sociais, tanto no que concerne a classe trabalhadora ocupada quanto ao excedente. Em destaque da condição *excedente*, que se trata de

em seu conjunto, lançando dúvidas e temores com relação à própria consolidação das instituições democráticas” (Júnior; Kugelmass, 1991, p. 145).

uma categoria relevante na realidade e não como uma categoria reduzida na “reserva do capitalismo maduro”²³ (Netto, 2012).

Este exército de pessoas que por questões objetivas não conseguem inserir-se no mercado de trabalho, merece destaque para análise. O desemprego estrutural²⁴ é uma questão central para entendermos o contexto vigente e analisar, os processos da emergência do Serviço Social como trabalho, as implicações da dinâmica capitalista e suas repercussões no trabalho do assistente social.

Sabemos que as crises cíclicas que acompanham as relações sociais atingem duplamente o Serviço Social: tanto na realidade de vida de toda população usuária das políticas sociais que são desvalidos de seus direitos, quanto na emergente precarização e intensificação do trabalho para os assistentes sociais, que de longa data, tais elementos acompanham e limitam a intervenção profissional na perspectiva emancipatória da classe trabalhadora (Mioto; Nogueira, 2013).

É oportuno realçar que as manifestações da questão social presentes na realidade de vida do conjunto da classe trabalhadora – de natureza estrutural e estruturante, são elementos arraigados na formação sócio-histórica da condição de capitalismo periférico e dependente como o Brasil, que ditaram historicamente o público privilegiado no acesso aos direitos sociais, sendo a democracia um sistema político que ocorreu de modo residual e restrito para as classes dominantes. Em vista desta realidade, o autor Fernandes (2007) desenvolve em sua tese, que a natureza da superexploração da classe trabalhadora no Brasil trata-se de um fenômeno histórico-dialético de subalternização dos sujeitos que compõe a classe trabalhadora, determinadas inicialmente pelo racismo estrutural e teorias raciais; escravidão; colonialismo; destituição do direito à terra; e outros fatores que antecedem os ditames do neoliberalismo no estágio do capitalismo financeiro/monopolista.

Nesses termos, os efeitos macroestruturais que marcam as relações de trabalho e suas precarizações na realidade da população brasileira – os quais incluem a condição do trabalho e de vida dos/as assistentes sociais, incidem na dinâmica de toda população da classe trabalhadora (ocupada e excedente), que são gradativamente deterioradas apesar dos pactos de reestruturação

²³ Termo definido pelo autor José Paulo Netto (2012) com o objetivo de apresentar crítica ao conceito empregado para a classe trabalhadora excedente, pela perspectiva ideológica-capitalista.

²⁴ “No Brasil, o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), um dos órgãos que realiza a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), considera o desemprego estrutural o total da somatória do desemprego aberto (caracterizado pelas pessoas que procuram trabalho e não realizam nenhuma atividade remunerada), com o desemprego oculto pelo trabalho precário (pessoas que realizam algum tipo de atividade descontínua e irregular enquanto estão à procura de trabalho), mais o desemprego oculto pelo desalento - pessoas que, desencorajadas pelas condições do mercado de trabalho ou por razões circunstanciais, interromperam a procura, embora ainda queiram trabalhar” (Caldana; Figueiredo, 2002, p. 20).

produtiva forjados no período do keynesianismo, fordismo e Toyotismo, conforme discorrido no item anterior.

Uma das manifestações da questão social mais latentes que são apresentadas, motivadas em primeira instância pelo desemprego estrutural, trata-se de uma sociedade majoritariamente desempregada e que possuem um conjunto de direitos reprimidos, são o escopo das demandas sociais encaminhadas para os assistentes sociais. Desta forma, os dilemas do desemprego ampliam a flexibilização dos direitos sociais para toda a população e consequentemente, amplifica os desafios para a profissão tanto em sua condição como trabalhador, quanto em sua forma de intervenção sobre esta realidade apresentada (Raichelis, 2011).

Ademais, considerando a complexibilidade desta conjuntura, o capital por sua vez não pode substituir completamente o trabalho pelas tecnologias, sendo este fator uma contradição inerente ao sistema capitalista - o trabalhador não pode ser negligenciado ou totalmente ignorado pelo capital.

A história do capitalismo é toda ela a história de um prodigioso desenvolvimento da produtividade por meio do desenvolvimento da tecnologia. Isso resulta hoje, como também no passado, na introdução de máquinas cada vez mais aperfeiçoadas no processo de trabalho – que permitem produzir a mesma quantidade de produtos em tempo duas, três ou quatro vezes menor – e, portanto, num desenvolvimento manifesto da produtividade. Mas, correlativamente, isso tem efeitos precisos no agravamento da exploração da força de trabalho (aceleração do ritmo de trabalho, supressão de empregos e postos de trabalho), não apenas para os proletários, mas também para os trabalhadores assalariados não proletários, inclusive certos técnicos, até mesmo de alto escalão, que “não estão mais atualizados” com o progresso técnico e, portanto, não têm mais valor de mercado: daí o desemprego subsequente (Marx, 2013, p. 68).

Este fator, incluindo a deterioração gradativa dos direitos sociais historicamente conquistados, são um dos motivos que impulsiona e exige o enfrentamento da classe trabalhadora articulada na categoria profissional sobre esta realidade. Isso coloca para todos/as/es trabalhadores (especialmente aos assistentes sociais) a contradição e permite questionar: “qual é o estado da luta de classes hoje? Como é possível enfrentar os avanços do capital considerando os limites e possibilidades da intervenção profissional neste cenário de crises profundas? Eis o dilema que persegue de longa data, a categoria profissional.

A interpretação teórica da profissão sobre o caráter assalariado – ainda que concretamente, esta configuração sempre acompanhou o trabalho dos assistentes sociais, somente foi debatido substancialmente a partir das contribuições de Iamamoto e Carvalho em 1982. Partindo do embasamento na teoria social e crítica de Marx, estes autores adotaram uma análise pioneira do Serviço Social no contexto da produção e reprodução das relações sociais capitalistas, considerando a inserção profissional na divisão social e técnica do trabalho.

O processo capitalista de produção expressa, portanto, uma maneira historicamente determinada dos homens produzirem e reproduzirem as condições materiais da existência humana e as relações sociais através das quais levam a efeito a produção. Neste processo se reproduzem, concomitantemente, as ideias e as representações que expressam estas relações e as condições materiais em que se produzem, encobrindo o antagonismo que as permeia (Iamamoto; Carvalho, 1982, p. 30).

É neste contexto que é debatido sobre o cotidiano deste trabalho que comunga como qualquer outro sujeito proletário, os dilemas diários de reproduzir as condições de subsistência necessárias para si e toda sua família, a partir do acesso aos bens materiais de consumos que são basilares para o desenvolvimento da cidadania, como por exemplo o acesso a moradia, alimentação, água, energia, entre outros, mas que simultaneamente, para atingir esta satisfação deve conseguir vender a sua força de trabalho especializada ao ser contratado por uma instituição de natureza pública, privada, lucrativa ou não lucrativa, que garante o salário pelo trabalho exercido.

Ademais, importante destacar na análise a condição do assistente social enquanto profissional que não possui um processo de trabalho próprio. Ao analisar o processo de trabalho defendido pela teoria social crítica de Marx (2013), o trabalho na vigente sociabilidade capitalista é organicamente dialético e coletivo. Com o advento do processo de industrialização e as transformações promovidas no mundo do trabalho, principalmente com a evolução do capitalismo nas últimas décadas, surgiram a fragmentação na organização técnica e social do trabalho, sendo o trabalho desenvolvido pela categoria profissional do Serviço Social não esteve alheio a este processo. Por isto, “trata-se de uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho como uma especialização do trabalho coletivo” (Iamamoto, 1982, p. 77), ou seja, o/a assistente social não domina o processo integral do trabalho e por sua vez, desenvolve o trabalho coletivo, concreto e abstrato²⁵ articulado na instituição empregadora com demais profissionais, independente da área de atuação.

Essa abordagem trouxe uma nova concepção teórico-metodológico para a categoria profissional e sua relação com a dinâmica socioeconômica, proporcionando uma base sólida para o amadurecimento teórico da profissão.

Ademais, essa concepção desempenhou um papel fundamental no fortalecimento da identidade profissional, pois, o assistente social ciente das demandas individuais e coletivas,

²⁵ A definição de trabalho concreto e abstrato segundo a autora Iamamoto na obra “Serviço Social em tempo de capital fetiche” (2014), entende-se o trabalho concreto enquanto dimensão ontológica (composta pela relação intrínseca com a natureza e transformá-la para a autossubsistência por meio do trabalho). Já no tocante a concepção de trabalho abstrato, trata-se do trabalho desenvolvido pelo capital, com a finalidade de exploração da classe trabalhadora para a extração da mais-valia.

segundo Raichelis (2011) se reconhece como sujeito ativo que vende a sua força de trabalho, porém, para além desta condição de assalariado, o assistente social também é adotado de uma *autonomia relativa* que permite desenvolver uma prática profissional orientada pela Lei de regulamentação da profissão nº8662/93, pelos princípios fundamentais na “II - defesa intransigente da classe trabalhadora” (CFESS, Código de ética profissional do assistente social, 1993).

Nesse sentido, o assistente social persegue por meio das condições concretas e subjetivas do trabalho, ampliar os direitos sociais para a classe trabalhadora e promover a justiça social, garantindo conquistar a inclusão e o bem-estar coletivo dos indivíduos e grupos socialmente vulneráveis.

O trabalho profissional, na perspectiva do projeto ético-político, exige um sujeito profissional qualificado capaz de realizar um trabalho complexo, social e coletivo, que tenha competência para propor, negociar com os empregadores privados ou públicos, defender projetos que ampliem direitos das classes subalternas, seu campo de trabalho e sua autonomia técnica, atribuições e prerrogativas profissionais (Raichelis, 2011, p. 427).

É fundamental ressaltar que essa abordagem crítica adotada na profissão, baseada na teoria de Marx após o movimento de reconceituação, para atender os objetivos profissionais sintonizados com a luta de classes e defesa da classe trabalhadora, possui uma importância significativa, especialmente ao considerar as marcas conservadoras que acompanham a profissão, arraigadas desde a institucionalização do Serviço Social no contexto brasileiro.

A partir do reconhecimento do significado social da profissão e da relevância orientada na transformação do panorama de desigualdades em conjunto com a classe trabalhadora e movimentos sociais, a categoria profissional alcançou novos níveis de concepções e debates ao adotar a teoria marxista como base teórica.

A adoção da teoria marxista incorporado no bojo do movimento de reconceituação, embrionário da necessidade da profissão posicionar-se politicamente em prol da defesa da classe trabalhadora, permitiu ao Serviço Social brasileiro ampliar a compreensão das raízes estruturais da desigualdade e da exploração para além de sua aparência imediata, possibilitando uma atuação crítica e transformadora que persegue a justiça social (Tavares, 2013).

Além do mais, conforme Raichelis (2011) esta base teórica propiciou a construção de uma identidade profissional mais engajada e comprometida com as pautas sociais advindas dos movimentos sociais e classe trabalhadora.

No entanto, é de suma importância ressaltar que essa conclusão teórica embasada em uma perspectiva crítica e emancipatória, não representa uma orientação singular para a categoria

profissional. Ao considerar o assistente social como um agente ativo na dinâmica das relações sociais, as bases teóricas acompanham esse movimento e se atualizam de acordo com suas necessidades.

Logo, ao considerar as estruturas da sociedade capitalista e seu potencial alienador, é comum que o assistente social não se reconheça como parte da classe trabalhadora, sendo alienado pelas circunstâncias objetivas e subjetivas da profissão, gerando assim uma reação de estranhamento em relação ao significado social de seu trabalho.

A desvalorização e descartabilidade das pessoas aprofunda o processo de alienação e estranhamento do trabalho, radicalizando a coisificação das relações humanas e fragilizando as identidades individual e coletiva e a dimensão ética do trabalho, principalmente pela situação de desemprego estrutural (Raichelis, 2011, p. 430).

Nesse sentido, as bases teóricas da profissão, apresentam uma constante dupla tendência: por um lado, a possibilidade de fortalecimento e avanço do conservadorismo, e por outro, o potencial de avanço crítico na intervenção profissional por meio da qualificação, formação e institucionalização gradual da profissão na sociedade brasileira. Para atingir o potencial de avanço crítico, exige a consideração de uma atuação coerente com as demandas sociais que são apresentadas, indissociáveis do compromisso ético-político com a classe trabalhadora (Raichelis, 2011).

A realidade que permeia a categoria profissional, prescreve a necessidade de uma abordagem abrangente em relação à condição do assistente social enquanto trabalhador assalariado. Para tanto, é preciso compreender plenamente essa realidade, levando em consideração as dinâmicas que se manifestam na vida individual e no trabalho do assistente social, a fim de identificar as reais motivações subjacentes às suas contradições, os desafios que restringem a intervenção profissional, bem como às causas da precarização do trabalho e a flexibilização gradual dos direitos trabalhistas.

Nesse contexto, somente por meio da compreensão da realidade social a partir da perspectiva de totalidade, embasada na razão crítico-dialético, será possível empreender os esforços concretos para alcançar a autonomia profissional do assistente social, bem como, a valorização salarial, o reconhecimento social e a adoção de estratégias de enfrentamento condizentes com a luta da classe trabalhadora. Essas ações visam promover benefícios e direitos que ampliam a cidadania de toda população, as quais incluem os assistentes sociais.

Conforme Raichelis (2011), ao reconhecer o Serviço Social como uma profissão incorporada na divisão social e técnica do trabalho aliado na compreensão das atribuições e

competências específicas que são sustentadas pela formação profissional, emerge a perspectiva de uma atuação contra hegemônica.

No entanto, paradoxalmente, essa atuação encontra-se limitada pela correlação de forças presentes na dinâmica institucional e pela própria categoria profissional, que por muitas vezes exercem sobre o assistente social, o constante questionamento e sentimento de impotência sobre as possibilidades concretas existentes para efetivar uma atuação coerente com o projeto ético-político profissional.

Diante desse contexto complexo, surgem diversos questionamentos para a categoria profissional: como concretizar os objetivos profissionais, tendo plena consciência de seus limites e possibilidades, frente a essa conjuntura desafiadora? Como viabilizar uma intervenção transformadora ao ser atravessado pelas limitações das condições de um trabalhador assalariado?

Esses questionamentos podem facilmente levar ao fatalismo e messianismo²⁶ da profissão – assim como o sistema capitalista desenha para a categoria profissional e sociedade, porém, contraditoriamente, são estes mesmos questionamentos que estimulam a reflexão sobre as novas estratégias e ações que são necessárias para materializar os objetivos profissionais, considerando os instrumentos concretos presentes nestas instituições que podem contribuir e fortalecer o exercício profissional do assistente social para além dos limites que lhes são apresentados (Iamamoto, 2003).

Neste sentido, é fundamental que o assistente social esteja constantemente atualizado por meio da formação permanente, em busca de novas estratégias de intervenção, para não se sentir impotente diante da complexibilidade desta realidade. Além do mais, é importante que o profissional encontre alianças junto aos movimentos sociais e outros profissionais, que também lutam por mudanças estruturais na sociedade, visando a transformação nas condições de trabalho e a garantia dos direitos para toda a população.

O reconhecimento desta perspectiva emancipatória do serviço social afirma a identidade profissional e revela as atribuições e competências que são privativas, mas que estão inseridas em um contexto intrinsecamente coletivo e social. Contudo, no contexto vigente, observa-se

²⁶ “O fatalismo, inspirado em interpretações que naturalizam a vida social, apreendida à margem da subjetividade humana, redundando em uma visão perversa da profissão concebida como totalmente atrelada às malhas de um poder tido como monolítico, resultando disso a impotência e a subjugação do profissional ao instituído. Por outro lado, o messianismo utópico privilegiando os propósitos do profissional individual, num voluntarismo, não permite o desvendamento do movimento social e das determinações que a prática profissional incorpora nesse movimento, ressuscitando inspirações idealistas que reclamam a determinação da vida social pela consciência” (Iamamoto, 2000, p. 213).

uma influência constante no campo profissional, que tende a capturar o prisma das possibilidades que circunscreve a atuação do assistente social.

Esta tendência emerge na constante fragmentação dos propósitos da profissão e fragilização dos movimentos sociais e classe trabalhadora que por efeito, ofuscam as possibilidades do trabalho intersetorial na intervenção profissional, um dos pilares para a transformação social.

Essa fragmentação e fragilização intencional, orientada de modo sistêmico e operado pela lógica dominante, leva a uma interpretação fragmentada e culpabilizada das demandas sociais que são apresentadas, causando para o assistente social, o constante sentimento de fracasso e impotência justamente, pelo distanciamento dos propósitos social da profissão por meio do trabalho articulado coletivamente. Como resultado, ao estabelecer esta individualidade frente às demandas apresentadas, minam as possibilidades de vislumbrar as possibilidades da construção de uma atuação contra hegemônica.

Além disso, uma abordagem individualizada dificulta a compreensão das relações de poder e das estruturas sociais que perpetuam na sociedade, comprimindo assim o potencial de intervenção profissional. Diante desse cenário, a fim de impedir o avanço de movimentos e lutas sociais para preservar a ordem estabelecida, a classe dominante em conjunto com o Estado, implementou diversas ações estatais nas esferas política, econômica e social com o objetivo de oferecer o que denominamos de alívio imediato da pobreza por meio das políticas sociais. Essas políticas visam minimizar as desigualdades sociais, mas carecem de transformações efetivas na estrutura estabelecida (Behring; Boschetti, 2011).

Além dos elementos objetivos presentes nas ações profissionais dos assistentes sociais, há também elementos subjetivos que merecem análise. Um desses elementos é a direção social que guia a dimensão ético-político do Serviço Social. Essa direção está intrinsecamente ligada às dimensões teórico-metodológico e técnico-operativo.

Quando os profissionais se deparam com limitações objetivas e subjetivas para cumprir essa direção ético-política, surgem o sentimento de impotência que podem levar ao adoecimento físico e emocional, além de questionar a efetividade dessa dimensão no cotidiano profissional, dicotomizando a prática profissional e recair no dilema “na prática a teoria é outra” (Guerra, 2004, p. 1), impedindo assim as possibilidades de transformação e concretização do plano político nas ações profissionais.

A dicotomia entre teoria e prática, resultante da fragmentação das três dimensões que são indissociáveis, são afetadas pela alienação e limitações objetivas promovidas sistematicamente nos campos de trabalho, ações que por sua vez, limitam e obscurecem o

conhecimento crítico sobre as demandas sociais que são apresentadas aos assistentes sociais (Wellen; Carli, 2012).

Contudo, quando existe a fragmentação do conhecimento dessas três dimensões fundamentais para a prática profissional, devido à cristalização da prática que limita o exercício de uma leitura indagadora sobre as demandas que são apresentadas, pode levar à desmotivação e a descrença nos assistentes sociais, sobre a capacidade em promover mudanças efetivas.

Portanto, é essencial buscar uma formação permanente, sintonizada com as leis que regulamentam a profissão:

Lei nº8662, de 7 de junho de 1993 (dispõe sobre a profissão de assistente social); Lei nº12.317, de 26 de agosto de 2010 (sobre a duração do trabalho do assistente social); Código de Ética Profissional do/a Assistente Social; Política Nacional de Fiscalização (reformula as normas gerais para o exercício da fiscalização profissional e atualiza a Política Nacional de Fiscalização); Diretrizes para a Gestão do Trabalho no conjunto CFESS/CRESS (CFESS/CRESS, 2023).

Articulada aos demais sujeitos que são potenciais parceiros de lutas para reiterar cotidianamente a importância da integração dessas dimensões, é possível fortalecer a atuação ético-político no cotidiano do trabalho. O trabalho do assistente social inseridos no contexto das instituições em que estão empregados é caracterizado pela dualidade de movimentos, que às vezes se confrontam e ocasionam tensionamentos, mas também apresentam possibilidades capazes de concretizar uma prática organizada na emancipação política da classe trabalhadora.

É importante ressaltar que as limitações institucionais são reais e de fato comprometem as oportunidades de efetivação desse trabalho orientado para a emancipação. No entanto, é fundamental manter no cotidiano profissional a consciência das possibilidades existentes, e que mesmo diante dessas contradições e tensões, não se pode perder de vista a importância de construir projetos benéficos para a classe trabalhadora em parceria com outros atores.

A concretização desse projeto pode ser invisível aos olhos e muitas vezes imperceptível diante das sombras da alienação, da precarização do trabalho e das limitações objetivas como trabalhador assalariado. No entanto, tais possibilidades existem, pois, a realidade é dinâmica e passível de mudanças, e o trabalho do assistente social se insere nesse conjunto de limites e possibilidades de projetar e edificar socialmente, novas perspectivas para a classe trabalhadora.

Com base nas considerações desenvolvidas até o momento, ao analisar a posição do assistente social enquanto trabalhador assalariado nessa realidade, identifica-se a leitura conjuntural atravessada pelo movimento dinâmico e complexo, caracterizado por sua indefinição e mutabilidade.

Ao examinar as ações impulsionadas pelo capital visando sua expansão e desenvolvimento, percebe-se que o mundo do trabalho foi profundamente ajustado a essa lógica, resultando em repercussões significativas para a classe trabalhadora ocupada e excedente. Nesse contexto, evidencia-se a importância do trabalho do assistente social em estudar e articular as ações profissionais em colaboração com as lutas provenientes dos movimentos sociais, da classe trabalhadora e de toda a sociedade, que são vítimas do atual cenário de desigualdades. Somente por meio de esforços conjuntos é possível promover mudanças significativas, com o objetivo garantir o acesso aos direitos sociais resultantes de árduas lutas sociais e que, apesar de estarem promulgadas na Constituição Federal de 1888, tem sido intensamente desvalidado na realidade concreta.

2 A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

2.1 A Política de Educação Superior no Brasil

Com objetivo de analisar a dinâmica das políticas educacionais contemporâneas e seus principais elementos fundantes e estruturais, que são o sustentáculo das motivações que direcionam sua formulação e panorama no contexto vigente, torna-se imperativo contextualizar, ainda que brevemente, as concepções teóricas desenvolvidas pelo autor Florestan Fernandes em sua obra “A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica” (1976).

Partindo das contribuições do referido autor é possível discutir sobre as relações fundamentais que moldam a sociedade brasileira, especialmente no que diz respeito à sua configuração na sociedade capitalista enquanto um “desenvolvimento desigual e combinado, de um sistema de capitalismo periférico e dependente” (Fernandes, 1976, p. 241). Ao considerar esta natureza como componente central para analisarmos a dinâmica política, econômica e cultural da sociedade brasileira, pretende-se refletir como os principais conflitos e contradições presentes na formação sócio-histórica do país se reverberam no ordenamento da política social e especificamente na política de educação do ensino superior, foco desta pesquisa.

Nesse sentido, conforme discutido por Fernandes (1976) o processo de ascensão da dominância hegemônica se aprofundou significativamente no cenário do capitalismo financeiro/monopolista em 1870. Entretanto, uma questão primordial para análise é a premissa de se pensar a expansão do capitalismo em escala global enquanto dinâmica independente e, ao mesmo tempo, integrada na relação entre Estado-Nação.

Conforme segue a afirmativa do autor, as relações de dependências entre os países categorizados como “capitalismo central” e “capitalismo dependente”²⁷ transcendem o âmbito das interações entre Estado e Nações que os regulam. Ainda que, importante destacar que esta interação é fundamental para análise, uma vez que se refere ao conjunto de mecanismos e controles políticos que influenciam a configuração do Estado e sociedade, tanto em termos administrativos quanto no ordenamento jurídico.

Contudo, para além da interação entre Estado e Nações, o autor enfatiza suas análises ao destacar o protagonismo da luta de classes na reprodução do sistema capitalista, principalmente no que tange as repercussões presentes em seus confrontos e contradições. Em síntese, Fernandes (1976) comungando a abordagem teórica desenvolvida por Marx (2013),

²⁷ “o conceito de capitalismo dependente, pensado enquanto “forma periférica e dependente do capitalismo monopolista - o que associa inexorável e inextricavelmente as formas ‘nacionais’ e ‘estrangeiras’ do capital financeiro” (Limoeiro Cardoso, 1995, p. 1).

argumenta que o agente histórico fundamental nesse contexto não se limita às relações governamentais, mas sim a relação exploratória e contraditória entre as classes sociais que permeiam o sistema capitalista de reprodução.

Nesse contexto, a reflexão na centralidade das classes sociais, conforme Fernandes (1976), oferece subsídios para contemplarmos a explicação sociológica do conceito de “subdesenvolvimento” conforme abordado pelo autor:

(...) deve ser procurada no mesmo fator que explica, sociologicamente, o desenvolvimento econômico sob o regime de produção capitalista: como as classes se organizam e cooperam ou lutam entre si para preservar, fortalecer, aperfeiçoar, ou extinguir, aquele regime social de produção econômica (Fernandes, 1968, p. 27).

Portanto, o elemento fundamental para embasar o conceito de capitalismo periférico e dependente de países designados “subdesenvolvidos” – que compõe a realidade brasileira, deve ser analisado sob o mesmo prisma que respalda o conceito dos países “desenvolvidos”, isto é, implica considerar a dinâmica que gesta a estrutura das classes sociais, o modo como se cooperam e confrontam entre si na busca por aperfeiçoar e fortalecer o sistema vigente, e no qual, paradoxalmente, também apresenta uma capacidade de ser transformada e desmantelada. Em suma, a luta de classes no interior do metabolismo antissocial capitalista é um fenômeno intrinsecamente histórico, contraditório e dialético, sendo a política de educação superior na realidade brasileira fruto deste processo que é complexo e multifacetado.

Ao recuperar as análises de Fernandes (1975), é relevante enfatizar que, o estudo sobre a condição de capitalismo periférico e dependente lança luz sobre a notória transformação da sociedade brasileira, que abrange desde os tempos coloniais²⁸, o período imperial²⁹ e abarcando a escravidão/suas repercussões. A obra supracitada empreende uma análise aprofundada do modo que a sociedade brasileira, em particular, incorpora uma diversidade de estratos sociais que atravessam várias fases de metamorfoses nas dimensões econômica, política, social e cultural, sendo este processo, caracterizado pelo ônus do controle monopolista, pelo exclusivismo político e pelo domínio de uma elite retrógada sobre o aparelho do Estado brasileiro.

O contexto específico da conjuntura brasileira que o autor faz referência ao conceito de *contrarrevolução prolongada* (Fernandes, 1975), se refere em essência, a contrarreforma permanente que acompanhou a realidade do Brasil. Esta dinâmica ocorre em virtude da burguesia brasileira, cujas raízes remontam ao período colonial dotado de um projeto nacional

²⁸ O período denominado como “Brasil Colônia” refere-se no marco temporal de 1530 a 1822.

²⁹ O período denominado como “Brasil Imperial” refere-se no marco temporal de 1822 a 1889.

intrinsecamente ligado aos centros hegemônicos do capitalismo, e que, adaptando-se as particularidades da realidade brasileira, promove o processo de modernização e desenvolvimento do sistema capitalista.

Desta forma, o Estado Nacional que surge por meio da proclamação da independência, em uma conjuntura caracterizada pela economia escravista e com arremedo de liberalismo incompleto, esse período marca o desenrolar do movimento da abolição da escravidão no cenário brasileiro, inspirada no processo de revolução americana que questionou a escravidão – embora esta tenha persistido durante a guerra de Secessão em 1861 a 1865³⁰. Assim, o Brasil estabelece um Estado Nacional dotado de uma sociedade civil incipiente, na qual a maioria esmagadora da população de trabalhadores brasileiros eram escravos e os “homens livres” não desempenhavam o protagonismo na vida produtiva e laboral do país (Fernandes, 1975).

Esse contexto endossa o desenvolvimento de um Estado com o caráter extremamente autoritário e autocrático no país, onde a cidadania é volátil e carente de um movimento de uma revolução burguesa. Como resultado, a base democrática, a participação cidadã e as instituições democráticas revelam-se extremamente vulneráveis e frágeis.

De modo geral, a cultura política e histórica brasileira e dos países colonizados no mundo possuem similaridades sociais, políticas, culturais e econômicas, pois quando falamos sobre desigualdades, autoritarismos, opressões, racismos, dentre outros elementos históricos, estamos tratando de uma cultura política e social estruturada em visões de mundo autoritárias, clientelistas e advindas do projeto de sociedade da classe dominante. Estas ideologias seletivas e segregacionistas são vetores concretos de conformação e de naturalização das relações sociais vigentes de desigualdades e de opressões sociais, as quais impossibilitam à grande parte da classe trabalhadora o acesso à cidadania, à democracia e à justiça social (Silva, 2021, p. 120).

Assim, conforme segue as análises de Fernandes (1975), a gênese desta realidade brasileira é um processo que se gesta desde a construção das capitanias hereditárias que já dotava uma estrutura com o intuito de preparar a colônia para a produção em larga escala e para exportação global. Este caráter espoliativo, que remonta aos primórdios da história brasileira, marca a chegada do imperialismo no Brasil, resultando na exploração de recursos naturais, da força de trabalho e na escravização de povos indígenas, bem como no tráfico de negros africanos para consolidação da escravidão. Essas determinações estruturais, forjadas ao longo de quatro séculos de predominância do latifúndio e da escravidão, revelam-se marcas profundamente arraigadas e desafiadoras de serem superadas.

³⁰ “No período da Guerra Civil dos Estados Unidos, de 1861 a 1865, ocorreu a primeira grande mudança de atitude nas relações entre os países da América Latina e aquela grande república. Essa mudança é melhor entendida se se conhecer alguns dos vários aspectos das condições de relacionamento que vigiam na época entre as repúblicas latinas e a América do Norte, e as próprias situações internas em que se encontrava a nação” (Mota, 1976, p. 555).

As marcas da escravidão, bem como a configuração de um Estado eminentemente vertical e hierarquizado, que carece de um processo de revolução democrático, constituem como elementos persistentes e que integram a realidade contemporânea do Brasil. Portanto, é fundamental ponderar sobre como essa herança histórica que incide no Brasil contemporâneo e como estas particularidades repercutem no âmbito das Políticas Educacionais destinadas ao Ensino Superior brasileiro, cujo o país ainda enfrenta desafios relacionados as debilidades democráticas, com desigualdades socioeconômicas profundas, com legislação desigual, que certamente são embrionários de um Estado escravista, da sociedade civil incompleta e uma burguesia sem projeto nacional e democrático, porém associada ao imperialismo (Fernandes, 1975).

Após efetuar esta breve contextualização e análise, é possível evidenciar na história da educação superior brasileira as sequelas deste histórico caráter de dependência dos países denominados “desenvolvidos”. Isto posto, importante recordar que, o marco da criação das primeiras universidades no Brasil remonta ao período colonial, com a chegada dos jesuítas em meados de 1549 (Almeida, 2014). Através do sistema educacional jesuítico ao longo dos séculos, ocorreram diversas adaptações e transformações no sistema educacional brasileiro, influenciados por fatores políticos, religiosos, econômicos e sociais.

Ao contrário do que se pensa, o ensino jesuíta não ficou restrito somente à alfabetização e catequização dos nativos. Além do curso elementar, mantinham cursos de Letras e Filosofia, considerados secundários e o curso de Teologia e Ciências Sagradas, de nível superior, para formação de sacerdotes (Utim; Monteiro, 2010).

Contudo, vale ressaltar, conforme Utim e Monteiro (2010), após a expulsão dos jesuítas pelo ministro Marquês de Pombal ocorrido na segunda metade do século XVIII, a educação superior nesse estágio havia o interesse da colônia portuguesa em preservar os conhecimentos sob dependência de sua metrópole, resguardando desta forma os privilégios e controle sobre a população nativa.

Com o propósito de censurar a difusão do conhecimento de potencialidade emancipatório e politicamente engajado rumo à independência, as instituições universitárias foram intencionalmente proibidas em todo território brasileiro. Portanto, conforme corroboramos com Fernandes (1975) é possível constatar que o processo de estabelecimento das primeiras instituições de ensino superior no Brasil é resultante dos interesses privativos dos países denominados “centrais” (Fernandes, 1975 *apud* Filho, 2005).

Essa influência, se manifesta devido a dependência em relação aos padrões estabelecidos entre os Estados-Nações e luta de classes – conforme brevemente discutido

anteriormente, na medida em que o funcionamento do metabolismo do sistema capitalista impede o pleno desenvolvimento dos países denominados “periféricos”, uma vez que este sistema prevê a exploração como elemento fundante para a extração da mais-valia. Essa perspectiva encontra respaldos nas análises de Duarte e Graciolli (2007):

Com a incapacidade do capitalismo de reproduzir nos países periféricos experiências bem sucedidas de desenvolvimento e, portanto, com o início da crise na Teoria do Desenvolvimento, surge a Teoria da Dependência. Esse novo arcabouço teórico, diferentemente do primeiro, tentava compreender as limitações de uma forma de desenvolvimento que se iniciou em um período histórico no qual a economia mundial já estava constituída sob a hegemonia de poderosos grupos econômicos e forças imperialistas. Por esse motivo, enxergava que a forma de desenvolvimento implementada na América Latina só tenderia a aprofundar cada vez mais as relações de dependência (Duarte; Graciolli, 2007, p. 1).

Diante do cenário apresentado, as repercussões desta *teoria da dependência* na configuração do ensino superior brasileiro e consequentemente, as possibilidades do acesso a formação universitária, conformava a realidade de um ensino reservado exclusivamente aos/as filhos/as da aristocracia colonial que detinham recursos financeiros para custear os estudos, e que haviam condições de deslocarem-se para a Universidade de Coimbra, em Portugal.

Nesse mote, é possível analisar as raízes do fenômeno da exclusão no ensino superior, juntamente com a manifestação de sua herança elitista. Dado o potencial político-interventivo inerente à educação na dinâmica política, econômica e social, que abrange tanto a construção do conhecimento político, científico e filosófico na capacidade de promover a transformação da sociedade, quanto a capacidade de exercer o controle, domínio e opressão, a educação em todos os níveis e modalidades de ensino sempre foi espaço de disputa de projetos educacionais e societários, sendo cooptado pelo Estado como profícuo terreno para a consolidação dos interesses e estratégias da dominação burguesa.

Por isto, conforme (Júnior, 2011) este binômio *elitismo e exclusão* que marcou os 500 anos da história da educação brasileira, são dois elementos primordiais para se entender o fundamento da expansão da educação superior e seu conjunto de processos que perpassam o desenvolvimento da formação sócio-histórica da sociedade brasileira.

Dado a realidade exposta, com o objetivo de realizar uma análise na perspectiva histórica do processo de institucionalização das políticas educacionais voltadas para o ensino superior no Brasil, torna-se imprescindível elucidar que esse processo é influenciado e determinado pelas condições originárias do sistema educacional brasileiro e está notavelmente caracterizado por ações coordenadas com organismos internacionais/multilaterais, tais como o Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI) e as recomendações internacionais presentes no

Consenso de Washington (1989) que almejaram promover a expansão do ensino superior no território brasileiro por meio de reformas sob a égide do neoliberalismo (Lima, 2011).

(...) como ponto de partida do debate sobre os resultados das reformas, os especialistas presentes tomaram, como referência, um artigo do economista John Williamson, que cunhou o termo “Consenso de Washington”. Nesse artigo Williamson define quais seriam as políticas econômicas desejáveis na região voltadas basicamente para: disciplina fiscal, priorização dos gastos públicos, reforma tributária, taxa de juros e de câmbio controladas pelo mercado, liberação da política comercial, desregulação dos mercados internos, abertura ao capital externo, privatização das empresas estatais e direito de propriedade. Esse pacote de medidas para os países latino-americanos contou com o aval dos organismos multilaterais de crédito: FMI e Banco Mundial, Tesouro dos EUA, Federal Reserve (Banco Central dos EUA) e dos vintes maiores bancos mundiais e demais países do G.5 (Banco Mundial, 1989).

Ao analisarmos os estágios iniciais da institucionalização do ensino superior brasileiro e as metamorfoses que acompanharam esse processo, torna-se imperativo compreender o ponto de partida dessa trajetória. Ao examinarmos na história a recente centralidade desse percurso no início da década de 1990, identificamos uma marcante mudança de paradigma no contexto do ensino superior, que apresentou ampliação de modo abrupto e impactante no cenário educacional³¹.

A fim de obter uma compreensão crítica do significado desse período, recorremos aos dados e análises fornecidos pelo autor Senkevics (2021), cuja a pesquisa se concentrou em apresentar e debater, sobre os principais indicadores estatísticos disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) referentes à expansão do ensino superior, tanto no setor público quanto no privado, durante o período de 1991-2020.

Com o propósito em analisar as principais metamorfoses que se verificaram nas políticas educacionais destinadas para o ensino superior brasileiro, procedeu-se no presente item deste capítulo a elaboração da “linha do tempo dos principais eventos históricos na política de educação superior no Brasil e as principais repercussões no setor público e privado”, destacando os principais elementos para melhor exposição deste período histórico.

Essa síntese, foi construída parcialmente, com base nos dados estatísticos divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), os quais foram tratados pelo autor Senkevics (2021) e abrangeu nas análises as duas fases cruciais da expansão do ensino superior no Brasil, identificadas pelo autor como *Primeiro* e *Segundo ciclo de expansão*. Já no tocante as análises dos eixos *Repercussões no setor público*, e, *Repercussões*

³¹ “O ensino superior brasileiro atendia, em 1999, a cerca de 2,38 milhões de alunos. Desse total, 65% estavam matriculados em instituições privadas. Se considerada toda a década (1990/1999), o ritmo de crescimento da matrícula na esfera privada mostra-se bem mais intenso que o do conjunto das redes públicas” (Corbucci, 2001, p. 105).

no setor privado, foi elaborada pela autora, partindo das pesquisas bibliográficas e documentais desenvolvidas na pesquisa, bem como nas apreensões teóricas e debates de diversos autores ao longo da trajetória acadêmica.

Quadro 2: Linha do tempo dos principais acontecimentos históricos na Política de Educação Superior no Brasil e as principais repercussões no setor público e privado

Período	Principais ações desenvolvidas	Repercussões no setor Público	Repercussões no setor Privado
Primeiro ciclo de expansão (1960-1990)	1) Aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 4024/61. 2) Reforma Universitária de 1968. 3) Criação do Vestibular Classificatório (Decreto nº 68.908/1971).	1) Diminuição da centralização do poder no Ministério da Educação (MEC); regulariza a existência dos Conselhos Estaduais de Educação e Conselhos Federais de Educação; Obrigatoriedade na oferta de cursos noturnos. 2) Organização acadêmica das instituições de ensino superior, centro universitário e instituições não universitárias; condições favoráveis para a articulação de atividades no ensino, pesquisa e extensão. 3) Sistematização do ingresso na	1) Diversificação do Ensino Superior; Regulamentação do Ensino à Distância (EaD). 2) Condições profícuas para o surgimento do ensino privado. 3) Surgimento de cursos pré-vestibulares (cursinhos pagos e comerciais).

		universidade de caráter classificatório e eliminatório por meio da nota de corte.	
Segundo ciclo de expansão (Início dos anos 1990)	1) Aprovação do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) - Lei nº 10.260/2001. 2) Aprovação do Programa Universidade para Todos (PROUNI) - Lei nº 11.096/2005. 3) Aprovação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) - Decreto nº 6.096/2007. 4) Projeto de interiorização das universidades Federais e Estaduais pela Lei nº 11.892/2008 - Implementação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e	1 e 2) Deslocamento da pauta do investimento na universidade pública em detrimento da privada; desmonte da concepção de educação pública e fortalecimento na migração do ensino privado por meio do financiamento. 3) Precarização nas condições de acesso e permanência estudantil, ataque à autonomia universitária, promoção do caráter privatista, precarização nas condições laborais e remunerativas dos profissionais contratados. 4) Oferta na educação profissional e tecnológica nas	1 e 2) Viabilização do acesso às instituições de ensino superior da rede privada, com foco especial aos discentes economicamente desfavorecidos; abrupta ampliação na quantidade de estabelecimentos de ensino e de matrículas registradas na rede de instituições de natureza privada. 3 e 4) Expansão das Universidades Federais e números de vagas com baixo investimento; ampliação de oferta de cursos noturnos; promove a profissionalização instrumental para o mercado de trabalho; tendências à privatização do ensino superior. 5) Instrumento de seleção para o acesso em universidades privadas por meio do PROUNI, FIES

	Tecnologia (IFs) e expansão das Universidades Estaduais entre 2008 a 2018. 5) Criação do Sistema de Seleção Unificada (SISU) em 2010 e Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) – criado em 1988 e reformulado em 2009. 6) Aprovação da Lei nº 12.711/2012 - Lei de cotas para o Ensino Superior e Programas de ações afirmativas. 7) Decreto nº9.057, de 25 de maio de 2017: Regulamentação para a abertura de Polos de EaD. 8) Projeto de Lei que institui o Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores (FUTURE-SE), de 1º	diferentes modalidades de ensino; Interiorização das universidades. 5) Instrumento de seleção de caráter classificatório e eliminatório para o acesso em Universidades Públicas Federais e Estaduais. 6) Aumento da Possibilidade de ingresso para estudantes da rede pública de ensino (pretos, pardos, indígenas e pessoa com deficiência). 7) Desmonte da concepção de educação pública e fortalecimento na migração do ensino privado por meio do Ensino a Distância (EaD). 8) Empresariamento da educação; substituição da autonomia de gestão financeira e	em mais de 50 instituições de educação superior portuguesas. 6) Ação afirmativa desacompanhada de uma Política de Assistência Estudantil com dotação orçamentária própria, não promovendo condições adequadas para o acesso/permanência estudantil do público beneficiário das ações afirmativas. 7) Principal segmento da expansão do ensino superior brasileiro, altamente lucrativo. 8) Empresariamento das universidades federais, descaracterização da autonomia administrativa e didático-científica; (re)funcionalização das instituições, incorporando-lhes novas funções de caráter mercantilista/empresarial.
--	---	---	---

	de novembro de 2017.	patrimonial das universidades federais.	
--	----------------------	---	--

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nas pesquisas documental, bibliográfica, dados estatísticos publicados pelo INEP e análises publicadas pelo autor Senkevics (2021).

No que concerne ao primeiro ciclo de expansão, destacam-se a institucionalização de algumas leis que merecem análise. Em primeira instância, cabe mencionar a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961 - LDB/1961. Segundo Montalvão (2010) a referida norma desempenhou um papel fundamental na abrangência de cursos secundários no Ensino Médio, sendo esta medida significativa, uma vez que permitiu que novos contingentes advindos dos cursos médios e técnicos de diversas especialidades, que anteriormente não tinham condições de acesso ao ensino superior devido à falta de habilitação do ensino médio para a continuidade dos estudos na graduação, que, por meio desta validade nacional (dos diplomas de cursos técnicos de grau médio) propiciou o acesso no ensino superior para estudantes com formação de natureza industrial, comercial, agrícola e tradicional.

No entanto, é válido contextualizar o ano de 1961: o Brasil estava sob a liderança do presidente João Goulart (1961-1964), e imerso em uma conjuntura de transformações significativas que culminaram na aprovação desta primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 4.024, 1991) A legislação foi promulgada no contexto do processo de redemocratização do país, que teve início no final de 1945, no início do governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951).

Durante o governo de Dutra, em 1946, foi promulgada a Constituição Federal de 1946, que permaneceu em vigor durante todo o período de formulação da LDB 1961 nº4.024. De acordo com Bonavides (1991), a tradição liberal neste marco histórico:

Em 1946, a Constituição, mais conservadora em alguns aspectos, teve, contudo, recuos e avanços que nada comprometeram a estrutura já formalmente implantada no Estado social brasileiro. Com respeito à propriedade, a exigência de indenização justa e prévia, acauteladora dos direitos individuais, recebeu um reforço ao dispor o texto constitucional que ela se fazia em dinheiro. Essa indenização *em dinheiro* punha termo ao silêncio e omissão da Constituição de 34, representando uma garantia para o elemento conservador em matéria de direito de propriedade (Bonavides, 1991, p. 411).

A referida Constituição (1946), notavelmente liberal e alinhada com o modelo/práticas do liberalismo americano, enfatizou as “liberdades individuais e os direitos humanos”, conceitos que estavam em ascensão na segunda metade do século XX após o declínio do nazifascismo (Bonavides, 1991).

O período entre 1946 e a década de 1960, marcado pela segunda metade do século XX, foi caracterizado por um processo de desenvolvimentismo e industrialização no Brasil que demandava mão de obra qualificada. O mandato presidencial de Juscelino Kubitschek (1956-1961) impulsionou o desenvolvimentismo³² e, essa industrialização gerou uma necessidade premente de formar indivíduos capazes de atender às exigências da indústria (Caputo; Melo, 2009).

A LDB/1961 trouxe elementos da iniciativa privada e maior variedade educacional, contrastando com a visão mais estatizante da esquerda, que defendia um Estado controlador na área educacional. Ademais, o Brasil, caracterizado como uma nação de capitalismo periférico e dependente, buscava nas escolas uma instituição capaz de promover valores humanos e, principalmente, atender às demandas de uma economia capitalista em crescimento, apesar dos conflitos político-ideológicos que permearam a Guerra Fria (1947-1991) travado entre Estados Unidos e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas - URSS (Bonavides, 1991).

Nesse cenário global de polarização o Brasil adotou uma postura ideológica alinhado no liberalismo econômico, em estreita afinidade com os Estados Unidos, ao elaborar a Constituição de 1946 baseada nesses valores. Nessa conjuntura, conforme já debatido por diversos estudiosos no âmbito da educação, não é inesperado identificar as motivações da urgência em promulgar a LDB/1946, validando a importância de uma base educacional para possibilitar, sobretudo, a sistematização e fiscalização da educação em nível nacional para atender os interesses da nação (Bonavides, 1991).

Já em 1968, marcada pela instituição da Reforma Universitária assinalou um ponto de referência notável na literatura relacionada ao ensino superior, sendo esta reforma a introdução de uma série de transformações substanciais em nosso sistema educacional. Segundo Fávero (2006), algumas das mudanças destacadas incluem a consolidação do modelo universitário preferencial para a expansão do setor público de ensino, que são identificadas na: integração do ensino, pesquisa e extensão nesse período; abolição das cátedras vitalícias; implementação de departamentos acadêmicos; adoção do regime semestral e do sistema de crédito-hora;

³² “O Estado desenvolvimentista do Brasil evoluiu e, em alguns aspectos, se consolidou, sob governos democráticos de 1945 a 1964. De fato, muitas das principais medidas da política de substituição de importações (por exemplo, a promoção da indústria automobilística) e instituições-chave, como as estatais – em especial o BNDES e a Petrobras – datam este período político mais aberto. Tanto durante os períodos democráticos quanto os não democráticos, o Estado desenvolvimentista brasileiro foi alvo de outros canais de participação política, que vão desde conselhos formais: conselhos populares, inicialmente com Vargas durante o autoritário Estado Novo (Diniz, 1978) ou consultas informais, conhecidos como anéis burocráticos durante o regime militar (Cardoso, 1975) para as aberturas previstas pela fluida burocracia de livre nomeação, em que muitos estrangeiros foram nomeados para executar partes do Estado desenvolvimentista. Entretanto, faltaram meios estruturados para a promoção de uma participação que fosse além das elites” (Schneider, 2018, p. 14).

estabelecimento da política nacional de pós-graduação; vinculação da admissão e progressão do corpo docente à obtenção de titulação acadêmica.

Essas medidas lançaram as bases do sistema de ensino superior que perdura até os dias atuais. No entanto, após a implementação dessa reforma, de acordo com os estudos efetuados por Senkevicks (2021), também começou a se evidenciar nesse período um desequilíbrio em favor do setor privado de ensino superior, que começou a expandir-se de modo discrepante em relação ao setor público, sendo amplamente dominado por segmentos empresariais lucrativos.

Importante salientar, conforme Fávero (2006), que o processo de institucionalização da Reforma Universitária de 1968 foi efetuado à luz da Ditadura Militar (1964-1985) e orientado por profissionais americanos sob a influência dos Estados Unidos, ocorrendo assim, transformações significativas no sistema do ensino superior. Este período foi definido pela importação de modelos universitários ausente das cátedras e adoção da departamentalização como princípio organizador central das instituições de ensino superior. Ademais, nesse período ditatorial houve a promulgação de decretos e atos legislativos relevantes, incluindo o Ato Institucional nº 5 (AI-5):

CONSIDERANDO que a Revolução Brasileira de 31 de março de 1964 teve, conforme decorre dos Atos com os quais se institucionalizou, fundamentos e propósitos que visavam a dar ao país um regime que, atendendo às exigências de um sistema jurídico e político, assegurasse autêntica ordem democrática, baseada na liberdade, no respeito à dignidade da pessoa humana, no combate à subversão e às ideologias contrárias às tradições de nosso povo, na luta contra a corrupção, buscando, deste modo, “os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a enfrentar, de modo direto e imediato, os graves e urgentes problemas de que dependem a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa pátria (Preâmbulo do Ato Institucional nº5, de 13 de dezembro de 1968).

E o Decreto nº477 de 1969:

Art.1º Comete infração disciplinar o professor, aluno, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público ou particular que: I – Alicie ou incite à deflagração do movimento que tenha por finalidade a paralisação de atividade escolar ou participe nesse movimento; II – Atente contra pessoas ou bens tanto em prédio ou instalações, de qualquer natureza, dentro de estabelecimentos de ensino, como fora dele; III – Pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou dele participe; IV – Conduza ou realize, confeccione, imprima, tenha em depósito, distribua material subversivo de qualquer natureza; V – Sequestre ou mantenha em cárcere privado diretor, membro do corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino, agente de autoridade ou aluno; VI – Use dependência ou recinto escolar para fins de subversão ou para praticar ato contrário à moral ou a à ordem pública (Brasil, 1969).

O Ato Institucional nº5 e Decreto nº477 de 1969, desempenharam papéis cruciais ao estabelecerem a suspensão de recursos para professores, funcionários e discentes que fossem identificados em situações consideradas "subversivas" durante o período ditatorial. De acordo

com Silva (2021), estes decretos, definiam infrações disciplinares aplicáveis a toda comunidade educacional, sem exceções nas instituições públicas ou privadas.

O conteúdo das referidas normativas previam que, “se o infrator fosse beneficiário de bolsas de estudos ou recebesse qualquer forma de ajuda do poder público, o perderia, e não poderia gozar de nenhum desses benefícios pelo prazo de cinco anos” (Brasil, 1969 *apud* Silva, 2021). Tais medidas, implicavam a introdução de critérios ideológicos pelo governo brasileiro para determinar o direito a bolsas de estudos, com objetivo de reprimir o direito à liberdade de expressão, participação em movimentos sociais e demandas populares.

A guisa de conclusão de análises das ações desenvolvidas no primeiro ciclo de expansão, trata-se da instituição do Vestibular Classificatório no período ditatorial, conforme estabelecido pelo Decreto nº68.908 de 1971. Esta ação representou uma abordagem destinada a resolver o problema dos denominados “excedentes”, que se referem aos estudantes que eram aprovados no exame admissional do vestibular e obtinham notas suficientes para ingressar na universidade, porém, enfrentavam o cenário de ausência de vagas.

Com a introdução do sistema de vestibular classificatório, a avaliação das notas passou a desempenhar um papel classificatório e eliminatório na seleção dos candidatos, regulado por meio da nota de corte. Esse método, repercutiu no aumento da competitividade pelo ingresso nas instituições de ensino superior, levando ao surgimento de cursos preparatórios para o vestibular, conhecidos como “cursinhos” que eram ofertados por instituições privadas e comerciais. Ademais, esta medida favoreceu o setor privado na medida em que não havia vagas suficientes para os estudantes, mesmo estabelecendo o referido critério classificatório.

Portanto, cabe problematizar que a medida em questão foi adotada de modo paliativo para o enfrentamento da expansão deficitária do ensino superior público advindo pela falta de recursos e desinteresse pela democratização da educação gratuita. Essa característica, definida pelo conceito “expansão e contenção” (Santos; Sampaio; Durães, 2018) enquanto caráter presente na política educacional do país, configura esta expansão universitária por meio da racionalização dos recursos.

Isto posto, o estabelecimento da seletividade no vestibular foi concebido para introduzir critérios com base no mérito, a fim de conter (por meio da autorresponsabilidade) as crescentes demandas de candidatos excedentes em busca de vagas no ensino superior, visto que o formato do sistema educacional não havia condições em atender ingresso na perspectiva da universalidade no acesso. Como resultado, essa metodologia propiciou a participação da iniciativa privada no processo de expansão do ensino superior, contribuindo para a disponibilização de oportunidades educacionais para os demais contingentes que, devido aos

limites estruturais da educação pública não tinham condições de acessar, permanecer e concluir o ensino na universidade enquanto direito.

Conforme os dados estatísticos apresentados no desenvolvimento da pesquisa conduzida pelo autor Senkevics (2021) e devidamente tratados com base na fonte de dados fornecido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), elaboramos um quadro a seguir, que ilustra alguns indicadores que delineiam o cenário da Educação Superior durante o primeiro ciclo de expansão (1960-1980):

Quadro 3: Panorama da Educação Superior no Primeiro Ciclo de Expansão com base nos trechos da pesquisa efetuada pelo autor Senkevics (2021), formuladas com base nas estatísticas publicizadas no INEP

	Dados
Primeiro ciclo de expansão (1960-1980)	“Apenas 5,8% dos jovens entre 18-24 anos acessavam o Ensino Superior”.
	“3 em cada 4 estudantes do ensino superior pertenciam ao 20% mais ricos da população brasileira”
	“8 em cada 10 estudantes no ensino superior eram brancos, em uma época em que já se estimava que os não brancos – Pretos, Pardos e Indígenas (PPI) – contabilizavam metade dos jovens na população”.

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nos resultados da pesquisa de doutorado desenvolvido pelo autor Senkevics (2021).

Diante do cenário educacional e das transformações promovidas no primeiro ciclo de expansão (1960-1980), após um longo período de ampliação e reformas no sistema educacional, o ensino superior brasileiro ainda apresentava um caráter extremamente elitizado. De acordo com o referido estudo, o ensino era predominantemente frequentado por membros da população de alta renda e majoritariamente branca.

Já no tocante ao segundo ciclo de expansão, que segundo Senkevics (2021) inaugura em 1990 (estágio do capitalismo financeiro/monopolista), o ponto de partida inaugural desse ciclo no Brasil, pode ser identificado na promulgação da Lei nº 10.260/2001, que instituiu o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). De acordo com a descrição publicada no site do MEC, o FIES:

É um programa do Ministério da Educação destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em cursos superiores, não gratuitas na forma da Lei 10.260/2001. Podem recorrer ao financiamento os estudantes matriculados em cursos superiores que tenham avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação (MEC, 2023).

O Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) propiciou de modo imperativo no acesso a formação universitária por meio do Sistema de Seleção Unificada (SISU) e o Programa Universidade para Todos (PROUNI) para milhares de estudantes brasileiros, especialmente de camadas empobrecidas. Contudo, o FIES e PROUNI podem ser compreendidos também como exemplos emblemáticos de mercantilização da educação, o que tem levado inúmeras famílias e jovens se responsabilizarem pela formação em universidades privadas e enfrentarem o ônus do endividamento, muitas vezes sem alcançar benefícios tangíveis em termos de desenvolvimento de carreira após a conclusão do ensino.

Esse modelo de financiamento, que não é singular no contexto brasileiro, é de fato uma prática comum em escala global e notório por sua propensão. Como exemplo, nos Estados Unidos, o financiamento estudantil é uma realidade amplamente consolidada que também acompanha o cenário de dívidas substanciais para estudantes e suas famílias, igualmente ao cenário brasileiro.

Ademais, o processo de “massificação” do ensino superior promovido através do FIES e PROUNI, que ocorreu sem um paralelo aumento na qualidade educacional, para além da lucratividade dos grandes oligopólios da educação superior privada, tem contribuído para aumentar as dificuldades enfrentadas pelos recém-formados na inserção no mercado de trabalho. Isso se deve em parte à defasagem na formação universitária e, somado ao cenário de desemprego estrutural que afeta a realidade brasileira que, por sua vez, mina a promessa de obtenção de empregos na área da formação acadêmica e a subsequente capacidade de amortizar os pagamentos dos financiamentos educacionais.

Nos últimos anos esta dinâmica tem sido observada em diversos países, incluindo o Brasil, onde número significativo de indivíduos com diplomas enfrentam o desafio da desocupação e subemprego³³, o que tem levado a uma crescente incerteza em relação às possibilidades do financiamento da educação superior.

³³ “(...) o desemprego total como a somatória do desemprego aberto (caracterizado pelas pessoas que procuram trabalho e não realizam nenhuma atividade remunerada), com o desemprego oculto pelo trabalho precário (pessoas que realizam algum tipo de atividade descontínua e irregular enquanto estão à procura de trabalho), mais o desemprego oculto pelo desalento - pessoas que, desencorajadas pelas condições do mercado de trabalho ou por razões circunstanciais, interromperam a procura, embora ainda queiram trabalhar” (Caldana; Figueiredo, 2002, p. 20).

Ao analisar especificamente a aprovação do Programa Universidade para Todos (PROUNI) por meio da Lei Federal nº 11.096/2005. Conforme a descrição apresentada pelo MEC o PROUNI tem como objetivo principal:

à concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes matriculados em cursos de graduação e cursos sequenciais de formação específica, ministrados por instituições privadas de educação superior (MEC, 2023).

Similarmente ao FIES, o PROUNI também se revela permeado por paradoxos em seu contexto. De um ponto de vista, o programa serve aos interesses do capital ao fomentar o mercado educacional, ampliando a esfera privatista do setor por meio da concessão de bolsas integrais ou parciais, e, por outro, é considerado uma ação afirmativa na educação superior que promoveu de certo modo, a acessibilidade ao ensino superior, ainda que privado da gratuidade/universalidade.

Na dinâmica deste processo é inegável afirmar também, conforme debatido por Almeida (2015), o PROUNI teve impactos notáveis ao viabilizar a expansão de uma mão de obra qualificada e acessível para o mercado de trabalho. No entanto, é relevante observar que, de maneira semelhante ao FIES, o acesso proporcionado pelas instituições de ensino superior privadas, salvo a ínfimas exceções, não se alinham com os padrões de qualidade educacional em comparação das universidades públicas, articulando o tripé universitário ensino, pesquisa e extensão.

Adicionalmente, devido à massiva quantidade de graduados nas instituições de ensino da rede privada, o mercado de trabalho não consegue absorver adequadamente esses recém-formados. Como resultado, mesmo detentores de diplomas de graduação, os beneficiários do PROUNI e do FIES enfrentam, como toda classe trabalhadora, a precarização do trabalho, terceirização, informalidade na contratação e o temor do desemprego.

Outro programa de relevância que requer análise em virtude de suas implicações no contexto da expansão e reestruturação das instituições de ensino superior é o emblemático Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), oficializado pelo Decreto nº 6.096/2007. De acordo com informações do Portal oficial do Ministério da Educação (MEC) tem como principal objetivo “ampliar o acesso e a permanência na educação superior” (MEC, 2023). Todavia, tal como as demais políticas educacionais sujeitas a debate, o REUNI é marcado por contradições e conflitos no interior do projeto educacional estabelecido por essa iniciativa (Belo, 2017).

O referido programa teve impacto significativo na expansão das instituições federais de ensino superior no Brasil. Conforme Senkevics, 2021 e Ferreira; Oliveira, 2016:

No decênio que se seguiu à promulgação do Reuni, foram abertos mais de 100 *campi* universitários, acompanhados pela criação de 14 universidades, privilegiando a construção de estabelecimentos educacionais nos municípios do interior do país (Ferreira; Oliveira, 2016, p. 56 *apud* Senkevics, 2021).

Ademais, houve um aumento substancial do número de matrículas na rede federal, “saltando de 643 mil em 2008 para 1,2 milhão” (Senkevics, 2021, p. 56) em 2018. No entanto, de acordo com Belo (2017), é crucial enfatizar que essa expansão abrupta ocorreu dentro de um contexto marcadamente neoliberal, caracterizado pela adoção de padrões empresariais e privatistas nas universidades, pela massificação da formação universitária e profissional, e pela ausência de infraestrutura e orçamento adequados. Essa dinâmica resultou na sobrecarga significativa do corpo docente e diversos profissionais, intensificando e precarizando a dinâmica do trabalho e afetando potencialmente o desenvolvimento do ensino-aprendizagem.

Seguindo as análises de Belo (2017), o REUNI tem como objetivo central a promoção da expansão e reestruturação do sistema universitário, no entanto, este programa apresenta contradições e conflitos justamente, por servir esta expansão acompanhada por projetos privatizantes, que visam o sucateamento das universidades públicas federais e no fortalecimento ao empreendedorismo e comercialização do ensino superior.

O REUNI, desenvolvido, planejado e avaliado por organizações internacionais e multilaterais, como o Banco Mundial, tem resultado a expansão das instituições de ensino superior sem o devido acompanhamento da qualidade, pesquisa e extensão, autonomia universitária e na adequada alocação de recursos orçamentários necessários. Como resultado, esse processo tem contribuído para a construção de uma universidade com autonomia atacada, sucateada, massificada e precarizada no âmbito político, financeiro, organizacional, institucional e pedagógico (Belo, 2017).

Mais adiante, outra iniciativa que merece atenção, se refere ao projeto de interiorização das universidades federais e estaduais. Este projeto teve seu início em 2008 e se materializou por meio da implementação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), regulamentada pela Lei nº 11.892/2008, e pela notável expansão das universidades estaduais no período de 2008 a 2018.

Conforme descrito no artigo 6º da Constituição Federal, mencionada na Lei nº 11.892/2008, os Institutos Federais têm como finalidade:

ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional (Brasil, 1998).

Nesse contexto, a concepção e implementação desta política educacional, que deu origem à expansão e “interiorização do ensino superior” (Almeida; Silva, 2022), incluindo os Institutos Federais e Universidades Estaduais, refletem uma intenção política e econômica: essa intenção, visa garantir a expansão dessas instituições e que estejam alinhadas com o desenvolvimento econômico e regional dos campus universitários, bem como com a democratização do ensino superior por meio das atividades de pesquisa, extensão universitária e reconhecimento da relevância da universidade para a comunidade local.

Contudo, o referido projeto apresenta debilidades na eficácia dos objetivos propostos, especialmente no contexto da integração do espaço universitário com a população local. Conforme discutido por (Almeida; Silva, 2022) um dos principais obstáculos para a consecução da democratização do ensino destinado à comunidade local ocorre devido à falta de integração entre o espaço universitário e a comunidade, motivada por fatores de natureza estrutural, cultural e geográfica. Ao considerar que essas instituições de ensino estão situadas no interior do estado, não se pode negar os impactos da economia no campus universitário.

(...) muitas dessas novas instituições possuem um funcionamento marcado por precariedades e infraestrutura insuficiente, sendo que as muitas carências atuais são resultadas da ausência de investimentos anteriores. Com a interiorização e a ampliação do acesso à educação superior gratuita, espaços de assistência ao(a) estudante começaram a ser demandados, como por exemplo, moradias estudantis e restaurantes universitários (Almeida; Silva, 2022, p. 20).

Devido às mencionadas restrições de ordem social, econômica, geográfica e cultural, conclui-se que a socialização do espaço universitário não consegue atingir a comunidade regional, especialmente aquelas localizadas em áreas denominadas “periféricas”. Por efeito, é comum deparar-se com o desconhecimento da população local sobre a existência do campus universitário, bem como os meios de ingresso, a oferta de cursos e a gratuidade do ensino.

Diante do cenário apresentado, pode-se afirmar que a interiorização das universidades federais, estaduais, institutos tecnológicos e de ciências tem, em grande parte, consolidado os meios econômicos e políticos de uma região específica, tornando a democratização do ensino para a população local uma conquista ainda em construção.

Outra medida de destaque na promoção da expansão do acesso, mas que ainda requer de outros componentes para alcançar plenamente os objetivos propostos, é representada pela Lei de Cotas para o Ensino Superior e Programas de Ações Afirmativas, estabelecida pela Lei nº 12.711/2012. Não se pode desmerecer aqui, a magnitude dessa conquista política, considerando-a enquanto instrumento essencial para a democratização do ensino, especialmente

no que diz respeito à inclusão da população historicamente excluídas do acesso ao ensino superior, que abrangem mulheres, população preta e parda, população indígena, pessoas com deficiência, membros da comunidade LGBTQIAP+ e a classe trabalhadora empobrecida.

No entanto, é relevante salientar que essa ampliação, conforme apontado por Silva; Santos; Reis (2021), foi fundamentada em um “cenário sociopolítico de gestão autoritária, negacionista e neoliberal, a qual promove, ao longo dos anos, sistematicamente, cortes bastante drásticos nos recursos destinados ao PNAES” (Silva; Santos; Reis, 2021, p. 14).

É fundamental destacar que o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) é responsável por garantir a permanência dos estudantes nas universidades públicas federais, enquanto o Programa Nacional de Assistência Estudantil para as universidades Estaduais (PNAEST) desempenha um papel semelhante nas universidades públicas estaduais. No entanto, é preciso observar que esses programas são constantemente atacados e apresentam limites devido ao desenvolvimento de ações pontuais e focalizadas no âmbito da assistência estudantil, que será melhor desenvolvida no subtópico a seguir.

Em decorrência à sua natureza não consolidada como política institucional, os referidos programas enfrentam desafios relacionados à falta de recursos financeiros e planejamento sistemático adequado para garantir plenamente o acesso e a permanência dos estudantes. Portanto, a demanda da permanência estudantil inclui o enfrentamento das desigualdades sociais e pedagógicas que afetam os estudantes, bem como o enfrentamento de diversos tipos de violências (LGBTQIAP+Fobia, racismo estrutural, preconceitos, machismo, xenofobia, violência física ou psicológica, e outros), e nas diversas manifestação da questão social no ambiente universitário (Pessanha; Silva, 2021).

É crucial ressaltar também, que a permanência material e simbólica dos estudantes beneficiários das políticas de ações afirmativas só pode ser alcançada por meio da implementação de uma política devidamente estruturada, com financiamento próprio e foco nas demandas estudantis. Somente com estes componentes, será possível vislumbrar o enfrentamento destes elementos que atravessam a dinâmica do ambiente universitário e coloca em risco, cotidianamente, as possibilidades de acesso, permanência e conclusão da formação universitária (Alves; Casali, 2021). Esta temática será aprofundada no tópico a seguir.

Na sequência, outro fenômeno importante para a compreensão da expansão da educação superior no Brasil é representado pela promulgação do Decreto nº 9.057/2017, que estabelece as diretrizes para a criação de Polos de Ensino a Distância (EaD). Nas disposições gerais que versam sobre o referido decreto, é definido:

Art. 1º Para os fins deste Decreto, considera-se educação a distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos (Brasil, 1889).

No entanto, uma das críticas de Casagrande; Maieski; Alonso (2022) em relação ao referido decreto é a identificação de uma flexibilização significativa no que diz respeito à abertura de polos de Ensino a Distância (EaD), que dispensa a necessidade de avaliação para a criação de novos polos e permite a oferta de cursos EaD em Instituições de Ensino Superior (IES) que não disponibilizam cursos presenciais equivalentes.

Como consequência, essa expansão da educação superior na modalidade a distância está associada às características da precarização do ensino, à desqualificação do corpo docente/discente e na promoção da mercantilização e financeirização na oferta de ensino, tornando-se um setor altamente atraente e lucrativo para os grandes oligopólios das empresas educacionais (Maieski; Alonso, 2022).

É relevante analisar o projeto de lei que estabelece o Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores (FUTURE-SE), em sua primeira versão, divulgada em 1º de novembro de 2017. Conforme a descrição contida no documento legislativo apresentado no Congresso Nacional, o FUTURE-SE delineou os seguintes objetivos:

Art.1º(...) I - incentivar fontes privadas adicionais de financiamento para projetos e programas de interesse de universidades e institutos federais; II - promover e incentivar o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação; III - fomentar a cultura empreendedora em projetos e programas destinados ao ensino superior; IV - estimular a internacionalização das universidades e dos institutos federais; e V - aumentar as taxas de conclusão e os índices de empregabilidade dos egressos de universidades e institutos federais (Brasil, 1988).

De acordo com as análises dos autores Leher; Sguissardi (2020), sobre o referido projeto de lei, o FUTURE-SE tem como representação o Estado ultra neoliberal de heteronomia³⁴ na educação em geral, em caso especial da educação superior e sua sujeição ao mercado. Este fenômeno ocorre no âmbito da educação superior devido as repercussões da sociedade neoliberal. De acordo com os autores Dadot e Laval (2016) “por racionalidade neoliberal,

³⁴ “(...) a heteronomia significa uma vontade cuja lei não é por si mesma dada, mas sim pelo objeto através de sua relação com a vontade. Segundo Kant, esta “relação, quer assente na inclinação, quer em representações da razão, só pode tornar possíveis imperativos hipotéticos”. Aqui interessa reter que uma vontade heterônoma segue uma lei dada por um objeto através da relação entre este e a vontade, relação baseada ou na inclinação ou em representações da razão” (Pavão, 2002, p. 133).

entende-se a um só tempo, a normativa da concorrência. O modelo da empresa privada e o poder normatizador da finança sobre todas as atividades” (Dardot; Laval, 2016).

Diante desta conjuntura, uma das bases teóricas dos autores em relação entre o projeto de lei em referência e os princípios do ultraliberalismo, reside na ênfase dada ao conceito de concorrência como o elemento central e direcionador do modelo que orienta as operações da empresa privada, que é a espinha dorsal para todas as áreas que conformam instituições universitárias.

De acordo com as projeções do FUTURE-SE, o poder normativo do capital financeiro, ou seja, este domínio regulador que estabelece diretrizes imperativas para uma ampla gama de atividades, não se limita apenas ao âmbito econômico, mas se estende também às esferas cultural, educacional e diversas outras áreas que, opera de forma ascendente e regula-se tanto pela influência do sistema financeiro quanto pela lógica da competição e da gestão empresarial (Leher; Sguissardi, 2020).

Conforme delineado pelas bases teóricas desenvolvidas por Leher; Sguissardi (2020), o projeto em questão pressupõe em seus desdobramentos, a substituição da autonomia de gestão financeira e patrimonial das universidades federais por uma suposta autonomia financeira, ao passo que, em larga medida, promove a descaracterização da autonomia administrativa e didático-científica das instituições federais de ensino, com o propósito de (re)funcionalizar as instituições incorporando-lhes novas funções de natureza empresarial.

Por meio de imperativos econômicos, o Future-se pretende alterar a agenda e a vida cotidiana das instituições. A estruturação de projetos nesse âmbito é heterônoma, sempre subordinada ao MEC e às suas decisões arbitrárias. A subordinação ao ethos privado-mercantil, nos termos do PL em questão, é um meio para alcançar os propósitos mais profundos do Future-se: a refuncionalização da universidade, sobressaindo ideologias como o autoempreendedorismo. Na ótica da “guerra cultural”, expressa por seus objetivos de longa duração, a transformação da função social da universidade pela supremacia do autoempreendedorismo é a melhor forma de afastar da vida acadêmica a autonomia da ciência, a formação cultural ampla e a recusa da neutralidade ética da pesquisa. Por tudo isso, o Future-se é contestado pela imensa maioria de Conselhos Universitários, movimentos estudantis, sindicatos, organizações científicas e coletivos partidários que possuem compromisso com a autonomia universitária (Leher; 2021, p. 14).

No desenvolvimento do presente estudo, com o propósito de analisar e reconstruir a dinâmica relacionada aos marcos históricos que impulsionaram a expansão do ensino superior no contexto brasileiro, torna-se evidente a presença de um paradoxo intrínseco. Por um lado, essa expansão viabilizou o aumento significativo do número de instituições e de matrículas no ensino superior, bem como, maior possibilidade de acesso à educação superior das populações menos privilegiadas da sociedade brasileira. Contudo, essa expansão, ocorreu de modo

discrepante no setor privado, sob a égide dos moldes neoliberais e em conformidade com as orientações dos organismos internacionais que promovem a mercantilização e a privatização da educação, retirando gradativamente seu caráter gratuito e enquanto direito e transpondo-a em mercadoria.

Ao analisar a totalidade do desenvolvimento das ações relacionadas às políticas educacionais no contexto brasileiro, torna-se possível identificar alguns elementos contraditórios e em disputa que fundamentam a institucionalização de legislações e medidas que contribuem tanto para a ampliação do acesso ao ensino superior, quanto para a comercialização desse direito social. Nesse sentido, ao analisar o *primeiro e segundo ciclo de expansão do ensino superior* revela a influência do contexto político, social e econômico vivenciado pelo país. Em outras palavras, as iniciativas no âmbito do ensino superior são intrinsecamente histórico-dialéticas e sintonizadas com as aspirações políticas, econômicas e sociais que moldam a trajetória da realidade brasileira.

2.2 A Política de Assistência Estudantil

2.2.1 Breve trajetória histórica da Assistência Estudantil no Brasil e Ações Afirmativas no Ensino Superior Brasileiro

Conforme debatido anteriormente, a partir de 1990 o Brasil experienciou uma significativa expansão no ensino superior brasileiro. Para além da ampliação do número de instituições, vagas e discentes matriculados na rede de ensino público e privado, houve também maior diversificação no perfil dos estudantes do ensino superior, principalmente após a implementação de políticas de ações afirmativas, promulgada recentemente pela Lei nº12.711 de 2012 (Guarnieri; Silva, 2007).

O ensino superior brasileiro, que foi organizado sistematicamente de modo restrito, elitizado e excludente, passou a se tornar mais acessível aos “filhos da desigualdade” (Lessa, 2015, p. 476), devido à expansão das instituições públicas e, sobretudo, das instituições privadas.

Em busca de formação profissional e melhores condições de vida, a diversidade cultural e socioeconômica têm se tornado um elemento preponderante nas instituições de ensino superior, o que sinaliza, de um lado, os suspiros da democratização por meio expansão do ensino e, de outro, o acirramento das demandas de estudantes que carecem de condições materiais e imateriais para acessar e permanecer na universidade.

Ao contextualizar de modo resumido o percurso da assistência estudantil na realidade brasileira, o processo de expansão gestado no *primeiro ciclo de expansão* não foi acompanhado por condições de acesso e permanência, uma vez que o primeiro apontamento da educação como direito foi previsto tardiamente, na Constituição de 1824, outorgada pelo imperador Dom Pedro I.

Título 8º. Art. 179 - A inviolabilidade dos direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual e a propriedade, é garantida pela Constituição do Império, pela maneira seguinte: XXXII - A instrução primária é gratuita a todos os cidadãos (Brasil, 1824).

Contudo, as demandas por permanência dos estudantes não são solicitações contemporâneas, pois:

A primeira manifestação com o intuito de apoiar os estudantes universitários ocorreu em 1928, com a inauguração da Casa do Estudante Brasileiro, localizada em Paris, e destinada a auxiliar estudantes que estudavam na capital francesa e tinham dificuldades em se manter na cidade (Costa, 2010 *apud* Imperatori, 2017, p. 286).

O debate da assistência estudantil foi anexado na agenda política do Brasil, somente no governo de Getúlio Vargas (1930-1945). Ainda na Constituição Federal de 1891 (Brasil República), foi promulgado o Decreto nº19.851/1931, que traz a seguinte previsão:

Art. 108. Para efetivar medidas de providências e beneficência, em relação aos corpos discentes dos institutos de ensino superior, inclusive para a concessão de bolsas de estudos, deverá haver entendimento entre a Sociedade dos Professores Universitários e o Diretório Central dos Estudantes, a fim de que naquelas medidas seja obedecido rigoroso critério de justiça e de oportunidade. Parágrafo único: A secção de previdência e de beneficência da Sociedade de Professores organizará, de acordo com o Diretório Central dos Estudantes, o serviço de assistência médica e hospitalar aos membros dos corpos discentes dos institutos de ensino superior (Brasil, 1931).

Mais adiante, houve uma significativa expansão do reconhecimento legislativo no que diz respeito às ações de assistência estudantis nas demais modalidades de ensino. A seguir, o quadro elaborado por Kowalski (2012)³⁵ sinaliza cronologicamente os principais acontecimentos para a institucionalização da assistência estudantil no Brasil.

Quadro 4: Linha do tempo dos principais acontecimentos para a institucionalização da assistência estudantil no Brasil

Primeira Fase

³⁵ Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, da autora Aline Viero Kowalski, “Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos”, 2012.

1928: Promoção, pelo presidente Washington Luís, da construção da “Casa do Estudante Brasileiro”, que ficava em Paris.

1930: Abertura da “Casa do Estudante do Brasil” no RJ, acoplado ao RU.

1931: Marca de nascença da Assistência Estudantil (AE), na universidade, instituída pelo presidente Getúlio Vargas, por meio do Decreto nº 19851/1931.

1934: A integração da assistência estudantil passa na Constituição Federal no artigo 157. Previsão do fornecimento de material escolar, bolsa de estudo, assistência alimentar, dentária e médica

1937: Criação da União Nacional dos Estudantes (UNE).

1946: Promulgação da Constituição Federal, que estabelece a assistência educacional para alunos “necessitados” e também aborda mecanismo referente à saúde dos discentes.

1961: Aprovação da LDB, que estabelece a assistência social como um direito a ser garantido de forma igual a todos os estudantes.

1970: Criação do Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), com ênfase para os programas de alimentação, moradia, assistência médico-odontológica.

Segunda Fase

1987: Criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), congregando os Pró-Reitores, Sub-Reitores, Decanos, Coordenadores ou responsáveis pelos assuntos comunitários e estudantis das Ifes do Brasil.

1988: Promulgação da Constituição Federal, que gerou amadurecimento na discussão da política de assistência estudantil (acesso e permanência nas Ifes).

1990: Limitação de recursos nacionais para assistência estudantil; discussões sobre a PAE de forma fragmentada e restrita a algumas IFES.

1996: Aprovação da LDB, que, “de costas para a assistência estudantil”, não menciona nenhum tipo de financiamento à PAE.

1998: Aprovação, na Conferência de Paris, da “Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI”, que prevê a relevância social dos programas assistenciais oferecidos nas IFES.

1999: Criação do FIES, que propõe financiar os cursos de graduação para os estudantes nas IES privadas.

2001: Aprovação do PNE, que dispõe da política de diversificação das fontes de financiamento e gestão das IES.

Terceira Fase
2007: Criação do REUNI, que prevê a ampliação de políticas de inclusão e de assistência estudantil.
2007: criação do PNAES, cujo objetivo é dar subsídios para permanência de alunos de baixa renda nos cursos presenciais nas IFES.
2010: Sanção, em 19 julho, do PNAES com o Decreto-lei nº 7.234; assistência estudantil concebida como política pública de direito. Aprovação do Decreto-lei nº 7.233, que versa sobre os procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia universitária. Aprovação, em 30/12/2010, do Decreto nº 7416, que regula bolsas de permanência para a promoção do acesso e permanência de estudantes em condições de vulnerabilidade social e econômica.
2010/2011: Lançamento do Projeto Lei do PNE para o decênio 2011-2020, o qual, de acordo com a Meta 12, visa desenvolver os programas de assistência estudantil para ampliar as taxas de acesso nas IFES.

Fonte: Quadro elaborado por Kowalski, 2012, p. 100.

De acordo com o quadro elaborado por Kowalski (2012), pode-se inferir a relevância da assistência estudantil para a educação brasileira, sobretudo no ensino superior, foco do presente estudo. A expansão desta modalidade de ensino, somada ao reconhecimento político e social do protagonismo da educação para a inclusão social e cidadania, incidem diretamente na diversidade cultural e socioeconômica do público que frequenta a universidade.

Devido às particularidades históricas da trajetória do ensino superior brasileiro, conforme fundamentado anteriormente, os caminhos para ampliação do acesso nas universidades estão condicionados às possibilidades da permanência dos estudantes brasileiros, em especial, daqueles que historicamente foram excluídos do ambiente universitário.

As desigualdades no percurso escolar determinados pela estrutura política, econômica e social se manifestam, posteriormente, nos principais impasses que permeiam o ambiente universitário. Dentre eles pode-se mencionar: Os impasses na realidade de vida do estudante trabalhador, as fragilidades de vínculos do discente com a instituição e/ou docente, as questões atreladas à inclusão e representatividade dos públicos historicamente oprimidos, as desigualdades no desempenho acadêmico devido às bases adquiridas durante o percurso escolar, a carência de condições materiais e imateriais para o acesso e permanência na universidade.

Esses percalços interferem na qualidade e na trajetória da formação acadêmica, pois quando não solucionados, são expressos por meio da insatisfação dos estudantes na universidade.

Portanto, além de asseguradas as condições de acesso, as condições de permanência são primordiais para a conclusão do curso. Tendo isso em vista, de acordo com as contribuições de Imperatori (2017), a assistência estudantil deve ser garantida pela instituição de ensino, com intuito de propiciar as condições necessárias para o estudante usufruir integralmente dos espaços da universidade, possibilitando a igualdade de oportunidades na articulação do tripé: ensino, pesquisa e extensão, com vistas a garantir uma formação crítica – que ultrapasse a mera reprodução do trabalho e proporcione uma formação integral.

Pensar nas condições de permanência e nas relações de desigualdades entre os estudantes, envolve analisar as discrepâncias de trajetórias e sua influência na formação profissional. Para aqueles que possuem uma condição socioeconômica consolidada, o ensino superior é pensado de modo que possibilite um aproveitamento integral, com o desfrute do espaço da universidade, de modo a ampliar seus conhecimentos e proporcionar uma formação ímpar.

Já para aqueles que não possuem as mesmas condições, as preocupações são bastante distintas. É preciso operacionalizar o atendimento das necessidades mais básicas, ou seja, manter-se com o mínimo - alimentação, transporte, saúde, moradia. Para este segmento de jovens, acessar, permanecer e concluir o ensino superior é contrariar as estatísticas e, sobretudo, resistir aos ataques diários “sutis” que acabam conduzindo os estudantes aos caminhos da evasão escolar.

Compreende-se que as ações de assistência estudantil possuem como objetivo atuar sobre essas contingências no espaço universitário, por meio da concessão de bolsas e auxílios aos estudantes que se enquadram no critério socioeconômico, viabilizando, por meio destes o enfrentamento das demandas estudantis (ainda que, de modo residual), a fim de minimizar as relações de desigualdades e possibilitar a permanência no espaço universitário (Imperatori, 2017).

Entretanto, importante destacar que o programa de AE não está alheio as disputas de projetos no âmbito educacional. De acordo com as contribuições de Dutra; Santos (2017), é cabível reflexionar que:

O processo de construção da política de AE no Brasil conduziu à elaboração de concepções diversas de assistência ao estudante no âmbito da Educação Superior. Os diferentes contextos sociopolíticos e atores sociais respectivamente nos quais e a partir

dos quais se desenvolveram as discussões em torno do tema favoreceram a emergência dessas múltiplas conceituações, tornando inviável uma definição consensual de assistência estudantil. Nas discussões e debates que vão se desenvolvendo a cerca dessa temática, essas concepções vão se colocando em disputa em alguns aspectos visando à proposição de uma assistência estudantil ideal no espaço universitário, revelando assim, os múltiplos olhares a partir dos quais se concebe a assistência ao estudante (Dutra; Santos, 2017, p. 174).

Conforme seguimos corroborando com Dutra; Santos (2017), no interior do programa de AE disputam-se a definição e configuração do programa, questionando aspectos como o formato, ampliação, abrangência, público-alvo destinado, se a mesma deve ou não ser construída em direção ao formato de uma política pública, a amplitude de sua cobertura – se é destinada no enfrentamento de questões mais complexas e abrangentes das demandas estudantis ou, se deve restringir e focalizar no atendimento das necessidades basilares, bem como a definição do público participante de seu ordenamento e gestão (se é Pró-reitores, profissionais ou comunidade acadêmica).

De acordo com a autora Lessa (2015) “entre êxitos e incompletudes”, é oportuno frisar que a afirmação da assistência estudantil no Brasil é uma conquista adquirida por meio dos embates políticos travados por parte dos movimentos sociais de diferentes frentes e protagonismos, e foi reivindicada como uma reparação na forma de condições de acesso e permanência aos estudantes do ensino superior.

Outro elemento que propiciou a democratização - ainda que de modo restrito, foi o papel das ações afirmativas implementadas no ensino superior brasileiro, materializada pela Lei nº12.711/2012. Com objetivo de efetivar a universalização do acesso nesta modalidade de ensino, o mecanismo de inclusão dos estudantes oriundos da rede pública, da população preta, parda e indígenas, fez-se uma pauta imprescindível na agenda da educação.

De acordo com as análises desenvolvidas pela autora Passos (2015)³⁶, as ações afirmativas foram materializadas por meio de cotas aos grupos mencionados. Como forma de minimizar os impactos da seletividade na ampliação da educação superior, a diversificação de classes e culturas no processo seletivo é um fator que determina, sobretudo, os perfis dos públicos que irão ocupar as vagas na universidade brasileira.

Em uma análise específica do fato supracitado, faz-se necessário salientar a articulação da população negra frente às violações de oportunidades. O racismo estrutural³⁷, elemento no

³⁶ Artigo intitulado “Relações raciais, cultura acadêmica e tensionamentos após ações afirmativas” publicado pela revista “Educação em Revista – Belo Horizonte, v. 31, p. 155-182, 2015”, pela autora Joana Célia dos Passos.

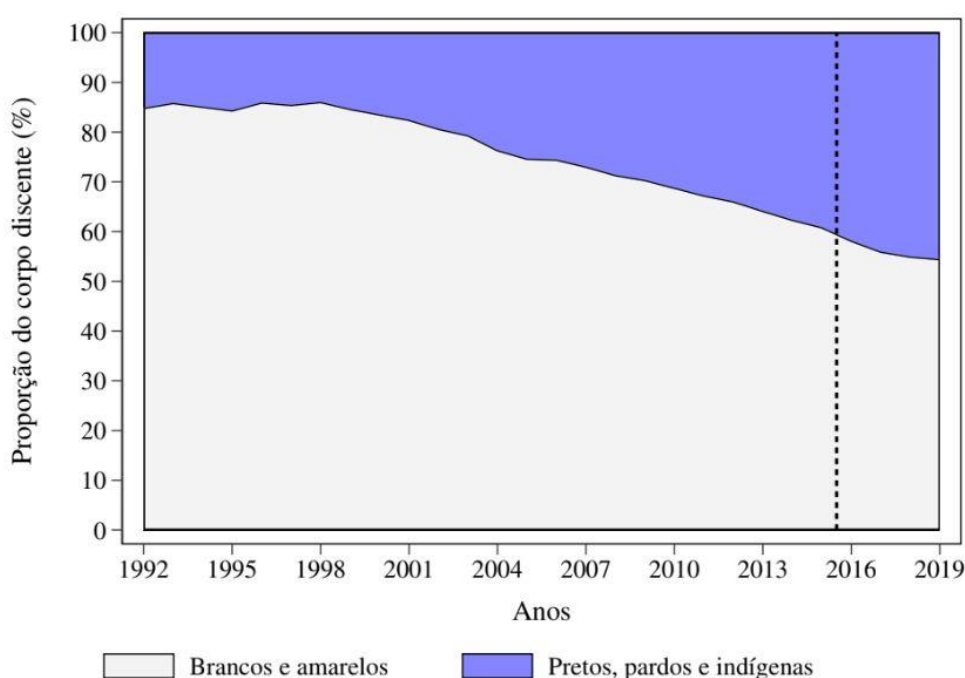
³⁷ Racismo estrutural “é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios, a depender ao grupo racial ao qual pertençam” (Almeida, 2019, p. 25).

qual se embasam as desigualdades históricas e sociais, colocou para a população preta e parda³⁸ a necessidade do posicionamento político na defesa de justiça e na ampliação dos seus direitos.

Como reprodução do “racismo estrutural” (Almeida, 2018) no ambiente escolar tem como os efeitos concretos a violência contra a população de Pretos, Pardos e Indígenas (PPI), os ataques do racismo, os índices da reprovação, as expectativas mínimas na trajetória do ensino e a evasão escolar que atravessam a realidade da população supracitada. Assim, debater e desenvolver uma educação antirracista é fundamental para modificar os padrões de violências historicamente praticados e naturalizado pela sociedade e instituições.

Ao retomar os estudos desenvolvidos por Senkevicks (2021), o autor apresenta um gráfico que ilustra a composição racial dos jovens que acessam o ensino superior no Brasil, no período de 1992-2019:

Gráfico 1: Composição racial dos jovens entre 18 a 24 anos que acessavam o ensino superior no Brasil, em 1992-2019



Fonte: Gráfico elaborado por Senkevics (2021), com base em microdados subsidiado da Pnad e Pnad-c (IBGE).
 Notas do autor: A linha tracejada vertical indica a quebra de série histórica entre Pnad (1992-2015) e Pnad-c (2016-2019) e por isso não é perfeitamente comparável.

³⁸ “De acordo com levantamento feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base nos dados da Pnad Contínua de 2019, a porcentagem dos que se declaram negros no Brasil é de 56,10%. Dos 209,2 milhões de habitantes do País, 19,2 milhões se assumem como pretos, enquanto 89,7 milhões se declaram pardos. Os negros — que o IBGE conceitua como a soma de pretos e pardos — são, portanto, a maioria da população” (Assembleia Legislativa de Goiás, 2020).

De acordo com o referido gráfico podemos evidenciar que é irrefutável a ampliação da diversidade racial no ambiente universitário devido a implementação das políticas educacionais e sistemas de cotas/reservas de vagas destinadas ao ensino superior. Entretanto, a desigualdade racial ainda perpetua no ambiente universitário em virtude da realidade da população PPI não possuírem condições materiais e imateriais equivalentes da população branca e amarela, resultando não somente na pertinente desigualdade no número de matrículas, mas sim no contraste da qualidade na trajetória da formação acadêmica e possibilidades de acesso, permanência e conclusão do ensino.

As estatísticas certificam que a condição econômica não é a única expressão que aborta a trajetória escolar dos estudantes. Questões como o racismo estrutural, violências, trabalho infantil, homicídio, público fora do ambiente escolar e trabalho na adolescência são pontualmente expressivas na realidade da população PPI brasileira e incidem diretamente no ingresso e conclusão do ensino na educação superior.

Ainda que o debate racial tenha se mostrado urgente, foi somente em 1996, no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), que a presente pauta entrou na agenda política brasileira. O “Seminário Internacional de Multiculturalismo e Racismo: o papel da ação afirmativa nos Estados democráticos contemporâneo”³⁹, evento promovido pela Secretaria dos Direitos da Cidadania e Ministério da Justiça, objetivou debater o racismo estrutural no Brasil e formular ações de combate à discriminação racial, destacando-se as ações afirmativas.

A participação na “III Conferência Internacional sobre o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e as Intolerâncias Correlatas”, em 2001, tornou o Brasil subscritor nas declarações, programas e ações deliberadas no evento.

Entretanto, a reparação se deu de forma tardia no que diz respeito à legislação brasileira referente às cotas. Somente durante o governo da Dilma Rousseff (2011-2016) foi sancionada a Lei Federal nº12.711/2012, que estabeleceu o seguinte princípio para o ensino superior:

Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Redação dada pela Lei nº 13.409 de 2016 (Brasil, 1988).

³⁹ “Em 1996, o Ministério da Justiça organizou o seminário internacional Multiculturalismo e racismo: o papel da ação afirmativa nos Estados democráticos contemporâneos justamente como o objetivo de congregar acadêmicos e membros da sociedade civil para discutir o tema. No discurso de abertura, Cardoso começou elogiando as ambivalências nacionais, qualificando a nação como cheia de contrastes e de desigualdades de todo tipo, mas também de diferenças, que não são só desigualdades de raça, de cor, de cultura” (Júnior; Campos, 2016, p. 270).

Como referenciado anteriormente, as ações afirmativas são produtos de embates políticos e ideológicos que contaram com diferentes protagonismos. A luta a favor da ampliação do ensino superior, com acesso e permanência das populações historicamente excluídas e oprimidas, ainda é uma árdua luta e por isso cada conquista deve ser comemorada como uma vitória.

Contudo, a materialização da democracia no ensino superior ainda é uma realidade em construção e repleto de desafios. Conforme Passos (2015), o principal deles é minimizar o abismo social entre as populações mais oprimidas e as populações mais privilegiadas. A submissão de um determinado grupo em relação ao outro deve ser enfrentada através da educação antirracista e integração de diversidades culturais no currículo pedagógico e no ambiente universitário, visando a igualdade de oportunidades sem quaisquer privilégios ou discriminações com base na raça, gênero, classe, etnia, sexo, idade, credo religioso ou convicções políticas.

As ações afirmativas, na medida em que é reconhecida através de políticas públicas e/ou privadas, de cunho temporário ou não, respaldadas por lei e gestada pelo Estado, almeja-se a representatividade destas populações nas demais esferas da vida pública e para além do âmbito na educação superior.

No que diz respeito à concretização dos propósitos perseguidos pelas ações afirmativas, ela é marcada pela transição de um espaço que antes, era composto majoritariamente pela elite branca e que atualmente, destina 50% das vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, e/ou apresentam alguma deficiência, e/ou que se autodeclaram pretos, pardos, indígenas⁴⁰.

Tendo em vista o cenário brasileiro de diversidade cultural, étnica, socioeconômica, política, religiosa, e as barreiras sociais impostas entre os estudantes, o desafio inicial consiste em transpô-las afim de possibilitar a igualdade nas relações e oportunidades dentro do ambiente universitário.

A compreensão da pluralidade social e cultural no círculo universitário reflete diretamente no perfil da instituição. A adoção deste parâmetro se faz imprescindível para a permanência dos alunos, pois, a exclusão de ordem social, econômica e/ou racial colocam em xeque o pertencimento ao espaço universitário. Para além da questão econômica, a permanência na universidade se concretiza no estabelecimento de igualdades e vínculos entre os sujeitos

⁴⁰ Segundo o portal MEC, a Lei nº12.711/2012, sancionada em agosto deste ano, garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas 59 universidades federais e 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos. Os demais 50% das vagas permanecem para a ampla concorrência” (MEC, 2012).

presentes, portanto, faz-se necessário considerar a relevância da educação inclusiva e problematizar a exclusão de Pessoas com Deficiências (PcD's) no ambiente universitário.

A inclusão é um paradigma que se aplica aos mais variados espaços físicos e simbólicos. Os grupos de pessoas, nos contextos inclusivos, têm suas características idiossincráticas reconhecidas e valorizadas. Por isto, participam efetivamente. Segundo o referido paradigma, identidade, diferença e diversidade representam vantagens sociais que favorecem o surgimento e o estabelecimento de relações de solidariedade e de colaboração. Nos contextos sociais inclusivos, tais grupos não são passivos, respondendo à sua mudança e agindo sobre ela. Assim, em relação dialética com o objeto sociocultural, transformam-no e são transformados por ele (Camargo, 2017, p. 6).

É importante chamar a atenção para as particularidades da realidade dos estudantes trabalhadores. De acordo com Vargas; Paula (2013), na medida em que estes discentes buscam alcançar as condições materiais para subsistência e, conseqüentemente, para a permanência no ensino superior, o estudante trabalhador é prejudicado quando a conciliação entre trabalho e estudo, para além de afetar a qualidade no processo de ensino-aprendizagem em sala, bem como o desenvolvimento de atividades extraclasse, impedem em aproveitar integralmente os recursos da universidade. Esta questão é evidenciada, por exemplo, quando consideradas as dificuldades de participação dos discentes trabalhadores em grupos de pesquisa e/ou extensão universitária por conta do trabalho.

Essas são apenas algumas das diversas situações desafiadoras presentes na dinâmica do ensino superior após a implementação da lei de cotas e ações afirmativas. Para interpretar as estatísticas que demonstram as desigualdades de acesso e permanência, especialmente de pretos, pardos, indígenas, e estudantes com famílias em condição de vulnerabilidade social, é preciso analisar as condições estruturais que afetam estes grupos.

Ainda no que diz respeito aos mecanismos que buscaram corrigir o cenário apresentado de desigualdades, as ações afirmativas, em consonância com o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e Programa Nacional de Assistência Estudantil para as instituições de Educação Superior Públicas Estaduais (PNAEST), foram viabilizadas por meio da assistência estudantil e das condições materiais para a permanência na universidade. Porém, isso se deu de forma inconclusa, deficitária e seletiva.

Para compreender a estrutura, organização e contradições do referido programa, isto será melhor desenvolvido a seguir.

2.2.2 O PNAES e PNAEST

Pensar na efetividade da assistência estudantil, requer considerar os fatos presentes na vida social e as possibilidades de concretização desta política. Portanto, o público atendido pela assistência estudantil é composto por sujeitos atacados pelas opressões nas esferas política, econômica, cultural e social.

Assim, uma vez que essas ações não são abrangentes como deveriam - incidindo sobre todos os níveis e modalidades do ensino, desde a educação básica até a educação superior, como pensar a efetivação dos propósitos da assistência/permanência estudantil?

Os pilares da política educacional, reconhecida juridicamente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB/1996 é dividida na seguinte forma: *educação básica*: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; que são etapas fundamentais na trajetória da escolarização antes do ingresso na educação superior, e *as modalidades de ensino*: educação especial/inclusiva, educação indígena e educação rural, que devem perpassar todos os níveis de ensino.

É importante enfatizar que estes níveis de ensino apresentam seus próprios desafios na realidade da rede pública. Tais como podem ser mencionados o analfabetismo⁴¹, a distorção idade-série⁴², a evasão escolar⁴³, a demanda de financiamento em relação à infraestrutura das unidades educacionais e maiores investimentos nos recursos humanos (professores, gestores, funcionários de apoio, tanto em relação à formação inicial e continuada quanto em salários). Além disso, durante o recente (des)governo Bolsonaro⁴⁴, os ataques no âmbito da educação, especialmente na educação básica, ocorreram de modo aviltante e marcadamente reacionária⁴⁵.

No caso brasileiro, o ataque à esfera pública na educação, na saúde, na ciência, na tecnologia e na cultura, à estupidez se acresce a insensatez como agenda política. Com efeito, a insensatez se revela na emenda constitucional 95, que congela por vinte anos o investimento na esfera pública, na contrarreforma trabalhista, que regrida à barbárie na relação capital e trabalho ao século XVIII; na contrarreforma do ensino médio, que

⁴¹ “As taxas de analfabetismo estão diretamente relacionadas à renda familiar, segundo os dados apresentados pelo “Mapa do Analfabetismo”. Nos domicílios que possuem renda superior a 10 salários-mínimos, o índice é de apenas 1,4%, enquanto nas famílias que possuem renda inferior a um salário-mínimo o índice alcança 29%” (INEP, 2003).

⁴² “A taxa de distorção idade-série foi de 28,2% no Ensino Médio e de 18,1% no Ensino Fundamental. A rede pública apresenta taxa de distorção quatro vezes maior do que a rede privada nas duas etapas de ensino. Os dados são do Indicador Educacional “Taxa de Distorção Idade-Série”, extraídos do Censo Escolar 2017, um dos oito divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) no início de julho” (INEP, 2018).

⁴³ “Os novos dados revelam que 12,9% e 12,7% dos alunos matriculados na 1ª e 2ª série do Ensino Médio, respectivamente, evadiram da escola de acordo com o Censo Escolar entre os anos de 2014 e 2015. O 9º ano do ensino fundamental tem a terceira maior taxa de evasão, 7,7%, seguido pela 3ª série do ensino médio, com 6,8%. Considerando todas as séries do ensino médio, a evasão chega a 11,2% do total de alunos nessa etapa de ensino” (INEP, 2017).

⁴⁴ Mandado presidencial de Jair Messias Bolsonaro compreendeu o período de 1 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2022.

⁴⁵ Podem ser considerados como os principais ataques reacionários contra a educação: o ensino religioso (católico) obrigatório, movimento “escola sem partido” e o retorno da disciplina “educação moral e cívica”.

regredir à década de 1950 e liquidar com a conquista do direito à educação básica; e, em curso, na contrarreforma da Previdência. Esta é a mais letal, pois interdita o direito à vida digna a maioria da população. Trata-se de uma agenda insensata porque não só congela direitos fundamentais à vida, mas os extermina, jogando milhões de trabalhadores ao desemprego, subemprego e ao desespero, tornando-se vítimas das mais brutais violências do estado. Tudo isso com promessas falsas em nome de salvar os lucros, especialmente dos bancos (Frigotto, 2021, p. 120).

A partir das reflexões sobre os impasses que permeiam a trajetória escolar dos estudantes, principalmente dos oriundos da rede pública, é possível afirmar que dificilmente a realidade material e social destes serão modificados, ao considerar os limites da atual configuração e conjuntura da assistência estudantil.

Ao recapitular as discussões até aqui desenvolvidas, averigua-se que, apesar do reconhecimento dos aspectos materiais como elemento imperativo que possibilita de certa forma, a permanência de estudantes nas instituições de educação superior (por meio da concessão de auxílios socioeconômicos), não confere a assistência estudantil, principalmente considerado a vigente configuração enquanto um *programa*, a possibilidade em sanar as complexibilidades presentes na totalidade das raízes das desigualdades sociais/educacionais que de longa data, acompanha a dinâmica acadêmica e pessoal de toda classe trabalhadora empobrecida.

Conforme debatido por Imperatori (2017), a AE apresenta fragilidades concretas por se tratar de um programa em disputa e não consolidado enquanto política pública. Logo, é nesse contexto que, o PNAES e PNAEST embora ambos tenham o papel social em promover a permanência estudantil, sobretudo, não desmerecendo aqui as conquistas políticas e benefícios concretos que acompanham os referidos programas; importante destacar a disfuncionalidade e seus limites na consecução do objetivo em “viabilizar à igualdade de oportunidades entre todos os estudantes” (Brasil, 2010), pois, **ao considerar a historicidade, contradições e as complexibilidades sistêmicas da dinâmica do ensino superior brasileiro, que afeta potencialmente, as desigualdades socioeducacionais nos processos do ensino-aprendizagem e acesso-permanência, tais programas são obsoletos por reduzirem o enfrentamento da repetência e evasão escolar com ações restritas, focalizadas, com critérios definidos/excludentes, com dotação orçamentária limitada e formatação jurídica incipiente.**

Deste modo, um dos caminhos para problematizar a efetividade do PNAES e PNAEST, perpassa pela análise de suas configurações enquanto plano e programa, bem como a acessibilidade e seus meios de financiamento.

Para iniciar esta reflexão, vale destacar que o PNAES foi pensado para atender as contingências nas Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes). Regulamentado pelo Decreto Federal nº 7.234/2010, o programa em evidência “tem como objetivo, viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes” (BRASIL, 2010). Ainda que foi atribuído a concessão de bolsas/auxílios estudantis para reduzir os impactos da vulnerabilidade socioeconômica e coibir a evasão escolar, o critério de elegibilidade para acesso a esta política tem um recorte de renda, sendo destinados aos estudantes que possuem renda *per capita* familiar de até 1,5 salários mínimos.

Já no tocante ao PNAEST, o programa foi instituído em 2010 pela Portaria Normativa do MEC nº25, de 28 de dezembro de 2010 (Brasil, 2010). Com objetivo similar ao PNAES tem a finalidade “ampliar as condições de acesso, permanência e sucesso dos jovens na educação pública estadual” (MEC, 2010).

Conforme as contribuições desenvolvidas pelas autoras Pessanha; Silva (2022), o PNAES E PNAEST:

Importante registrar que o PNAES e o PNAEST possuem como pontos similares os seguintes objetivos: expandir as condições de acesso e permanência dos jovens na educação superior pública; desenvolvimento das ações de AE em áreas pré-estabelecidas e o atendimento preferencial aos estudantes de rede pública, de acordo com o recorte socioeconômico. Contudo, no que se articula à forma de utilização da verba pelas IES, os programas são diferentes. No PNAES, as instituições federais podem fazer uso dos recursos para fins de bolsificação, ou seja, as IES podem desenvolver ações de AE em formato de auxílios, transferindo diretamente o valor para o estudante. No entanto, o PNAEST, a prática de transferência direta, isto é, de bolsificação para os estudantes não é permitida (Pessanha; Silva, 2022, p. 623).

Para além das limitações no âmbito do recurso orçamentário para o desenvolvimento das ações da AE, tanto o PNAES quanto o PNAEST, ao considerar o caráter seletivo dos programas, a especificidade do público que pode acessá-la, e sendo mais uma política social organizada na perspectiva do Estado neoliberal - atendendo “os mais pobres dos pobres”, sendo uma configuração de programas muito aquém das demandas estudantis, da dimensão de suas propostas, distantes da concepção de política pública social e consolidada sob a ótica da universalidade no acesso.

Para melhor visualização da amplitude dos objetivos da PNAES e PNAEST, será exposto na sequência somente as descrições do PNAES, pois, conforme elucidado anteriormente, são semelhantes aos objetivos do PNAEST. Isto posto, na Constituição Federal de 1988, o artigo 3º descreve a função do PNAES, conforme segue:

Art. 3º O PNAES deverá ser implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento de estudantes regularmente

matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior. § 1º As ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas: I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio pedagógico; e X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (Brasil, 2012).

Para efetivação destas propostas é imprescindível a permanência dos estudantes no ensino superior. Compreendido como programa que viabiliza, o atendimento às demandas sociais e materiais dos usuários por meio da assistência estudantil,

Art. 2º São objetivos do PNAES: I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (Brasil, 2012).

Já no tocante a execução, não há regulamentação prevista em lei, sendo preservada a autonomia nas instituições de ensino. Portanto, o PNAES e PNAEST podem ser executados a partir de diferentes modalidades de bolsas, auxílios, recursos, ações de assistência estudantil, etc., variando de acordo com a política de cada instituição e recursos repassados.

Ainda que tais recursos mencionados auxiliem na permanência estudantil, não se pode anular o caráter seletivo, temporário e restrito do PNAES/PNAEST conforme exposto anteriormente. Conforme Nascimento (2018), o que deveria ser tomado como política universal - devido a amplitude dos objetivos estabelecidos, deveriam abarcar pelo menos, as principais demandas estudantis, que, devido ao seu caráter residual enquanto plano e programa, frequentemente direcionam suas ações limitadas na perspectiva da *bolsificação/assistencialização* da permanência estudantil, em decorrência dos critérios socioeconômicos estabelecidos, pela ausência de recursos ou pelas questões burocráticas próprias das instituições que desenvolvem o PNAES/PNAEST, realidade que são mais agravantes principalmente na realidade de Universidades Públicas Estaduais:

O formato do PNAEST, por meio do lançamento de editais, configurou o seu caráter limitado, esporádico e descontínuo, pois estava condicionado à disponibilidade de recursos existentes no MEC. Sua configuração, nos marcos da chamada nova gestão pública, é outro fator que dificultou a utilização dos recursos repassados, em função das normas impostas pelo Governo Federal (Pessanha; Silva, 2022, p. 632).

Portanto, ao considerar que as concessões de bolsas/auxílios podem ser cruciais para a permanência do estudante na universidade, o caráter seletivo, focalista, temporário e restrito do PNAES/PNAEST aparecem como obstáculos a serem solucionados para a efetivação da acessibilidade do programa e para o exercício profissional dos profissionais que atuam no

âmbito da assistência estudantil (assistentes sociais, médicos, psicólogos e outros). Desta forma, é preciso ponderar sobre as condições nas quais o PNAES/PNAEST são executados, e, a partir desse panorama, considerar quais são as reais possibilidades de atendimento nas demandas estudantis.

O cumprimento das requisições, junto à assistência estudantil na universidade apresenta um caráter bastante desafiador. Os/As Assistentes Sociais, principais profissionais responsáveis por desenvolverem o PNAES/PNAEST na universidade e, por conseguinte, direcionar os recursos disponíveis para as demandas estudantis, vivenciam no cotidiano profissional a fragmentação desses programas.

Ao considerar os objetivos do PNAES/PNAEST na democratização das condições de permanência dos discentes na educação, sua efetivação está submetida nas posições do Congresso Nacional frente a esta política, na contribuição da sociedade e, sobretudo, nos repasses do financiamento público para a gestão do PNAES/PNAEST.

Esse processo requer uma articulação entre a instância federal, os recursos disponíveis para o custeio, e o repasse do orçamento para o financiamento, pois, para a consecução do exercício profissional do/a AS no desenvolvimento das ações de permanência estudantil via recursos advindos do PNAES/PNAEST, exigem uma gestão alinhada (ou seja, para além dos/as assistentes sociais) com os interesses dos estudantes provenientes da classe trabalhadora. Por isso, deve-se entender que à efetivação do PNAES/PNAEST não se restringem à concessão de bolsas/auxílios ou à manutenção do mínimo social, mas que requerem na elaboração de uma *Política* de assistência estudantil, devidamente consolidada, sistematizada em âmbito nacional e efetivação do trabalho multiprofissional/intersectorial.

O projeto de assistência estudantil consentida se torna uma máxima (enquanto horizonte político) quando se turvam as possibilidades de vislumbrar outros modelos de planejamento e gestão da assistência aos estudantes. Isto porque a Universidade brasileira, marcada pelo seu caráter ultra elitista, historicamente, não conseguiu viabilizar infraestrutura de serviços básicos de alimentação, dormitórios, espaços de convivência, creches e bibliotecas de qualidade aos estudantes. Assim, nesta conjuntura, banaliza-se o debate sobre a universalização da assistência estudantil, expressa, principalmente, na eliminação dos processos seletivos para inserção dos estudantes nas suas ações, na construção de equipamentos que façam parte da infraestrutura permanente da universidade e que sejam acessíveis a todos (Nascimento, 2018, p. 376).

Para “reduzir as taxas de retenção/evasão escolar e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação” (Brasil, 2010), o PNAES/PNAEST se desenvolvem por meio da estrutura econômica, política e social da instituição de ensino, e sobretudo, pelas possibilidades de gerenciamento de suas ações a partir dos recursos que são repassados.

Nas Universidades Públicas, tanto a nível Federal ou Estadual, os motivos que levam aos “insucessos” na trajetória acadêmica não se limitam à escassez de moradia, alimentação e/ou transporte, ou seja, apenas as condições materiais de vida. É preciso viabilizar, também os meios para a integração entre os estudantes e a equalização no tripé universitário (Ensino, Pesquisa e Extensão). Somente através da reparação das desigualdades, tanto materiais e pedagógicas quanto imateriais e que envolvem a sensação de pertencimento ao espaço acadêmico, os estudantes, especialmente aqueles/as que historicamente foram excluídos do ambiente universitário, poderão permanecer na universidade com qualidade.

Nesse sentido, os/as assistentes sociais, através da sistematização do trabalho profissional; da análise quantitativa e qualitativa das demandas apresentadas; da articulação e organização coletiva com as demais categorias, como funcionários, estudantes, entre outros; têm papel fundamental na luta articulada pela concepção de assistência estudantil e no reconhecimento da necessidade de sua expansão.

Vale destacar, que essa postura não é um compromisso exclusivo dos AS, mas sim uma luta a ser travada coletivamente e com diferentes protagonismos, pois,

(...) as lacunas na efetivação da assistência estudantil e como é fundamental, avançar para atender as carências de todos os estudantes, que vão além de questões restritas de sobrevivência, o que não se reduz somente ao provimento de subsídios materiais, e sim envolvem questões de ordem subjetiva (Almeida; De Oliveira; De Sousa, 2019, p. 204).

Os elementos materiais e imateriais que empreendem a concretização da permanência estudantil, só podem ganhar a devida visibilidade por meio da participação coletiva dos demais sujeitos, atuando da forma que lhes cabem e articulando estratégias conjuntamente. A transparência na dinâmica da assistência estudantil é crucial para sinalizar a necessidade de ampliação do PNAES/PNAEST de modo a construir, benefícios concretos para a ampliação da assistência estudantil nas instituições de ensino.

Conforme debatido neste capítulo, a Educação Superior Pública brasileira e a assistência estudantil no contexto neoliberal estão calcadas em um terreno minado de contradições e conflitos de interesses no interior das políticas educacionais, que impõe diversos desafios para os estudantes e para os profissionais que atuam no universo da educação superior.

O aumento das oportunidades de acesso à educação superior e a implementação de políticas de ações afirmativas, juntamente com a institucionalização do PNAES e PNAEST, embora tenham apresentado benefícios imponentes e que concretizaram as demandas dos movimentos sociais; as lutas e as resistências político-ideológicas lideradas por diversos

agentes; são conquistas frequentemente atacadas, capturadas e convertidas aos interesses hegemônicos.

A sinergia do Estado burguês com o capital é uma ofensiva explícita, que tem sido expressa historicamente por meio do colonialismo, escravidão, das privatizações do patrimônio público, da retração dos direitos sociais, da adoção de uma política de ajuste fiscal, entre outros. Todas estas ações, objetivando atender a acumulação capitalista e os interesses partidários, refletiram diretamente na política educacional brasileira, em especial, na de nível superior, principalmente nos efeitos colaterais de sua expansão/massificação.

3 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNESP E O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

3.1 Apresentando a UNESP – universo da pesquisa

De acordo com as informações retiradas do portal da instituição (UNESP, 2018), a Universidade Estadual Paulista – UNESP foi produto do processo de interiorização das Universidades Públicas no interior do Estado de São Paulo, período que marcou os anos 1950 e 1960.

A criação dos Institutos Isolados como escolas públicas estaduais atendia, por um lado, aos anseios dos moradores das cidades do interior que, nas décadas de 1950 e 1960, aspiravam proporcionar a seus filhos uma educação superior e uma formação profissional que, à época, só poderiam ser encontradas nos grandes centros, em locais nem sempre acessíveis às populações interioranas. Ainda que houvesse um número considerável de escolas superiores no estado de São Paulo, muitas das quais confessionais, era evidente a ausência do poder público nesse setor (UNESP 40 anos, 2016, p. 20).

Motivados pela realidade abordada, o primeiro campus da UNESP foi aberto no município de São José do Rio Preto, em 1954. Na sequência, foram inaugurados os campus de Araraquara, em 1955, Presidente Prudente, em 1957, Rio Claro em 1957, Assis, em 1957 e Marília, em 1957. As referidas unidades de ensino ofertavam vagas em cursos de diferentes áreas de conhecimentos e localizadas no interior do Estado de São Paulo (UNESP 40 anos, 2016).

De acordo com o documento publicado no memorial da instituição “Unesp 40 anos”, o processo de expansão da UNESP foi permeado por diversos desafios ao longo de sua trajetória. Por se tratar de institutos isolados e de natureza multicampi, a gestão nas respectivas unidades dependia exclusivamente do trabalho dos diretores e do setor público para o desenvolvimento das faculdades UNESP. Assim, os períodos iniciais destas instituições, foram demarcadas por precariedades em questão de infraestrutura, organização e manutenção dos materiais necessários para executar a formação, pesquisa e extensão aos discentes (UNESP 40 anos, 2016).

Por esta razão, foi emergindo a necessidade de reconfigurar o modelo de gestão das unidades, realizado por meio de encontros, discussões e levantamentos com a participação de diretores, docentes, discentes e técnicos administrativos, foi possível efetuar o mapeamento das principais demandas emergentes e a partir disto elaborado novas resoluções para evitar a configuração fragmentada entre as instituições UNESP e formular novas políticas para contribuir na qualidade institucional e seu desenvolvimento. Deste modo, visando a

concretização do ensino superior público e de qualidade, a UNESP inicialmente, foi administrada pela Coordenadoria do Ensino Superior do Estado de São Paulo – CESEP (UNESP 40 anos, 2016).

Entretanto, ao decorrer da dinâmica institucional, foi revelado que esta administração não tratava exclusivamente das responsabilidades referentes à essas universidades, e acumulava a tarefa com outras demandas da própria coordenadoria (UNESP 40 anos, 2016). Em vista disso, a adoção de uma organização independente para as entidades UNESP fez-se iminente. Como expressão destas ocorrências, foi designada a criação da Reitoria⁴⁶, encarregada de concentrar e sistematizar as ações administrativas, acarretando no desligamento da CESEP nessas funções.

Para além da reestruturação da parte administrativa, a UNESP passou por diversas transformações políticas até chegar na instituição que é hoje. Durante os anos 1980, a Unesp passou por algumas modificações que ficaram registradas em seu novo Estatuto, assinado em 1989. As expectativas da mudança consistiam na possibilidade de transformar a Unesp numa universidade essencialmente democrática na qual seus integrantes tivessem poder de decisão. No mesmo momento que no Brasil levantava a bandeira das diretas já, a UNESP havia iniciado a campanha pela adoção de formas mais democráticas de gestão (Portal Institucional UNESP, 2018).

Tais mudanças possibilitaram maior autonomia institucional, que refletiu no aumento da qualidade no ensino. A partir da gestão democrática instaurada no período referenciado, ampliou-se a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, propiciando maior intercâmbio entre universidade e comunidade, bem como maior liberdade para estabelecer novas diretrizes mais alinhadas com os objetivos da instituição (Portal Institucional UNESP, 2018).

Ao longo dos anos, novas unidades foram integradas. Destaca-se que, independentemente da amplitude e da abrangência da instituição, todos os campus da UNESP estão instalados no interior do estado de São Paulo. Outro traço marcante da universidade é a preocupação com o bom funcionamento do tripé universitário: ensino, pesquisa e extensão. Estas características compõem a identidade institucional e se mantêm presentes até o atual momento (Portal Institucional UNESP, 2018).

Devido aos impactos positivos provocados pela referida universidade na realidade brasileira, a UNESP participou do movimento de expansão do ensino universitário em meados de 1990⁴⁷.

⁴⁶ De acordo com as informações retiradas no portal da instituição, a UNESP teve como primeiro reitor o professor Luiz Ferreira Martins (Portal Institucional UNESP, 2018).

⁴⁷ “A partir da década de 1990, o ensino superior brasileiro apresentou fortes mudanças em sua estrutura de ensino, especialmente após a aprovação da Lei de Diretrizes e Base da Educação (9394/96). Desde então, houve expansão das instituições de ensino superior e a ampliação da oferta de cursos tecnológicos, ensino a distância (EAD) noturno, entre outros” (Dutra, 2012, p. 1).

Novas unidades foram inauguradas no território paulista, mais cursos passaram a ser ofertados e vagas foram ampliadas. A partir do relatório “UNESP 40 anos” publicado no Portal Oficial da Instituição em 2016, foi elaborado uma tabela pela autora com base nas informações contidas no mencionado documento sobre a trajetória da implementação das unidades UNESP no interior do Estado Paulista no período de 1954 a 2012:

Quadro 5 - Trajetória da implementação das unidades UNESP no interior do Estado de São Paulo entre 1954 a 2012

Pré – UNESP
1954/1955: Faculdade de Farmácia e Odontologia de São José dos Campos (1954); Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araçatuba (1954); Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araraquara (1923) estadualizada em 1955. 1957: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara (1957); Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis (1957); Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília (1957); Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente (1957); Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro (1957); Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto (1957). 1962/1964: Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas de Botucatu (1962); Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca (1962); Faculdade de Engenharia de Guaratinguetá (1964); Faculdade de Medicina Veterinária e Agronomia de Jaboticabal (1964). 1974: Faculdade de Música “Maestro Julião” (1974) inicialmente sediada em São Paulo, mais tarde transferida para São Bernardo do Campo e, por fim, reinstalada na capital.
UNESP
1976: Araçatuba, Araraquara, Assis, Botucatu, Franca, Guaratinguetá, Ilha Solteira, Jaboticabal, Marília, Presidente Prudente, Rio Claro, São José do Rio Preto, São José dos Campos e São Paulo. 1988: Bauru. 2003: Dracena, Itapeva, Ourinhos, Registro, Rosana, São Vicente, Sorocaba e Tupã. 2012: São João da Boa Vista

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nas informações contidas no documento “Unesp 40 anos, 2016, p. 62”.

No contexto vigente (2023), a universidade tem o formato descentralizado e multicampi, oferece 136 cursos de graduação dispostos em 34 unidades, que estão localizados em 24 cidades no interior do Estado Paulista, abarcando 14 unidades complementares e três colégios técnicos

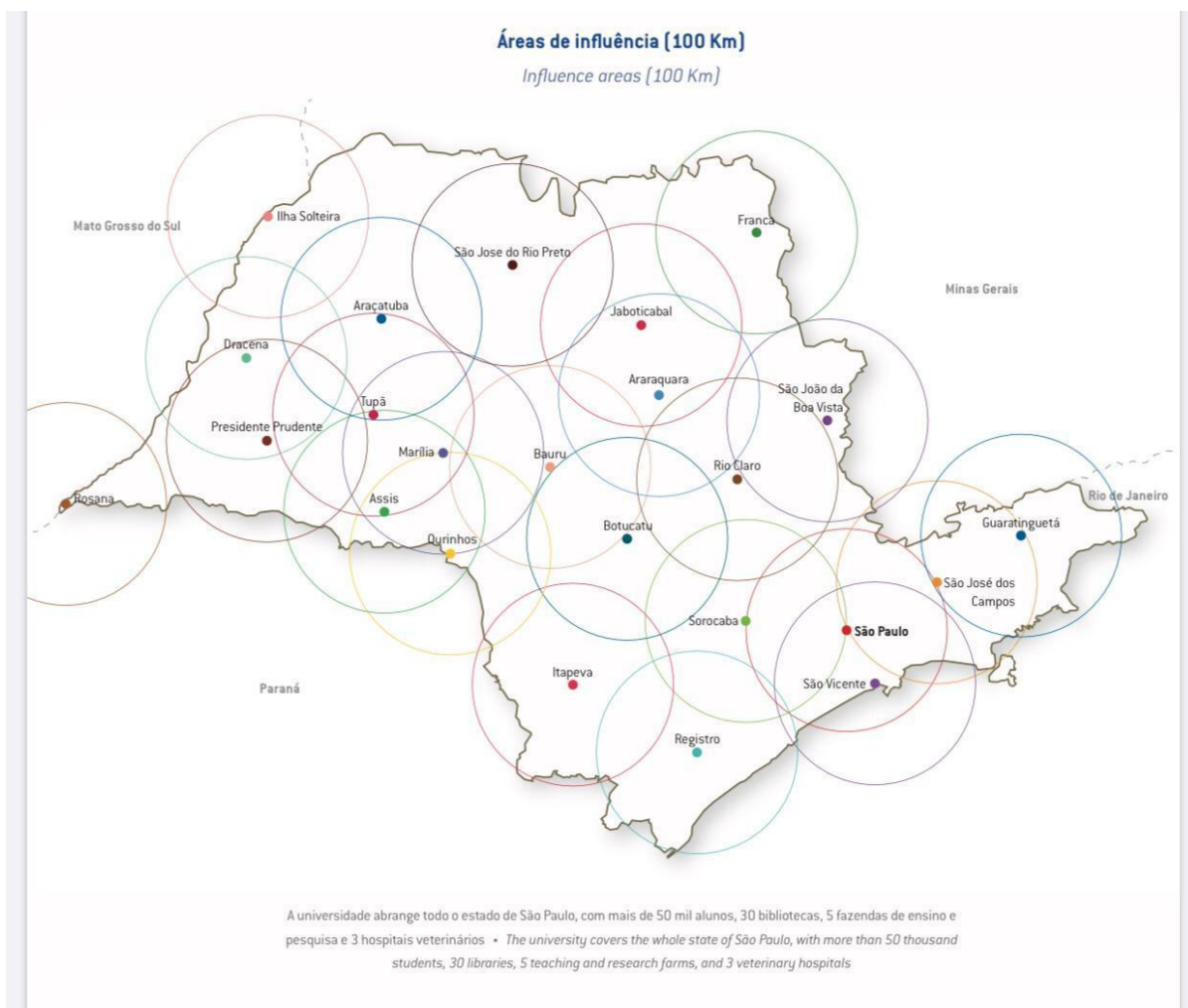
(Portal Institucional UNESP, 2023). Ao longo de mais de quarenta e sete anos de existência, para além da ampliação em seu raio de atuação, as unidades sofreram ao longo dos anos diversas reformas administrativas, implementações acadêmicas e políticas que compreenderam o funcionamento e desenvolvimento da UNESP.

Esta estrutura, incide diretamente na formação de novos profissionais no Brasil. De acordo com as informações levantadas no relatório da UNESP, a UNESP oferece 155 cursos de graduação, em 69 profissões de nível superior, que formam, por ano, 5,4 mil novos profissionais (UNESP 40 anos, 2016, p. 123).

A vasta quantidade de campus contribui para o exercício da função social da educação, por meio da difusão do ensino, pesquisa e extensão universitária. A universidade tem também como compromisso formar profissionais críticos, que atuem em benefício da sociedade e auxiliem no desenvolvimento da tecnologia, cidadania, justiça e melhores condições de vida da população (Portal Institucional UNESP, 2023).

Ainda de acordo com as informações publicizadas pelo referenciado relatório, expomos na sequência, a disposição das unidades UNESP no interior do Estado de São Paulo:

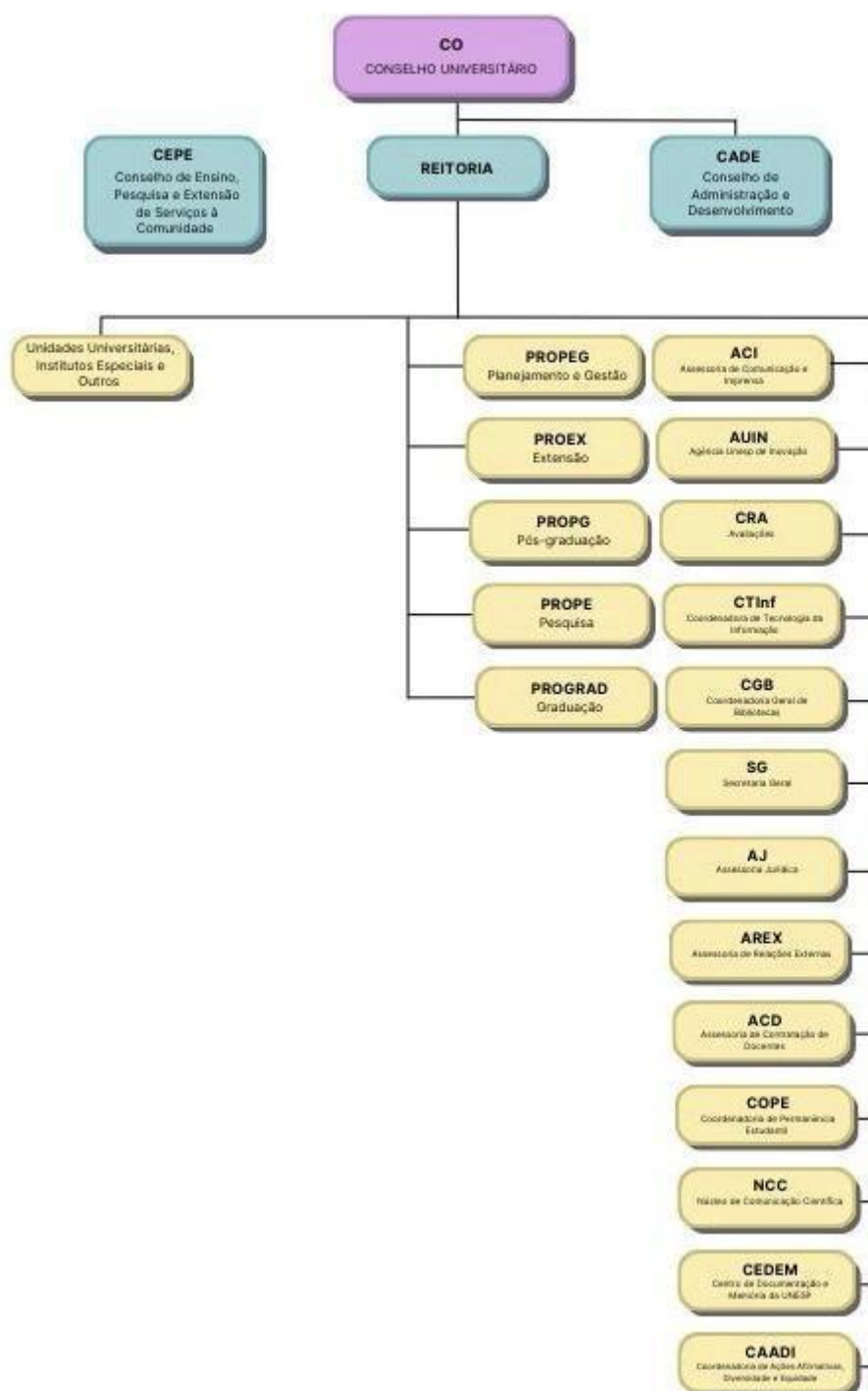
Figura 1 - Disposição das unidades UNESP no interior do Estado de São Paulo em 2016



Fonte: UNESP 40 anos, 2016, p. 83

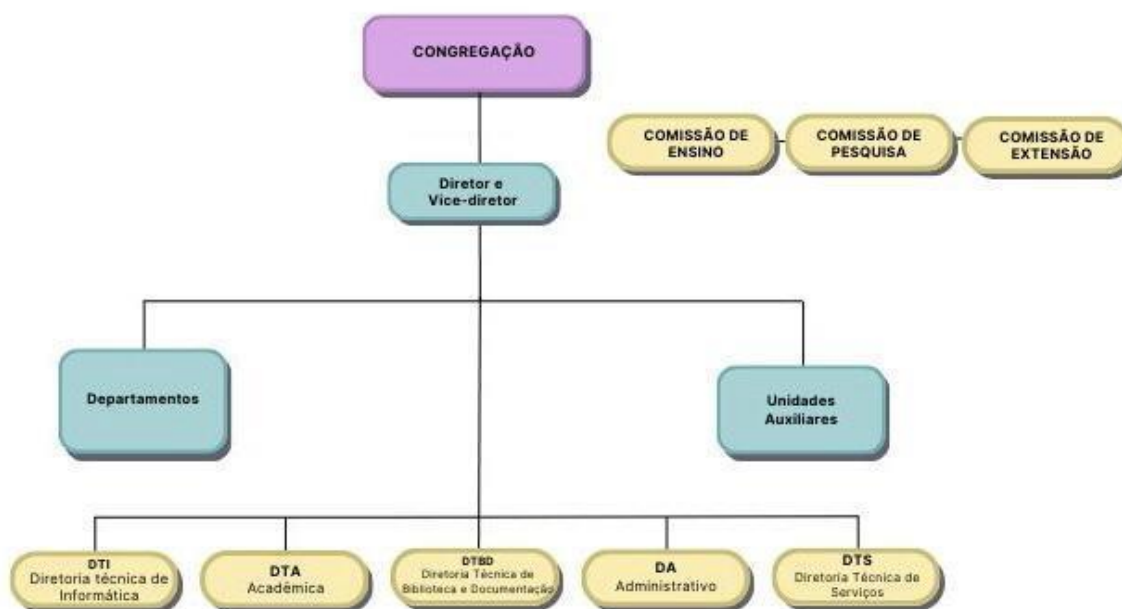
As próximas imagens apresentam o organograma geral e das unidades universitárias que compõem a UNESP, demarcado os respectivos setores. Destaca-se que o referido organograma foi construído pela autora com base nas informações contidas no documento original (Portal Institucional UNESP, 2023). A reconstrução foi necessária para melhor exposição.

Figura 2 - Organograma geral da UNESP



Fonte: Organograma construído pela autora para melhor visualização, com base nas informações retiradas no Portal Institucional da UNESP (2023).

Figura 3 - Organograma das Unidades Universitárias



Fonte: Organograma construído pela autora para melhor visualização, com base nas informações retiradas no Portal Institucional da UNESP (2023).

No que tange a pesquisa, em cada unidade possui as respectivas políticas e recursos para a Iniciação Científica (IC), as quais contam com diversos incentivos⁴⁸ e possibilitam o desenvolvimento de pesquisas a partir da orientação dos docentes (Portal Institucional UNESP, 2023). Além dessa modalidade, alguns dos cursos de graduação da UNESP contam com o desenvolvimento do Programa de Educação Tutorial (PET), subsidiados por bolsas acadêmicas/científicas oferecidas por órgãos públicos e privados. Os PET 's desenvolvem projetos e atividades extracurriculares, de modo a colaborar na concretização do tripé universitário.

O fomento desses programas impacta positivamente na qualidade da produção científica nas diversas áreas do conhecimento do país. Tendo em vista a competência da UNESP como um todo, atualmente, é considerada referência na América Latina⁴⁹, sendo crescente sua visibilidade científica (Portal Institucional UNESP, 2023).

⁴⁸ “Destacam-se as principais agências de fomento da (IC) presentes na UNESP: i) Programa de Incentivo à Captação de Recursos (PICR); ii) Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP); iii) Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); iv) Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e v) Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP)” (UNESP 40 anos, 2016, p. 109).

⁴⁹ “Na última edição do ranking (2019/2020), recém-divulgada, a Unesp mantém-se no topo, na quarta posição entre as universidades brasileiras. Na América Latina, é a sétima mais bem avaliada” (Portal Institucional UNESP, 2023).

A Unesp é responsável por aproximadamente 22% da produção científica do Estado de São Paulo e 8% da produção do Brasil. Cumpre seu papel quando, além de produzir o conhecimento, gera pensamento crítico, organiza e articula os saberes e forma pessoas, profissionais e lideranças intelectuais, incorporando, sempre com autonomia, demandas, expectativas e pressões da sociedade e do Estado (UNESP 40 anos, 2016, p. 12).

Parte destes resultados, se deram pelo trabalho desenvolvido pela Pró-Reitora de Pós-Graduação (PROPG)⁵⁰, o qual segundo as informações obtidas no referenciado programa, oferece em sua infraestrutura:

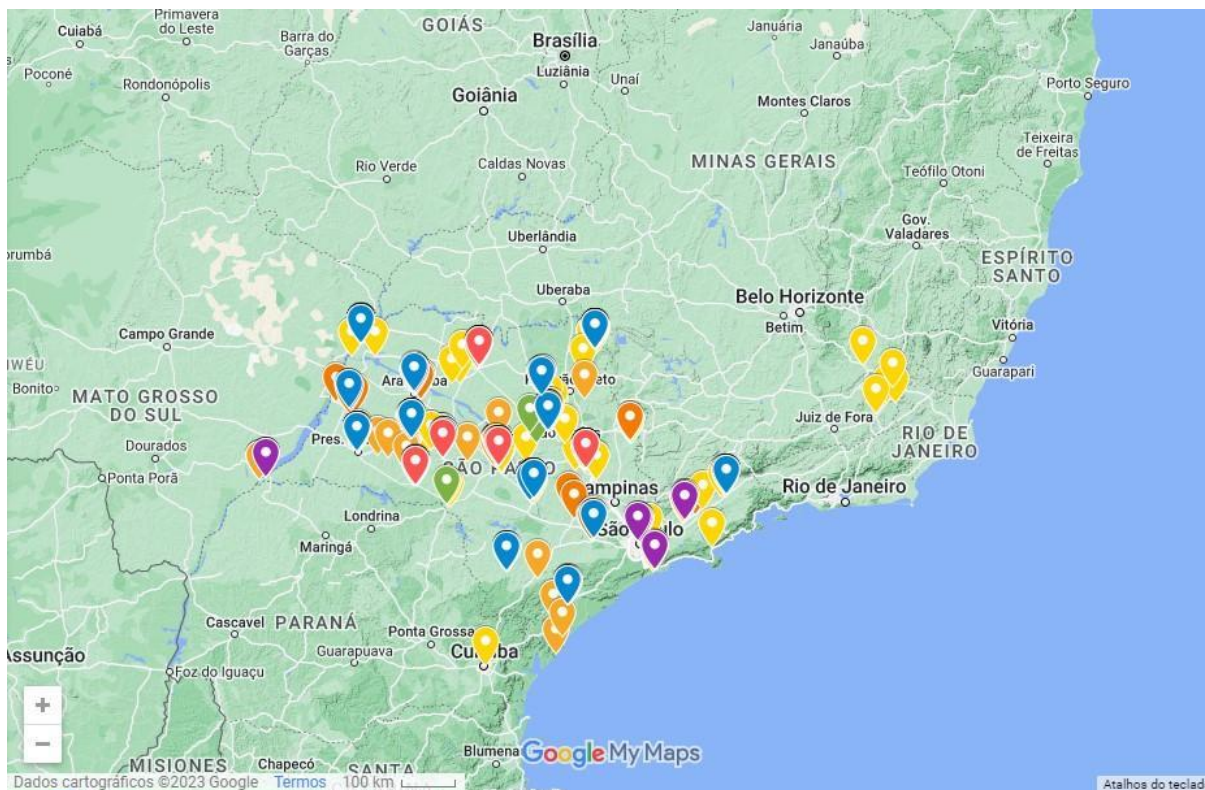
A pós-graduação da UNESP, segunda maior do país, caracteriza-se pela diversidade de cursos oferecidos em todas as áreas de conhecimento, pela relevância acadêmica e abrangência. Oferece 139 Programas de Pós-Graduação, sendo 125 cursos de mestrado acadêmico, 22 cursos de mestrado profissional e 112 cursos de doutorado, todos credenciados pela Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Ensino Superior (CAPES), instituição responsável pelo acompanhamento e avaliação dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* brasileiros. Os Programas de Pós-Graduação da UNESP contam com aproximadamente 3.200 docentes-orientadores, 14.000 alunos regularmente matriculados. Em 2017, foram titulados mais de 3.300 mestres e doutores (Portal Institucional UNESP, 2023).

De acordo com as estatísticas publicadas no Portal Institucional da UNESP (2023), para além da repercussão na área da pesquisa científica, a extensão universitária também impacta na qualidade do ensino e na realidade social brasileira. O universo da extensão universitária da UNESP envolve hoje mais de 1.100 projetos de extensão, distribuídos por seus campus. A valorização da prática extensionista incentiva a relação entre as universidades e as comunidades no seu entorno na construção de conhecimentos e de ações de cunho político, tecnológico, econômico e social.

De acordo com o mapa elaborado pela Pró-Reitoria de Extensão Universitária e Cultura (PROEC) atualizado em 2021, a seguir será exposto o “Mapa de Extensão” (Portal Institucional UNESP, 2023) construído com o objetivo de identificar as ações desenvolvidas da UNESP “organizados por categorias (Projetos, Cursinhos, Atividades Culturais, UNATI – Universidade da Terceira Idade, e PEJA – Programa de Educação de Jovens e Adultos)” (Portal Institucional UNESP, 2023). Ademais, nesse mote é compreendido o desenvolvimento de ações extensionistas como: os centros de línguas, empresas júniores, Núcleo Negro Unesp de Pesquisa e Extensão – NUPE, programação Unesp aberta, publicações, redes temáticas, revista ciência em extensão e revistas de extensão.

⁵⁰ “Os Programas de Pós-Graduação da UNESP contam com aproximadamente 3.200 docentes-orientadores, 14.000 alunos regularmente matriculados. Em 2017, foram titulados mais de 3.300 mestres e doutores” (Portal Institucional UNESP, 2023). Estas e mais informações disponíveis em: <https://www2.unesp.br/portal#!/propg/sobre/pro-reitoria-de-pos-graduacao19565/sobre/>. Acesso em: 12 nov. 2023.

Figura 4 - Mapas da Extensão da UNESP atualizado em 2021



Fonte: Mapa atualizado pela PROEC e publicado no Portal Institucional UNESP, 2021.

É contabilizado também que a universidade subsidia cerca de “1.110 projetos de extensão, com 1.370 bolsas concedidas. Quase 50% dos docentes, 12% dos estudantes de graduação e 4,5% dos programas de extensão estão envolvidos nesses projetos, atendendo 4,3 milhões de pessoas, ou seja, quase 30% da população total dos municípios onde a Unesp se faz presente com suas unidades” (Portal Institucional UNESP, 2019), fomentando desse modo, a divulgação científica e a construção intercultural para as comunidades brasileiras.

Cabe ser destacado, o trabalho dos cursinhos preparatórios pré-vestibular desenvolvidos pelos estudantes da universidade. Além de buscarem fomentar a educação popular e seu caráter gratuito, viabilizam novos horizontes para a classe trabalhadora ao aproximar nesse grupo o ingresso no ensino superior. Segundo os dados da UNESP, “existem, 27 cursinhos universitários em 22 cidades, que atendem 4,6 mil alunos, a maioria da rede pública de ensino e com taxa de aprovação em torno de 40%, principalmente em instituições de ensino superior públicas” (Portal Institucional UNESP, 2020).

Faz parte da extensão universitária a ideia de suporte nos diferentes serviços prestados à comunidade. É possível mencionar o atendimento sociojurídico, médico, psicopedagógico e

odontológico, as orientações a micro e pequenos empresários, dentre outros. Segundo a PROEC:

A Extensão Universitária caracteriza-se como área acadêmica, traduzindo-se em trabalho coletivo que busca a emancipação do cidadão. As universidades que adotam iniciativas de extensão devem interagir com todos os agrupamentos sociais de forma a contribuir com seu desenvolvimento. Conforme o Plano Nacional de Extensão Universitária (PNExt 2011-2020), a Universidade deve gerar conhecimentos em consonância com as reais necessidades da sociedade. Para isso, deve propor mudanças e adaptações ao ensino e à pesquisa, oferecendo soluções a problemas eminentes (Portal Institucional UNESP, 2021).

Para fomentar a produção de materiais que amparem os conhecimentos dos estudantes e contribuam na formação de profissionais e pesquisadores em diversas áreas, a Editora UNESP possui diversos livros publicados e obras com direitos autorais adquiridos, servindo como referência editorial em nível de pesquisa científica nacional e internacional (Portal Institucional UNESP, 2023). Já as parcerias que incentivam a docência e pesquisas são realizadas por meio da Fundação para o Desenvolvimento da UNESP (Portal FUNDUNESP, 2020)⁵¹.

Ainda sobre as oportunidades oferecidas pela UNESP, pode-se mencionar as possibilidades do intercâmbio internacional. Por meio da concessão de bolsas e parcerias⁵² entre as instituições, é viabilizado aos alunos o estágio e/ou formação complementar a partir do programa de intercâmbio internacional. Ademais, tais programas reconhecem a validação de créditos, propiciando nesta perspectiva a possibilidade do duplo diploma na instituição parceira localizada no exterior.

Já os processos avaliativos que envolvem a universidade, são realizados por meio da Fundação para o Vestibular da UNESP (VUNESP)⁵³, órgão responsável por sistematizar os processos seletivos de forma qualificada e transparente, abarcando em seus trabalhos os vestibulares, concursos públicos, avaliação institucional, dentre outros (UNESP 40 anos, 2016).

⁵¹ “A criação da FUNDUNESP, na qualidade de fundação de apoio, foi aprovada pelo Conselho Universitário da Unesp em abril de 1987 com o objetivo essencial de proporcionar à Universidade Estadual Paulista, dentro de suas possibilidades, meios necessários à adequada mobilização de recursos humanos e materiais para o atendimento das finalidades estatutárias da Unesp, quais sejam ensino, pesquisa, extensão universitária, prestação de serviços à comunidade e inovação científica e tecnológica” (FUNDUNESP, 2019).

⁵² “A Unesp apresentava, em dezembro de 2015, 509 instrumentos internacionais vigentes com 52 países: Alemanha, Angola, Argentina, Austrália, Áustria, Barbados, Bélgica, Cabo Verde, Canadá, Chile, China, Colômbia, Coreia do Sul, Costa Rica, Cuba, Dinamarca, Equador, Escócia, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, EUA, Finlândia, França, Gabão, Grécia, Haiti, Holanda, Índia, Inglaterra, Irlanda, Itália, Japão, Líbano, Lituânia, Malta, México, Moçambique, Paraguai, Peru, Portugal, Porto Rico, Reino Unido, República Eslovaca, República Tcheca, Rússia, Suécia, Suíça, Timor-Leste, Turquia, Uruguai e Venezuela” (UNESP 40 ANOS, 2016, p. 118).

⁵³ “A Fundação para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista – VUNESP – é uma fundação com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, e suas principais atividades são: planejar, organizar, executar e supervisionar o concurso Vestibular da Unesp; realizar vestibulares e concursos diversos para outras instituições e promover as atividades de pesquisa e extensão de serviços à comunidade, na área educacional” (VUNESP, 2019).

Além dos impactos no ensino, pesquisa científica e extensão universitária, é perceptível a dimensão que a UNESP assume na trajetória particular de cada membro. As imagens na sequência, expõem alguns dados quantitativos relevantes sobre a amplitude da UNESP publicado no “Anuário UNESP 2022”.

Figura 5 - Dados quantitativos relevantes sobre a amplitude da UNESP no território brasileiro



Fonte: Anuário Unesp 2022.

Analisado brevemente a trajetória da UNESP, no que diz respeito aos impactos provocados pela instituição ao público, composto por discentes, docentes e servidores ativos/inativos – que totaliza em 2022, 72.076 pessoas. Assim, ao considerar os desdobramentos desta instituição no ensino, pesquisa e extensão universitária, pode-se afirmar que a universidade é referência nacional e internacional no que tange ao ensino superior público brasileiro (Anuário UNESP, 2022).

Como parte do universo do estudo, no item a seguir será delineado sobre a assistência estudantil na UNESP.

3.2 Trajetória e organização da Assistência Estudantil na UNESP

3.2.1 Breve reflexão sobre o protagonismo do Movimento Estudantil (ME) na construção da Assistência Estudantil na UNESP

Para ponderar sobre a trajetória histórica e a organização da assistência estudantil na UNESP, preliminarmente, foi efetivado a pesquisa documental e pesquisa bibliográfica para fundamentar o desenvolvimento do presente subtópico. No entanto, apesar da busca por leituras em diversos documentos da instituição, que tratem especificamente sobre a assistência/permanência estudantil, em nenhum descrevia a trajetória da assistência/permanência estudantil na UNESP.

Cabe destacar, que a ausência de informações em documentos da instituição e/ou pesquisas (produções teóricas em Dissertações e Teses no Programa de Pós-Graduação da UNESP) que abordem a presente temática, dificultaram a estruturação do presente subtópico uma vez que a pesquisa bibliográfica:

Busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica (Bocato, 2006, p. 266).

Deste modo, a carência de produções científicas e documentos que versem sobre a trajetória da assistência estudantil na Universidade Estadual Paulista (UNESP) é evidenciada nos desdobramentos da pesquisa bibliográfica e documental conduzida pela pesquisadora durante a elaboração de seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)⁵⁴ na graduação, publicado

⁵⁴ O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em referência é intitulado “Assistência Estudantil: Trajetória histórica e desafios na UNESP campus de Franca”, publicado em 2020 pela pesquisadora e disponível no acervo da biblioteca digital da FCHS UNESP/Campus de Franca/SP. O objetivo principal do estudo é desenvolver o debate

no ano de 2020. Os resultados desta fase da pesquisa permitiram desenvolver algumas análises no panorama quantitativo e qualitativo da produção de conhecimento acerca da assistência/permanência estudantil no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (UNESP), localizada no campus de Franca, São Paulo. O desenvolvimento da referida pesquisa bibliográfica possibilitou identificar o panorama quantitativo referente ao número de teses e dissertações dispostas no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/UNESP/Franca/SP, especificamente de produções pertinentes à Assistência Estudantil em todos os Campus da UNESP e depois com filtro especificando como *lôcus* da pesquisa o campus de Franca/SP, sendo este o universo da referida monografia.

A condução desse percurso teve como objetivo afirmar a originalidade e relevância do tema proposto para a elaboração do TCC, que versa sobre a trajetória e desafios da assistência/permanência estudantil na UNESP, com enfoque na realidade específica do campus de Franca. Por isso, esta pesquisa bibliográfica mencionada anteriormente, visou verificar a existência de produções científicas relacionadas à temática. Dentre os resultados obtidos constatou-se que,

(...) em 28 anos de existência do PPGSS, não foi defendida qualquer dissertação ou tese que aborde especificamente sobre o tema da assistência/permanência estudantil na UNESP/Campus de Franca/SP. Para além da inexistência de trabalhos sobre a assistência/permanência estudantil no campus, a pesquisa bibliográfica evidenciou, também, o reduzido número de pesquisas finalizadas que se relacionem com o tema supracitado. De acordo com os dados apresentados, em comparação aos demais eixos temáticos, os estudos sobre assistência/permanência estudantil são ínfimos. O primeiro trabalho apresentado junto ao programa é de 2013, ou seja, 22 anos após a instauração do PPGSS, e, até o ano corrente (2020), foram apresentados apenas 6 trabalhos sobre a temática - Assistência Estudantil em Universidades Públicas (Moraes, 2020, p.61).

Devido à ausência de produções teóricas que abordam o tema supracitado, o conteúdo descrito na presente seção foi organizado a partir das informações compiladas na pesquisa documental realizada nos documentos localizados no site da UNESP, com base em todos os “Relatórios de Atividades da Coordenadoria de Permanência Estudantil – COPE (elaborados nos anos de 2014 a 2022)”⁵⁵ e nas Resoluções⁵⁶ referentes a implementação gradativa da assistência/permanência estudantil na UNESP.

acerca da trajetória histórica da Assistência/Permanência estudantil na realidade da UNESP/Campus de Franca e destacar os principais desafios que atravessam esta realidade institucional.

⁵⁵ Para mais informações, consultar: <https://www2.unesp.br/portal#!/cope/documentos/>. Acesso em: 20 nov. 2020.

⁵⁶ Para mais informações, consultar: <https://sistemas.unesp.br/legislação/web/?base=R&numero=19&ano=1997&dataDocumento=07/03/1997>. Acesso em: 20 nov. 2020.

Ademais, ainda que não seja o foco desta pesquisa e que não teremos tempo hábil para aprofundar as reflexões, consideramos imprescindível abordar as valiosas contribuições do Movimento Estudantil (ME) na construção da assistência estudantil na universidade. A intenção é legitimar as ações organizadas pelos discentes e servidores técnicos/administrativos em torno da consolidação da permanência estudantil que é prevista hoje, e que ainda demandam avanços para efetivação.

Desta forma, será mencionado um breve resumo sobre o protagonismo do ME na construção, resistência e luta pela assistência/permanência na UNESP.

De acordo com a leitura do artigo intitulado: “O protagonismo do Movimento Estudantil de Serviço Social brasileiro: contribuições para a (re)construção da profissão” (2017), os autores Moreira e Caputti trazem ricas análises sobre o protagonismo político dos/as estudantes no processo sócio-histórico do Serviço Social e, especificamente na defesa e ampliação da democracia nos espaços educacionais. Uma das principais reflexões apresentadas no artigo supracitado, refere-se ao reconhecimento desta trajetória de lutas travadas pelo Movimento Estudantil de Serviço Social – MESS, para o enfrentamento, resistência e consolidação dos direitos para a classe trabalhadora no âmbito da educação escolarizada (Moreira; Caputti, 2017).

Tal perspectiva de luta deve ser constantemente reiterada ao considerar a atual conjuntura de ascensão aos ideários neoconservadores e neoliberais, que agudizam (ainda mais) todas as formas de violência e opressão contra as camadas mais desprivilegiadas do acesso e permanência na educação (Moreira; Caputti, 2017). Deste modo, ao elencar uma interface com o rebatimento deste cenário no ambiente da universidade, é preciso se (re)organizar coletivamente para construir respostas estratégicas não pensada na tradicional “conciliação do inconciliável”, mas sim estabelecer um cenário de atendimento das pautas coletivas levantadas historicamente pelos estudantes e por toda classe trabalhadora.

Devido aos limites deste trabalho, não foi possível aprofundar sobre os impactos dos diversos ME, dentre eles o MESS, na luta pela efetivação da permanência/assistência estudantil em sua trajetória histórica e, especificamente nesta instituição de ensino - UNESP. No entanto, é oportuno afirmar que o movimento estudantil sempre afirmou a questão da luta pela ampliação e defesa da permanência/assistência estudantil enquanto pauta política. Desta forma, se faz necessário enfatizar que, cada conquista garantida ao longo da construção da assistência/permanência estudantil na UNESP, se justifica pelas ações coletivas e articuladas com os Docentes, Reitoria, Assistentes Sociais, COPE, CLPE, CPPE, CA e também a marcante mobilização do ME. Face ao exposto, destacamos algumas ações históricas importantes sobre

o movimento estudantil da UNESP, que demonstra a sua influência na construção da assistência estudantil nesta universidade.

Uma das ações que deve ser pontuada nesse sentido, trata-se da greve realizada em 2013, articulada por estudantes e servidores diversos campus da UNESP para reivindicar o reajuste salarial, a revisão do Programa de Inclusão por Mérito no Ensino Superior Público Paulista (PIMESP) e melhores condições na assistência/permanência estudantil. A notícia publicada pela “Rede Brasil Atual” em 2013 expõe a seguinte realidade:

A adesão à greve de professores, alunos e funcionários da Unesp já alcança 14 campi da instituição, que tem 24 unidades, segundo a própria universidade. Entre as reivindicações, estão reajuste salarial de 11% para servidores e docentes, equiparação nos pisos e benefícios, permanência estudantil e não repressão aos movimentos sociais. A Unesp oferece 5,39% de reajuste e não se posicionou sobre os demais itens (...) os grevistas também fazem críticas à política de cotas universitárias do governo estadual, chamada de Programa de Inclusão por Mérito no Ensino Superior Público Paulista (PIMESP). Diferentemente do programa federal, o de São Paulo obriga o aluno cotista a passar dois anos num curso à parte, à distância – o que é considerado discriminatório pelos movimentos negros. A Unesp deliberou ser favorável às metas de inclusão social do PIMESP (...) A adesão de estudantes acontece nos campi de Assis, Botucatu, Marília, Franca, Ourinhos, Rio Claro, Rio Preto e São Paulo. Os professores estão parados em Marília e São Paulo. E os servidores técnico e administrativos da universidade fazem greve em Araraquara, Assis, Bauru, Marília, Franca, Ilha Solteira, Tupã, Sorocaba, São Paulo, São Jose dos Campos, Rio Preto, Jaboticabal e Botucatu (Rede Brasil, 2013).

Com objetivo de documentar o referido movimento neste trabalho, as seguintes imagens tratam-se de registros fotográficos capturados pela referida greve.

Imagem 1- Print Screen de registro fotográfico capturados da greve geral da UNESP em 2013. Crédito: Marcelo Pereira



Fonte: Jornal Terra, 2013.

Imagem 2 - Print Screen de registro fotográfico capturados da greve geral da UNESP em 2013. Crédito: Marcelo Pereira



Fonte: Jornal Terra, 2013.

Imagem 3 - Print Screen de registro fotográfico capturados da greve geral da UNESP em 2013. Crédito: Marcelo Pereira



Fonte: Jornal Terra, 2013.

Imagem 4 - Print Screen de registro fotográfico capturados da greve geral da UNESP em 2013. Crédito: Marcelo Pereira



Fonte: Jornal Terra, 2013.

Em 2014, a greve mais longa na história da UNESP foi iniciada por docentes e, segundo o “Jornal de Associação dos Docentes da Unesp” (2014), a referida greve iniciada em 27/05/2014 a 19/09/2014 teve o total de 115 dias de duração, abarcando a paralisação em 15 campus universitários. Já entre os servidores técnico-administrativos foram 19 campus, realizado o total de 19 plenárias estaduais durante a greve (Adunesp, 2014).

Imagem 5 - Print Screen da Capa do jornal ADUNESP publicado em novembro de 2014



Fonte: ADUNESP, 2014.

Em 2015 (após um ano da greve anterior), ocorreram duas paralisações coletivas por parte dos estudantes e do Cursinho Popular da instituição em resposta aos “cortes” orçamentários direcionado ao financiamento da Política de Permanência Estudantil da UNESP, e que comprometeu significativamente, as contratações em geral, os projetos de extensão, pesquisas, manutenção do Cursinho Popular, entre outros. Em referência da notícia publicada pela jornalista Ana Carolina Fulfaro, a profissional divulga:

O desmonte dos cursinhos já vem desde o início de 2014 e continua desde então, quando sofreram expressivos cortes de bolsas (o Cursinho Alternativo da UNESP de Marília - CAUM, por exemplo, teve o total de bolsas reduzidas de 23 para 14 e, nesse ano, para 12). Situação semelhante ocorre com os Restaurantes Universitários. Em Franca, a partir do mês de agosto as refeições passarão de R\$R3,00 para R\$4,00, sem haver contratação de funcionários, aumento do número de refeições, nada. Diante de todo esse cenário, os estudantes de Franca dão exemplo para o movimento estudantil estadual da Unesp e fazem a segunda paralisação no ano (a primeira ocorreu no dia 20 de maio). Durante o dia de paralisação haverá grupos de discussão sobre a luta do Cursinho Popular, a democratização do acesso ao R.U. como garantia de permanência (Fulfaro, 2015).

Um ano depois da mencionada greve, em 2016 ocorreu a última greve geral do campus registrada até o presente momento (2023). As reivindicações não atendidas nas greves de 2013 e de 2015 apontaram para o seguinte cenário:

A Unesp recebe do Governo do Estado uma verba para que bolsas auxílios de permanência, moradia e transporte sejam distribuídas por todos os campi do estado. O valor não passa por reajuste há dois anos, portanto os investimentos em permanência estão estacionados, o que se consolida como uma dificuldade para que muitos alunos se mantenham na universidade. “Nos últimos anos, o acesso de alunos com baixa renda à universidade aumentou. Porém, sem a permanência estudantil, estes mesmos alunos que passam no vestibular são impedidos de exercer seu direito, por não possuírem condições financeiras de se manter. Já existem casos este ano de alunos que foram obrigados a trancar cursos e retornar às suas cidades. O direito a cursar o Ensino Superior é garantido constitucionalmente, porém não entendemos que o suporte financeiro aos alunos de baixa renda seja suficiente para manter estes estudantes em seu espaço de direito” afirma um dos discentes (Colleti, 2016).

Essas mobilizações, que desde 2013, envolveu a comunidade acadêmica, de forma especial os estudantes, foram atos expressivos reivindicando melhores condições de permanência estudantil na universidade, as quais incluíam as seguintes questões: revisão nos valores das bolsas ofertadas; a desburocratização do processo seletivo da permanência estudantil; o pedido de passes de transporte público; reparos na moradia e no Restaurante Universitário; aumento de servidores e inclusão de uma gestão democrática e participativa por

meio de maior representatividade dos discentes nas diversas instâncias deliberativas existentes na instituição, incluindo a criação da COPE - UNESP.

Apesar do ME não ser o foco de estudo desta pesquisa, consideramos oportuno situar, mesmo que rapidamente, o seu expressivo protagonismo na luta pela assistência estudantil. Inclusive indicamos a necessidade de efetivar pesquisas que abarque esse objeto de estudo para resgatar historicamente a evolução da sua trajetória e aprofundar as análises sobre os impactos desse movimento pela efetivação da assistência estudantil na universidade, que são condizentes com as novas demandas advindas deste novo perfil de estudantes (cotas raciais e sociais) provenientes de famílias da classe trabalhadora empobrecida.

Importante registrar o resultado de todo esse movimento em relação a assistência estudantil, que apontou historicamente a necessidade de criação de uma coordenadoria para tratar da AE (no contexto vigente, materializada na COPE) e que certamente, contribuiu também na organização da Comissão Local de Permanência Estudantil (CLPE) na UNESP. No tocante à AE, essa construção será explicada com detalhes a seguir.

3.2.2 A organização da Assistência Estudantil na UNESP: pesquisa documental

Em primeira instância vale elucidar, que a referenciada Coordenadoria de Permanência Estudantil (COPE UNESP), trata-se de uma organização formada pelo Conselho Universitário da UNESP, em agosto de 2013, com a proposta de:

Planejar, acompanhar e avaliar, em conjunto com a Comissão Permanente de Permanência Estudantil – CPPE, programas, metas e ações que tenham como principal objetivo promover a igualdade de oportunidades aos estudantes que estejam em situação de vulnerabilidade socioeconômica e, dessa forma, contribuir para a redução de índices de retenção e evasão na UNESP (Relatório de Atividades COPE UNESP, 2021, p. 3).

Estruturada por meio da necessidade de implementar as diretrizes do Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de Ensino Superior Públicas Estaduais (PNAEST) e instituído pela Portaria Normativa nº25, de 28 de dezembro de 2010. Desde 2013, a COPE vem trabalhando no estabelecimento das normas previstas pelo PNAEST, considerando as particularidades desta universidade pública estadual - UNESP (COPE UNESP, 2021).

Neste sentido, verificamos no documento analisado que a organização da assistência/permanência estudantil na UNESP “até agosto de 2013, às ações da UNESP direcionadas à Permanência Estudantil eram coordenadas pela Pró-Reitoria de Extensão - PROEX” (Relatório COPE UNESP, 2013). E posterior a institucionalização da COPE, houve

nesse período uma distinção entre as propostas elaboradas pela COPE e os objetivos estabelecidos pela PROEX, conforme segue:

Atendendo aos princípios de desenvolver atividades dirigidas aos estudantes com vulnerabilidade socioeconômica, a COPE assumiu os trabalhos relacionados aos seguintes auxílios: Moradia Estudantil, Restaurantes Universitários, BAAE I, Auxílio Aluguel, Subsídio Alimentação, Auxílio-estágio e Bolsas Especiais. A PROEX continuou desenvolvendo todos os outros programas sob a sua responsabilidade, porém seguindo o princípio de mérito acadêmico e não de vulnerabilidade socioeconômica (Relatório COPE UNESP, 2013).

Para além da contribuição das ações elaboradas pela COPE e pela PROEX, em agosto de 2013 houve a criação da Comissão Permanente de Permanência Estudantil – CPPE (Despacho nº 204/13). Cabe enfatizar, que o objetivo desta comissão foi viabilizar a representação de docentes, Vice-Diretores, servidores técnico-administrativos, assistentes sociais (nas unidades da UNESP que contavam com esses profissionais) e discentes na consolidação dos objetivos da assistência/permanência estudantil na UNESP, em articulação com a Coordenadoria de Permanência Estudantil (COPE), Pró-reitora de Administração (PRAd) e da Pró-reitora de Extensão Universitária – PROEX (Relatório COPE UNESP, 2013).

Podemos inferir que este procedimento foi considerado estratégico para possibilitar a organização de um processo democrático e participativo na discussão e encaminhamentos referente à assistência estudantil, certamente atendendo reivindicações dos próprios estudantes, conforme exposto no item anterior.

Localizadas as fontes e as informações subsidiadas pelos Relatórios COPE UNESP (desde o primeiro relatório em 2013 ao último, publicado em 2022), foi possível analisar os registros das principais pautas levantadas pela CPPE e as metas estabelecidas pela PROEX. Contudo, mesmo com as referenciadas informações, houve a dificuldade em sistematizar as ações da assistência/permanência estudantil em cada período, pois, os Relatórios da COPE UNESP pouco discorrem sobre a trajetória histórica que estruturou a Assistência/Permanência Estudantil na UNESP, nos períodos antecedentes à criação da COPE.

No entanto, por meio da reconstrução das Resoluções e Portarias disponíveis no Portal da instituição, foi possível apresentar cronologicamente a sequência dos principais documentos que regulamentaram e orientaram a construção das ações da assistência/permanência estudantil, com intuito de compreender a trajetória histórica da constituição desta na UNESP.

Com base na identificação do ano de implementação destas resoluções; o tema de deliberação; a modalidade dos benefícios; as principais condições de participação e o processo de seleção; foi possível elaborar o seguinte quadro:

Quadro 6 - Resoluções referentes a construção da assistência estudantil na UNESP

Resolução	Período	Deliberações	Modalidade de benefícios	Principais critérios de acesso	Processo de seleção
Nº 21	20 de março de 1990	Aprovação do regimento do Programa de Moradia Estudantil	- Moradia Estudantil.	Artigo 7º, Inciso I – Não ter domicílio familiar na zona urbana da cidade universitária em que estiver matriculado; III - Ter nível econômico relativamente baixo.	- Preencher o formulário elaborado pela Comissão de Moradia Estudantil do Campus; - A Comissão de Moradia Estudantil selecionará e classificará anualmente, os candidatos postulantes às vagas, avaliando a situação econômica, familiar, individual, o rendimento escolar e entrevistar os candidatos.
Nº 28	17 de maio de 1996	Institui o Projeto de bolsas e Auxílios, vinculado ao Programa UNESP de Apoio ao Estudante – PAE da Pró – reitoria de Extensão Universitária e Assuntos Comunitários – PROEX	- Bolsa de Apoio ao Estudante; - Auxílio Estágio; - Bolsa de Extensão Universitária; - Bolsa de Incentivo Técnico - Acadêmico; - Auxílio de Aprimoramento.	Artigo 9º, Inciso I – Ser regularmente matriculado em curso de graduação; II – Submeter-se à seleção socioeconômica; III - Comprometer-se a cumprir o Plano de Atividades definido pelo orientador.	- Preencher o formulário de inscrição (modelo a ser fornecido pelo PAE/PROEX); - Apresentação de documentos

Nº 63	16 de outubro de 1997	Estabelece normas para a concessão de Bolsas e Auxílios coordenados pelo Programa UNESP de Apoio ao Estudante – PAE da Pró – reitoria de Extensão Universitária e Assuntos Comunitários – PROEX	- Bolsa de Apoio ao Estudante; - Bolsa de Extensão Universitária; - Bolsa de Incentivo Técnico-Acadêmico; - Auxílio Estágio; - Auxílio de Aprimoramento.	Artigo 9º - A carga horária semanal a ser cumprida pelo aluno contemplado com a Bolsa de Extensão Universitária ou a de Incentivo Técnico Acadêmico deverá ser de, no mínimo, 10, e, no máximo, 15 horas.	- Submeter-se à seleção socioeconômica realizada pela Unidade Universitária a qual estiver vinculado; - Apresentação de documentos.
Nº 37	09 de setembro de 2008	Estabelece normas para a concessão de Bolsas e Auxílios coordenados pelo Programa UNESP de Apoio ao Estudante – PAE da Pró – reitoria de Extensão Universitária e Assuntos Comunitários – PROEX	- Bolsa de Apoio Acadêmico e Extensão; - Auxílio Estágio; - Auxílio de Aprimoramento; - Auxílio Aluguel; - Subsídio Alimentação.	- A carga horária semanal a ser cumprida pelo aluno contemplado com a Bolsa de Apoio Acadêmico e Extensão deverá ser de, no mínimo 8 (oito), e, no máximo, 12 (doze) horas; - Necessário ter rendimento escolar de no mínimo, 70%; - Comprovação de não ter condições de arcar com as despesas inerentes ao deslocamento para realização do estágio.	- Submeter-se à seleção socioeconômica realizada pela Unidade Universitária a qual estiver vinculado; - Apresentação de documentos.

Nº 1	05 de janeiro de 2011	Estabelece o Regimento do Programa de Moradia Estudantil	- Moradia estudantil	Artigo 20, Inciso I – Não ter domicílio familiar no município em que se situa a Unidade, ou em municípios vizinhos que ofereçam transporte gratuito; IV – não ser portador de título de curso superior.	- Preencher o formulário elaborado pela Comissão de Moradia Estudantil do Campus; - A Comissão de Moradia Estudantil selecionará e classificará anualmente, os candidatos postulantes às vagas, avaliando a situação econômica, familiar, individual, o rendimento escolar e entrevistar os candidatos.
Nº78	07 de outubro de 2016	Estabelece normas para concessão de Auxílios de Permanência Estudantil	- Auxílio Socioeconômico; - Moradia Estudantil; - Auxílio Aluguel; - Auxílio Especial; - Auxílio Provisório; - Subsídio Alimentação; - Auxílio Estágio; - Auxílio Transporte.	Aproveitamento de pelo menos 50% das disciplinas cursadas no ano anterior para os estudantes matriculados no 2º ou 3º ano, e de 70% das disciplinas cursadas no ano anterior para os estudantes matriculados nos anos subseqüente; - Não reprovação por faltas.	- Estar regularmente matriculado; - Preencher formulário de inscrição, anexando os documentos pertinentes neles indicados; - Submeter-se à avaliação socioeconômica acompanhada de entrevista, realizada por profissional do Serviço Social na Unidade Universitária.

Nº33	09 de março de 2023	Estabelece normas para a concessão de Auxílios de Permanência Estudantil na Graduação e Colégios Técnicos	Auxílio socioeconômico 1; Auxílio socioeconômico 2; Moradia Estudantil; Auxílio Especial; Subsídio Alimentação; Auxílio Estágio; Auxílio Transporte; Auxílio Maternagem/Paternagem; Auxílio Especial; Subsídio Alimentação.	O acesso para o respectivo auxílio somente poderá ser concedido, em caráter provisório ao estudante ingressante, em situação de extrema vulnerabilidade socioeconômica comprovada.	I - Estar regularmente matriculado; II - Inscrever-se no Processo Seletivo de Auxílios de Permanência Estudantil; III - participar da avaliação socioeconômica, acompanhada por entrevista, realizada por profissional do Serviço Social na Unidade Universitária.
------	---------------------	---	---	--	--

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nas Resoluções coletadas no Site do Portal Oficial da UNESP, 2023.

Quadro 7 - Portarias da Unesp relacionadas à assistência estudantil

Portaria	Período	Deliberações	Especificidades das deliberações
Nº405	13 de outubro de 2016	Estabelece normas para a concessão de Auxílios de Permanência Estudantil	Art.1º - A concessão de Auxílios de Permanência Estudantil, estabelecida pela resolução UNESP nº78, de 07/10/20016, fica regulamentada nos termos desta Portaria
Nº372	09 de outubro de 2017	Estabelece normas para a concessão de Auxílios de Permanência Estudantil	-
Nº343	29 de agosto de 2018	Dispõe sobre a criação e as atribuições da Comissão Local de Permanência Estudantil - CLPE	-
Nº418	05 de outubro de 2018	Estabelece normas para a concessão de Auxílios de Permanência Estudantil	Art.3º - O estudante que for contemplado, em 2019, com o Auxílio Socioeconômico poderá acumular este auxílio apenas com bolsas de Iniciação Científica concedidas pela Fundação Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), ficando vedado o

			acúmulo com estágio remunerado não curricular e com bolsas outorgadas por outras agências de fomento, por outras instituições e pela Unesp.
Nº352	8 de outubro de 2019	Estabelece normas para a concessão de Auxílios de Permanência Estudantil	Art.1º - A concessão de Auxílios de Permanência Estudantil, estabelecida pela resolução UNESP nº78, de 07/10/20016, fica regulamentada nos termos desta Portaria.
Nº144	15 de junho de 2020	Regulamenta, em decorrência da Pandemia da Covid-19, em caráter excepcional, a suspensão do item III do Artigo 11 da Resolução UNESP 78, de 07/10/2016, que dispõe sobre o cancelamento dos auxílios de permanência estudantil	Art.1º - Fica suspenso, temporariamente e em caráter excepcional, para os auxílios de permanência estudantil concedidos em 2020, o item III do Artigo 11 da Resolução Unesp 78, de 07/10/2016, que dispõe sobre o cancelamento de auxílios no caso de trancamento de matrícula em mais de 1/3 (um terço) das disciplinas cursadas pelo aluno. Art.2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com vigência até 31-12-2020.
Nº212	14 de outubro de 2020	Regulamenta a Resolução UNESP nº78, de 07 de outubro de 2016, que estabelece normas para a concessão de Auxílios de Permanência Estudantil	Art.3º Tendo em vista o atual contexto de pandemia, a diversidade de calendários letivos estabelecidos pelas Unidades e dificuldades de acesso e adaptação de estudantes às atividades acadêmicas remotas decorrentes deste contexto, no processo seletivo de 2021 não serão considerados, em caráter excepcional e temporário, como critérios para o recebimento de auxílios de permanência estudantil, o aproveitamento das disciplinas e a frequência do estudante.
Nº237	26 de novembro de 2020	Regulamenta, em	Art.1º Fica suspenso,

		decorrência da Pandemia da Covid-19, em caráter excepcional, a suspensão do item III do Artigo 11 da Resolução UNESP nº78, de 07/10/2016, que dispõe sobre o cancelamento dos auxílios de permanência estudantil	temporariamente e em caráter excepcional, para os auxílios de permanência estudantil concedidos em 2020 e 2021, o item III do Artigo 11 da Resolução UNESP nº78, de 07/10/2016, que dispõe sobre o cancelamento de auxílios no caso de trancamento de matrícula em mais de $\frac{1}{3}$ (um terço) das disciplinas cursadas pelo aluno. Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com vigência até 31 de dezembro de 2021.
Nº82	09 de junho de 2021	Regulamenta a Resolução UNESP nº78, de 07 de outubro de 2016, que estabelece normas para a concessão de Auxílios de Permanência Estudantil	Art.3º Considerando o contexto da pandemia da Covid-19, no processo seletivo de 2021, em caráter excepcional, não haverá seleção para Auxílio Moradia Estudantil; Art.4º Considerando o contexto de pandemia da Covid-19, no processo seletivo de 2021, em caráter excepcional, para a concessão do Auxílio Aluguel não serão necessárias as comprovações de pagamento de aluguel e de residência fora do domicílio de origem do estudante.
Nº120	27 de outubro de 2021	Regulamenta, em decorrência da Pandemia da Covid-19, em caráter excepcional, a suspensão do item III do Artigo 11 da Resolução UNESP nº78, de 07 de outubro de 2016, que dispõe sobre o cancelamento dos Auxílios de Permanência Estudantil.	Art.1º Fica suspenso, temporariamente e em caráter excepcional, para os Auxílios de Permanência Estudantil concedidos em 2021 e 2022, o item III do Artigo 11 da Resolução UNESP nº78, de 07/10/2016, que dispõe sobre o cancelamento de auxílios no caso de trancamento de matrícula em mais de $\frac{1}{3}$ (um terço) das disciplinas cursadas pelo aluno. Art.2º Esta Portaria

			entrará em vigor na data de sua publicação, com vigência até 31 de dezembro de 2022, revogando a Portaria nº237, de 26 de novembro de 2020.
Nº16	01 de fevereiro de 2022	Regulamenta a Resolução nº78, de 07 de outubro de 2016, que estabelece normas para a concessão de Auxílios de Permanência Estudantil.	Art.4º Considerando o atual contexto de pandemia e possíveis dificuldades de acesso e adaptação de estudantes às atividades acadêmicas presenciais e/ou remotas decorrentes deste cenário, no processo seletivo de 2022 não serão considerados, em caráter excepcional e temporário, como critérios para o recebimento de Auxílios de Permanência Estudantil, o aproveitamento em disciplinas e a frequência do estudante.
Nº91	11 de outubro de 2022	Regulamenta a Resolução UNESP nº78, de 07 de outubro de 2016, que estabelece normas para a concessão de Auxílios de Permanência Estudantil.	Art.4º Considerando o contexto de pandemia dos últimos anos, as várias dificuldades de adaptação dos estudantes decorrentes dessa realidade e as necessárias mudanças didático-pedagógicas efetuadas pela universidade, não serão considerados, no processo seletivo de 2023, em caráter excepcional e temporário, como critérios para o recebimento de Auxílios de Permanência Estudantil, o aproveitamento em disciplinas e a frequência do estudante.
Nº27	13 de março de 2023	Regulamenta a Resolução UNESP nº33, de 09 de março de 2023, que estabelece normas para a concessão de Auxílios de Permanência Estudantil	Parágrafo único - Por não haver, no orçamento de 2023, previsão para o pagamento de Auxílios de Permanência Estudantil para estudantes de Colégios Técnicos da Unesp, neste

			ano não serão outorgados auxílios de permanência estudantil para estudantes dos Colégios Técnicos. Art.6º O estudante que for contemplado com Auxílio de Permanência Estudantil poderá acumular o auxílio com qualquer modalidade de estágio remunerado, bolsa de iniciação científica e/ou acadêmica outorgadas por agências de fomento, por outras instituições e pela Unesp.
--	--	--	---

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nas Portarias coletadas no Site do Portal Oficial da UNESP, 2023.

Com base nas Resoluções e Portarias selecionadas, é possível efetivar uma análise sobre o processo de construção e operacionalização da assistência estudantil na instituição ressaltando alguns pontos relevantes, conforme segue.

O primeiro ponto que merece destaque, refere-se à implementação tardia de ações direcionadas no âmbito da assistência/permanência estudantil na presente universidade, visto que, o primeiro campus foi fundado em 1954⁵⁷ e somente em 1990, ou seja, 36 anos após a instauração, foi elaborado o Regimento do Programa da Moradia Estudantil⁵⁸.

Em 1996, sob a luz da aprovação da LDB/1996, é instituído o Projeto de Bolsas e Auxílios vinculado ao Programa UNESP de Apoio ao Estudante (PAE) da Pró Reitoria de Extensão Universitária e Assuntos Comunitários (PROEX), que subsidiou algumas modalidades de bolsas e auxílios para os estudantes declarados de carência socioeconômica.

Entretanto, mesmo considerando os benefícios atrelados à essas ações e que atualmente, despontam na materialização dos objetivos da PNAES/PNAEST na universidade, nas informações contidas nas tabelas pode-se averiguar através dos eixos “critérios de acesso” e “processo de seleção” as restrições e contrapartidas exigidas ao público-alvo⁵⁹, ou seja, os discentes que podem ou não, acessar os recursos da assistência/permanência estudantil na UNESP ao longo dos anos.

⁵⁷ Faculdade de Farmácia e Odontologia de São José dos Campos (1954) e a Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araçatuba (1954).

⁵⁸ Conforme segue a Resolução Nº 21 exposto na tabela.

⁵⁹ Art.1º - “A concessão dos Auxílios de Permanência Estudantil é destinada aos estudantes regulares dos Cursos de Graduação da UNESP que se encontram em condições de vulnerabilidade socioeconômica com renda per capita familiar de até 1,5 salário-mínimo nacional e visa, prioritariamente, contribuir para a redução de índices de retenção e evasão (Resolução UNESP nº78, de 07 de outubro de 2016).

Ainda que atualmente (2023) não é mais exigido a apresentação de atividades acadêmicas para ser contemplado aos auxílios e bolsas, é necessário:

(...) Artigo 3º - Para solicitar os auxílios previstos nesta Resolução, o estudante deverá: I - estar regularmente matriculado; II – inscrever-se no Processo Seletivo de Auxílios da Permanência Estudantil na Unidade na qual está matriculado, preenchendo formulário específico e anexando os documentos indicados, dentro do prazo previsto em edital; III - participar de avaliação socioeconômica, acompanhada de entrevista, realizada por profissional do Serviço Social na Unidade Universitária (...) Artigo 10 - Os auxílios previstos por esta Resolução serão cancelados a qualquer momento a pedido do interessado ou pela Instituição, nos seguintes casos: I - trancamento de matrícula em mais de 1/3 (um terço) das disciplinas; II - suspensão de matrícula; III - abandono de curso; IV - conclusão de curso ou transferência de Instituição. Reitoria Parágrafo único – Nos casos em que o estudante não esteja frequentando o curso, a Comissão Local de Permanência Estudantil e/ou Conselho de Curso deverá averiguar e acompanhar a condição do estudante, para verificar se a situação se caracteriza, ou não, como abandono de curso (Resolução UNESP nº 33, de 09 de março de 2023).

Importante pontuar que a PNAES é uma legislação estruturada inicialmente, para atender a realidade específica das Universidades Públicas Federais e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IF's (PNAES, 2010). Devido à constante necessidade de reestruturação e implementação gradativa do PNAES/PNAEST na Universidade Estadual Paulista - UNESP, a Resolução referenciada (nº33/2023) executada desde 2013 por Assistentes Sociais, pela Coordenadoria de Permanência Estudantil (COPE) e a Comissão Permanente de Permanência Estudantil (CPPE), avaliada por órgãos colegiados competentes (CCEU⁶⁰ e CEPE⁶¹), que tem aprimorado ao longo dos anos, a gestão da assistência/permanência estudantil na UNESP, revelando nesse movimento o avanço empreendido entre servidores, profissionais e instâncias envolvidas com a assistência/permanência estudantil na universidade. Nesse sentido, é possível afirmar que a organização e implementação das ações de assistência estudantil, são pautadas de reivindicações dos discentes, em conformidade com o contexto socioeconômico do país e com apoio significativo de docentes e técnico-administrativos em diferentes instâncias, inclusive na própria Reitoria.

De acordo com as informações coletadas no “Anuário UNESP 2022”, a Resolução/UNESP em vigência⁶² prevê as seguintes modalidades de auxílios de permanência estudantil:

- a) Moradia Estudantil (1.240 vagas);
- b) Restaurante Universitário (10 RU's);

⁶⁰ Câmara Central de Extensão Universitária (CCEU).

⁶¹ Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária (CEPE).

⁶² O documento em vigência trata-se da Resolução UNESP nº33, de 09 de março de 2023.

- c) Auxílio Socioeconômico – ASE – (R\$390,00);
- d) Auxílio Aluguel (R\$280,00);
- e) Subsídio Alimentação (R\$200,00);
- f) Auxílio Especial (R\$390,00);
- g) Auxílio Estágio (R\$390,00);
- h) Auxílio Transporte (valor flutuante conforme a Unidade Universitária);
- i) Auxílio Provisório - emergencial para estudantes ingressantes no valor de R\$390,00 (Anuário UNESP, 2022).

Ainda com base nas informações localizadas no “Anuário UNESP 2022”, o Orçamento da Coordenadoria de Permanência Estudantil na instituição compreendeu o total de R\$38.395.000,00 equivalente a um aumento de 48% em relação ao ano anterior. Na tabela elaborada pela COPE a seguir, apresenta a evolução dos orçamentos previstos para o desenvolvimento das ações pertinentes à permanência estudantil no período de 2013 a 2023.

Tabela 1 - Orçamento da Permanência Estudantil no período de 2013 a 2023

Ano / Valor Previsto	% em relação ao ano anterior
2013 - R\$ 8.000.000,00	-
2014 - R\$ 10.500.000,00	31%
2015 - R\$ 14.631.000,00	39%
2016 - R\$ 14.631.000,00	0%
2017 - R\$ 16.637.700,00	14%
2018 - R\$ 18.250.000,00	10%
2019 - R\$ 21.205.000,00	16%
2020 - R\$ 23.764.200,00	12%
2021 - R\$ 25.868.000,00	9%
2022 - R\$ 38.395.000,00	48%
2023 - R\$ 56.907.000,00	48%

Fonte: Tabela elaborada pela COPE e publicado no Relatório de Atividades COPE 2022.

Ainda com base nos dados apresentados no “Relatório de Atividades COPE UNESP 2022”, a tabela a seguir apresenta, por Unidade Universitária, a distribuição de auxílios em

2022, e na sequência, expõe a quantidade de estudantes por modalidade de auxílios em 2021 e 2022.

Tabela 2 - Quantidade de bolsas e auxílios, por modalidade, enviados às Unidades Universitárias em 2022⁶³

Cidade	Unidades	ASE (CF)	Auxílio Aluguel (CF)	ASE Emergencial	Aux. Alug. Emergencial	Auxílio Especial	Auxílio Estágio	Subs. Alim. Moradia Estudantil	Subs. Alim. Bolsas Acad.	AIAL	Bolsa Cope Conecta 21/22	Bolsa Cope Conecta 22/23	Total de Auxílios/ Bolsas
Araçatuba	FMV	20	22	1	6	0	3	3	1	4	5	7	72
	FO	46	33	0	0	1	0	12	16	1	11	14	134
Araraquara	FCF	63	43	30	5	2	0	0	1	10	3	16	173
	FCL	191	54	36	11	1	0	0	5	22	5	8	333
	FO	35	19	15	2	0	0	0	3	2	10	10	96
	IQ	58	14	8	1	0	0	0	2	6	6	5	100
Assis	FCL	197	69	17	2	2	0	2	4	15	12	13	333
Bauru	FAAC	123	67	0	0	1	0	0	7	13	7	14	232
	FC	181	136	0	0	0	0	0	8	17	11	18	371
	FE	56	27	6	1	0	0	0	2	2	8	8	110
Botucatu	FCA	75	34	28	4	0	0	0	0	9	12	11	173
	FM	40	23	11	7	1	0	0	5	2	12	9	110
	FMVZ	52	23	19	4	0	13	0	1	6	6	10	134
	IB	73	42	32	20	0	0	1	5	16	7	11	207
Dracena	FCAT	43	51	0	19	1	3	0	3	2	5	13	140
Franca	FCHS	176	91	24	0	0	2	19	8	13	5	11	349
Guaratinguetá	FE	122	57	0	0	0	0	4	3	14	6	7	213
Ilha Solteira	FE	204		36	0	3	0	27	9	12	11	12	314
Itapeva	ICE	40	18	0	0	0	0	0	3	6	5	9	81
Jaboticabal	FCAV	107	71	23	19	0	3	0	4	10	19	13	269
Marília	FFC	219	110	0	0	2	0	2	9	19	8	11	380
Ourinhos	FCTE	36	19	0	0	0	0	0	1	4	6	1	67
Presidente Prudente	FCT	192	97	21	0	3	0	4	12	20	9	23	381
Registro	FCA	42	20	4	1	0	0	0	6	2	6	13	94
Rio Claro	IB	74	44	4	0	1	0	2	4	8	6	6	149
	IGCE	89	62	5	0	0	0	3	3	9	6	5	182
Rosana	FEC	42	18	0	0	0	0	0		11	10	10	91
São João da Boa Vista	FE	30	14	0	0	0	0	0	3	3	2	3	55
São José do Rio Preto	Ibilce	135	78	1	0	9	0	2	3	11	10	8	257
São José dos Campos	ICT	51	28	52	3	1	0	0	6	2	4	11	158
São Paulo	IA	57	31	0	0	0	0	21	2	7	2	0	120
São Vicente	IB	33	37	1	4	0	0	0	3	4	0	3	85
Sorocaba	ICT	45	12	6	7	0	1	0	7	7	6	9	100
Tupã	FCE	53	36	7	2	4	0	0	3	8	9	11	133
TOTAL		3.000	1.500	387	118	32	25	102	152	297	250	333	6.196

Fonte: Tabela elaborada pela COPE e publicado no Relatório de Atividades COPE 2022.

⁶³ “O total de Bolsas e auxílios enviados às Unidades (6.196) inclui além dos auxílios de permanência estudantil, às 583 bolsas Cope Conecta do Programa Unesp Presente, os 297 Auxílios de Incentivo à Aprendizagem em Línguas (AIAL) e os 152 Subsídios de alimentação do Programa Bolsa de Extensão Universitária - BEU afirmativa” (Relatório COPE UNESP, 2022, p. 11).

Tabela 3 - Quantidade de estudantes por modalidade de auxílios e forma de ingresso em 2021 e 2022

2021	SU *****	518	354	26	29	94	4	4	0	12	1041	10	32	47	2	144	193	1276
	SRVEBP	1149	595	41	55	243	8	9	108	86	2294	26	52	78	1	195	274	2646
	PPI	816	366	52	50	242	5	9	27	26	1593	15	39	28	3	151	182	1829
	SRVEBP + PPI	1965	961	93	105	485	13	18	135	112	3887	41	91	106	4	346	456	4475
	Outros Transferidos + Port. Diploma	1	0	0	0	1	0	0	0	4	6	0	0	0	0	0	0	6
	Total	2484	1315	119	134	580	17	22	135	128	4934	51	123	153	6	490	649	5757
2022	SU	517	336	23	17	120	4	7	0	16	1040	24	22	63	19	127	209	1295
	SRVEBP	1191	544	57	49	397	3	5	38	99	2383	18	41	79	30	192	301	2743
	PPI	817	330	45	27	304	3	8	0	30	1564	18	33	49	12	113	174	1789
	SRVEBP + PPI	2008	874	102	76	701	6	13	38	129	3947	36	74	128	42	305	475	4532
	Outros (Transf. + Port. Diploma)	11	0	0	6	3	0	0	0	2	22	1	0	2	0	2	4	27
	Total	2536	1210	125	99	824	10	20	38	147	5009	61	96	193	61	434	688	5854

Fonte: Tabela elaborada pela COPE e publicado no Relatório de Atividades COPE 2022.

O referenciado “Relatório COPE UNESP 2022” apresentou como indicativos:

Considerando a totalidade de estudantes inscritos no processo, em 2021, 5.757 estudantes solicitaram auxílios de permanência estudantil e 4.934 foram contemplados. Em 2022, 5.854 estudantes participaram do processo seletivo e 5.009 estudantes foram contemplados. Os estudantes não contemplados em 2021 somaram 649 e em 2022 não foram contemplados 688. Cabe ressaltarmos, novamente, que as ações de desenvolvidas pela Cope possibilitaram que, tanto em 2021 quanto em 2022, todos os estudantes que atenderam aos critérios estabelecidos pela Unesp fossem contemplados com, no mínimo, uma modalidade de auxílio (Relatório COPE, 2022, p. 13).

Embora já tenha sido brevemente abordado nos quadros 6 e 7, para melhor análise sobre as normas para concessão de auxílios de permanência estudantil na UNESP, segue a discussão referente Resolução UNESP nº33, de 09 de março de 2023 (documento em vigor no ano de 2023)⁶⁴ – Apêndice A.

Ao realizar uma breve análise e problematização da Resolução em evidência, revela que a mesma requer reformulações para a consolidação da Assistência Estudantil na universidade.

⁶⁴ Documento disposto em “Apêndice A”, p. 241.

O primeiro ponto que vale ser questionado, se refere ao atendimento das reais necessidades dos/as discentes. Ainda que em termos materiais pode-se contar com subsídios (benefícios) oferecidos pela universidade com valores de até R\$390,00 por modalidade de auxílio, este valor está distante do ideal quando analisado os custos arcados para a satisfação das necessidades básicas dos/as estudantes, ou seja: habitação, saúde, transporte, alimentação, lazer, entre outros.

Em relação aos critérios estabelecidos em vigência, é possível identificar por meio da disposição dos artigos da regulamentação, a focalização e o recorte de renda do público-alvo que podem acessar os recursos da assistência/permanência estudantil na UNESP. Tais condicionalidades devem ser problematizadas, uma vez que a política social e por conseguinte, a assistência estudantil, deveria ser consolidada sob a ótica da universalidade para garantir os direitos e a proteção integral a todos/as/es, sem nenhuma condicionalidade ou exclusão.

Outra questão que deve ser enfatizada, diz respeito ao atendimento das demandas de saúde mental solicitadas pelos/as estudantes. Ao considerar o atual cenário político, econômico, social e cultural da realidade brasileira, principalmente após o cenário da pandemia da Covid-19, as mesmas impactam na vida social e escolar dos discentes tanto em relação às condições objetivas como subjetivas. Entretanto, na presente pesquisa documental efetuada tanto nos Relatórios da COPE UNESP, bem como nas resoluções e portarias publicadas no portal da instituição que competem à assistência estudantil, a oferta do serviço à saúde mental na universidade está em fase de implementação, sendo as unidades da UNESP que ofertam este atendimento, não foram mapeadas e discutidas como desenvolvem a oferta desse serviço.

Neste sentido, são múltiplos os determinantes que podem influenciar diretamente na saúde mental e emocional dos/as discentes, portanto, as questões que podem acarretar a debilitação da saúde mental e emocional, deveriam ser acompanhadas por profissionais da área e consideradas como parte dos recursos da assistência estudantil na instituição, pois, ao analisar os impactos do adoecimento mental na dinâmica da formação, este é um dos fatores que pode potencializar a evasão escolar.

Importante ressaltar que diante do exposto, reafirmamos a necessidade de organização de uma *política* de assistência estudantil na universidade que atenda e contemplem os aspectos da estrutura de uma política pública, ou seja, com dotação orçamentária, diretrizes, serviços, e outros elementos que contemplem estratégias de atendimento das demandas biopsicossociais, além dos pedagógicos que incidem sobre o processo de ensino-aprendizagem e, portanto, refletem na conclusão dos cursos de graduação com qualidade e, principalmente do público

advindos da classe trabalhadora empobrecida e/ou que sofrem algum tipo de opressão/preconceito.

Neste sentido, referente à organização da assistência/permanência estudantil na UNESP, vale reiterar que a mesma se encontra em constante reformulação para o aprimoramento. De acordo com as informações contidas no “Relatório COPE UNESP 2022”, foi realizado no período de 30 de agosto a 01 de setembro de 2022 o “IX Seminário da COPE, CPPE e Assistentes Sociais da UNESP” com objetivo de discutir, planejar e avaliar nos próximos editais, os processos de seleção da permanência/assistência estudantil na instituição.

Um dos pontos principais levantados no referido seminário, diz respeito:

Avaliar a implantação das ações estratégicas de gestão da permanência estudantil de 2022; Refletir sobre ações e projetos visando à emancipação dos estudantes do Programa de Permanência Estudantil; Analisar a estrutura física e pessoal relacionada à permanência estudantil; Atualizar as resoluções relacionadas à permanência estudantil; Analisar o andamento dos trabalhos e temas centrais dos GTs atuais da CPPE; Discutir a interface direta na Permanência Estudantil da Coordenadoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade; Discutir a interface direta na Permanência Estudantil da Coordenadoria de Saúde e Segurança do Trabalhador; Pactuar propostas coletivas com ações, programas e projetos com diferentes segmentos institucionais e outras universidades; Analisar os parâmetros atuais do perfil socioeconômico dos estudantes de graduação da Unesp; Debater diretrizes para o processo seletivo de 2023; Analisar o SISCOPE e a implantação deste sistema nas universidades da Unesp; Analisar as condições do processo de trabalho do Serviço Social e outros atores na operacionalização do processo seletivo; Refletir sobre a implantação do Núcleo Técnico de Permanência Estudantil; Refletir sobre a implantação do Programa de Atenção Psicossocial da Unesp; Propor ações estratégicas de gestão da permanência para 2023 (Relatório COPE UNESP, 2022).

Ademais, outro evento importante foi organizado recentemente pela COPE UNESP, intitulado "Permanência Estudantil e Culturas Afirmativas: 10 anos de COPE e CPPE na UNESP," realizado entre os dias 23 e 24 de outubro de 2023 na cidade de Bauru/São Paulo, sendo o objetivo principal do evento promover discussões sobre as políticas de assistência estudantil implementadas na universidade. Os temas abordados incluíram desafios relativos à democratização do acesso e à inclusão no ensino superior, com ênfase na compreensão abrangente da permanência estudantil, ou seja, que transpõe os aspectos da permanência material. Na ocasião, foi ressaltado a necessidade de garantir não apenas o suporte material, mas também a permanência simbólica para o sucesso acadêmico de todos/as/es discentes. Nesse sentido, Santos (2009) *apud* Alves; Casali (2020) debate:

As ações afirmativas deveriam ultrapassar seu objetivo imediato de inserir pessoas negras na universidade e, diante disso, aponta as diferenças entre condições de permanência material e condições de permanência simbólica desses estudantes no ensino superior. Portanto, a condição de permanência simbólica, trata-se dos conflitos e as tensões resultantes da presença de alunos negros em espaços que, anteriormente,

eram majoritariamente ocupados por brancos, em instituições que foram construídas por estes (Santos, 2009 *apud* Alvez; Casali, 2020).

Considerando as discussões efetuadas nos respectivos eventos, promovidos em conjunto com a COPE, CPPE, Assistentes Sociais, outros profissionais e membros da comissão organizadora, é possível afirmar a relevância desses diálogos no contexto histórico da construção da AE na UNESP. Tais eventos têm como propósito vislumbrar a possibilidade de enfrentamento dos desafios que se apresentam em relação à permanência estudantil, especialmente, a partir da intensificação das demandas estudantis oriundas da expansão do acesso à educação por meio da implementação do sistema de cotas e ações afirmativas na UNESP (SRVEBP EP+PPI)⁶⁵, orientada pela Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012, que tem como objetivo “eliminar as desigualdades e segregações, de forma que não se mantenha grupos elitizados e grupos marginalizados na sociedade” (MEC, 2020).

Neste cenário, houve uma alteração significativa no perfil dos estudantes e por efeito, uma ascensão das requisições relacionadas às condições materiais e imateriais que implicam na permanência/formação destes estudantes que historicamente estiveram desprivilegiados do acesso ao ensino superior público. Tal fato pode ser confirmado, por intermédio dos dados quantitativos levantados pela pesquisa realizada pela COPE, que traz um panorama da distribuição dos auxílios da assistência estudantil no período de 2014 a 2022.

Estes dados foram compilados e divulgados pelo documento da COPE UNESP (2022), conforme segue:

Tabela 4 - Distribuição de estudantes por categoria de auxílios de permanência estudantil nos processos seletivos de 2014 a 2022

Estudantes	Contemplados ASE	Contemplados Auxílio aluguel	Contemplados ASE e auxílio aluguel	Contemplados moradia estudantil	Contemplados ASE e moradia estudantil	Outros auxílios	Total Contemplados	Migraram ou não foram contemplados*	Inscritos
Veteranos (antes 2014)	1.588	832	298	893	828	67	4.506	1.166	5.672
Sistema Universal	3.992	2344	323	475	1067	93	8.294	2.698	11.012
Sistema de Reserva EP / PPI	11.625	5083	911	1170	4.359	361	23.509	4.970	28.662
Total	17.205	8.259	1.532	2.538	6.254	521	36.309	8.834	45.346

Fonte: Relatório COPE UNESP, 2022.

⁶⁵ Siglas que representam os Programas de Inclusão da UNESP pelas modalidades: Sistema de Reserva de Vagas para a Educação Básica Pública (SRVEBP) e Preto Pardos e Indígenas (PPI).

Assim como exposto no quadro, identifica-se uma ascendente demanda por auxílios relacionados à permanência estudantil desde 2014. Estes dados se justificam devido a implantação do Programa de Inclusão na UNESP, visto que:

Desde 2010 a UNESP vem ampliando seus programas de ações afirmativas (cursinhos pré-vestibulares, isenções de taxas no vestibular, bolsas, auxílios permanência, restaurantes universitários, moradias estudantis, etc.). Porém, foi em agosto de 2013 que avançou significativamente neste aspecto quando aprovou a criação de seu Programa de Inclusão por meio do Sistema de Reserva de Vagas para a Educação Básica Pública (SRVEBP). Assim, para atender às metas inclusivas de alunos oriundos de escolas públicas e de estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas (PPI) em seus cursos de graduação, o projeto de inclusão da UNESP prevê o seguinte: a) 50% das vagas, para cada curso e turno, dos cursos de graduação da UNESP devem ser preenchidas por estudantes que cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas; b) do total de vagas a serem ocupadas por estudantes oriundos de escolas públicas, 35% serão reservadas para pretos, pardos e indígenas; c) no prazo de 5 (cinco) anos, a universidade deverá atingir a meta de inclusão de estudantes de escola pública em 50% das vagas, sendo 15% em 2014, 25% em 2015, 35% em 2016, 45% em 2017 e 50% em 2018; d) a metodologia adotada para a inclusão é o Sistema de Reserva de Vagas para a Educação Básica Pública (SRVEBP), por meio da classificação no concurso vestibular, com a convocação dos candidatos aprovados até o limite de vagas fixadas para cada curso e turno (UNESP, 2018, p. 10).

Os dados publicados pela COPE em 2019, confirmam a crescente solicitação pela assistência/permanência estudantil após a implementação das ações afirmativas e do SRVEBP (EP+PPI). Na tabela a seguir, foi elaborado pela COPE em 2022, a distribuição de estudantes por forma de ingresso nos processos seletivos de 2014 a 2022.

Tabela 5 - Distribuição de estudantes por forma de ingresso nos processos seletivos de 2014 a 2022

Forma de Ingresso/ Ano	Sistema Universal	Escola Pública	Pretos, Pardos e Indígenas	SRVEBP (EP + PPI)	Estudantes contemplados	Estudantes inscritos	% SRVEBP no Programa de Permanência Estudantil
2014	2.052	359	248	607	2.659	2.877	22,8%
2015	1.854	690	436	1.126	2.980	4.032	37,8%
2016	1.806	1.060	673	1.733	3.539	4.764	49,0%
2017	1.621	1.471	1.041	2.512	4.133	5.350	60,8%
2018	1.262	1.701	1.364	3.065	4.327	5.652	70,8%
2019	1.058	1.860	1.423	3.283	4.341	5.560	75,6%
2020	1.038	2.010	1.525	3.535	4.573	5.500	77,3%
2021	1.047	2.294	1.593	3.887	4.934	5.757	78,8%
2022	1.062	2.383	1.564	3.947	5.009	5.854	78,8%
Total	11.738	13.828	9.867	23.695	36.495	45.346	

Fonte: Relatório COPE, 2022.

Percebe-se a dimensão da assistência estudantil na UNESP, ao considerar esta ascendente requisição principalmente ao público que ingressaram pelo SRVEBP (EP+PPI).

Para avaliar os impactos da implementação gradativa da vigente Resolução nº33 de 09 de março de 2023, a COPE vem desenvolvendo estudos quantitativos e qualitativos que objetivam planejar melhores respostas e estratégias através das análises baseadas nos indicativos (Relatório COPE UNESP, 2022). Deste modo, confirma-se a urgente requisição pela contratação de assistentes sociais e psicólogos para atender as demandas que são apresentadas e efetivar a consolidação da assistência estudantil na UNESP.

Cabe salientar, que a atuação dos assistentes sociais (foco da pesquisa) no âmbito da assistência estudantil não se restringe na concessão de auxílios e bolsas, mas ao acompanhamento integral do estudante nos diversos aspectos: condições concretas de atendimento às suas necessidades básicas; as relações sociais que permeiam o espaço universitário, incluindo os reflexos dos preconceitos arraigados na cultura brasileira (racismo, machismo, questão de gênero, diversas formas de manifestação de violências, preconceitos, LGBTQIA+fobia⁶⁶, entre outros) os quais requisitam de ações socioeducativas coordenadas por assistentes sociais e psicólogos (Moehlecke, 2002).

Também é importante mencionar, o acompanhamento dos aspectos sócio pedagógicos que incidem sobre a permanência dos estudantes e que são um dos motivos potencializadores da evasão escolar. Diante dessas demandas, consideramos que a proporção de assistentes sociais em cada campus, deve ser compatível ao número de profissionais adequados para garantir a possibilidade do atendimento destas questões aos estudantes beneficiários da assistência estudantil. Essa discussão, será melhor desenvolvida no subtópico a seguir.

Outro fator importante que concerne a assistência estudantil, são os Restaurantes Universitários (RU). A este respeito, o Relatório de Atividades⁶⁷ divulgado pela COPE em 2022, menciona a importância estratégica do RU na permanência dos/as estudantes.

⁶⁶ “LGBTQIA+fobia ou LGBTFobia são os termos denominados a pessoas que possuem atitudes e sentimentos negativos, discriminatórios ou preconceituosos em relação às pessoas que não se identificam dentro do perfil social padrão, mais precisamente no que diz respeito à sexualidade, gênero ou corpos. As definições para o termo fobia referem-se variavelmente à antipatia, desprezo, preconceito e aversão que como consequência geram violência verbais ou físicas. A Lei nº 10.948, promulgada em 5 de novembro de 2001, estabelece penalidades a pessoas que utilizarem de prática de discriminação em razão da orientação sexual de outras pessoas” (UAEADTec, 2023). A sigla LGBTQIA+ significa: Lésbica, Gay, Bissexual, Transexual/Transgênero, Queer, Intersexo, Assexual. O símbolo “+” engloba as demais orientações sexuais e de gênero, representando a pluralidade.

⁶⁷ Para mais informações, consultar: http://www.unesp.br/portal#!/gabinete_ses/cada/relatorio-de-atividades/. Acesso em 05 dez. 2020.

Os estudos analíticos sobre os RU's da UNESP apontaram que estes restaurantes possuem como objetivo a disposição de refeições a todos os membros que compreende o ambiente universitário, sobretudo, aos estudantes que obtêm condições socioeconômica vulneráveis e que demandam uma alimentação de qualidade e com valores acessíveis (COPE UNESP, 2022).

Ademais, é imperativo ressaltar a importância da consolidação da segurança alimentar na instituição acadêmica como um componente fundamental. Esta iniciativa tem como meta estratégica a disponibilização de refeições de qualidade, à preços acessíveis⁶⁸, em quantidades e variedades suficientes, a fim de promover o pleno e absoluto desenvolvimento dos discentes. A segurança alimentar, assim concebida, configura-se como um recurso essencial para garantir o acesso aos demais direitos fundamentais.

Considerando a UNESP, uma Universidade Pública instalada no interior do Estado de São Paulo e que gradativamente vem ampliando a política de cotas e ações afirmativas⁶⁹, de acordo com os benefícios atrelados ao RU referenciado anteriormente é possível afirmar a importância estratégica deste recurso para a permanência dos alunos na universidade, pois, quando assegurado o direito à alimentação na universidade, se amplia as possibilidades dos discentes para desenvolverem as atividades/tarefas acadêmicas curriculares/extracurriculares, em especial a participação em grupos de pesquisas e extensão, além de oportunizar a socialização entre os estudantes nos espaços da universidade que certamente, contribuirá com a formação profissional integral dos estudantes (COPE UNESP, 2022).

Entretanto, mesmo considerando a importância da refeição oferecida pelos RU's e a sua possibilidade em contribuir significativamente com a permanência dos estudantes na universidade, averiguamos que, do total de 24 cidades universitárias que compõem a Unesp, apenas 10⁷⁰ campus possuem o RU, portanto, a sua expansão para outras unidades de ensino é essencial.

⁶⁸ Os preços das refeições nas unidades da UNESP são passíveis a variações. As discrepâncias nos valores e na disponibilidade de refeições destinadas a discentes de graduação, pós-graduação, demais servidores da comunidade acadêmica e visitantes é contingente à diversidade existente entre os diferentes campus universitários. Essa disparidade pode ser atribuída às diferenças na estrutura física, institucional e gerencial, bem como à variação nos recursos e na dotação orçamentária de cada unidade. Fatores como a quantidade de demandas, a modalidade das refeições oferecidas e outros elementos também influenciam diretamente nessa variabilidade.

⁶⁹ “Para atender às metas inclusivas de alunos oriundos de escolas públicas e de estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas (PPI) em seus cursos de graduação, o projeto de inclusão da UNESP prevê o seguinte: a) 50% das vagas, para cada curso e turno, dos cursos de graduação da UNESP devem ser preenchidas por estudantes que cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas; b) do total de vagas a serem ocupadas por estudantes oriundos de escolas públicas, 35% serão reservadas para pretos, pardos e indígenas” (UNESP, 2018, p. 10).

⁷⁰ As 10 unidades que possuem o RU estão localizadas nas cidades: Araraquara, Assis, Bauru, Franca, Ilha Solteira, Jaboicabal, Marília, Rio Claro, São José do Rio Preto e Presidente Prudente. Mais informações disponíveis em: http://www.unesp.br/portal#!/gabinete_ses/cada/relatorio-de-atividades/.

A carência mencionada reflete-se de maneira análoga ao abordarmos a questão da Moradia Estudantil. Conforme evidenciado pelas informações disponíveis no Portal Institucional da UNESP (2023), entre os 24 campus da UNESP, apenas 13 unidades⁷¹ universitárias contam com a infraestrutura de moradia estudantil, proporcionando um total de 1.240 vagas.

Com base nas Resoluções que estruturaram a AE e nos estudos realizados pela COPE, as informações identificadas na pesquisa documental suscitaram importantes reflexões sobre a trajetória da assistência/permanência estudantil na UNESP. Ademais, ao discutir a questão da organização a partir dos resultados interpretados neste capítulo, constatamos a imperiosa necessidade da organização de uma *Política* de Assistência/permanência estudantil na UNESP, na perspectiva de viabilizar dotação orçamentária destinada para esta finalidade, com objetivo de custear os benefícios pecuniários e também ampliar a disposição/infraestrutura de restaurantes universitários e moradia, além de estruturar núcleos de atendimento social para os estudantes com equipe mínima de profissionais (assistente sociais, psicólogos e pedagogos) que efetivem ações de prevenção e atendimento as questões imateriais.

Recuperar a história da assistência estudantil na UNESP, foi de extrema importância pois, apesar de não termos conseguido reescrever a história completa pela falta de informações registradas, foi possível verificar algumas particularidades que compreende a dinâmica da assistência estudantil na UNESP, identificando os aspectos que compõem os avanços na realidade da instituição, bem como os elementos que requerem ampliação.

Essa constatação demonstra o quanto é indispensável o empenho de toda comunidade acadêmica (funcionários, direção, discentes e docentes), e também servidores administrativos no esforço articulado pela efetivação da *Política* de Assistência Estudantil na UNESP. Neste sentido, reorganizar o quadro de assistentes sociais, ampliando a quantidade de profissionais em todos os campi é uma estratégia significativa para compor o processo de construção desta política, considerando o arcabouço de conhecimentos desses profissionais no planejamento, monitoramento, execução e avaliação de políticas sociais e de forma particular, na gestão das ações pertinentes à assistência estudantil.

Embora a implementação das ações afirmativas e do SRVEBP (EP+PPI) na UNESP foram primordiais para a viabilização do acesso ao ensino superior público para a população preta/o, parda/o e índia/o, estudantes oriundos da rede pública de ensino e pessoas com

⁷¹ As cidades universitárias da UNESP que possuem Moradia Estudantil são: Araçatuba, Araraquara, Assis, Bauru, Botucatu, Rio Claro, Franca, Guaratinguetá, Ilha Solteira, Marília, Presidente Prudente, São José do Rio Preto, São Paulo (Portal Institucional UNESP, 2023).

deficiências, é preciso ainda efetivar mudanças significativas na configuração da assistência/permanência estudantil da UNESP para efetivar de fato, a inclusão, diversidade e democracia na universidade.

Desta forma, o impacto da implantação do PNAES no sentido da organização da assistência estudantil nas universidades federais e também nas universidades estaduais (PNAEST), colocaram intermitentes requisições, desafios e tensionamentos para os/as profissionais que atuam ou já atuaram na consolidação da permanência estudantil na realidade da UNESP. Em vista disso, é de suma importância reconhecer também, as ações empreendidas pela COPE e principalmente da CLPE, ME e CPPE para a mobilização da luta e ampliação da assistência estudantil na referida instituição.

Não podemos deixar de destacar também, a sensibilidade e sintonia dos gestores da COPE, os quais contribuíram para a materialização das ações que alicerçaram a construção da assistência/permanência estudantil na UNESP e que foram articulados conjuntamente com os demais profissionais, incluindo de forma especial, os/as assistentes sociais nesta empreitada em garantir a assistência estudantil como direito social.

3.3 O trabalho do/a assistente social na Assistência Estudantil da UNESP

3.3.1 O trabalho do/a assistente social na Política de Educação: reflexões teóricas preliminares

Para dar visibilidade à temática supracitada, elegemos como ponto de partida para iniciar esta abordagem examinar o trabalho do/a assistente social no contexto da política educacional brasileira. De acordo com o documento “Subsídios para a atuação de assistentes na política de educação” (CFESS, 2013) o/a assistente social é profissional que compõe o trabalho coletivo desenvolvido nesta área, juntamente com outros profissionais tais como: pedagogos, psicólogos e outros que fazem parte de equipes multiprofissionais.

Isto posto, é possível afirmar que a relação entre serviço social e educação são acompanhados desde os primórdios da profissão em decorrência da potencialidade política e interventiva desta profissão no enfrentamento das diversas formas de manifestações da questão social (Almeida, 2007). Entretanto, com base nos estudos efetuados pelos autores Dentz; Silva (2015), os primeiros registros documentados da atuação do serviço social na educação

ocorreram em meados de 1930, contexto que denunciava os principais índices estatísticos desfavoráveis na educação⁷² e acirramento da desigualdade social⁷³ no Brasil.

Em resposta a este cenário e com o objetivo de impulsionar a industrialização brasileira, o governo de Getúlio Vargas (1951-1954), Juscelino Kubitschek (1956-1961) e João Goulart (1961-1964) elaboraram o projeto de desenvolvimentismo nacional e os assistentes sociais nesses períodos históricos, foram requisitados para a execução das políticas sociais, dentre elas podemos incluir a política de educação. No espaço escolar, o referido projeto imbricava nas práticas interventivas do assistente social na “preparação social dos indivíduos a fim de torná-los, segundo suas aptidões, cidadãos produtivos e úteis ao capital” (Vieira, 1977, p. 178).

Percebe-se que as motivações do Estado brasileiro e sua relação com projeto educacional neste contexto, já determinava a educação como instrumento para a formação técnica dos trabalhadores com vistas a atender às requisições do mercado de trabalho e, concomitantemente, efetivar o controle da classe trabalhadora no atendimento de algumas das suas demandas, porém sintonizadas com os interesses do capital.

Diante deste contexto histórico e às bases conservadoras tradicionais que pautavam à profissão Serviço Social (Iamamoto, 2003)⁷⁴, às contribuições do assistente social no âmbito da política de educação inicialmente eram funcionais ao ideário dominante, se organizaram nos moldes da metodologia adotada nos Estados Unidos traduzida no denominado: Serviço Social de caso, de grupo e desenvolvimento da comunidade. Esses modelos estavam baseados no formato do ajustamento social e moralização da vida social imprimindo nas expressões da questão social a configuração de “problemas sociais”, individualizados, fragmentados, despidos de determinantes econômicos, sociais, culturais e históricos. Portanto, a atuação do assistente social neste contexto educacional era destinada a resolução de problemas pontuais e funcionais para a manutenção do *status quo* (Iamamoto, 2003).

Contudo, após o Movimento de Reconceituação (Netto, 2017)⁷⁵ – aspecto marcante na trajetória da profissão, caracteriza-se como um fenômeno que desencadeou uma série de transformações tanto no entendimento da profissão, quanto na discussão sobre os aspectos da intervenção e também no significado do serviço social na sociedade brasileira. Essas mudanças

⁷² “De acordo com o censo de 1940, a taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais era de 55,9%” (Mantovani, 2012, p. 10).

⁷³ “Em 1940, apenas um terço da População Economicamente Ativa (PEA) era assalariado” (Pochmann, 1998, p. 120)

⁷⁴ Obra em referência da autora Marila Villela Iamamoto “O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional”, publicado pela Editora Cortez em 2003.

⁷⁵ Obra em referência do autor José Paulo Netto “Ditadura e Serviço Social – Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64, publicado pela Editora Cortez em 2017.

manifestaram-se nas dimensões teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo da profissão (Netto, 2017).

O referido processo que teve impacto no redimensionamento do exercício profissional, foi uma resposta à evolução dos paradigmas, influenciada pelo contexto econômico, social, político vigente no cenário brasileiro e que demandaram debates e revisões no interior da categoria profissional em decorrência das demandas emergentes nesse contexto temporal específico (Netto, 2017). Ocorrido em meados dos anos de 1960/1970 (Netto, 2017), o Movimento de Reconceituação do Serviço Social brasileiro promoveu a aproximação com a teoria social crítica marxiana e o diálogo da categoria profissional articulado com os movimentos sociais, evidenciando as lutas das classes sociais, a formação e o exercício profissional de assistentes sociais que foram redimensionados pela incorporação de uma perspectiva crítica. Estes sem dúvidas foram elementos primordiais para balizar a leitura questionadora da “questão social” e suas expressões em uma perspectiva crítico-dialética, bem como preconizar ações propositivas para o seu enfrentamento.

Nesse sentido, ao considerar o campo das políticas sociais e por consequência, as políticas educacionais como *locus* privilegiado da ação profissional (Almeida, 2007), as dimensões teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo do serviço social brasileiro admitem a educação na perspectiva ampliada, ou seja, a educação que extrapola o espaço formal do ensino. Assim, a concepção de trabalho do/a Assistente Social na Política de Educação que orienta este trabalho - que comunga com os preceitos éticos/políticos dispostos no Código de Ética Profissional (CFESS/CRESS, Lei nº 8662, 1993), está sintonizada na concepção da promoção e fortalecimento da educação crítica, emancipatória, propositiva que visa a formação integral para o desenvolvimento das potencialidades humanas.

Ao considerar a perspectiva crítica e emancipatória da educação - enquanto direito fundamental de extrema significância para contribuir na construção de uma consciência crítica e possibilitar que os indivíduos se reconheçam como sujeitos detentores de direitos e, assim, possam participar efetivamente de processos de transformação social. Esta perspectiva considera as dimensões política, econômica, ideológica e cultural inerentes à educação. Nesse contexto, a atuação do/a assistente social, quando articulado/a com demais profissionais e comunidade educacional, visa à "ampliação e consolidação da cidadania, considerada primordial para toda a sociedade, com o intuito de assegurar os direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras" (CFESS/CRESS, Lei nº 8662, 1993), conforme expresso no artigo 3º da Lei que regulamenta a profissão Serviço Social.

Este posicionamento ético-político do serviço social em direção à democratização dos direitos humanos e sociais, o qual tem se manifestado radicalmente contra o projeto educacional hegemônico em curso, afirma o compromisso com a educação crítica, libertadora, voltada para formação qualitativa, que possa contribuir com a emancipação política, tendo como horizonte a emancipação humana conforme mencionado anteriormente. Assim, não podemos considerar esta concepção de educação popular, democrática e participativa desarticulada de outros direitos sociais.

Contudo, ao elencar na análise os elementos contraditórios em disputa presentes no seio da categoria profissional do Serviço Social (Iamamoto; Carvalho 1982), mesmo após o Movimento de Reconceituação do Serviço Social e a *intenção* de ruptura ao conservadorismo profissional (Netto, 2011), é importante evidenciar a contradição e natureza do conservadorismo enquanto elementos inerentes à profissão, pois:

Considera-se aqui que o conservadorismo nunca deixou de permear a formação e o trabalho profissional. Por vezes explícita, por vezes implicitamente, sempre esteve presente, e também não é uma exclusividade do Serviço Social. Defende-se, portanto, que o conservadorismo não é um traço exatamente novo e atual que distanciaria uma “base” conservadora de assistentes sociais de uma suposta “vanguarda” progressista. O que orienta essas reflexões é uma perspectiva que defende que o conservadorismo é, e sempre será, alimento imprescindível da reprodução do capital, e por isso nunca sai de cena. Ou seja, é um alimento central para conservar a sociedade capitalista e sempre estará a seu dispor (Boschetti, 2015, p. 639).

Ao considerar a ascensão dos ideais neofascistas, conservadores, aliados à formação de assistente sociais em Ensino à Distância (EAD) e os percalços ocasionados pela precarização na formação universitária, incidem concretamente no desenvolvimento da orientação ético-político profissional que assumirá o/a assistente social, podendo ser este um posicionamento contra hegemônico ou não.

Portanto, ponderar sobre a efetivação do trabalho do assistente social nas políticas educacionais, tratando *especificamente na perspectiva crítica e contra hegemônica que orienta este trabalho*, pressupõe afirmar a concepção de educação que fortaleça a cidadania plena dos sujeitos usuários das políticas e que são materializados no acesso à saúde, moradia digna, cultura, lazer, segurança, alimentação, transporte, etc., ou seja, todos os elementos que majoritariamente são ausentes na vida da população que são vítimas das desigualdades sociais, dentre elas destacamos as dificuldades de acesso, permanência e conclusão da escolarização em todos os níveis de ensino, principalmente de um significativo contingente da classe trabalhadora empobrecida.

Ademais, o serviço social tem como objeto central de trabalho a intervenção propositiva articulado nas estratégias para o enfrentamento das diversas manifestações da questão social, que são atendidas parcialmente pelas políticas sociais, públicas e privadas. Ao analisar o papel estratégico do trabalho do/a assistente social na assistência estudantil no processo de emancipação dos sujeitos e transformação do vigente cenário de desigualdades sociais, predispõe o enfrentamento dos fenômenos da exclusão escolar e suas contradições, as quais limitam a inclusão na vida social, impactam no processo de aprendizagem e comprometem o desenvolvimento pleno das potencialidades humanas que terão impacto na vida social.

Esta perspectiva representa uma concepção ampliada sobre os desafios e possibilidades que envolvem o trabalho do/a assistente social na política de educação, portanto, é importante salientar as dimensões que particularizam o trabalho profissional nesta área de atuação, conforme consta no grifo do documento intitulado: “Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação” elaborado pelo conjunto CFESS/CRESS (2011):

Embora se reconheça a dimensão estratégica das ações voltadas para a garantia do acesso e da permanência na educação escolarizada, no âmbito da política educacional - sem perder de vista as contradições que as atravessam, elas não esgotam o potencial e o alcance do trabalho profissional dos/as assistentes sociais. A atuação direcionada para a garantia da gestão democrática e da qualidade da educação indica outras dimensões que também se inscrevem no conjunto das lutas sociais pelo reconhecimento e ampliação da educação pública como um direito social, evidenciando sua sintonia com os princípios ético-políticos que norteiam a atuação profissional. (CFESS/CRESS, 2011, p. 39).

Em virtude da natureza intrínseca a essa perspectiva, outras instâncias políticas, tais como a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e a Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO), também se reorganizam como entidades representativas da categoria profissional e de estudantes responsáveis por sistematizar, debater e coordenar a formação continuada no âmbito ético-político, tanto no nível de graduação quanto de pós-graduação em serviço social. Tais entidades afirmam a potencialidade política e interventiva associada aos/as assistentes sociais, estudantes do serviço social, bem como aos movimentos sociais e educacionais, com o propósito de estabelecer diálogo acerca das principais tendências que compõem o serviço social e suas repercussões no cenário brasileiro.

Isto posto, para uma compreensão crítica e abrangente do movimento que caracteriza a atuação do assistente social na área de assistência estudantil da Universidade Estadual Paulista (UNESP), universo da pesquisa, é necessário incluir nas análises, as contradições que permeiam o processo de expansão das instituições de ensino superior e as motivações subjacentes à elaboração de políticas educacionais; analisar as particularidades desta dinâmica na realidade

brasileira; êxitos e incompletudes; bem como, os serviços e benefícios ofertados no âmbito da assistência estudantil nesta universidade.

3.3.2 Inserção de Assistentes Sociais na realidade da UNESP

Para iniciar as discussões concernentes a trajetória da inserção do/a assistente social na Universidade Estadual Paulista (UNESP), procedeu-se inicialmente à pesquisa em referenciais teóricos, bibliográficos e produções científicas (como teses, dissertações e artigos científicos) no intuito de abordar e analisar os acontecimentos que compõem a presente temática.

No entanto, apesar da tentativa em localizar acervos bibliográficos e documentos da instituição que tratam especificamente, sobre a assistência/permanência estudantil na UNESP, não foi identificado nenhuma produção teórica que discorra sobre a trajetória da inserção de assistentes sociais na UNESP. Cabe destacar, que a ausência de informações em documentos da Instituição e/ou pesquisas (Dissertações e Teses nos Programas de Pós-Graduação em geral) que abordam a presente temática dificultaram a estruturação do presente subtópico.

Dessa forma, torna-se premente a realização de uma pesquisa aprofundada sobre esta temática, contemplando inclusive a experiência profissional de Assistentes Sociais. Tal abordagem tem o propósito de registrar empiricamente os processos que conduziram à inserção das AS, possibilitando a elaboração de novos estudos e produções teóricas relacionadas ao trabalho dessas profissionais na AE da UNESP. A efetivação deste estudo certamente contribuirá para uma compreensão mais abrangente e histórica, enriquecendo o entendimento sobre a trajetória e impacto do Serviço Social nesse contexto.

Devido às restrições de tempo e à duração limitada da presente pesquisa de mestrado acadêmico (que compreende o período de 24 meses), não foi possível realizar uma investigação mais aprofundada com o intuito de reconstruir detalhadamente a história da inserção dos/as assistentes sociais na UNESP em uma perspectiva histórica. No entanto, é importante destacar que esta é uma temática que a autora se compromete em desenvolver no futuro projeto de pesquisa de doutorado acadêmico, enquanto extensão natural e essencial para aprofundar as reflexões da temática do objeto de estudo.

Apesar de ter sido inviável neste momento, efetivar uma abordagem cronológica dos aspectos históricos inerentes à inserção do/a assistente social na assistência estudantil da Universidade Estadual Paulista (UNESP), em decorrência dos prazos reduzidos da realização do mestrado, foi possível realizar uma pesquisa documental baseada nas informações contidas no Relatório COPE UNESP e informações disponíveis no Portal Institucional. Os resultados

desta pesquisa documental possibilitaram a contextualização e análise necessárias para empreender a discussão proposta neste capítulo. Nesse contexto, evidenciamos alguns marcos temporais relevantes, porém, as reflexões teóricas apresentadas estarão centradas nas análises na atuação do assistente social na assistência estudantil da UNESP a partir de 1990.

Inicialmente é necessário pontuar que, com base nas informações compiladas no resultado da pesquisa desenvolvida pela autora no TCC (2020), e que teve acesso aos dados fornecidos pela assistente social que desempenhava funções na área de permanência estudantil na UNESP Campus de Franca/SP em 2020, foi possível discutir sobre alguns aspectos da estrutura organizacional da assistência estudantil na realidade da UNESP.

Uma das particularidades pontuadas na trajetória histórica é que, em algumas unidades da universidade, as ações que hoje são desenvolvidas pela assistência/permanência estudantil na UNESP, foram inicialmente estabelecidas por meio da implementação da Unidade de Atendimento Médico e Social (UNAMOS) em 1992.

A UNAMOS começou suas atividades em Araçatuba em 01/10/1992. Em 2004 iniciou as perícias médicas aos servidores da UNESP. A partir de 2007 teve início às atividades de saúde ocupacional com exames admissionais, periódicos, de retorno ao trabalho e demissionais. Em 2009 foi criada a Seção Técnica de Saúde e foi contratado o técnico em segurança do trabalho (regional). Em 2010 foi criada a COSTSA - Coordenadoria de Saúde do trabalhador e sustentabilidade ambiental. Em 2011 teve início a atividade de psicologia (Portal Institucional UNESP, 2023).

A partir da criação da Seção Técnica de Saúde (STS) em 2009 (setor que perdura até o momento atual - 2023), diante da necessidade em atender às demandas sociais dos/as estudantes, que envolviam principalmente questões de saúde, mas também abarcavam outros aspectos pertinentes ao serviço social de forma abrangente (como é o caso das campanhas, palestras e atividades educativas), foi neste período que o campus acrescentou no quadro profissional a contribuição de assistentes sociais para operacionalizar este setor. De acordo com o Portal Institucional da UNESP (2012), a STS desenvolvia as seguintes atividades:

1) Consulta Médica Assistencial; 2) Clínica Geral e Ginecologia e Obstetrícia; 3) Saúde e Segurança do Trabalhador; 4) Exame médico admissional, periódico de retorno ao trabalho e demissional, conforme PCMSO - Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional; 5) Elaboração e manutenção do PPRA - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais; 6) Perícias médicas; 7) Procedimentos de Enfermagem; 8) Atividades de Serviço Social; 9) Atendimento Psicológico; 10) Campanhas, palestras e atividades educativas (Portal Institucional UNESP, 2012).

Conforme as informações fornecidas pela assistente social da UNESP Campus de Franca/SP em 2020, as primeiras incorporações de assistentes sociais na UNESP foram

previstas para funções relacionadas a STS e para a assistência estudantil, o que resultou na época no acúmulo de responsabilidades e funções profissionais.

Considerando a complexidade das duas atividades (assistência estudantil e STS), certamente este tem sido um desafio que acompanhou a trajetória profissional ao conciliar as demandas da permanência/assistência estudantil somado às solicitações da STS. Esta conjuntura revelou para a instituição, o quanto é precário não ter assistente social atuando especificamente nesta função.

Para além do acúmulo de funções, é necessário reiterar que a implementação gradativa das ações afirmativas na unidade de ensino ampliou as requisições para o Serviço Social, portanto, a permanência estudantil demanda uma intervenção profissional propositiva no enfrentamento às expressões da questão social. Contudo, diante do reduzido quadro de assistentes sociais inseridas na UNESP (ao considerar a magnitude institucional e relação de assistentes sociais *versus* recursos por aluno), o acúmulo destas funções somadas ao aumento das demandas, resultaram certamente, na intensificação e precarização do trabalho para o/a assistente social e que demandou historicamente, pela contratação de assistentes sociais para atuarem especificamente, na gestão de uma *política* de permanência/assistência estudantil - setor até o momento (2023) inexistente na unidade de ensino.

Isto posto, na conjuntura específica da UNESP, de acordo com o último relatório publicado pela COPE UNESP 2022, o quadro profissional do serviço social na AE da UNESP compõe a seguinte trajetória:

Em 2014, 20 assistentes sociais da Unesp, de diferentes Unidades, colaboravam com atividades relacionadas à permanência estudantil. No entanto, nenhuma dessas profissionais estava vinculada ou lotada na Cope. Em 2021, em virtude de aposentadorias e reincorporação das Assistentes Sociais às Seções Técnicas de Saúde, apenas 12 assistentes sociais efetivas da Unesp atuaram em colaboração para realizar o processo seletivo e atender as demandas da permanência estudantil das 34 Unidades da Unesp. As Unidades de Assis, Araraquara, Dracena, Rio Claro, Rio Preto, São Paulo/IA, Tupã e as Unidades recentemente consolidadas não possuíam e ainda não possuem Assistentes Sociais. Para suprir este déficit, a Cope viabilizou contratações temporárias, com a finalidade de poder atender toda a demanda. Em 2021, foram contratadas 15 assistentes sociais temporárias para a realização do processo seletivo nos campi de Araraquara, Assis, Botucatu/IBB, Itapeva, Ourinhos, Registro, Rio Claro, São Paulo/IA, São José do Rio Preto, São Vicente e Tupã. Em 2022, foram contratadas 19 Assistentes Sociais temporárias para atender, além dos campi citados atendidos em 2021, também os campi de Bauru, Guaratinguetá, Marília e São José dos Campos. Cabe reiterar que o trabalho dos assistentes sociais relacionados à permanência estudantil não se restringe apenas ao processo seletivo, mas ao acompanhamento, ao atendimento e à orientação de estudantes durante todo o ano letivo. Desde 2016, a Cope e CPPE, apoiadas pelo Fórum de Diretores e Fórum de Vice-Diretores, vêm fazendo gestões visando à contratação definitiva de Assistentes Sociais. Em 2021, após ampla discussão, o Conselho Universitário aprovou um subquadro de 17 Assistentes Sociais e 2 Assistentes Técnicos Administrativos - ATA. Decidiu-se também no CO, que o subquadro da COPE será rediscutido no Conselho

Universitário, em 2023. Em 2022, a necessidade de compor o mais breve possível o novo subquadro de servidores para atuarem junto à Cope foi reconhecida pelo CADE e aprovada a contratação de sete Assistentes Sociais e de um Assistente Técnico Administrativo para a Cope (Relatório COPE UNESP, 2022, p. 23).

Com base nas informações obtidas pelo referido relatório, é fundamental ressaltar o comprometimento na defesa e fortalecimento da permanência estudantil promovido pela COPE, em conjunto com a CLPE, CPPE, ME, Assistentes Sociais. Essas instâncias e profissionais, sem dúvidas, exerceram influência substancial tanto na promoção de avanços nos serviços e recursos oferecidos pela assistência estudantil na unidade, quanto na gradual inclusão de assistentes sociais para atuarem no setor da permanência estudantil na UNESP.

Diante da histórica necessidade em ampliar, coordenar e consolidar as iniciativas relacionadas à assistência estudantil na UNESP, as mencionadas instâncias (COPE, CLPE, CPPE, ME e Assistentes Sociais) mantêm até o contexto vigente (2023), o objetivo de discutir e estruturar ações direcionadas à permanência dos estudantes em casos de vulnerabilidades socioeconômicas. Esse movimento foi registrado pela primeira vez, na "deliberação do Conselho Universitário, em sessão de 15 de agosto de 2013 (Despacho nº204/13)" (Relatório COPE, 2014).

Neste sentido, a organização destas instâncias e profissionais que atuam na AE, mantêm como objetivo central promover o debate e sistematizar ações em prol da ampliação da permanência estudantil de modo democrático, descentralizado e transparente para o diálogo, buscando viabilizar o desenvolvimento de pesquisas e projetos rumo à expansão das ações de assistência estudantil na UNESP (Relatório COPE UNESP, 2022).

Como continuidade da discussão proposta por este capítulo, no próximo item abordaremos a pesquisa de campo efetuada com as assistentes sociais que já atuavam no setor da AE até 2021, com o propósito de revelar e discutir as particularidades do trabalho profissional das assistentes sociais inseridas no contexto da assistência estudantil na UNESP na atual conjuntura (2023). A pesquisa empreendeu as análises e discussões nos respectivos eixos: i) mapeamento e perfil profissional; ii) condições de trabalho e iii) trabalho profissional.

3.3.3 Mapeamento e Perfil das Assistentes Sociais que atuam na assistência estudantil

Com o objetivo de mapear as assistentes sociais da UNESP e que desempenham funções específicas no setor de assistência/permanência estudantil, adotamos, como procedimento metodológico desta pesquisa, a análise das informações coletadas por meio da pesquisa de campo.

Trata-se, portanto, de um estudo de caráter descritivo, visto que uma das finalidades desta investigação é debater, refletir, questionar e publicar os efeitos macroestruturais no que concerne aos impactos social, político, educacional, econômico, experienciados na realidade desta instituição de ensino e que imprimem desafios concretos no desenvolvimento do trabalho profissional das assistentes sociais na AE.

Para aproximar aos propósitos estabelecidos na presente etapa do processo investigativo, foi eleito enquanto universo da pesquisa todos os campi da UNESP que possuem a presença de assistentes sociais. Na sequência, para identificar as participantes da pesquisa e convidá-las a contribuírem na pesquisa de campo, a estratégia inicial consistiu na divulgação do estudo a todas as assistentes sociais lotadas na instituição. Esse procedimento, foi realizado por meio do envio de e-mails e mensagens no grupo coletivo do *WhatsApp*.

É relevante informar que, após realizar o mapeamento de todas as assistentes sociais que estão alocadas nas unidades da UNESP - conforme já mencionado anteriormente, utilizamos como critério para seleção da amostra dos/as AS participantes da pesquisa, as 12 Assistentes Sociais que desempenham suas funções nesse contexto até o ano de 2021. Apesar da contratação recente de novas assistentes sociais distribuídas em diversos campus da UNESP em 2022, essas profissionais não foram incorporadas à pesquisa, uma vez que ainda não acumularam experiência profissional suficiente para contribuírem no escopo desta investigação.

Portanto, considerando esta recente contratação das assistentes sociais, ponderamos ser conveniente convidar como **participantes da pesquisa as 12 Assistentes Sociais** que possuem experiência nesta área de atuação nesta universidade, mesmo que a inserção de cada uma foi em tempos diferentes, pois, essas terão melhores condições para contribuir no desvelamento dos desafios do trabalho do assistente social na permanência estudantil.

O instrumental utilizado para o desenvolvimento da referida pesquisa de campo, destinado às assistentes sociais que atuam na área da assistência estudantil e que fazem parte do quadro de assistentes sociais contratadas até 2021, foi o formulário de pesquisa aplicado via plataforma “*google forms*”. Por se tratar de uma pesquisa multicampi que abrange 24 unidades da UNESP localizadas em diferentes regiões no interior do Estado de São Paulo, a plataforma em referência foi eleita devido a possibilidade de execução da pesquisa de modo simultâneo e remoto, propiciando a participação de todas assistentes sociais que tiverem interesse em contribuir com a referida pesquisa.

Ressaltamos que o formulário (Apêndice B) foi organizado de modo semiestruturado, tendo a maior parte de questões objetivas e discursivas, planejadas e sintonizadas com os objetivos da pesquisa – geral e específicos.

É relevante informar que, inicialmente, com o intuito de abarcar integralmente as informações essenciais que foram selecionadas para alcançar o objetivo central proposto pela pesquisa - identificar e discutir os principais desafios existentes no trabalho das assistentes sociais no âmbito da Assistência Estudantil na UNESP, foi realizado, na primeira versão da pesquisa de campo, uma quantidade maior de questões abertas e fechadas, buscando informações específicas sobre a dinâmica do trabalho das assistentes sociais. Contudo, considerando a possível intensificação do trabalho que vem ocorrendo com as assistentes sociais de todas as políticas sociais, decidimos priorizar a possibilidade de participação de maior percentual de assistentes sociais na pesquisa, evitando sobrecarregá-las no processo investigativo. Portanto, consideramos pertinente reduzir o número de perguntas, assim a versão final ficou com 18 perguntas discursivas e 11 objetivas, totalizando 29 perguntas.

Mesmo diante às limitações presentes na etapa da pesquisa de campo, que impossibilitaram uma abordagem abrangente de todos os aspectos relacionados ao trabalho das AS na AE da UNESP, foi viável complementar as análises e discussões por meio de fontes secundárias, compreendendo informações provenientes dos relatórios elaborados pela COPE UNESP, documentos, dados estatísticos de pesquisas pertinentes ao tema e análises de teóricos da área que abordam os desafios da assistência estudantil, os quais certamente coadunam com a realidade da UNESP.

O procedimento de divulgação da proposta da pesquisa e o contato com as assistentes sociais, foi efetuado através do envio de mensagens para os endereços de e-mail das profissionais, localizados nos sites do Portal Institucional da UNESP. Ademais, foi comunicado o convite através da rede social *WhatsApp*, por meio do grupo coletivo composto pelas AS da UNESP.

A submissão do formulário ocorreu em 30/10/2023 por meio das respectivas plataformas online, permanecendo acessível por um período inicial de 30 dias. Entretanto, devido ao número reduzido de respostas obtidas, optou-se por prorrogar o prazo por mais 3 dias. Nesse período adicional, um comunicado suplementar foi encaminhado, reforçando a importância da participação das assistentes sociais convidadas. Portanto, o encerramento do formulário ocorreu em 02/12/2023, considerando a necessidade de tempo hábil para o subsequente tratamento dos dados coletados.

De acordo com as informações contidas no último mapeamento efetuado pela COPE em janeiro de 2023, em decorrência do desenvolvimento do curso de especialização “Gestão da

Assistência Estudantil na Universidade”⁷⁶ foi possível mapear o total geral de assistentes sociais que estão distribuídas nos 24 campi da UNESP. Portanto, as unidades da UNESP que possuem a presença de assistentes sociais desempenhando suas funções no setor da AE, conforme o quadro profissional de janeiro de 2023, são os seguintes: Botucatu (4), Bauru (3), Araçatuba (2), Araraquara (2), São José do Rio Preto (1), Assis (1), Franca (1), Guaratinguetá (1), Ilha Solteira (1), Jaboticabal (1), Marília (1), Presidente Prudente (1), Rio Claro (1), São José dos Campos (1), São Paulo (1) e Sorocaba (1).

Já as unidades que não contam com AS contratados/as pelo regime estatutário, havendo apenas contratações temporárias durante os períodos de processo seletivo para a permanência estudantil, são: Dracena, Itapeva, Ourinhos, Registro, Rosana, São João da Boa Vista, São Vicente e Tupã.

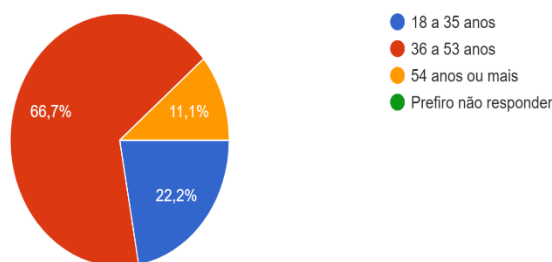
Até a referida data (janeiro de 2023), somam a presença de 23 AS atuando no setor da AE na UNESP. Deste total de profissionais 12 (doze) foram contratadas em regime estatutário até 2021, sendo essas convidadas para participarem da pesquisa. O restante (11 AS) foram contratadas recentemente, ou seja, em 2022 e não foram convidadas para contribuir na pesquisa, conforme justificado anteriormente. **Participaram efetivamente desta pesquisa de campo, respondendo ao questionário, 09 (nove) Assistentes Sociais**, portanto, 75% de participação, resultado que revela o compromisso ético-político das profissionais, que por meio das valiosas contribuições tornaram possível o desenvolvimento da presente investigação.

Apresentamos a seguir o perfil das assistentes sociais participantes da pesquisa a partir de informações coletadas no primeiro eixo do formulário *google forms*, conforme segue.

⁷⁶ “A FCHS UNESP/Franca oferece curso de especialização (Pós-Graduação Lato Sensu) em Gestão da Assistência Estudantil na Universidade, com emissão de certificado, totalmente gratuito e realizado quinzenalmente, às sextas-feiras no formato híbrido (pelo *Google Meet*), com início das aulas em 23 de fevereiro de 2024. O corpo docente é composto por docentes da própria UNESP e de diversas Universidades Públicas Brasileiras e será oferecido para servidores públicos de todos os campus da UNESP, USP, UNICAMP e também Institutos Federais e Estaduais” (Via Rede Social *Instagram* do PPGSS UNESP Franca).

Gráfico 2 - Perfil do/a Assistente Social: Faixa etária

EIXO 1 - PERFIL DO/A ASSISTENTE SOCIAL: Faixa etária
9 respostas



Fonte: Dado elaborado pela autora com base na pesquisa de campo realizada com Assistentes Sociais que atuam na AE da UNESP.

Conforme ilustra o gráfico anterior, com base nas 9 respostas (100%) obtidas pelas participantes da pesquisa, em relação a *faixa etária* a distribuição das assistentes sociais se constitui da seguinte forma: 66,7% (6) estão na faixa etária entre 36 a 53 anos; 22,2% (2) possuem entre 18 a 35 anos e 11,1% (1) possui 54 anos ou mais. Assim, predomina em sua maioria assistentes sociais que se encontram na faixa etária entre 36 e 53 anos (66,7%).

A incidência da faixa etária identificada na UNESP coincide com os dados estatísticos gerais da categoria no contexto do mercado de trabalho brasileiro, descrito na Pesquisa do perfil profissional de assistentes sociais realizado em 2005, ou seja, “os/as profissionais do Serviço Social demonstram uma prevalência de idades (38%) entre 35 e 44 anos” (CFEES/CRESS, 2005, p. 19)⁷⁷.

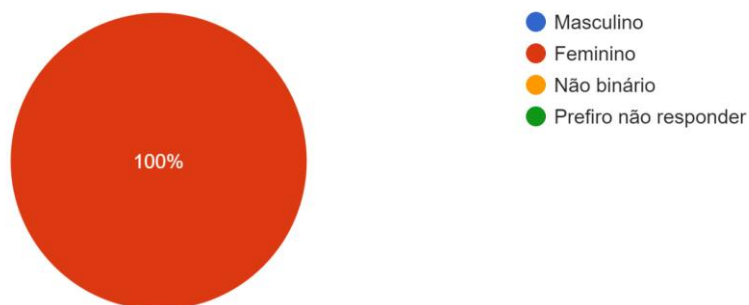
Em relação ao *gênero e orientação sexual*, destacamos os gráficos do resultado da pesquisa, sendo:

Gráfico 3 - Distribuição das assistentes sociais participantes da pesquisa em relação de gênero e orientação sexual

⁷⁷ Dados estatísticos apresentados com base na pesquisa “Assistentes Sociais no Brasil” efetuada pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) em 2005. Documento integral disponível em: https://www.cfess.org.br/pdf/perfilas_edicaovirtual2006.pdf

Gênero

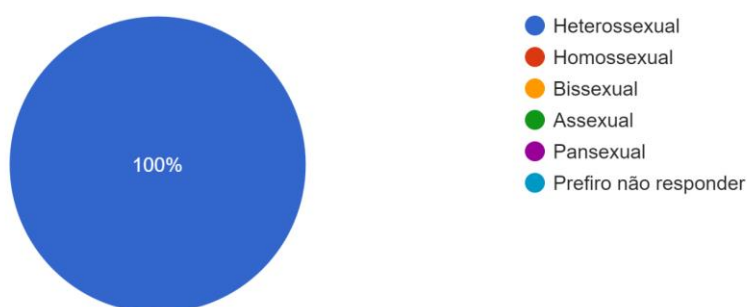
9 respostas



Fonte: Dado elaborado pela autora com base na pesquisa de campo realizada com Assistentes Sociais que atuam na AE da UNESP.

Orientação sexual

9 respostas



Fonte: Dado elaborado pela autora com base na pesquisa de campo realizada com Assistentes Sociais que atuam na AE da UNESP.

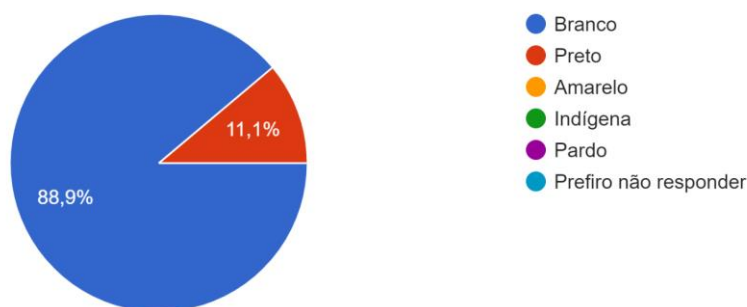
De acordo com os resultados obtidos, todas as assistentes sociais, portanto, 100% (9) que atuam no âmbito da AE na UNESP pertencem ao gênero feminino e se declaram heterossexual, dados que confirmam a considerada parcela do público do gênero feminino que compõe a profissão, características provenientes da história do Serviço Social na realidade brasileira.

No tocante a *auto declaração de pertença étnico-racial*, as participantes da pesquisa assinalaram as seguintes opções:

Gráfico 4 - Auto declaração de pertença étnico-racial

Auto declaração de pertença étnico-racial

9 respostas



Fonte: Dado elaborado pela autora com base na pesquisa de campo realizada com Assistentes Sociais que atuam na AE da UNESP.

De acordo com os resultados obtidos em relação a *auto declaração de pertença étnico-racial*, constatou-se que, 88,9% (8) das profissionais declaram-se brancas e 11,1% (1) preta. Este dado também se alinha a uma tendência observada no panorama geral do perfil profissional de assistentes sociais no Brasil, conforme evidenciado na pesquisa do CFESS, sendo: “A maioria das/os profissionais se identificou como branca (72,14%); em seguida aparecem as/os pretas/os/negras/os (20,32%)” (CFESS/CREESS, 2004 p. 21).

É relevante ponderar esse dado como um reflexo da desigualdade social, racial e de gênero no Brasil, que impacta significativamente a inserção de mulheres negras no acesso ao ensino superior e no mercado de trabalho em todo país. Segundo a pesquisa publicada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) publicada em 2015⁷⁸, “(...) da população negra, aproximadamente a metade é composta de mulheres. As mulheres negras são mais de 41 milhões de pessoas, o que representa 23,4% do total da população brasileira” (IPEA, 2015, p. 5). Entretanto, o estudo complementa:

(...) As mulheres negras têm menor acesso à educação e são inseridas nas posições menos qualificadas do mercado de trabalho (...) Um dos momentos importantes que a discriminação se faz presente na vida das pessoas é o momento de socialização via inserção escolar. São os estabelecimentos escolares, juntamente com as famílias, os espaços privilegiados de reprodução (e, portanto, também de destruição) de estereótipos, de segregação e de visualização dos efeitos perversos que esses fenômenos têm sobre os indivíduos. Os indicadores educacionais expressam, com clareza, as desigualdades a que negros estão submetidos e que, certamente, serão levadas e reproduzidas de forma ainda mais intensa no mercado de trabalho (IPEA, 2015, p. 12).

⁷⁸ Dados estatísticos retirados na pesquisa desenvolvida pelo IPEA em 2015 “Retrato das desigualdades: gênero e raça”. Documento integral disponível em: <https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/primeiraeducacao.pdf>

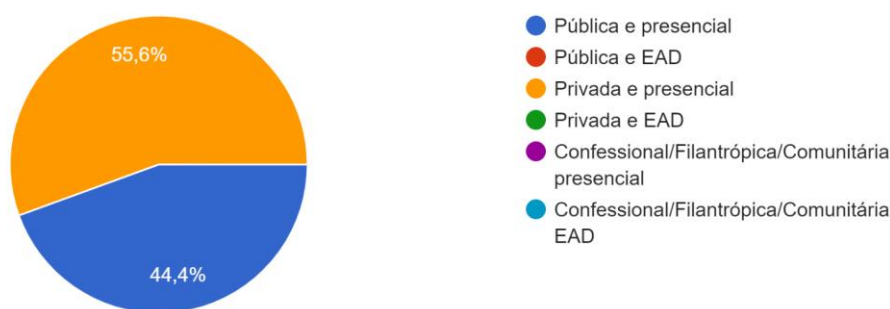
Portanto, ratifica-se com base na pesquisa conduzida pelo IPEA (2015) que, apesar da maioria da população brasileira ser composta por mulheres autodeclaradas negras (41 milhões de pessoas), essa demografia é impactada pelas desigualdades sociais, de gênero e raça, refletindo nesse contexto, nas oportunidades de acesso à educação e inserção no mercado de trabalho em cargos mais qualificados. Esse cenário justifica a representação minoritária desse grupo na categoria profissional do Serviço Social no Brasil - conforme indicado pelo CFESS, e na instituição UNESP - como evidenciado na pesquisa de campo.

Em referência a *formação profissional*, obtemos o seguinte panorama:

Gráfico 5 - Formação profissional

Formação Profissional: A instituição de formação do curso de graduação é de natureza:

9 respostas



Fonte: Dado elaborado pela autora com base na pesquisa de campo realizada com Assistentes Sociais que atuam na AE da UNESP

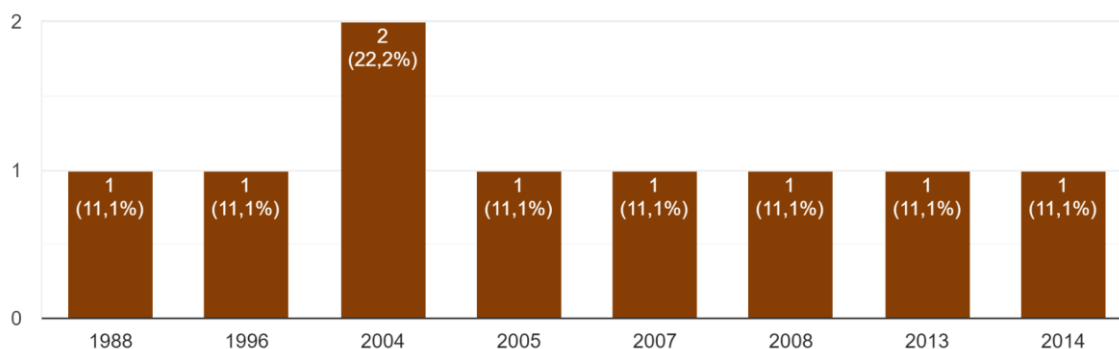
Conforme os resultados apresentados, constatou-se que, a natureza das instituições educacionais onde ocorre a *formação profissional* do curso de graduação das assistentes sociais está distribuída da seguinte forma: 55,6% (5) de natureza privada e presencial e 44,4% (4) pública e presencial, portanto, não identificamos nenhuma profissional formada na modalidade de Ensino à Distância (Ead).

No tocante ao *ano da formação da graduação*, a pesquisa revelou os seguintes resultados:

Gráfico 6 - Ano da formação da graduação

Citar o ano da formação na graduação

9 respostas



Fonte: Dado elaborado pela autora com base na pesquisa de campo realizada com Assistentes Sociais que atuam na AE da UNESP

Destacamos que em relação ao *período da formação da graduação (ano)*, das assistentes sociais participantes da pesquisa obtivemos as seguintes respostas: 22,2% (2) formaram-se em 2004; 11,1% (1) em 1988; 11,1% (1) em 1996; 11,1% (1) em 2005; 11,1% (1) em 2007; 11,1% (1) em 2008; 11,1% (1) em 2013; 11,1% (1) em 2014.

A profissional que atua no contexto da AE da UNESP que se enquadra na condição de menor período de formação, possui 8 anos de experiência profissional, obteve sua formação em 2014; enquanto a profissional com experiência mais extensa acumula 35 anos de prática profissional, sendo que sua formação ocorreu em 1988.

Todas as profissionais com idades entre 36 e 53 anos (totalizando 6 assistentes sociais) graduaram-se no período compreendido entre 1996 e 2013. As profissionais com idades entre 18 e 35 anos (totalizando 2 assistentes sociais) obtiveram suas formações em 2008 e 2014, respectivamente. Por fim, existe uma profissional com 54 anos ou mais (1 assistente social) que completou sua formação em 1988.

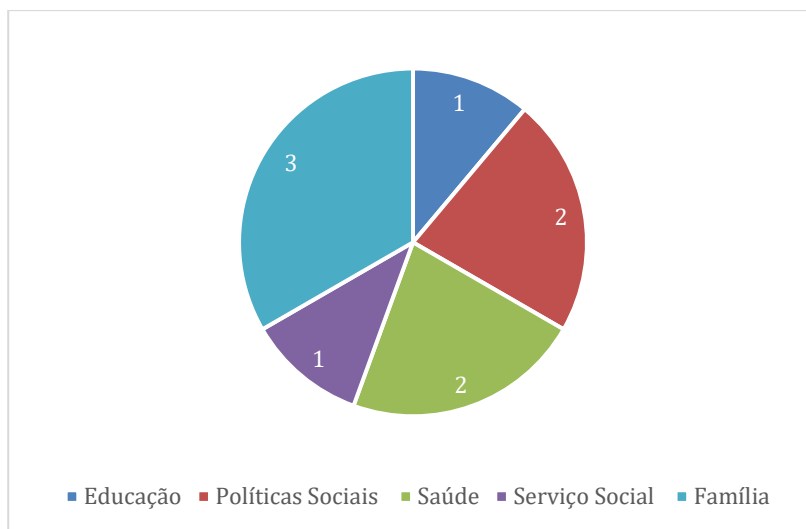
Isto posto, torna-se evidente que, das 9 (100%) assistentes sociais graduadas no período indicado, 8 profissionais (88,9%) obtiveram sua formação de acordo com a Diretriz Curricular Atual da ABEPSS (aprovada na Assembleia Geral Extraordinária de 08 de novembro de 1996), enquanto somente 1 assistente social (11,1%) foi formada sob a égide da antiga diretriz curricular da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS), antecessora da última versão.

A partir dessas informações reveladoras de que quase a totalidade de assistentes sociais formaram-se na vigência da atual Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), podemos inferir que a formação profissional foi pautada no projeto ético-político profissional expresso nos

documentos: Lei que regulamenta a Profissão de Assistentes Sociais (1993) e no Código de Ética Profissional de 1993. Portanto, devem possuir condições para sedimentar o exercício profissional na perspectiva crítica da realidade social.

Na questão dissertativa sobre a *formação (Pós-Graduação) Stricto-Sensu ou Lato-Sensu*, as participantes da pesquisa responderam do seguinte modo:

Gráfico 7 - Formação (Pós-Graduação) Stricto-Sensu ou Lato-Sensu



Fonte: Dado elaborado pela autora com base na pesquisa de campo realizada com Assistentes Sociais que atuam na AE da UNESP

De acordo com os dados apresentados, é possível afirmar o compromisso das profissionais com a formação continuada. Observa-se que a totalidade 9 (100%) assistentes sociais possuem qualificações em nível de Pós-Graduação *Stricto Sensu* ou *Lato Sensu*, revelando uma realidade que se distancia das estatísticas nacionais “apenas 0,8 das pessoas de 25 a 64 anos no Brasil concluíram o mestrado” (OCDE Brasil, 2019).

Além do mais, podemos inferir que, devido à crescente expansão e incentivo dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* e *Lato Sensu* em Serviço Social nas últimas décadas, aliados ao desenvolvimento de atividades extensionistas e à formação de grupos de estudos e pesquisas na profissão, evidencia a importância da pesquisa como elemento intrínseco ao exercício profissional (Iamamoto, 2003). Essa realidade também é impulsionada pelas oportunidades e benefícios associados à formação permanente que, além de contribuírem imperiosamente para a qualificação profissional, têm implicações materiais ao considerar a pontuação atribuída aos cargos designados a servidores públicos no contexto das contratações efetuadas sob o regime estatutário.

Conforme evidenciado no quadro anterior, a temática da pós-graduação entre as assistentes sociais participantes da pesquisa delinea-se da seguinte maneira: 3 (três) profissionais (33,3%) obtiveram formação permanente relacionada ao tema da família; 2 (duas) profissionais (22,2%) buscaram dar continuidade aos estudos centrados nas Políticas Sociais; outras 2 (duas) profissionais (22,2%) direcionaram sua formação permanente para o âmbito da Saúde; 1 (uma) profissional (11,1%) dedicou-se na temática da Saúde e 1 (uma) profissional (11,1%), concentrou seus estudos no campo do Serviço Social (de maneira genérica). Observa-se, portanto, uma presença mais expressiva da formação permanente no contexto da família (33,3%) e aos estudos centrados nas Políticas Sociais (22,2%), enquanto as áreas da Saúde (11,1%) e do Serviço Social (11,1%) apresentam menor incidência.

Importante ressaltar que o Código de Ética Profissional do Serviço Social (1993) apresenta como um dos princípios fundamentais no item X “Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional” (CFESS, 1993), confirmando a imperiosa necessidade do/a assistente social investir na sua formação permanente, conforme tivemos a grata satisfação de identificar nesta pesquisa.

Os resultados da pesquisa de campo neste presente eixo temático, tornou possível identificar algumas particularidades existentes nesta composição profissional no contexto institucional da UNESP, descortinando informações e análises sobre as principais tendências que compõe a realidade das profissionais que colaboraram com a pesquisa de campo. Nesse contexto, os dados relativos à faixa etária, gênero/orientação sexual e autodeclaração étnico-racial refletem, nas profissionais, semelhanças com as tendências observadas na Pesquisa do Perfil dos profissionais de serviço Social organizada pelo conjunto CFESS/CRESS, em 2004, que podemos sintetizar da seguinte forma: as assistentes sociais que participaram dessa pesquisa são predominantemente incluídas na faixa etária entre 36 a 53 anos, considerada fase adulta, mulheres cisgênero, heterossexuais e brancas.

Adicionalmente, a análise permitiu revelar particularidades relacionadas com a formação dessas profissionais, apresentando as principais tendências identificadas na pesquisa. Em grande parte, essas profissionais concluíram sua formação no curso de graduação em instituições privadas, em modalidade presencial. O período de formação profissional, em sua maioria ocorrem após a aprovação das Diretrizes Curriculares Atual da ABEPSS/1996, portanto, alinhada ao atual projeto ético-político assumido pelas entidades representativas da profissão. Por último, destaca-se o compromisso afirmado por todas profissionais com a

formação permanente em Serviço Social, um dos princípios fundamentais do Código de Ética Profissional.

3.3.4 Condições de trabalho das Assistentes Sociais na AE - UNESP

No decorrer da construção das reflexões teóricas que abordam *as condições de trabalho do/a assistente social na assistência estudantil da UNESP*, foram identificados, durante o desenvolvimento da pesquisa bibliográfica, documental e de campo deste trabalho, alguns fenômenos que são inerentes aos processos estruturais/conjunturais que perpassam a discussão pretendida por este eixo, que merecem debate aprofundado por intermédio da dimensão crítica e totalidade.

Com a finalidade de atingir o objetivo central delineado por esta pesquisa - que consiste na análise dos principais desafios presentes no trabalho do/a assistente social na assistência estudantil da UNESP, a investigação das condições laborais/trabalho do/a assistente social foi necessária ser empreendida, com o intuito de desvelar as particularidades desta temática na referida realidade institucional.

As análises apresentadas pelo presente eixo, foi conduzida sob o prisma que considerou a apreensão desta dinâmica enquanto realidade imersa no contexto ascendente de precarização das condições éticas e técnicas do exercício profissional dos/as assistentes sociais. Portanto, importante considerar que esse fenômeno assola todas as instituições no cenário mundial e brasileiro, e certamente, a realidade da instituição em análise (UNESP) não está alheia deste processo.

Ao examinar a categoria profissional sob essa perspectiva, é imperativo incorporar às análises os processos históricos e dialéticos que percorrem o período em questão. Dessa forma, como discutido em momentos anteriores deste trabalho, ao contemplar nas análises as repercussões decorrentes da nova morfologia do trabalho promovida pelo capital (Antunes, 1999), aliada à condição de trabalhador assalariado dos/as assistentes sociais nas instituições empregadoras (Iamamoto, 2003), torna-se inviável dissociá-los das formas contemporâneas de exploração. Ademais, não se pode ignorar os desafios enfrentados pela natureza perversa do trabalho alienado e fetichizado que permeiam toda classe trabalhadora - que inclui os/as assistentes sociais (Raichelis, 2011).

Isto posto, as reflexões teóricas que embasaram as discussões deste eixo temático foram fundamentadas parcialmente nas concepções teóricas desenvolvidas no primeiro capítulo deste trabalho, que propiciou para a pesquisadora, analisar a temática em evidência de forma empírica

e articulada nos diversos elementos fundamentais que moldam as condições de trabalho das assistentes sociais na realidade da UNESP.

Associado às discussões efetuadas por Raichelis (2011), para compreendermos as condições de trabalho que se manifestam na realidade da categoria profissional - que coadunam com as condições de trabalho experienciado no setor da AE na UNESP, é necessário apreender e considerar nas análises, esta nova morfologia do trabalho inscrita na sociabilidade capitalista, que se trata do trabalho de natureza fetichizado e alienado.

Deste modo, a importância de situar as especificidades do trabalho na cena contemporânea, que advém das condições laborais ditadas pelo projeto societário capitalista de reprodução social (Antunes, 1999), impõe considerar as expressões da gestão e nos processos de trabalho, que atuam como força motriz e engendram as reconfigurações no papel do Estado e nas políticas sociais - as quais incluem as políticas educacionais da UNESP. Essas transformações, por efeito orgânico, introduzem novas dinâmicas nas condições laborais/trabalho do/a assistente social na referida realidade institucional.

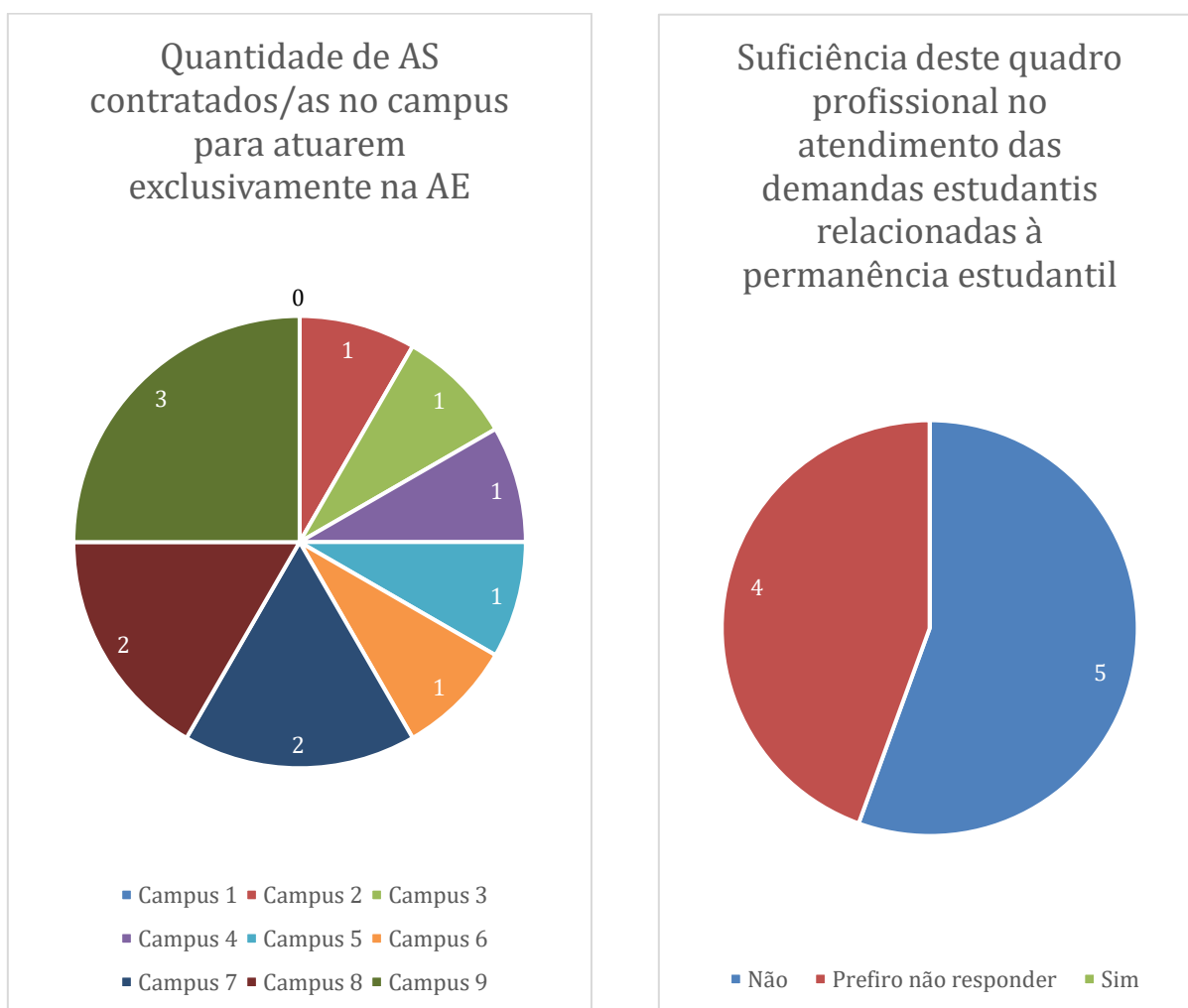
Conforme discutido no capítulo anterior, o processo de expansão do sistema universitário brasileiro, aliado à implementação do Sistema de Reserva de Vagas e ações afirmativas na realidade da UNESP, materializa um avanço significativo para toda comunidade educacional, representando (ainda que de modo inconcluso) os suspiros da democracia no acesso da Educação Superior Pública brasileira, certamente de forma inicial e incompleta.

Contudo, conforme problematizado no segundo capítulo, esse processo não está isento das diversas formas de precarização e deficiências de ordem política, econômica e estrutural que afetam o sistema educacional brasileiro. Essas precarizações - presentes também na realidade institucional da UNESP, repercutem nas condições laborais/trabalho das assistentes sociais que atuam na assistência estudantil, representados enquanto tendências desafiadoras a "subordinação dos processos de alienação, restrição de sua autonomia técnica e intensificação do trabalho a que estão sujeitos os trabalhadores assalariados em seu conjunto" (Raichelis, 2011, p. 751) - fenômenos que serão discutidos no subtópico a seguir.

Com o intuito robustecer as discussões sobre as tendências e desafios presentes no trabalho desenvolvido pelas assistentes sociais na AE da UNESP, o propósito desta etapa da pesquisa é analisar as especificidades das condições laborais das assistentes sociais, utilizando a metodologia da pesquisa de campo de abordagem qualitativa realizada com as 09 participantes supracitadas, integrado às análises dos dados compilados, das apreensões teóricas acumuladas pela pesquisadora e embasado nas pesquisas bibliográficas e documentais realizadas no decorrer da elaboração deste estudo.

Isto posto, para iniciar as análises sobre as condições de trabalho das assistentes sociais no setor da AE da UNESP, foi solicitado na pesquisa de campo a questão discursiva sobre: “A quantidade de assistentes sociais contratados/as no campus que atua na AE e suficiência deste quadro profissional no atendimento das demandas estudantis relacionadas à permanência estudantil”. Na referida questão, a pesquisa de campo obteve as seguintes informações:

Gráfico 8 - Quantidade de assistentes sociais contratados/as no campus que atua na AE e suficiência deste quadro profissional no atendimento das demandas estudantis relacionadas à permanência estudantil



Fonte: Dado elaborado pela autora com base na pesquisa de campo realizada com Assistentes Sociais que atuam na AE da UNESP

Conforme os resultados obtidos na presente etapa da pesquisa, numa escala crescente de número de assistentes sociais contratadas para atuarem exclusivamente, no setor da AE constatou-se as seguintes realidades: em 1 (um) campus (11,1%) não possui (0) AS; em 5 (cinco) campus (55,6%) possui 1 (uma) AS; em 2 (dois) campus (22,2%) possui 2 (duas) AS; em 1 (um) campus (11,1%) possui 3 (três) AS.

Já no tocante a suficiência deste número para o atendimento das demandas relacionadas a AE, constatou-se que: 4 (quatro) AS (44,4%) participantes da pesquisa não responderam sobre a questão da suficiência; 5 (cinco) AS (55,6%) participantes da pesquisa responderam que a quantidade de profissionais é insuficiente; e nenhuma AS (0%) participantes da pesquisa responderam que a quantidade de AS é suficiente.

Não temos nenhum profissional específico da Permanência Estudantil, os profissionais que atuam com este segmento atuam também em outros segmentos da Unidade (AS 3). Apenas uma, insuficiente para a demanda (AS 7).

De acordo com as informações compiladas nesta etapa da pesquisa de campo, é possível afirmar que a quantidade de profissionais que desempenham funções no contexto da AE na UNESP - mesmo após as contratações já efetuadas conforme descritas no Relatório COPE 2022, ainda não é suficiente, portanto, há uma necessidade premente ampliar o quadro de assistentes sociais para serem distribuídos nos diversos campus da UNESP.

Essa necessidade se torna mais latente quando se analisam as crescentes demandas inerentes à permanência estudantil, sobretudo ao considerar o cumprimento dos objetivos delineados pelo PNAES/PNAEST e a implementação do Sistema de Reserva de Vagas e políticas de ações afirmativas na universidade - conforme debatidos no capítulo anterior. Ao examinarmos a escala das atividades institucionais que compõe o trabalho na AE e o atual quadro de assistentes sociais na UNESP, é possível inferir que há uma sobrecarga de trabalho imposta a esse profissional, dada a insuficiência de recursos humanos para lidar com o grande contingente de discentes.

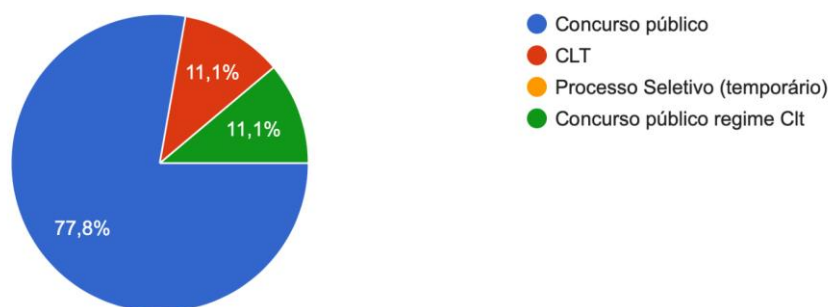
Nesse contexto, destacamos ainda que há uma carência de profissionais (servidores técnicos administrativos) para desempenharem atividades de cunho técnico e administrativo relacionados à AE. Isso inclui tarefas como a sistematização dos editais dos processos seletivos para bolsas e auxílios; organização de documentações; publicação de resultados; e outras responsabilidades que, embora não sejam atividades privativas do serviço social, acabam acompanhando no conjunto de tarefas desempenhadas pelas assistentes sociais devido à falta de um corpo administrativo para conduzi-las.

Na sequência, a pesquisa de campo, ainda no eixo condições de trabalho, averiguou sobre a *forma de contratação* na instituição e *jornada de trabalho* das assistentes sociais que atuam na AE da UNESP. Segue os resultados:

Gráfico 9 - Condições de trabalho: Forma de contratação

Eixo 2 - CONDIÇÕES DE TRABALHO: Forma de contratação na instituição

9 respostas



Fonte: Dado elaborado pela autora com base na pesquisa de campo realizada com Assistentes Sociais que atuam na AE da UNESP

Gráfico 10 - Jornada de trabalho das Assistentes Sociais na instituição

A jornada de trabalho na instituição é de:

9 respostas



Fonte: Dado elaborado pela autora com base na pesquisa de campo realizada com Assistentes Sociais que atuam na AE da UNESP

Com base nas informações coletadas na pesquisa de campo, na atual conjuntura (2023), as assistentes sociais que desempenham suas funções no âmbito da assistência/permanência estudantil são contratadas nas seguintes condições: 7 AS (77,8%) responderam que são contratadas pelo regime estatutário; 1 AS (11,1%) respondeu que é contratada por intermédio de concurso público regime CLT; e 1 AS (11,1%) respondeu que é contratada por intermédio do regime CLT. Portanto, a maioria das assistentes sociais participantes da pesquisa foram contratados pelo regime estatutário.

No que tange à jornada de trabalho na instituição, constatamos que por unanimidade, ou seja, 09 AS (100%), responderam que a jornada de trabalho na AE da UNESP compõe 30 horas semanais.

Com base na realidade apresentada, é pertinente pontuar a conquista da jornada de trabalho de 30 horas semanais, enquanto vitória alcançada com grande esforço empreitado pela categoria e formalizada por meio da Lei nº 12.317/2010. Devido ao reconhecimento da complexidade do trabalho exercido pelo Assistente Social somado ao fortalecimento da identidade profissional, foi possível conquistar esta prerrogativa nos direitos trabalhistas (CFESS/2011).

Contudo, embora as participantes da pesquisa de campo tenham apresentado nas respostas o cumprimento dessa carga horária, é importante considerar a crescente implementação de modelos de gestão empresarial nas instituições e ampliação do “trabalho morto”⁷⁹ (Raichelis, 2011), enquanto tendência inerente ao processo de empresariamento das instituições de Ensino Superior, conforme já abordado neste trabalho.

Essa tendência, que se tornou realidade tanto no setor público quanto no privado - e certamente acompanhou a realidade da UNESP, revelam que independente da condição de trabalho das assistentes sociais, averigua-se a intensificação do trabalho morto associado à incorporação de recursos tecnológicos, como exemplo o *WhatsApp*, *Google Meet* e redes sociais em geral, que inicialmente, foram instrumentos de comunicação úteis e obrigatórios no contexto da pandemia da Covid-19 e por efeito, acabou também condicionando papel inegável na intensificação e precarização do trabalho.

Essas ferramentas não apenas facilitam a comunicação no trabalho, mas também servem como mecanismos de controle e fiscalização, permitindo o acompanhamento e a mensuração da produtividade das assistentes sociais em seu cotidiano profissional, inclusive, para tornar viável a delegação demais atividades. Consequentemente, o aumento de funções resulta em sobrecarga, intensificação e precarização do trabalho, impactando na saúde física e emocional das assistentes sociais, assim como afeta a qualidade e o desempenho das atividades profissionais (Raichelis, 2011). Não estamos afirmando que isso ocorreu na instituição UNESP, mas tem sido uma tendência do mercado de trabalho.

Esse conjunto de fenômenos, que não se restringem ao serviço social, afeta a totalidade da classe trabalhadora que desprende da força de trabalho em troca do salário. Nesse sentido, a subjetividade dos trabalhadores é veemente capturada ao estarem imersos no sistema

⁷⁹ Termo empregado pelo autor Marx (2013) para referir-se ao trabalho efetuado por máquinas.

organizacional do trabalho capitalista, e por isto, não estão alheios aos fenômenos da precarização (Navarro; Padilha, 2007).

Outro aspecto relevante que merece discussão está relacionado à dinâmica da equipe de assistentes sociais, que, como em qualquer instituição, está sujeita a mudanças no quadro profissional. Essa dinâmica se manifesta nas alterações no quadro de profissionais devido a novas contratações, aposentadorias, transferências, exonerações, substituições, mas também nas contratações CLT e temporárias destinada aos processos seletivos da assistência estudantil.

Embora seja aspectos naturais, inerentes da dinâmica institucional e profissional, quando ocorre contratações que não asseguram a estabilidade profissional (contratações por intermédio do regime CLT e temporários conforme identificados na pesquisa e no Relatório COPE UNESP 2022), as repercussões negativas associadas a essas formas de contratações afetam a elaboração de projetos; vínculos institucionais; profissionais e com os/as discentes no atendimento da permanência estudantil.

Essa conjuntura, pode afetar também a organização e o desenvolvimento do trabalho coletivo, pois, a rotatividade de profissionais dificulta as possibilidades de sistematização, definição de projetos e objetivos que requerem um trabalho em conjunto a longo prazo, alinhado no acompanhamento contínuo das atividades e avaliações periódicas (Raichelis, 2011).

Considerando a tendência identificada – elaborada com base em referências bibliográfica sobre esta temática, podemos fazer algumas inferências e probabilidades que esta dinâmica também ocorre na UNESP.

Ainda no que se refere ao eixo condições de trabalho, incluímos a solicitação de informações sobre *a média de discentes atendidas pelas assistentes sociais na AE da UNESP; e se os recursos (serviços, bolsas e auxílios) destinados para o desenvolvimento das ações de permanência estudantil contempla integralmente as solicitações.*

Mediante as perguntas discursivas, numa escala crescente de discentes atendidos pelas assistentes sociais no setor da AE por campus universitário, constata-se a multiplicidade de resultados do público que solicitam ações de permanência estudantil, conforme segue: 1) 80 discentes; 2) 125 discentes; 3) 500 discentes; 4) 600 discentes; 5) 700 discentes; 6) 1.000 discentes; 7) 1.600 discentes; 8) 2.500 discentes e 9) 3.500 discentes.

Uma das motivações plausíveis que justificam a multiplicidade de resultados inerente a quantidade de público que busca ações de assistência/permanência estudantil reside na diversidade da infraestrutura física, geográfica e orçamentária que caracteriza as unidades da UNESP. Essa diversidade resulta na variação da quantidade total de discentes, cursos

oferecidos, renda per capita/discente e localização geográfica, fatores estes que culminam em diferentes níveis de solicitação pelos recursos da permanência estudantil.

Nesse contexto, é crucial refletir sobre o processo de expansão da UNESP; a implementação gradual de ações afirmativas; a inserção gradativa de assistentes sociais, assim como a ampliação dos recursos destinados à permanência estudantil na universidade. Esse processo, que tem contribuído para avanços significativos em direção ao acesso/permanência universitária da população historicamente excluída desse espaço, também apresenta no contexto atual, contrastes e desafios nas dinâmicas do ambiente universitário que intensificam a demanda e público que solicitam por permanência material e simbólica na universidade.

No tocante a *suficiência dos recursos disponíveis destinados à permanência estudantil*, a questão discursiva apresenta, numa escala decrescente, o seguinte panorama: 6 (seis) assistentes sociais (66,7%) responderam que os recursos da permanência estudantil contemplam integralmente as demandas; 2 (duas) assistentes sociais (22,2%) responderam que os recursos da permanência estudantil são insuficientes as demandas; e 1 (uma) assistente social (11,1%) não quis responder.

Portanto, observa-se que, predominantemente (66,7%) a afirmação da *suficiência* dos recursos destinados às ações de assistência estudantil, revelando, portanto, condições instrumentais de trabalho profícuas para as assistentes sociais desempenharem suas funções nos aspectos materiais da permanência estudantil.

O fato de haver recursos suficientes certamente decorre do empenho e trabalho desenvolvido pelas assistentes sociais, em colaboração com o Movimento Estudantil (ME) e a Comissão Local de Permanência Estudantil (CLPE) para a ampliação da assistência estudantil na UNESP, que contou com o apoio significativo da Coordenadoria de Permanência Estudantil (COPE) e Comissão Permanente de Permanência Estudantil (CPPE).

Embora as ações de permanência estudantil ultrapassem a dimensão financeira, abrangendo aspectos imateriais conforme discutido anteriormente neste trabalho, é importante considerar esses recursos como elementos integrantes e que compõe o fortalecimento da permanência dos discentes nas IE. Nesse sentido, a realidade da *suficiência* desses recursos no campus universitário é fator substancial para garantir as condições adequadas de trabalho para as assistentes sociais efetivarem os propósitos da permanência estudantil, especificamente no que diz respeito aos *aspectos materiais*.

No entanto, se faz necessário discutir que essa realidade não se apresenta de forma uniforme na conjuntura das unidades universitárias que compõem a UNESP. Com base na afirmação da *insuficiência* de recursos disponíveis no campus (22,2%) o dado revela a

disparidade na distribuição de recursos entre as unidades de ensino, revelando nos resultados tanto a suficiência quanto a carência de recursos destinados à permanência estudantil, demonstrando diferenças significativas em cada campus.

Essa disparidade, não apenas dificulta a permanência material dos/as discentes que demandam os recursos da assistência estudantil, mas também impacta significativamente nas condições laborais/trabalho das assistentes sociais. Diante desta realidade, as respostas obtidas destacam a urgência da necessidade de padronizar a qualidade, infraestrutura e recursos ofertados pela assistência estudantil na UNESP. Essa padronização é essencial para que todas as unidades de ensino possam oferecer condições adequadas de trabalho às assistentes sociais, na consolidação de modo qualitativo e integral a permanência material dos/as discentes matriculados na UNESP.

No anseio de explorar as particularidades que caracterizam o trabalho das assistentes sociais na assistência estudantil da UNESP, a pesquisadora adotou a pesquisa de campo que permitiu identificar elementos e fenômenos presentes nas dinâmicas específicas desta realidade institucional e profissional, além de formular uma fundamentação teórica que fornece uma base sólida para a análise crítica e dialética dos dados coletados.

A seguir, sintonizado aos objetivos delineados neste capítulo, será abordado o próximo eixo da pesquisa que consiste em apresentar as particularidades do trabalho profissional e a sua autonomia relativa no contexto da AE na UNESP, construído com base nas informações compiladas na pesquisa de campo subsidiadas pelas participantes da pesquisa.

3.3.5 Trabalho do Assistente Social na Assistência Estudantil

Para iniciar as discussões da referida temática, solicitamos por intermédio da pesquisa de campo de abordagem qualitativa, *a definição dos principais objetivos do trabalho do/a assistente social na AE*.

Com base nos dados obtidos nesta fase da pesquisa, coletados por meio da análise da questão discursiva, observa-se que 4 assistentes sociais (44,4%) identificam, como principais objetivos do trabalho profissional na assistência estudantil, *a promoção e fortalecimento da permanência estudantil*, igualmente com as respostas de outras 4 assistentes sociais (44,4%) que descreveram como principais objetivos profissional *a realização e acompanhamento do processo seletivo de auxílios socioeconômicos*, conforme exemplo abaixo:

O trabalho profissional direciona suas intervenções para o fortalecimento da permanência estudantil na instituição (AS 7). Realização do processo seletivo dos alunos; Acompanhamento de casos considerados mais graves (AS 2).

Por último, destacamos o depoimento de uma das assistentes sociais (11,1%) que compreende os objetivos do trabalho do AS no contexto da AE *na perspectiva ampliada e multidimensional*.

Entendo a assistência estudantil como um eixo do campo de saberes e práticas da Permanência Estudantil. Em específico entendendo que a assistência estudantil tem a prerrogativa de subsidiar acesso e condições para a diplomação estudantil no âmbito das condições de vida, assegurando direitos sociais e proteção básica, na universidade e em cada município, na minimização e enfrentamento da vulnerabilidade social em suas múltiplas expressões. Cabe ainda a assistência estudantil estudar os perfis, qualificar análise dos temas de etnia, raça e pertencimento na universidade, efetivar o controle social pela participação comunitária e política, fomentar nas demais áreas da universidade os atravessamentos sociais inerentes a instituição (no ensino-aprendizagem, na saúde comunitária, diversidades, cultura da paz, dentre outros). Por sua vez, entendo a permanência estudantil como um campo em construção, comungado pelas diferentes áreas do saber e das políticas sociais, que associadas, fomentam o alcance dos objetivos do ensino superior ao país. Portanto não só relacionados a vulnerabilidade social, mas extensivas as condições de ensino, inclusão, saúde, cidadania, diplomação, carreira, sustentabilidade, extensão e cultura, voltada a todos os estudantes e diferentes atores, incluindo os segmentos externos, enfim, um campo complexo onde a assistência estudantil é um importante eixo, mas não o campo total (AS 9).

Ao analisar as respostas coletadas, constata-se que os objetivos profissionais com maiores percentuais (44,4%) identificada pelos eixos *promoção e fortalecimento da permanência estudantil*, bem como a *realização e acompanhamento do processo seletivo de auxílios socioeconômicos*, encontram respaldo em documentos normativos, como o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e nas diretrizes estabelecidas pela Resolução UNESP⁸⁰. Os respectivos documentos delineiam os seguintes critérios:

Art. 1º O Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, executado no âmbito do Ministério da Educação, tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal. Art. 2º São objetivos do PNAES: I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (Brasil, 2010).

No tocante a Resolução UNESP:

Parágrafo único – É competência exclusiva do profissional do Serviço Social a classificação das condições de vulnerabilidade socioeconômica nas categorias extrema vulnerabilidade, alta vulnerabilidade e vulnerabilidade socioeconômica, a que se refere esta Resolução (UNESP, 2023).

⁸⁰ O documento em referência trata-se da vigente Resolução UNESP nº33, de 09 de março de 2023 – Estabelece normas para a concessão de Auxílios de Permanência Estudantil na Graduação e Colégios Técnicos. Disponível documento integral na “Apêndice A”, p. 241.

Numa perspectiva analítica dos dados obtidos, é possível identificar, conforme corroboramos com a perspectiva de Prada (2015), que a atuação das assistentes sociais no contexto da assistência estudantil na universidade é permeada pela contradição capital x trabalho, constituindo-se como elemento integrante das dinâmicas presentes tanto intra quanto extra institucional. Os efeitos resultantes dessa interação, contribuem para a intensificação das manifestações da questão social no ambiente universitário, e no mesmo processo, no aumento da requisição desta categoria profissional para intervir nesta realidade, fator que viabiliza possibilidades, mas também impõe limites e desafios decorrentes às questões institucionais que determinam as condições laborais das assistentes sociais (Prada, 2015).

Ademais, é primordial incorporar às reflexões que a inserção do Serviço Social neste universo, e, portanto, a atuação das assistentes sociais no contexto da assistência estudantil na UNESP, encontra-se imersa numa realidade vigorosamente impactada pelo deficitário sistema educacional brasileiro e atravessada por desigualdades socioeducacionais, sendo as assistentes sociais uma das profissionais requisitadas para intervir na permanência estudantil, orientadas a atuarem na consecução dos objetivos propostos pela categoria profissional (Código de Ética do Serviço Social e Documento Subsídios para atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação) e documentos normativos relacionados à AE (PNAES e Resolução UNESP).

Nesse mote, mesmo diante dos desafios e contradições que são presentes, é possível afirmar que parte significativa dos objetivos delineados pelas profissionais (sintonizados com a direção ético-político do Serviço Social, bem como nas metas/critérios estabelecidos pela instituição empregadora e referidos documentos) se concretizam, embora esse processo não esteja isento de enfrentamentos e construções coletivas que legitimaram conquistas às possibilidades de atuação do Serviço Social na UNESP. Entretanto, o desafio profissional no contexto atual consiste em ampliar a concepção de permanência/assistência estudantil para além da *assistencialização/bolsificação*, compreendendo-a como um campo multidimensional que demanda ações intersetoriais e multiprofissionais (conforme descrito na resposta da AS 9)⁸¹.

A pergunta em evidência foi formulada com o propósito de desvelar as definições e concepções de assistência/permanência estudantil desenvolvidas pelas profissionais. A coleta de dados visou compilar os resultados obtidos para embasar as análises sobre a viabilidade desses objetivos.

Na sequência, foi solicitado sobre *as principais requisições para o/a assistente social*. Com base nos dados obtidos nesta fase da pesquisa, subsidiada por meio das respostas

⁸¹ Relato profissional localizado na página 183.

elaboradas pelas participantes, observa-se numa escala decrescente que: 8 assistentes sociais (88,9%) assinalaram que as principais requisições profissionais estão relacionadas às solicitações de auxílios socioeconômicos, conforme explicito no depoimento abaixo:

*Atuação junto a moradia estudantil: colaboração em ações educativas, **elaboração do processo seletivo, entrevistas sociais**, avaliação, atendimentos individuais, atuação junto a seção de saúde em casos de violência e demandas de saúde mental, empréstimos de materiais para as clínicas (materiais da (identificação do curso) são caros e a unidade empresta alguns), atuação em projetos de permanência estudantil através dos editais (AS 2).*

Destacamos ainda que 5 assistentes sociais (55,6%) assinalaram que as principais requisições profissionais estão relacionadas às demandas da saúde mental, exemplificamos no fragmento da fala da assistente social:

*Orientações referentes ao processo seletivo de AE, preconceitos em geral (também contra pessoa idosa), questões de adaptação na cidade universitária e **questões de saúde mental** (AS 7).*

Completando, identificamos 3 assistentes sociais (33,3%) que realçam como as principais requisições profissionais às demandas da moradia estudantil, de acordo com o que segue:

*Demanda de auxílio fora do período do processo seletivo; demandas na área acadêmica e **conflitos relacionais na moradia estudantil** (AS 4).*

Sintetizando o exposto nos eixos previamente apresentados, a saber: 1) solicitações de auxílios socioeconômicos; 2) demandas relacionadas à saúde mental; e 3) demandas relacionadas à moradia estudantil, foram segmentados com a finalidade de facilitar a identificação das principais requisições mencionadas pelas assistentes sociais e analisar sua frequência. Nesse sentido, tornou-se possível constatar que as demandas vinculadas às solicitações de auxílios socioeconômicos predominam nas falas das participantes da pesquisa, representando 88,9% (assinalado por 8 participantes da pesquisa); seguidas pelas demandas relacionadas à saúde mental, com 55,6% (assinalado por 5 participantes da pesquisa); e, por último, as demandas associadas à moradia estudantil, com 33,3% (assinalado por 3 participantes da pesquisa).

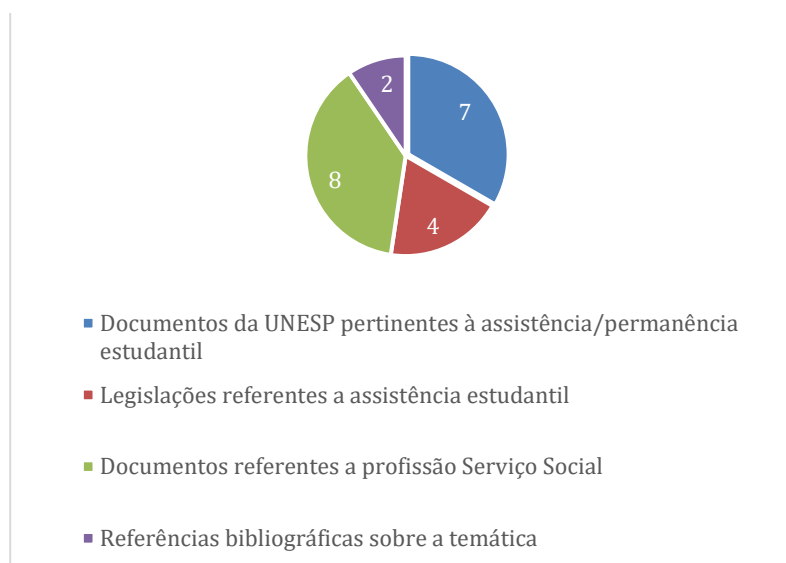
Entretanto, é crucial esclarecer que, salvo à exceção de uma (1) participante da pesquisa (11,1%), que assinalou somente a demanda relacionada aos “*Auxílios Socioeconômicos*” (AS 1), é possível inferir que para as demais participantes (88,9%) as requisições impostas às assistentes sociais na AE na UNESP extrapolam as demandas relacionadas aos auxílios socioeconômicos. Isso se evidencia por exemplo, nas falas da AS 2, AS7 e AS4 (conforme

apresentado anteriormente nas contribuições das participantes), as quais, além de abordarem a questão da intervenção no processo seletivo, englobam outras dimensões, como ações socioeducativas, enfrentamento de preconceitos, demandas na esfera acadêmica, entre outros.

Com base nas informações subsidiadas pelas participantes da pesquisa, as principais requisições apresentadas para as assistentes sociais alocadas no setor da AE da UNESP compõem: atuação junto a moradia estudantil; colaboração em ações educativas; entrevista/parecer social; avaliação; atendimentos individuais; atuação junto a seção de saúde em casos de violência; demandas de saúde mental; solicitação de materiais; atuação em projetos de permanência estudantil através dos editais; atendimento social na área acadêmica; questões relacionadas ao uso abusivo de álcool e/ou drogas; adaptabilidade na cidade universitária; acolhimento; acessibilidade e inclusão; articulação de Políticas Públicas do território; atuação articulado ao observatório das Vivências Estudantis; demandas relacionadas a preconceitos em geral, inclusão, diversidade e direitos humanos; e atuação em conjunto com Pesquisas Aplicadas e Núcleos locais.

Para iniciar outra análise e desvelar elementos sobre a temática proposta no presente eixo, foi solicitado no formulário da pesquisa *identificar as principais referências teóricas utilizadas pelas assistentes sociais que atuam na AE da UNESP*. Nesta etapa da investigação, obtivemos as seguintes informações que foram compiladas no gráfico:

Gráfico 11 - Principais referências teóricas utilizadas pelas assistentes sociais que atuam na AE da UNESP



Fonte: Dado elaborado pela autora com base na pesquisa de campo realizada com Assistentes Sociais que atuam na AE da UNESP

De acordo com as informações compiladas no respectivo eixo, podemos inferir numa escala decrescente, a identificação das seguintes referências teóricas utilizadas pelas assistentes sociais para desenvolverem o trabalho na AE na UNESP: 1) 8 (oito) AS (88,9%) utilizam documentos referentes a profissão Serviço Social; 2) 7 (sete) AS (77,8%) utilizam os documentos da UNESP pertinentes à assistência/permanência estudantil; 3) 4 (quatro) AS (44,4%) utilizam como referência legislações referentes a assistência estudantil; e 4) 2 (duas) AS (22,2%) utilizam de referências bibliográficas sobre a temática.

Conforme evidenciado pelos resultados da pesquisa, as profissionais orientam suas atividades de forma estratégica, embasadas em referenciais teóricos/bibliográficos e normativos estabelecidos pelo documento institucional; documentos federais (especificamente o PNAES, Código de Ética do AS e Estatutos) e documentos do Conjunto CFESS/CRESS.

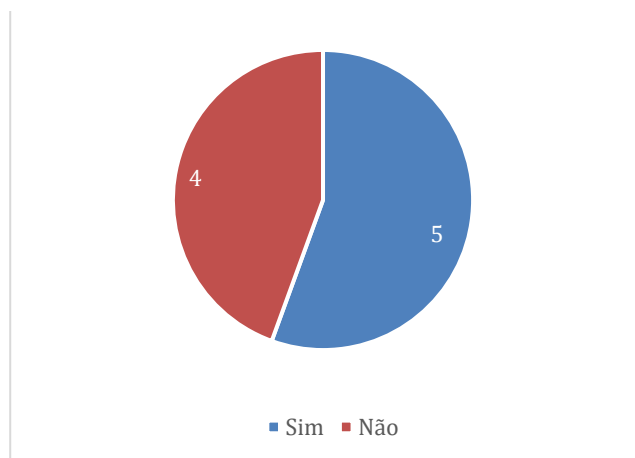
*Principais referenciais teóricos utilizados: Código de Ética do Assistente Social; Lei de regulamentação da Profissão; Parâmetros para atuação do Assistente Social na Educação; PNAS 2010; Portarias e Decretos emitidos pela própria instituição dentre outros (AS 7). Documentos do Conjunto CFESS/CRESS, tais como: CFESS. Resolução CFESS no. 493, de 21 de agosto de 2006. Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social; CFESS. Resolução nº 273, de 16 de junho de 1993; CFESS. Resolução CFESS no. 556, de 15 de setembro de 2009. Além do mais, utilizo como referência a **Regulamentação da Profissão de Assistente Social; Leis e Estatutos dispostos na CF 1988 (AS 8).***

Na análise dos resultados obtidos, verifica-se uma incidência preponderante na utilização de documentos relacionados à profissão Serviço Social (88,9%), contrastando com uma incidência menor no emprego de referências bibliográficas sobre a temática (22,2%). Este padrão reflete nas motivações das profissionais em buscar formação permanente em Serviço Social, destacando-se como um componente imperativo para buscar uma intervenção profissional alinhada aos princípios e documentos originários da categoria.

No que concerne à ínfima utilização de referenciais teóricos relacionados à assistência estudantil (22,2%), uma das hipóteses é a ausência de produções bibliográficas ou científicas específicas que abordem a assistência/permanência estudantil na UNESP, conforme discutido anteriormente, fator que pode estar relacionado às causas da subutilização desse tipo de referencial enquanto orientador para o exercício profissional no contexto de atuação.

Já no tocante à pergunta sobre a *existência de um plano de intervenção profissional do Serviço Social*, obtivemos o seguinte panorama:

Gráfico 12 - Existência de um Plano de Intervenção profissional do Serviço Social no setor da AE



Fonte: Dado elaborado pela autora com base na pesquisa de campo realizada com Assistentes Sociais que atuam na AE da UNESP

De acordo com os resultados auferidos pela referida pergunta, podemos constatar que: 5 (cinco) AS (55,6%) confirmaram a existência de um plano de intervenção profissional do serviço social e 4 (quatro) AS (44,4%) negaram a existência de um plano de intervenção profissional do serviço social.

Para a Permanência Estudantil não (AS 3). Não existe. Por necessidade de um profissional exclusivo para permanência (AS 6).

De acordo com essas informações podemos inferir que há uma ausência e/ou a inutilização desse referencial no desenvolvimento do trabalho das AS no contexto da AE na UNESP para a elaboração de objetivos, metas e estratégias concernentes à permanência estudantil e serviço social na instituição, levando em consideração as particularidades da atuação profissional na universidade, situação que pode impactar no trabalho desenvolvido pelas assistentes sociais.

O Plano de Intervenção profissional exclusivo do Serviço Social desempenha papel crucial na gestão e direcionamento das atividades profissionais, levando em consideração as particularidades do ambiente de atuação das assistentes sociais.

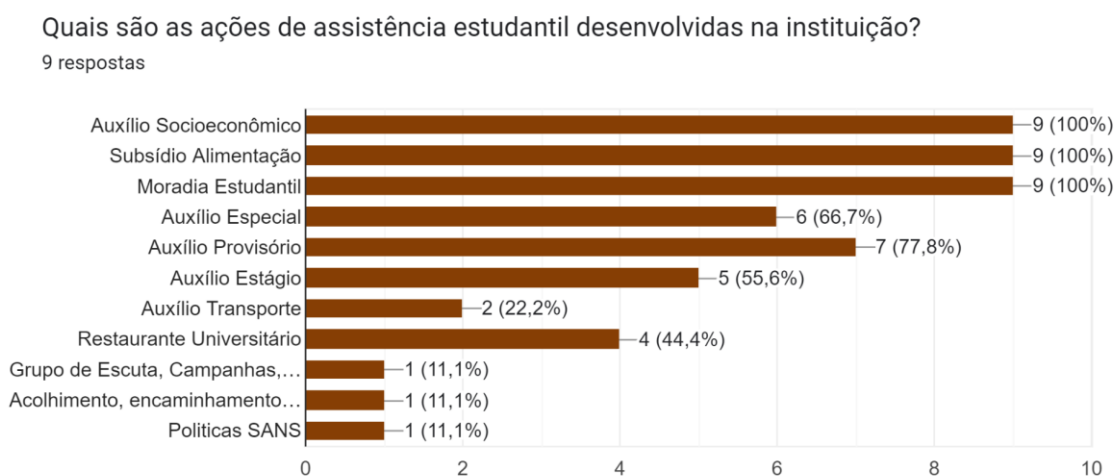
A elaboração de um projeto de intervenção profissional consiste na materialização de um trabalho. Faz parte de uma intervenção que prima pela dimensão investigativa para contribuir na compreensão das condições de vida, de trabalho e de educação e requer a adoção de procedimentos sistemáticos previamente pensados de apreensão da

realidade social para além da empiria e sua aparência, constando do projeto de intervenção profissional (CFESS, 2013 *apud* Prada, 2017, p. 319).

A construção desse instrumental possibilita a integração das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa no desenvolvimento do trabalho profissional, atentando para os limites e possibilidades concretas presentes na realidade institucional da UNESP, com foco no trabalho coletivo desenvolvido na esfera da assistência estudantil. Nesse contexto, a ausência ou subutilização desse instrumental representa um aspecto desfavorável para o progresso do trabalho profissional, pois compromete a visibilidade e identificação do trabalho desenvolvido (Salvador, 2013).

Outro elemento explorado na pesquisa de campo trata-se das *ações de AE desenvolvidas na instituição*. Neste campo, obtivemos os seguintes resultados:

Gráfico 13 - Ações de assistência estudantil desenvolvidas na instituição



Fonte: Dado elaborado pela autora com base na pesquisa de campo realizada com Assistentes Sociais que atuam na AE da UNESP

No panorama quantitativo da questão solicitada, obtivemos os seguintes resultados: 9 AS (100%) assinalaram que as ações de AE desenvolvidas na instituição compõe Auxílio Socioeconômico, Subsídio Alimentação e Moradia Estudantil; portanto, constatamos que essas atividades estão presentes em todas as instituições (100%).

Na sequência, 7 AS (77,8%) destacam que as ações de AE desenvolvidas na instituição são compostas por: Auxílio Provisório; 6 AS (66,7%) assinalaram que as ações de AE desenvolvidas na instituição compõe o Auxílio Especial; 5 AS (55,6%) assinalaram que as ações de AE desenvolvidas na instituição compõe o Auxílio Estágio; 4 AS (44,4%) assinalaram que

as ações de AE desenvolvidas na instituição compõe o Restaurante Universitário; 2 AS (22,2%) assinalaram que as ações de AE desenvolvidas na instituição compõe o Auxílio Transporte.

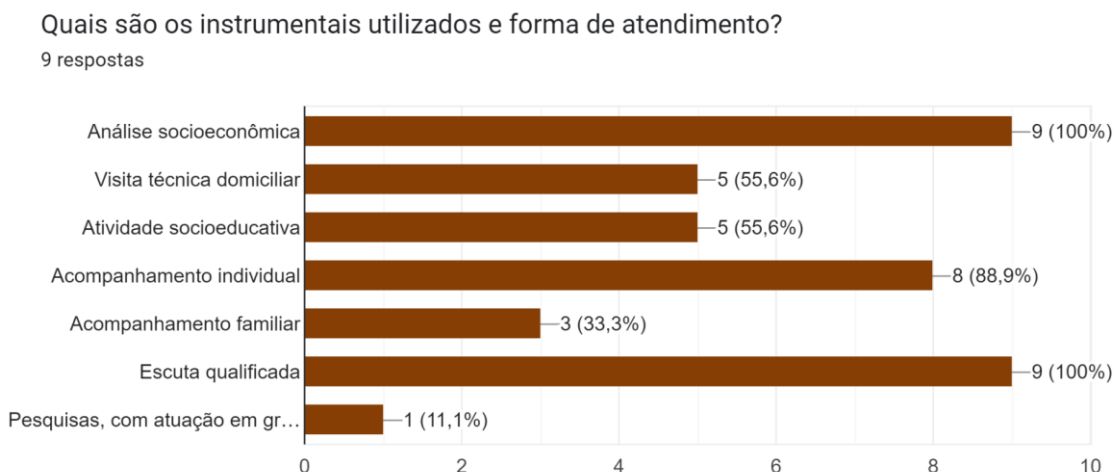
Nas falas qualitativas, obtivemos o retorno de 3 respostas discursivas desenvolvidas pelas participantes da pesquisa (3 AS, ou seja, 33,3%). Nestas respostas, 1 AS (11,1%) descreveu em “outros” o desenvolvimento de: **“Grupo de Escuta, Campanhas, Organização dos Alunos para Participação Coletiva nos Espaços de Decisão, Construção de fluxos com Alunos e DA para Casos de Violência”** (AS 2).

1 AS (11,1%) descreveu em “outros” o desenvolvimento de: **“Acolhimento, encaminhamentos diversos para outros serviços dentro e fora da Universidade, acompanhamento de alunos nas questões relacionadas a saúde mental: reuniões com Caps e Hospitais psiquiátricos e outros”** (AS 7). E, por fim, 1 AS (11,1%) descreveu em “outros” o desenvolvimento de: **“Políticas SANS”** (AS 9).

Em uma síntese geral dos resultados coletados, as ações de AE desenvolvidas na instituição compõe a seguinte realidade: o desenvolvimento de Auxílio Socioeconômico, Subsídio Alimentação e Moradia Estudantil (100%); Auxílio Provisório (77,8%); Auxílio Especial (66,7%); Auxílio Estágio (55,6%); Restaurante Universitário (44,4%); Auxílio Transporte (22,2%), consubstanciando ações relacionadas as demandas materiais dos estudantes. Identificamos também as seguintes ações sendo: Grupo de Escuta, Campanhas, Organização dos Alunos para Participação Coletiva nos Espaços de Decisão, Construção de fluxos com Alunos e DA para Casos de Violência (11,1%); Acolhimento, encaminhamentos diversos para outros serviços dentro e fora da Universidade, acompanhamento de alunos nas questões relacionadas a saúde mental, reuniões com Caps e Hospitais psiquiátricos (11,1%); Políticas SANS (11,1%). Contudo, observamos que quantitativamente a realização de ações para além dos auxílios materiais são mais restritas. Tal fato pode ser analisado a partir das condições de trabalho das profissionais, principalmente a desproporcionalidade entre o quantitativo de assistentes sociais existentes em cada Unidade de Ensino e de assistentes sociais que atuam na área da permanência estudantil.

Essa confirmação demonstra o quanto é importante empreender esforços para implementar a permanência/assistência estudantil a partir da sua concepção ampliada, ou seja, que vai além da providência de recursos materiais e restritos a estudantes que estão classificados como provenientes de famílias com vulnerabilidade econômica.

Já no tocante aos *instrumentais utilizados no processo de trabalho das assistentes sociais na AE*, a pesquisa revelou o seguinte panorama:

Gráfico 14 - Instrumentais utilizados e forma de atendimento

Fonte: Dado elaborado pela autora com base na pesquisa de campo realizada com Assistentes Sociais que atuam na AE da UNESP

No panorama quantitativo da questão solicitada, obtivemos os seguintes resultados: 9 AS (100%) indicaram o desenvolvimento da Análise Socioeconômica e Escuta Qualificada, portanto, constatamos que essas atividades estão presentes em todas as instituições (100%).

Na sequência, 8 AS (88,9%) indicaram o desenvolvimento do Acompanhamento Individual; 5 AS (55,6%) indicaram o desenvolvimento de Atividade Socioeducativa e Visita técnica domiciliar; e 3 AS (33,3%) indicaram o desenvolvimento do Acompanhamento Familiar.

Nas falas qualitativas, obtivemos o retorno de 1 resposta discursiva desenvolvida pela participante da pesquisa (1 AS, ou seja, 11,1%). Nesta resposta, a participante descreveu em “outros” o desenvolvimento de: ***“Pesquisas, com atuação em grupos do CNPQ, participação em programas de extensão, conselhos municipais, dentre outros”*** (AS 8).

Em uma síntese geral dos resultados coletados, os instrumentais utilizados e forma de atendimento na instituição compõe a seguinte realidade: Análise Socioeconômica e Escuta Qualificada (100%); Acompanhamento Individual (88,9%); Atividade Socioeducativa e Visita técnica domiciliar (55,6%); Acompanhamento Familiar (33,3%); desenvolvimento de Pesquisas, com atuação em grupos do CNPQ, participação em programas de extensão, conselhos municipais (11,1%).

Com base nos resultados obtidos nesta fase da pesquisa de campo, infere-se que as ações preponderantes desempenhadas pelas assistentes sociais que exercem funções na AE na UNESP são diversas. Essa diversidade se justifica pelas particularidades inerentes à realidade

institucional; à infraestrutura universitária de cada campus e o desconhecimento (ou inexistência) de um Plano de Intervenção específico do Serviço Social na AE formalizado em todos os campi.

Ademais, conforme evidenciado nos resultados relativos à existência do plano de intervenção do serviço social; ações realizadas na assistência estudantil; e aos instrumentais empregados, constata-se a ausência de uniformidade tanto nas ações desenvolvidas quanto nos instrumentais utilizados pelas profissionais em todos os campi. Essa realidade reflete também na pluralidade de ações/concepção de AE empreendidas pelas assistentes sociais justamente, por não haver a consolidação de Plano Interventivo específico do Serviço Social na AE da UNESP, conforme evidenciado nas 4 respostas (44,4%) das participantes da pesquisa de campo.

Já no tocante a *existência do procedimento de avaliação do trabalho realizado*, a pesquisa de campo obteve os seguintes resultados: 6 (seis) AS (66,7%) declararam não existir um procedimento de avaliação do trabalho realizado; e 3 (três) AS (33,3%) declarou existir o procedimento de avaliação do trabalho realizado, revelando neste resultado a importância da construção de um procedimento de avaliação do trabalho realizado pelas assistentes sociais na AE em toda UNESP.

Importante ressaltar, que a importância da construção do referido procedimento não se trata na concepção de avaliação com o propósito de quantificar, controlar e mensurar as atividades desenvolvidas pelas profissionais. A perspectiva de avaliação defendida por este trabalho trata-se portanto, da avaliação enquanto procedimento inerente da elaboração, execução e gestão das políticas sociais (por conseguinte das políticas educacionais como a AE) para analisar os resultados obtidos no desenvolvimento do trabalho do AS com a intencionalidade de otimizar as ações profissionais na direção dos propósitos do Projeto Ético-Político do Serviço Social e na consolidação do acesso e permanência estudantil nos processos de trabalho coletivo do/a assistente social na realidade institucional.

Para aprofundar a discussão sobre a atuação do assistente social na esfera da AE na Universidade Estadual Paulista (UNESP), é imperativo que façamos uma breve incursão conceitual sobre processos de trabalho coletivo e autonomia relativa no campo do Serviço Social. Nessa direção, é necessário resgatar algumas reflexões teóricas já desenvolvidas no primeiro capítulo deste trabalho para compreender e analisar o trabalho profissional da referida categoria à luz das transformações ocorridas no cenário laboral nas últimas décadas, enquadrando na dinâmica de reprodução das relações sociais. Portanto, é importante enfatizar a natureza do trabalho do assistente social enquanto *especialização do trabalho coletivo*, inserido na complexa e contraditória *divisão sociotécnica do trabalho* (Iamamoto, 2003).

Conforme discutido no primeiro capítulo da presente dissertação, o Serviço Social é profissão inserida no contexto da reprodução das relações sociais, sendo impactado pelas transformações societárias e culturais que emergem na dinâmica da vida social. Ademais, outro elemento fundamental para compreender as particularidades desta inserção do Serviço Social nos processos de trabalho da instituição empregadora é entendê-lo enquanto profissão que se desenvolve por meio da especialização do trabalho coletivo, que possui enquanto objeto de trabalho o enfrentamento das manifestações da questão social e também, contraditoriamente, possibilita a reprodução do capital. Esta dinâmica estabelece, por sua vez, uma relação intrínseca e indissociável entre a profissão e a realidade social (Iamamoto, 2003).

As transformações culturais, tecnológicas e ideológicas que acompanham as evoluções nos modos de produção e na gestão do trabalho coletivo no contexto do capitalismo financeiro monopolista têm impacto substancial nas dinâmicas sociais. Isso se reflete de forma significativa também nas políticas sociais, tanto em sua formulação, significado social e desenvolvimento (Iamamoto, 2003). Como já destacado em outros momentos neste trabalho, as políticas sociais revelam concretamente contradições, disputas e lutas de classes, pois servem simultaneamente aos interesses da classe dominante ao perpetuar a exploração da força de trabalho sobre a classe trabalhadora e na materialização de direitos sociais (ainda que de modo paliativo) historicamente negados à classe trabalhadora empobrecida, sendo a natureza das políticas educacionais não alheias à estas contradições (Behring; Boschetti, 2011).

De acordo com as concepções teóricas desenvolvidas por Yamamoto (2003), não se identifica um processo de trabalho singular e exclusivo do Serviço Social. O que se define com precisão é o *trabalho especializado* executado pelo assistente social, que por meio da formação caracteriza-se enquanto profissional dotado de atribuições e competências privativas que se desenvolvem em um contexto de *trabalho coletivo*. Portanto, o assistente social desempenha suas funções como um agente ativo, que determina a realidade e sofre determinações conjunturais, sendo plenamente envolvido na dinâmica do trabalho (Iamamoto, 2003).

Diante das particularidades históricas da profissão, o Serviço Social emerge enquanto profissão legitimada no contexto do desenvolvimento industrial no Brasil - assim como já discorrido no primeiro capítulo deste trabalho, sendo este movimento não espontâneo. Ademais, ainda que a inserção do trabalho do assistente social no trabalho coletivo adquire reconhecimento e identidade profissional, contudo, a *autonomia relativa* da categoria não se desenvolve de forma isolada e independente, ou seja, o assistente social não detém o controle absoluto sobre as ferramentas e recursos inerentes ao trabalho desenvolvido, de modo a não

exercer domínio integral por exemplo, nas diretrizes e disposições previstas em seu contrato de trabalho (Iamamoto, 2003).

Apesar desta condição enquanto trabalhador assalariado, é possível afirmar também que o assistente social, paradoxalmente, assume posicionamento que reflete em características de uma profissão liberal. Esse posicionamento é materializado nesta *autonomia relativa profissional*, fundamentadas em direcionamentos teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo historicamente construídos pela profissão, seja no sentido da possibilidade de reprodução do conservadorismo ou atuação profissional orientada na transformação das estruturas hegemônica instauradas na sociabilidade capitalista (Raichelis, 2011). Independente da direção do posicionamento ético-político profissional, o que é válido reforçar nesta discussão é que, esta *relativa autonomia profissional*, não pode ser completamente capturada pela instituição empregadora, seja ela no setor público, privado ou terceiro setor.

Ademais, no que tange às possibilidades transformadoras da profissão, a *relativa autonomia profissional* se materializa através de práticas profissional consciente e inconsciente, orientada por objetivos que vão além das situações imediatas que são apresentadas. Essa possibilidade é desenvolvida por meio da formação profissional crítica e especializada, que capacita o profissional a ponderar a realidade social para além de sua aparência imediata, permitindo uma atuação que transcende a mera aplicação e reprodução de técnicas no cotidiano profissional (Raichelis, 2011).

Nesse contexto, pode-se observar enquanto exemplo o trabalho na perspectiva socioeducativa realizado pelos assistentes sociais, articulado com outras instâncias, equipes multidisciplinares e intersetoriais que assumem um caráter ideopolítico intrinsecamente pautado nas três dimensões da profissão (Freitas, 2011). O depoimento a seguir ilustra esta reflexão:

Ações socioeducativas desenvolvidas: atendimento individual; oficina educativa, grupo pertencimento; convivência social acadêmica e comunidade, curso línguas inclusivo, extensão na comunidade - unidade de Saúde (AS 9).

Portanto, esta intervenção transpõe a realidade apresentada, uma vez que se concentra na elaboração de estratégias e identificação de possibilidades para fortalecer a articulação política e viabilizar direitos ao público atendido pelo assistente social (Freitas, 2011).

No que tange ao público atendido pelo assistente social, é pertinente abordar o vínculo estabelecido com os usuários enquanto elemento significativo. Além da relação institucional que fundamenta essa interação, o vínculo transcende a relação mecânica/institucional entre o/a assistente social e usuário, pois, durante o processo de atendimento, os discentes expõem sua

realidade, temores, angústias, vulnerabilidades, traumas, inseguranças, situações de violências, apontados por meio das necessidades materiais e imateriais na realidade de vida. Embora seja imperativo contextualizar que os/as assistentes sociais precisam manter distanciamento pessoal perante tais requisições, até mesmo para não violar os preceitos éticos da profissão e se proteger do adoecimento da saúde mental, é naturalmente humano sensibilizar-se diante dessas demandas e procurar acolher de modo cirúrgico e profissional as vulnerabilidades apresentadas pelos discentes e construir estratégias coletivas para as demandas apresentadas.

No entanto, é importante destacar que essa abordagem transformadora no âmbito da profissão não é uniforme e unidimensional no seio da categoria profissional. Assim como debatemos no primeiro capítulo deste trabalho, a relação histórico-dialético entre a profissão, dinâmica da vida social e Serviço Social, é atravessada por conflitos, contradições e disputas na corrente teórica (Iamamoto, 2003). Neste sentido, a *autonomia relativa profissional* que permite uma atuação direcionada para a transformação da realidade social e envolve a edificação de projetos em benefícios para a classe trabalhadora, encontra-se por muitas vezes limitada e disputada pela corrente teórica conservadora inscrita na própria profissão e demais determinações específicas do contexto socioinstitucional em que o assistente social está inserido, o que justifica a designação da terminologia enquanto autonomia profissional *relativa*.

Nessa perspectiva, é comum que o/a assistente social se depare em situações que colocam em risco a identidade da profissão e seu significado na esfera social (Raichelis, 2011). Por isto, é recorrente observar indivíduos sem a devida formação profissional executando tarefas e assumindo responsabilidades privativas do serviço social ou o contrário: atribuindo atividades/funções ao assistente social que não lhe compete.

A pergunta "o que faz o assistente social?" tem sido uma constante na trajetória do Serviço Social, o que revela desafios e descaracterização da profissão. Além do mais, é primordial examinar estas restrições concretas que perseguem a atuação profissional, especialmente considerando que o AS tem como objeto central de trabalho o enfrentamento das expressões da questão social em contextos que abrangem instituições públicas, privadas e organizações denominadas terceiro setor; e muitas dessas instituições realizam ações de assistência social afetadas por políticas sociais sob a égide do neoliberalismo: são deficitárias, residuais e excludentes (Behring; Boschetti, 2011); muitas vezes desprovidas dos recursos e quadro de profissionais necessários para fortalecer a concretização do projeto ético-político estabelecido no Código de Ética Profissional da categoria. Em síntese, o assistente social:

(...) é portador de uma herança cultural; de uma bagagem teórica e técnica; de valores éticos-sociais, atravessados por relações de gênero. Na condição de trabalhador

assalariado não detém todos os recursos necessários para o exercício profissional; é trabalho coletivo, parte de um conjunto de especialidades que são acionadas conjuntamente para a realização dos fins das instituições empregadoras. O objeto de trabalho do Assistente Social é a questão social em suas múltiplas expressões, seus instrumentos de trabalho são as bases teórico-metodológicas como os recursos essenciais para exercer o seu trabalho, o conhecimento da realidade, que deixa de ser um “pano de fundo” para se tornar uma condição do exercício profissional (Souza, 2016, p. 28).

Portanto, ao analisar o trabalho do assistente social inserido no processo de trabalho coletivo na área da AE numa Universidade Pública Estadual Paulista - como é o caso da UNESP, é imperativo que incorporem nas análises as considerações teóricas até o momento desenvolvidas. Estas considerações são aspectos intrinsecamente históricos, dialéticos e contraditórios, enquanto elementos essenciais que integram a prática profissional do assistente social.

Tais elementos, por sua vez, influenciam sobremaneira o desenvolvimento do trabalho das AS na universidade, visto que sua atuação é simultaneamente moldada e se molda pelas determinações do trabalho coletivo e pelas complexas relações institucionais/sociais que permeiam o contexto da universidade - que é inscrita numa sociedade capitalista de reprodução social.

Para analisar os processos de trabalho do assistente social na AE da UNESP para além dos resultados obtidos, importante explicar que os procedimentos do trabalho das assistentes sociais no que tange especificamente na *concessão de bolsas e auxílios*, está em conformidade com a vigente Resolução UNESP nº33, de 09 de março de 2023, que estabelece normas para a concessão de auxílios de permanência estudantil, o trabalho do assistente social na AE na referida universidade está previsto no Art.3º que rege o documento, que institui:

Para solicitar os auxílios previstos nesta Resolução, o estudante deverá: I – estar regularmente matriculado; II – inscrever-se no Processo Seletivo de Auxílios da Permanência Estudantil na Unidade na qual está matriculado, preenchendo formulário específico e anexando os documentos indicados, dentro do prazo previsto em edital; III – participar da avaliação socioeconômica, acompanhada de entrevista, realizada por profissional do Serviço Social na Unidade Universitária (UNESP, 2023).

Portanto, os/as discentes que pretendem solicitar qualquer modalidade de auxílio de permanência estudantil estabelecem contato direto com a assistente social que atua no setor, sendo esta profissional responsável por delegar a concessão de bolsas e auxílios, conforme especificado na resolução anterior. Nesse contexto, o atendimento é realizado mediante agendamento prévio ou em resposta à demanda espontânea, requerido por discentes que se enquadram nos critérios socioeconômicos previstos pela resolução vigente e publicado no portal institucional.

Embora não há definido e nem publicado no Portal Institucional um fluxograma organizacional dos processos de atendimento da AE na UNESP, por meio do documento “Manual de uso do SISCOPE – Alunos”⁸² foi possível identificar os procedimentos necessários para a requisição de auxílios de permanência estudantil.

Os auxílios de permanência estudantil destinam-se ao aluno de comprovada vulnerabilidade socioeconômica. **O formulário para solicitação estará disponível no site da COPE - Coordenadoria de Permanência Estudantil da UNESP: <https://www2.unesp.br/portal#!/cope/siscope/>, de 15 a 30/11/2023.** A seleção será realizada pela Comissão Local de Permanência Estudantil, mediante análise do formulário de inscrição. Para isso, o aluno deverá ter realizado a inscrição no processo conforme descrito acima. Para o Processo Seletivo 2024 não será necessária a realização de entrevistas com os candidatos veteranos que já possuem alguma modalidade de auxílio da Permanência Estudantil. O candidato veterano que nunca participou de processo seletivo da Permanência Estudantil deverá passar por entrevista com a Assistente Social e, caso não atenda à convocação, será desclassificado do Processo Seletivo (Portal Institucional UNESP, 2023).

Portanto, em casos que é solicitado a entrevista com a assistente social, através dos procedimentos teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo do Serviço Social, somado a escuta especializada, é possível analisar as condições materiais e imateriais da vida familiar dos estudantes. Destacamos a seguir um fragmento da fala de uma participante da pesquisa que ilustra esta informação.

No processo seletivo dos auxílios da PE, é desenvolvido: Análise socioeconômica, Visita técnica domiciliar, Atividade socioeducativa, Acompanhamento individual, Acompanhamento familiar, Escuta qualificada (AS 2).

Certamente esta atividade extrapola a mera análise dos documentos probatórios da condição socioeconômica, mas sim, auxilia na leitura crítica e contextualizada da situação particular de cada discente.

Para otimizar a efetivação do processo seletivo, conforme descrito no “Relatório COPE UNESP 2022” a CLPE e COPE com apoio das assistentes sociais da instituição, organizaram a padronização dos informes sobre o processo seletivo da permanência estudantil para veteranos e calouros com total transparência e possibilitando aos discentes de todos os campi, acompanhar o andamento do edital via internet (Relatório COPE UNESP, 2022). Todas as informações em relação a divulgação de datas, inscrição, documentos e formulários necessários, etc., estão orientados no Portal Oficial da UNESP de cada campus e localizados na aba “permanência estudantil” (Relatório COPE UNESP, 2022).

⁸² Documento integral disponível em: <https://www2.unesp.br/Home/cope/siscope/manual-siscope---estudantes.pdf>

Além das atribuições relacionadas à concessão de bolsas e auxílios para a permanência estudantil, o escopo de atuação do assistente social abrange demandas estudantis que extrapolam esta dimensão.

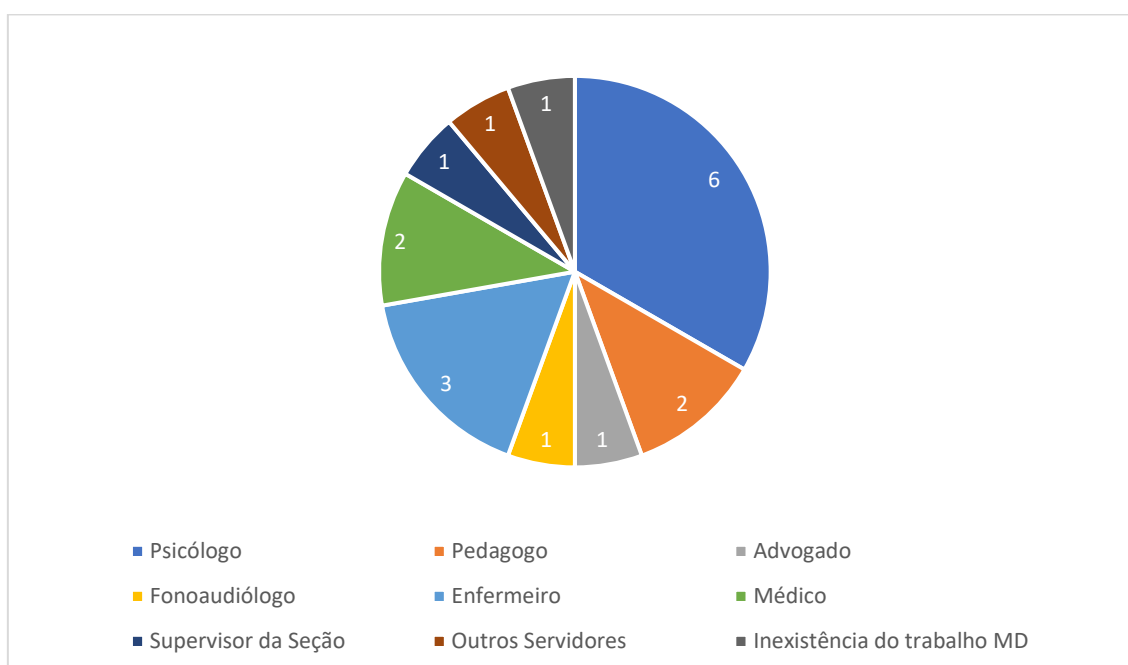
Para além destas requisições, descrevemos um dos depoimentos de AS sobre as ações que desenvolvem:

Atuação junto a moradia estudantil: colaboração em ações educativas, elaboração do processo seletivo, entrevistas sociais, avaliação, atendimentos individuais, atuação junto a seção de saúde em casos de violência e demandas de saúde mental, empréstimos de materiais para as clínicas - materiais da (identificação do curso) são caros e a unidade empresta alguns, atuação em projetos de permanência estudantil através dos editais (AS 3).

O trabalho do assistente social, portanto, envolve uma abordagem de questões que abrangem diversos âmbitos, tais como: violência; preconceitos; segurança; saúde; interações no ambiente universitário; questões pedagógicas; e outros. Essas demandas estão intrinsecamente ligadas à permanência estudantil, evidenciando que estas não se restringem unicamente às ações de provisão de bolsas e auxílios. A permanência estudantil nessa perspectiva, engloba aspectos multifacetados e inclui tanto elementos simbólicos quanto materiais, exigindo abordagens interdisciplinares e multiprofissionais (Alves; Casali, 2021).

Nessa perspectiva, com o propósito de analisar “a realização de trabalho multidisciplinar” foi apresentado na pesquisa de campo os seguintes resultados:

Gráfico 15 - Realização do trabalho multidisciplinar



Fonte: Dado elaborado pela autora com base na pesquisa de campo realizada com Assistentes Sociais que atuam na AE da UNESP

Ao analisar os resultados obtidos, coletados por meio das respostas de múltipla escolha e discursivas, é possível afirmar que o trabalho multidisciplinar na realidade institucional, desenvolvido pelas AS na AE e possuem maior articulação com Psicólogos – mencionado por 6 AS (66,7%) no total. Entre este número, 3 participantes da pesquisa assinalaram na questão múltipla escolha e mais 3 participantes da pesquisa afirmaram na resposta discursiva.

Na sequência Enfermeiros – foram mencionados por 3 participantes da pesquisa (33,3%), sendo 1 participante da pesquisa confirmando na questão objetiva e mais 2 participantes da pesquisa na resposta discursiva. As questões discursivas da menção de Psicólogos e Enfermeiros estão apresentadas nos relatos a seguir:

*com **enfermeira** e Supervisora da Seção constantemente; com médico e psicólogo pontualmente (AS 6). Enfermeiro e **Psicólogo** (AS 7).*

Ademais, Médicos - foram mencionados por 2 participantes da pesquisa (22,2%); e Pedagogos - mencionados por 2 participantes da pesquisa (22,2%).

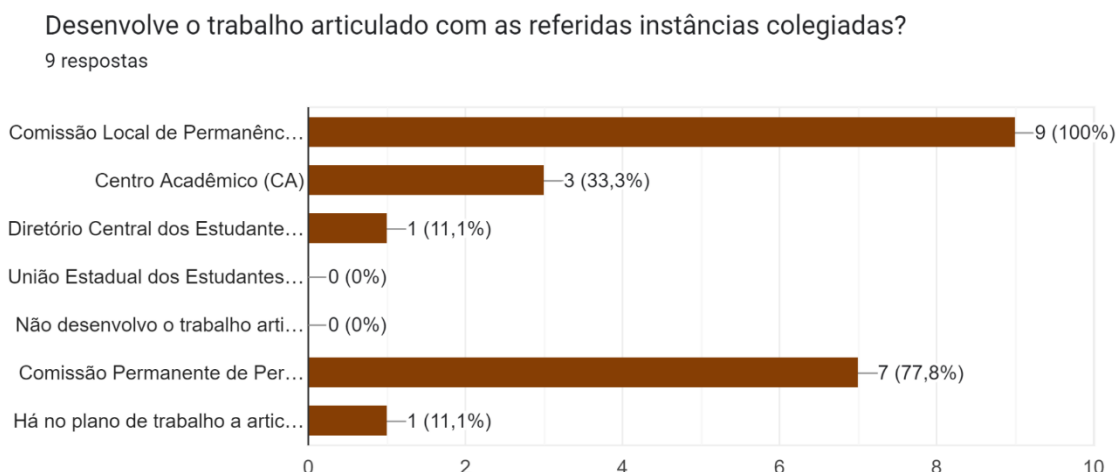
Por último, Advogado foi assinalado por 1 participante da pesquisa (11,1%); Fonoaudiólogos foi assinalado por 1 participante da pesquisa (11,1%); Supervisor da Seção - mencionado por 1 participante da pesquisa (11,1%); e outros Servidores - mencionado por 1 participante da pesquisa (11,1%); o que revela nestes resultados a concepção ampliada de AE e desenvolvimento ações multidisciplinares dispostas nestas unidades de ensino. As questões discursivas da menção de Supervisor da Seção e outros Servidores está apresentada no relato a seguir:

*Profissionais da enfermagem, medicina, psicologia, pedagogia e **outros servidores** (AS 9).*

Entretanto, foi constatado também a inexistência do trabalho multidisciplinar – assinalado na questão objetiva por 1 participante da pesquisa (11,1%), confirmando neste resultado o contraste na infraestrutura institucional entre as unidades de ensino e bem como, a discrepâncias das ações desenvolvidas na AE que compõem a realidade universitária (como exemplo, a disponibilidade do atendimento multidisciplinar em determinados campus e outro não).

Em relação ao “desenvolvimento do trabalho articulado com as instâncias colegiadas”, foi evidenciado na pesquisa de campo as seguintes informações:

Gráfico 16 - Desenvolvimento do trabalho articulado com as instâncias colegiadas



Fonte: Dado elaborado pela autora com base na pesquisa de campo realizada com Assistentes Sociais que atuam na AE da UNESP

Ao analisar as informações obtidas nesta etapa da pesquisa de campo, constatamos que a visibilidade do trabalho articulado com as instâncias colegiadas é consolidado na instituição de ensino, representado nas respostas das participantes da pesquisa sobre o desenvolvimento unânime (100%) do trabalho articulado com a CLPE; seguido da representação (77,8%) com a CPPE; (44,4%) com o CA/DCE; e, salvo a exceção em apenas 1 participante da pesquisa (11,1%) relatou na questão discursiva: ***“É um plano, porém, devido às limitações do tempo, ainda não consigo efetivar como deveria, sendo possível somente com a CLPE e atendimentos a grupos de modo pontual e específico”*** (AS 7).

Em uma análise contextualizada com os resultados da pesquisa, torna-se oportuno mencionar o significado da Comissão Local de Permanência Estudantil (CLPE) como uma instância democrática e participativa instituída recentemente pela Portaria Unesp nº 343, datada em 29/08/2018.

(...) tem por atribuição o desenvolvimento de metas e ações que promovam a igualdade de oportunidade aos alunos que estejam em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em consonância com as políticas e normas estabelecidas pela Comissão Permanente de Permanência Estudantil (CPPE) e Coordenadoria de Permanência Estudantil da Unesp (COPE). Atua no assessoramento à CPEU, acompanhando os processos seletivos e aplicação dos recursos orçamentários, visando melhorias nas condições da permanência estudantil local (UNESP, 2018).

Para além das finalidades descritas, este órgão representativo favorece a participação dos discentes, estabelecendo possibilidades para o desenvolvimento do trabalho articulado com assistentes sociais, que veemente são acionadas para contribuírem nessa instância. A mesma

potencialidade política-interventiva é observada na pesquisa referente ao colegiado da Comissão Local de Permanência Estudantil (CLPE) e Centro Acadêmico (CA)/Diretório Central de Estudantes (DCE) na realidade da UNESP.

Ademais, consoante aos resultados obtidos pela pesquisa, é pertinente realizar análises sobre a relevância do trabalho multidisciplinar e articulado ao movimento estudantil do Serviço Social. É crucial ressaltar que a concepção de trabalho do assistente social na Política Educacional, conforme definido no documento “Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Políticas de Educação” (2013), considera a atuação profissional na dimensão abrangente e complexa, reconhecendo sua qualidade enquanto movimento estratégico na luta e consolidação da permanência estudantil (CFESS, 2013).

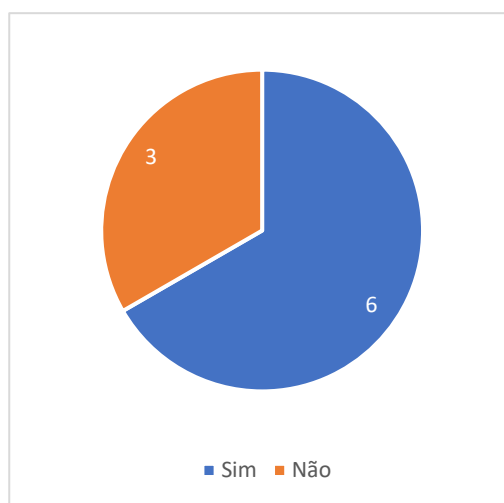
Ademais, entende-se que apesar do protagonismo que o Serviço Social ocupa na empreitada da luta e afirmação da educação enquanto direito social, é preciso não perder de vista que não compete somente ao assistente social o encargo de sanar as lacunas existentes no sistema educacional brasileiro e que desdobram no atual cenário de um acesso e permanência universitária excludente e deficitário.

Portanto, ao contemplar essa dimensão ampliada do trabalho do assistente social na política educacional brasileira, presume-se uma atuação do assistente social alinhado a uma gestão democrática e participativa, e no desenvolvimento de uma ação articulada com as demais instâncias/profissionais (CFESS, 2013), que compartilham objetivos similares nas lutas sociais/educacionais (como exemplificado pelo trabalho multidisciplinar e pelas instâncias colegiadas). Essa abordagem visa unificar esforços na construção e ampliação de uma educação pública, democrática e inclusiva para toda a população (CFESS, 2013). Vale elucidar, que essa dimensão não conforma somente, enquanto um movimento estratégico para o desenvolvimento do trabalho coletivo, mas também na consolidação dos princípios éticos-políticos que particularizam o trabalho do assistente social na educação (CFESS, 2013).

Reafirma, portanto, a compreensão de que o trabalho do/a assistente social, no campo da educação, não se restringe ao segmento estudantil e nem às abordagens individuais. Envolve também ações junto às famílias, aos professores e professoras, aos demais trabalhadores e trabalhadoras da educação, aos gestores e gestoras dos estabelecimentos públicos e privados, aos/as profissionais e às redes que compõem as demais políticas sociais, às instâncias de controle social e aos movimentos sociais, ou seja, ações não só de caráter individual, mas também coletivo, administrativo-organizacional, de investigação, de articulação, de formação e capacitação profissional (CFESS, 2013, p. 38).

Por último, foi solicitado se as assistentes sociais *efetivam alguma ação relacionada aos grupos de extensão e/ou grupos de pesquisas existentes na unidade de ensino*. Sobre a referida pergunta, foi obtido os seguintes dados:

Gráfico 17 - Efetivação de ações relacionada aos grupos de extensão e/ou grupos de pesquisas existentes na unidade de ensino



Fonte: Dado elaborado pela autora com base na pesquisa de campo realizada com Assistentes Sociais que atuam na AE da UNESP

Segundo as informações coletadas na referida pergunta, constatou-se a seguinte realidade: 6 (seis) participantes da pesquisa (66,7%) afirmaram na questão objetiva não desenvolver ações relacionadas aos grupos de extensão e/ou grupos de pesquisas existentes na instituição de ensino; e apenas 3 (três) participantes da pesquisa (33,3%) afirmaram na questão discursiva, o desenvolvimento de ações relacionadas aos grupos de extensão e/ou grupos de pesquisas existentes na instituição de ensino.

*Sim, trabalho com **alunos na comunidade** - Unidade básica de saúde (AS 8). O Serviço Social da (identificação da instituição) realiza ações extensionistas e de pesquisa, incluindo nas áreas de engenharia e educação, no que cabe a permanência Estudantil no conceito aqui apresentado (AS 9).*

Estes dados revelam que é preciso desvelar as motivações que inviabilizam o desenvolvimento do trabalho articulado com o grupo de extensão/pesquisa, pois, é preciso propiciar maior participação das assistentes sociais nas referidas instâncias enquanto extensão do trabalho da assistente social na AE, visto que, segundo os dados da pesquisa apenas (33,3%) conseguem desenvolver o trabalho supracitado.

Podemos inferir como uma possibilidade que, em decorrência das demandas exigidas, principalmente ao analisar a relação entre o atual quadro de assistentes sociais inseridas na

UNESP *versus* o número de discentes atendidos pela permanência estudantil por campus; requerem a contratação de mais assistentes sociais (conforme já discutido em outro momento neste estudo), este pode ser fator em potencial que justifica as dificuldades enfrentadas pelas profissionais ao investirem em atividades voltadas para grupos de extensão e/ou pesquisas. Ademais, em relação a esta temática pode pairar dúvidas entre as profissionais quanto ao significado deste trabalho, questionando se ela é ou não uma atribuição das assistentes sociais que atuam no contexto da assistência/permanência estudantil na UNESP.

Em consonância com o propósito delineado por esta subseção - que visa analisar e discutir o processo de trabalho do assistente social e autonomia relativa profissional, a pesquisa de campo examinou as particularidades do processo de trabalho coletivo desenvolvido pelas assistentes sociais no contexto da assistência estudantil da UNESP. Essa análise baseou-se nas informações obtidas na pesquisa de campo, integrante do procedimento metodológico desenvolvido nesta investigação.

Em decorrência da capacidade de intervenção do/a assistente social, somado a dimensão das demandas que permeiam o setor da AE (que abrange tanto a dimensão material quanto simbólica da permanência), concluímos que o *lócus* de trabalho do/a assistente social é privilegiado para o contato direto com os/as discentes e demandas estudantis, que requerem nesse processo o desenvolvimento de um trabalho coletivo, integrado, abrangente e multidimensional.

A intervenção do/a assistente social no contexto da assistência estudantil na UNESP requer a mobilização de um conjunto de recursos técnicos e instrumentais (CFESS, 2013), visando alcançar o objetivo que, embora não seja exclusiva responsabilidade deste profissional, constitui um compromisso compartilhado por toda a comunidade educacional: contribuir para ampliar a gestão democrática na universidade, possibilitando a inferência de estudantes nas instâncias colegiadas enquanto elemento extremamente relevante.

A atuação profissional dos/as assistentes sociais são direcionadas para ações que possam viabilizar o acesso/permanência de estudantes, principalmente os segmentos que foram historicamente excluídos, ou seja, pretos, pardos, indígenas, quilombolas e também estudantes provenientes de famílias empobrecidas pertencentes a classe trabalhadora.

A qualidade de ensino socialmente referendada também se constitui em uma meta para o/a assistente social, certamente partilhado com os demais trabalhadores da educação. Esta qualidade subentende a luta por uma formação integral que contribua para a construção de uma consciência crítica, propositiva, participativa dos estudantes. Para tal, se faz necessário investimento da universidade em diversas instâncias, especificamente na assistência estudantil,

que supõe propiciar condições objetivas, mas, também subjetivas de vivência no ambiente educacional.

A efetivação desse projeto demanda a integração das atribuições e competências privativas de cada agente, em consonância com as orientações ético-político que compõe os princípios do Serviço Social, configurando-se, portanto, na materialização de um trabalho coletivo (CFESS, 2013).

Contudo, entre os desafios apresentados, decorrentes da condição de trabalhador assalariado, tanto para assistentes sociais quanto para os demais profissionais empregados do Estado, as condições de trabalho e instrumentalidade influenciam e colocam à prova essa potencialidade política-emancipatória no processo de intervenção (CFESS, 2013). Em muitas situações, essa conjuntura culmina na imposição de pressões e incumbências sobre a equipe profissional, levando à eleição de demandas cotidianas e consideradas "mais urgentes" como prioritárias. Essa dinâmica, por sua vez, impacta substancialmente o assistente social, visto que este profissional desempenha um papel estratégico na gestão das políticas sociais/educacionais (CFESS, 2013).

Diante disso, as particularidades do trabalho profissional na dinâmica da assistência estudantil na UNESP se desenvolvem por meio desses desafios e das condições técnicas e éticas específicas da realidade institucional, criando simultaneamente condições favoráveis e desfavoráveis para o desenvolvimento de uma atuação profissional articulada às diferentes dimensões que constituem a profissão (CFESS, 2013).

A compilação dos resultados obtidos na pesquisa de campo, desenvolvidas pelas valiosas contribuições das 9 (nove) assistentes sociais que se dispuseram participar da presente pesquisa, teve como intuito aproximar as categorias teóricas contidas neste trabalho e apreender empiricamente. Nesta direção, foi possível evidenciar o mapeamento/perfil que delineia o quadro profissional das assistentes sociais; compreender as condições laborais dessas profissionais; analisar o trabalho profissional das assistentes sociais inseridas no trabalho coletivo de cada instituição – campus da UNESP, aproximando-se das possibilidades e desafios para cumprir o projeto ético-político do Serviço Social através da autonomia relativa.

Importante registrar que esta autonomia relativa está estreitamente condicionada as condições objetivas de trabalho, mas também com significativo peso aos conhecimentos teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político do profissional, que só pode ser conquistado através de uma formação permanente.

Essas análises, além de atingir as propostas delimitadas no estudo, foram fundamentais para endossar as análises e discussões das principais tendências e desafios que permeiam o

trabalho das assistentes sociais na AE da UNESP na conjuntura atual (2023), tema que será abordado na próxima seção.

3.4 Tendências e desafios do trabalho do/a assistente social na assistência estudantil da UNESP

Importante salientar que não foi viável segregar completamente, as principais tendências e desafios existentes no trabalho das assistentes sociais para debatê-los isoladamente dos demais elementos e dinâmicas que compõem o tema proposto pela presente seção. Portanto, este fenômeno é resultado de um movimento dialético interligado a outros processos históricos, sociais e institucionais já debatidos nos três capítulos que compõem este trabalho.

Deste modo, ao delinear as tendências e desafios presentes no trabalho das assistentes sociais inseridas no *lócus* desta pesquisa (UNESP), torna-se imperativo considerar as bases teóricas desenvolvidas até o momento, aliadas aos dados e análises provenientes das pesquisas documentais e de campo. Esses elementos estruturantes são fundamentais para contextualizar as complexidades do trabalho profissional das assistentes sociais, especialmente no que concerne às implicações para a consolidação da permanência estudantil na universidade, que somente é exequível por meio da oferta de uma Educação Superior Pública, inclusiva, democrática, de qualidade e socialmente referenciada, sendo este um histórico desafio que acompanha não somente as assistentes sociais da UNESP, mas a todos profissionais e sujeitos que ensejam por transformações políticas, emancipatórias e contra hegemônicas no espaço da Universidade Pública.

Assim como desenvolvido ao longo desta dissertação, as ações de assistência/permanência estudantil desenvolvidas nas instituições de Ensino Superior, são organizadas para assegurar, minimamente, as condições de acesso, permanência e conclusão na formação universitária dos/as discentes. De forma específica, as ações que compreendem os objetivos propostos pelo PNAES e PNAEST, são destinadas aos discentes que carecem de condições objetivas, subjetivas e até mesmo pedagógicas para o acesso, permanência e conclusão da trajetória acadêmica (MEC, 2020).

Contudo, os caminhos para a consolidação dos objetivos estabelecidos pelos mencionados Decretos/Portarias que, conforme já debatido, apresentam incompletudes e contradições em sua estrutura (Lessa, 2017). Este fator, somado no atual contexto de retrocessos de direitos sociais e ataques a educação pública, principalmente para com as universidades sob a égide do neoliberalismo, promovem enormes desafios para todos os profissionais que atuam

para a efetivação das diretrizes traçadas, as quais incluem de forma especial (foco da pesquisa), o trabalho profissional do/a assistente social.

Nesse sentido, com o intuito de identificar e discutir *as principais requisições para o/a assistente social que são reprimidas (não atendidas)* na AE da UNESP, foi solicitado na pesquisa de campo a definição deste eixo temático pelas profissionais supracitadas.

Conforme as informações coletadas na questão discursiva, apresenta-se o seguinte panorama: 6 (seis) participantes da pesquisa (66,7%) afirmaram a existência de demandas reprimidas relacionadas ao trabalho desenvolvido na AE; e 3 (três) participantes da pesquisa (33,3%) afirmaram não identificar demandas reprimidas relacionadas ao trabalho desenvolvido na AE.

Para melhor exposição dos resultados, com base nos relatos subsidiados na questão discursiva elaboradas pelas participantes da pesquisa, *as principais demandas que são reprimidas no setor da AE* compõem as seguintes categorias:

- ❖ Demandas com relação a violência;
- ❖ Atendimento aos demais alunos que não são da Permanência estudantil;
- ❖ Acompanhamento sistemático de todos os alunos atendidos pela política de permanência e que são beneficiários de auxílios;
- ❖ Acompanhamento do desempenho acadêmico;
- ❖ Identificação e prevenção das causas de evasão;
- ❖ Lista de espera para os auxílios.

Em uma análise articulada com os dados coletados na pesquisa, compreende-se que as demandas reprimidas no contexto da violência revelam a magnitude e abrangência das diversas expressões da questão social que são presentes nas dinâmicas do espaço universitário, sendo esta uma área de atuação para as assistentes sociais no enfrentamento dessas demandas, porém, exige em muitas situações o enfrentamento multiprofissional e/ou multi institucional. Conforme desenvolvido por Prada (2015) as demandas associadas a violências podem se manifestar nas seguintes situações:

violência (verbal, física, sexual e psicológica), solidão por ausência da família e outros conflitos familiares. Não ficam de fora situações de uso e abuso de álcool e outras drogas e o tráfico de drogas. O enfrentamento de situações de gravidez na

adolescência, insuficiência de renda, discriminação, doença, não reconhecimento de paternidade, dificuldade de acessos aos direitos sociais, dentre outras questões (Prada, 2015, p. 143).

Ainda em relação à abrangência das demandas que configuram o trabalho das AS na AE que são reprimidas, conforme indicado pelas participantes da pesquisa, destaca-se a *impossibilidade de atendimento integral* das requisições que são impostas as profissionais.

Este cenário revela que, embora a concepção de assistência estudantil afirmada pelas AS seja ampliada, isto é, abrangendo uma dimensão de assistência estudantil que transcende o trabalho realizado no processo seletivo para o provimento de bolsas e auxílios da permanência, entretanto, é revelado a impossibilidade de atendimento integral das demandas que são encaminhadas, sendo uma das justificativas plausíveis para esta ocorrência, trata-se das limitações éticas e técnicas do trabalho, e portanto, as profissionais não conseguem atuar em todas as solicitações que compõe a concepção ampliada da AE, assim explicitado no fragmento da fala de uma das participantes da pesquisa.

Principais demandas reprimidas: Atendimento aos demais alunos que não são de Permanência estudantil e todas as demandas de acompanhamento dos alunos, já que atendemos apenas os casos que aparecem de forma pontual (AS 2). Acompanhamento sistemático de todos os alunos atendidos pela política de permanência e que são beneficiários de auxílios. Acompanhamento do desempenho acadêmico e identificação e prevenção das causas de evasão e baixo desempenho acadêmico (AS 6).

Portanto, as demandas listadas pelas participantes da pesquisa, são materializadas por meio das: solicitações de discentes que procuram o Serviço Social na unidade que não são atendidos pela permanência estudantil; bem como na impossibilidade de realizar o acompanhamento sistemático de todos os discentes já beneficiários de bolsas e auxílios pela permanência; situações de lista de espera devido ao acesso limitado aos recursos da assistência/permanência estudantil; acompanhamento do desempenho acadêmico; e identificação/prevenção das causas de evasão. Estas são expressões da questão social presentes na universidade e identificadas como objeto de trabalho pelas assistentes sociais.

Conforme discutido em outros momentos neste estudo, importante frisar que não é tarefa única e exclusiva do/a AS o compromisso de consolidar e fortalecer o acesso/permanência na universidade, sendo requisitado nesse sentido o trabalho articulado com demais instâncias, profissionais e comunidade educacional para o enfrentamento destas desigualdades socioeducacionais que extrapolam até mesmo, a dinâmica do espaço universitário.

Portanto, para que se torne possível essa intervenção na perspectiva da totalidade, este objetivo só pode ser efetivado por meio da provisão de: aumento do quadro de profissionais

(serviço social e outras áreas); garantia de condições objetivas de trabalho (recursos e infraestrutura adequadas para o atendimento integral das demandas); promoção do trabalho coletivo, multiprofissional e intersetorial (como exemplo, nas ocorrências de situações de violência, dependendo do grau de complexibilidade da situação é necessário o encaminhamento para as instâncias e demais profissionais competentes; bem como nos casos da necessidade de colaboração de docentes para acompanhar situações relacionadas ao desempenho acadêmico); além de oferecer condições e oportunidades propícias para integrar a dimensão investigativa do assistente social (como exemplo, facilitar e estimular o desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre as causas da evasão, mapeamento do perfil e acompanhamento sistemático de discentes que solicitam atendimento da assistência estudantil no processo seletivo e além desse momento). Esses elementos são cruciais para pensar na efetivação integral das demandas da AE apresentadas não somente no contexto da UNESP, mas em todas as universidades públicas no Brasil que solicitam de avanços para consolidar a AE na perspectiva da totalidade.

Por último, foi solicitado para as participantes da pesquisa a descrição *dos principais desafios da atuação profissional para a consolidação do acesso e permanência estudantil na UNESP*. De acordo com os resultados auferidos pela pesquisa, constata-se a multiplicidade de fatores que desafiam a atuação profissional do Serviço Social na consolidação do acesso e permanência estudantil na UNESP. Para melhor exposição dos resultados, com base nos relatos subsidiados na questão discursiva elaboradas pelas participantes da pesquisa, foi identificado que a atuação profissional neste setor enfrenta desafios significativos relacionados às **condições objetivas** e ao **trabalho profissional**.

Recordando que as discussões teóricas referentes a esses eixos específicos já foram realizadas anteriormente, conforme detalhados nas subseções (3.3.4 e 3.3.5). Desta forma, este momento tem como proposta analisar os principais desafios identificados pelas participantes da pesquisa, as quais na verdade, estão imbricadas às condições do exercício profissional no contexto da AE na UNESP.

No que concerne às *condições objetivas*, as participantes da pesquisa destacaram vários aspectos, incluindo: a retaguarda institucional/local; a necessidade de melhorias nos serviços de saúde mental; e obtenção de recursos para atender toda a comunidade acadêmica.

Ao analisar esses aspectos de forma mais aprofundada, é possível inferir que as relações institucionais estabelecidas entre a equipe profissional que trabalha na AE no campus podem gerar tensões e divergências de perspectivas em relação à concepção de assistência/permanência estudantil empregado pelos profissionais (tanto do Serviço Social como demais profissões).

A cultura de que o serviço social da assistência estudantil pode acampar todas essas áreas trouxe graves consequências nas relações e condições do trabalho, ainda não percebidas pela própria categoria (AS 9).

Conforme relatado pela participante da pesquisa, essa cultura pode ter impactos negativos no desenvolvimento do trabalho coletivo para consolidar a permanência estudantil na universidade, sendo como possibilidade de resposta a atuação de assistentes sociais no compartilhamento de uma perspectiva crítica, sobre os limites e possibilidades de atuação do Serviço Social na AE.

Este trabalho é parte do compromisso ético-político do Serviço Social, que por meio das atribuições e competências na formação, as profissionais possuem condições em atuar no fortalecimento dessa perspectiva de forma estratégica, como exemplo, por meio das reuniões da equipe e debate em eventos/fórum/congressos acadêmicos que envolvem diversos profissionais, com o propósito também de sedimentar o Serviço Social nas diferentes áreas, para além da AE.

Outro ponto desafiador mencionado, refere-se à necessidade urgente de melhorias no atendimento à saúde mental. Conforme discutido anteriormente neste trabalho, as questões relacionadas ao adoecimento da saúde mental de discentes têm se intensificado no ambiente universitário, especialmente após o recente cenário da pandemia da Covid-19. Os efeitos deletérios desta conjuntura persistem nos espaços educacionais até o momento, especialmente às causas do adoecimento da saúde mental relacionados aos aspectos da vida acadêmica, tais como: questões interpessoais e relacionais no ambiente universitário; desempenho acadêmico; e fatores psicossociais; que impactam e são presentes na realidade de vida dos estudantes.

Esses aspectos, demandam atenção no setor da AE, visto que estes elementos são prejudiciais para a permanência e convivência no ambiente universitário.

Além disso, conforme apontado pelas participantes da pesquisa, a ampliação de recursos é um imperativo para proporcionar condições objetivas ao trabalho das assistentes sociais no âmbito da assistência estudantil. Os recursos provenientes de bolsas e auxílios de permanência na universidade desempenham um papel crucial no fortalecimento da permanência material, satisfazendo necessidades básicas que, por vezes, não são atendidas por outras políticas sociais (Prada, 2015).

Deste modo, os desafios relacionados à escassez desses recursos essenciais (como alimentação, moradia, transporte, entre outros) afetam significativamente a qualidade do acesso e permanência material na universidade, especialmente para discentes provenientes da classe trabalhadora empobrecida. Portanto, é fundamental que a instituição contenha recursos

adequados para atender às demandas materiais apresentadas pela permanência estudantil na universidade, especialmente para ampliar a quantidade de oferta de auxílios emergências/pontuais para o atendimento destas necessidades fundamentais, permitindo que o/a assistente social consiga enfrentar de fato, parte das expressões da questão social e supere esta demanda reprimida presente no contexto educacional.

Uma das estratégias de enfrentamento desta questão é que envolve o Serviço Social, compete em articular a dimensão investigativa da profissão com outros atores da comunidade educacional (discentes e demais servidores) para mapear e sistematizar quais são as demandas reprimidas no campus. Esse dado estatístico deve ser compartilhado com a COPE, sendo o objetivo central desta pesquisa tem por finalidade revelar, quantificar e sistematizar quais ações que são necessárias a serem implementadas para responderem tais solicitações, bem como identificar as áreas que requerem mais recursos para o desenvolvimento da permanência estudantil. Assim, apresentamos o depoimento de uma assistente social que revela vários desafios postos no trabalho profissional:

Desafios: Não presença de espaço das pesquisas e estudos do serviço social perante as tomadas de decisão nas unidades porque a instituição não incentiva e/ou favorece a prática científica, que é um paradoxo. Ausência de discussão de quantitativo de demanda para atualização do subquadro. Ausência do serviço social como profissional nas demandas de saúde, acessibilidade e inclusão em função e subquadro específico (AS 9).

Além do mais, no que se refere aos desafios vinculados às condições objetivas do trabalho desempenhado pelas assistentes sociais, destacam-se outras questões fundamentais, tais como a necessidade premente da construção de uma Política de permanência estudantil; e a ausência de um núcleo técnico e profissionais destinados especificamente para atuar na assistência estudantil, conforme relato da AS 6, participante da pesquisa:

Conflito de entendimento sobre a concepção de AE em outros setores/profissões e construção de uma política de assistência estudantil (AS 4) Falta de Núcleo Técnico e profissionais contratados para trabalhar exclusivamente com permanência estudantil (assistente social, psicólogo, pedagogo e apoio administrativo). A demanda da Unidade requer no mínimo dois profissionais assistente sociais (AS 6).

Nesse contexto, em relação às possibilidades de intervenção do Serviço Social, surge a potencialidade política-interventiva inerente à categoria profissional das assistentes sociais. Esta potencialidade se manifesta na capacidade de contribuir e fortalecer a construção dessa Política na universidade, em sintonia com outros agentes e profissionais envolvidos com a permanência estudantil na UNESP.

Portanto, o planejamento estratégico do Serviço Social para essa construção demanda não apenas um quadro profissional qualificado, mas também a formulação de um plano de trabalho delineado pela categoria. Tal plano é essencial para viabilizar com qualidade a elaboração, execução e avaliação dessa política educacional no âmbito da AE na UNESP, sendo o propósito desse empreendimento consiste em enfrentar as desigualdades socioeducacionais numa perspectiva crítica, de totalidade e multidimensional, visando à promoção de uma permanência estudantil equitativa na instituição de ensino.

No que concerne aos desafios inerentes ao *trabalho profissional*, as participantes da pesquisa destacaram em suas respostas, as dificuldades relacionadas à organização de um sistema de acompanhamento do aluno, incluindo informações provenientes da equipe multidisciplinar. Também apontaram a necessidade de construção de um organograma institucional; elaboração de um plano de atendimento; ausência de espaço para o desenvolvimento de estudos/pesquisas do Serviço Social e AE, referentes às delegações executadas nos campus; ausência de análises/estatísticas sobre a questão da evasão escolar na unidade de ensino; a cultura de que o serviço social no setor da AE pode acampar todas as áreas; e por último, ressaltando enquanto tendência desafiadora a ênfase na dimensão técnico-operativa em detrimento da dimensão ético-político e teórico-metodológico do Serviço Social. Para exemplificar apresentamos um fragmento da fala de uma participante da pesquisa:

*Há uma necessidade de **implementar um sistema de acompanhamento do aluno, com equipe multi, organograma, plano de atendimento, etc** (AS 2). Como principais desafios: **sedimentar espaços ocupacionais do serviço social na unesp nas diferentes áreas**, além da assistência estudantil, a saber: saúde e acessibilidade e inclusão. O assistente social na assistência estudantil não acampa todas as áreas. Todas estas áreas estão no campo da permanência estudantil. Deve-se mostrar isto. **Ênfase na dimensão técnica operativa em detrimento das outras** (AS 9).*

Ao analisar este panorama, é plausível considerar que as motivações que se materializam nesses desafios podem ser justificadas pela ausência de condições técnicas e éticas para o pleno desenvolvimento do trabalho das assistentes sociais na assistência estudantil na UNESP. Este fator traz à tona reflexões que, a instituição empregadora (UNESP) comunga como qualquer outra instituição, a presença de precarizações de ordem político-institucional que impactam potencialmente nas condições laborais de todos os servidores empregados por essa instituição, incluindo as assistentes sociais.

Tais precarizações, provenientes da gestão do trabalho prescrita por uma sociedade capitalista de reprodução social, caracterizada pelo trabalho alienado e fetichizado, são inerentes

ao movimento orgânico do capital em suas múltiplas expressões e que exige dos profissionais/por toda comunidade educacional uma ação reativa sobre esta conjuntura.

Nesse processo, é possível refletir também sobre os motivos que ocasionam esta tendência em valorizar a dimensão técnico-operativa em detrimento da dimensão ético-político e teórico-metodológico em todas as profissões. Esse fenômeno, se destaca especialmente em profissões que atuam no enfrentamento das desigualdades sociais, como é o caso do Serviço Social.

Portanto, conforme corroboramos com a concepção de trabalho desenvolvido pelo documento CFESS/CRESS (2013), a perspectiva crítica e ampliada do trabalho do assistente social na política de educação configura-se como um movimento contra hegemônico e envolve, necessariamente, a articulação destas três dimensões indissociáveis do Serviço Social.

Contudo, não podemos deixar de considerar os desafios concretos que envolvem o enfrentamento destas estruturas e sedimentam as dinâmicas de reprodução do capital e suas múltiplas expressões no contexto universitário. Neste sentido, importante resgatar as reflexões sobre a natureza da dicotomização entre teoria e prática no Serviço Social, partindo das contribuições empreendidas por Guerra (2005).

Teoria e prática como polos opostos se confrontam a todo momento: questionam-se negam-se e superam-se, a ponto encontrarem uma unidade que é sempre histórica, relativa e provisória. Não obstante, teoria e prática mantêm sua especificidade e autonomia. A teoria tem que ser vista como a crítica e a busca dos fundamentos. Ela tem validade enquanto reflete as relações sociais reais, e por isso são processuais, relativas. A prática social pode validar uma teoria em determinadas condições sócio-históricas, de modo que a teoria tem que ser reconhecida na prática, mas não nas práticas profissionais. Aqui há que se trabalhar as mediações efetivas e teóricas. A teoria não se gesta, não brota da prática, mas da reflexão sobre a prática: Ela é outro nível do conhecimento que se testa na prática. Tampouco a teoria produz transformações prático-materiais. O que ela transforma são percepções, concepções, elementos necessários, transforma parte da realidade, mas entre a transformação da consciência e do real são necessárias outras mediações (Guerra, 2005, p. 9).

Neste contexto, torna-se imperativo ressaltar como prerrogativa o fortalecimento das três dimensões que delineiam o trabalho do/a AS na AE da UNESP, superando esta tendência de fragmentação, conforme destacado por uma das participantes da pesquisa. A apreensão teórica da sociedade, ancorada em seu movimento histórico e dialético, assume papel central na materialidade à nossa intervenção profissional. Tal intervenção é mediada pela consciência e orientação ético-política que incorporamos nesse processo. Portanto, a compreensão integrada dessas dimensões se revela como condição essencial para uma intervenção crítica, propositiva e comprometida com os princípios que fundamentam nossa prática profissional (Guerra, 2005).

À guisa de conclusão, o desenvolvimento do presente estudo somado a vivência acadêmica na UNESP enquanto discente; bem como a realização de leituras em documentos e referenciais teóricos sobre o tema suscitaram algumas ponderações que serão descritas a seguir.

Na realidade concreta do processo de trabalho do/a assistente social na AE da UNESP, os/as profissionais são acionados/as para o enfrentamento das diversas manifestações da questão social que se imprimem na realidade de vida dos estudantes, tanto em termos objetivos quanto subjetivos (CFESS, 2013). Entre essas expressões, podemos listar as situações de: a ressurgência de valores conservadores na sociedade; o aumento da violência física, moral psicológica; dos preconceitos diversos arraigados na sociedade; do racismo; da xenofobia; do extremismo político; da hegemonia do ultraliberalismo; do aprofundamento da desigualdade e do ataque aos direitos humanos e sociais; assédio; insegurança alimentar; dificuldades no processo de ensino e aprendizagem; machismo; problemas relacionados ao uso de substâncias como drogas e álcool; práticas de trote universitário; situações de exclusão social; vulnerabilidade socioeconômica; dificuldades no acesso ao transporte; questões atreladas a saúde física e emocional; dificuldades em conciliar os estudos com o trabalho, estágio e outras atividades; conflitos no ambiente universitário e familiar; entre outros desafios que se enquadram enquanto elementos potencializadores da evasão, e que devem ser o foco do exercício do trabalho coletivo, intersetorial e multiprofissional, no enfrentamento destas manifestações da questão social na universidade que desencadeiam demandas e desafios não somente para os/as assistentes sociais, mas sim a toda equipe profissional envolvida com a permanência estudantil na UNESP.

Embora a atuação do assistente social na AE na UNESP é atravessada por inúmeros desafios, ao tratar especificamente deste *lócus* de atuação, existe possibilidades de transformação por ser um espaço institucional privilegiado em alguns aspectos que não podem ser ignorados. Em primeira instância, inclui a contratação por intermédio de concursos públicos, (que segundo a pesquisa de campo, majoritariamente as AS são contratadas pelo regime estatutário) o que proporciona em certa medida estabilidade no cargo e na profissão.

Além disso, a relativa autonomia profissional, que não pode ser completamente captada pela instituição empregadora (Estado), desempenha um papel crucial nesse movimento contra hegemônico (Raichelis, 2011). Isto posto, é importante mencionar que é disponibilizado o conjunto de normativas, diretrizes e leis que protegem de certo modo, as AS na busca pela realização de seus objetivos profissionais e consolidação do projeto ético-político na universidade.

Contudo, mesmo diante do horizonte das possibilidades, é fundamental problematizar que a transformação da realidade da AE na UNESP requer outros elementos que extrapolam o trabalho desenvolvido pelas assistentes sociais. O compromisso de ampliar a assistência estudantil na universidade não é encargo exclusivo destas profissionais. Em vez disso, exige uma ação coletiva, articulada, interdisciplinar, multiprofissional e multidimensional. Isto significa afirmar que qualquer esforço de transformação precisa ser um esforço conjunto, uma vez que, de modo singular, não há potencialidade de efetuar mudanças estruturais, dada a complexidade da questão social atrelada à permanência estudantil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo central desvelar e discutir os principais desafios inerentes ao trabalho do/a Assistente Social na Assistência Estudantil da UNESP. Essa proposta, fundamentada nas reflexões teóricas desenvolvidas no estudo, adotou uma perspectiva crítica, histórica e dialética, buscou apreender na totalidade as particularidades e dinâmicas que permeiam a realidade social e institucional desta universidade e que tensionam o trabalho das AS inseridas no setor da AE na UNESP. A condução do estudo, envolveu a combinação de metodologias científicas, incluindo pesquisa bibliográfica, documental e de campo na abordagem qualitativa que subsidiaram contribuições empíricas e reflexivas para a comunidade científica e educacional que tem o interesse em estudar sobre o tema abordado.

Ademais, o estudo teve como proposta dar visibilidade ao trabalho desenvolvido pelas AS no setor da AE na UNESP, bem como endossar às discussões teóricas sobre a temática (AE em Universidades Públicas) e instigar reflexões propositivas sobre as potencialidades da intervenção do Serviço Social nesta área de atuação articulado aos demais profissionais e ME na luta pela construção de uma *política* de permanência estudantil.

Coerente com o método materialista histórico-dialético adotado na pesquisa, salientamos que foi preciso analisar a realidade da UNESP na perspectiva da totalidade, ou seja, considerando as determinações política, econômica, social e cultural inerentes da formação sócio-histórica da realidade brasileira e trajetória da política de Educação Superior/AE para compreender a configuração atual. Desta forma, a investigação buscou interpretar e fornecer análises para a compreensão do objeto de estudo a partir das discussões sobre os rebatimentos e contradições do sistema capitalista que incidem na dinâmica da realidade social e, consequentemente, no exercício profissional do/a AS para a efetivação da assistência/permanência estudantil, particularmente no contexto da UNESP.

Porém, as reflexões teóricas que compreendem o presente trabalho são elementos inconclusos, pois, o contexto em que foi empreendido este estudo não está alheio às determinações adversas que desafiaram a construção da pesquisa. Ademais, a realidade é ininterrupta e está em constante movimento e modificações. Entretanto, por mais que não possamos esgotar as análises referentes à realidade, o compromisso deste estudo teve como objetivo desvelar as principais tendências que envolve a temática, de modo a capturá-las e compreendê-las para empreender reflexões e possibilidades estratégicas coletivas pensadas para a transformação da realidade social.

Deste modo, as abordagens teóricas efetuadas no *primeiro capítulo*, direcionadas ao objeto de pesquisa, fundamentaram-se nas concepções teóricas elaboradas pela teoria social crítica de Marx (2013). Nesta etapa, foi possível abordar as concepções ontológicas do trabalho e as transformações ocorridas no mundo laboral, orientadas pela gestão do trabalho instaurado na sociabilidade capitalista de reprodução social.

A partir dessas reflexões, foi possível embasar as análises nos pressupostos teóricos referenciados para compreender os dilemas que acompanham a configuração do Serviço Social enquanto trabalho imerso nesta natureza de sociabilidade. Consideramos, portanto, o Serviço Social uma profissão determinada exponencialmente pelas metamorfoses ocorridas no mundo do trabalho e que trazem diversas repercussões para a categoria profissional. Destaca-se, sobretudo, a ascensão da precarização e intensificação do trabalho profissional, considerando principalmente as incorporações do ideário neoliberal nas instituições onde atuam os/as AS (Raichelis, 2011).

Na sequência, abordamos brevemente no *segundo capítulo*, as heranças coloniais presentes na formação sócio histórica do Brasil, embasadas nas análises teóricas empreitadas por Fernandes (1975). Nesse momento, foi possível explorar as repercussões dessas particularidades na dinâmica da realidade brasileira, especialmente no contexto da implementação e expansão das universidades. Na presente discussão, foi possível identificar as complexidades que permeiam o sistema educacional em todas as modalidades e níveis de ensino, com ênfase nas análises sobre a AE em Universidades Públicas (objeto central deste estudo), que apresentam enquanto características orgânicas contradições, desafios e incompletudes que tensionam as possibilidades da universalização do acesso/permanência na Educação Superior Pública brasileira (Belo, 2017).

Durante o desenvolvimento das análises, validamos a configuração da AE enquanto componente paradoxo por materializar (de modo incipiente) parte dos anseios das mobilizações sociais e educacionais rumo à democratização do Ensino Superior, mas ao mesmo tempo e no mesmo processo, manteve a reprodução do capital nas instituições universitárias. Entretanto, ao examinar as repercussões deste programa à luz da criticidade, destacam-se enquanto problematizações os limites e fragilidades persistentes no processo de “massificação” das instituições universitárias (Lima, 2011); incluindo nas reflexões os desafios e lacunas existentes na implementação tardia do Sistema de Cotas/Reservas de Vagas em universidades e estruturação do PNAES/PNAEST (Lessa, 2017).

Concluimos, portanto, a identificação de uma gama de demandas históricas e estruturais que ressoam nas possibilidades de efetivação do acesso/permanência estudantil na Universidade

Pública, especialmente ao considerar as incompletudes do conjunto do sistema educacional e das políticas educacionais brasileira; os lastros históricos das desigualdades sociais e educacionais; bem como a magnitude das demandas estudantis presentes na realidade de vida da população historicamente excluída desta modalidade de ensino.

No tocante ao *terceiro capítulo*, dedicado ao universo da pesquisa e apresentação dos principais resultados auferidos por intermédio do desenvolvimento da pesquisa bibliográfica, documental e de campo na abordagem qualitativa, foi inicialmente elaborado uma aproximação teórica que consistiu em delinear a breve trajetória histórica da UNESP; posteriormente, uma breve reflexão sobre o protagonismo do ME na construção da AE na UNESP; e organização da AE na UNESP; valendo-se das informações disponíveis no “Anuário UNESP”, informações publicadas no Portal Oficial, bem como Portarias, Relatórios e Ofícios acessados por meio do Portal Institucional.

Deste modo, antes de procedermos à exposição dos resultados auferidos na pesquisa, é imperativo reforçar nas análises subsequentes, os efeitos da inserção de AS no contexto da AE em universidades, particularmente, numa instituição Pública Estadual Paulista - como é o caso da UNESP, enquanto movimento marcado pelas determinações e contradições inerentes ao processo de precarização no mundo do trabalho; massificação do Ensino Superior; limites e incompletudes apresentadas pelas Políticas Educacionais, conforme já discorrido no estudo.

Portanto, é possível afirmar nessa dinâmica que, apesar de ser uma conquista materializada pela categoria profissional - a luta pela inserção de AS nos espaços educacionais em todas as modalidades de ensino, o trabalho do/a AS na AE da UNESP está imerso em uma realidade socioinstitucional permeada por um contexto de contrarreformas universitária e ataques frontais nos direitos dos/as/es discentes.

Neste processo, importante problematizar a situação conflitante que é imposto ao AS (em decorrência das suas atribuições profissionais que lhe conferem competência e legitimidade nesta área de atuação), neste papel em consolidar a permanência universitária por meio da gestão e execução do PNAES/PNAEST, programas os quais não efetivam em termos concretos, os princípios da universalização/democratização no acesso e permanência universitária considerando sua atual infraestrutura.

O referido programa tem o propósito de enfrentar as desigualdades socioeducacionais e promover a inclusão social dos estudantes na universidade. No entanto, é importante ressaltar que, embora desempenham um papel fundamental e simbólico rumo à materialização da permanência estudantil, sua atual configuração/infraestrutura não é suficiente para superar as

complexidades da dinâmica universitária que envolve fatores estruturais e históricos como já discutidos nos capítulos anteriores.

Conforme as análises desenvolvidas pelo estudo, constata-se que as Políticas Educacionais como um todo, incluindo o PNAES/PNAEST, requerem avanços na infraestrutura organizacional para compreender o atendimento das necessidades estudantis que extrapolam as possibilidades fornecidas pelas atuais políticas educacionais/programas. Portanto, tem-se como desafio inicial vislumbrar a construção de uma política de AE na universidade para que possa enfrentar de fato, as demandas relacionadas às condições de classe da população trabalhadora empobrecida, bem como nas questões pertinentes às violências de raça e gênero.

No bojo dessas estruturas, incluem o legado do colonialismo; da escravidão; do patriarcado; da xenofobia; da transfobia; do preconceito atrelado à pessoa com deficiência e população indígena; e outras formas de violências que contribuem para a persistência do racismo/colonialismo científico e de hierarquias sociais que afetam o sentimento de pertencimento e merecimento dos estudantes no ambiente universitário.

Importante enfatizar que esses conflitos, considerados de natureza “subjetiva e invisível”, têm o potencial de excluir os estudantes da universidade na mesma intensidade que as necessidades materiais/basilares que os/as/es discentes demandam para minimamente, ter condições adequadas para prosseguirem a trajetória acadêmica. Portanto, é necessário incitar (na perspectiva coletiva) a construção de uma política destinada ao enfrentamento destas questões de modo interseccional e multiprofissional, que não se limite ao PNAES/PNAEST e na atuação do Serviço Social na articulação de redes de políticas sociais/serviços sociais. Para além dessa condição, é necessário superar o atual cenário de uma infraestrutura de AE limitada e/ou residual, e construir, de modo coletivo e multidimensional, uma concepção de permanência estudantil direcionada para o enfrentamento das expressões da questão social materializadas na universidade.

Isto posto, para apreender as particularidades e analisar os aspectos que desafiam o trabalho profissional das AS na AE da UNESP, foi realizado a pesquisa de campo de abordagem qualitativa e interpretação dos dados coletados relacionados ao objeto de estudo, por intermédio da participação das AS inseridas na instituição até 2021, e que atuam especificamente, no âmbito da permanência estudantil.

Em relação ao desenvolvimento da pesquisa de campo, vale salientar que, devido ao número limitado de perguntas sistematizadas na pesquisa de campo destinada às AS, elaboradas com o propósito de evitar sobrecarga e ampliar a adesão, não foi viável abordar algumas

questões específicas sobre as condições objetivas e subjetivas de trabalho no contexto da AE na realidade da UNESP.

Apesar também, da escassez de informações disponíveis em produções teóricas (dissertação e/ou teses) que abordam especificamente, sobre o trabalho do/a AS na AE na particularidade da UNESP, somado ao fato, de não termos a oportunidade de estender o prazo da pesquisa de campo para aderir à participação de todas as profissionais convidadas para pesquisa (AS que já atuavam na AE da UNESP até 2021), mesmo com este entrave (considerando o tempo limite de execução do mestrado acadêmico - 24 meses) a partir da versão final da pesquisa de campo, foi possível atingir os objetivos gerais e específicos delimitados pela pesquisa e empreender importantes discussões, fundamentadas por meio das valiosas contribuições subsidiadas pelas 09 participantes da pesquisa, somado às revisões bibliográficas, documentais, fontes secundárias e reflexões teóricas empreitadas por diversos pesquisadores na área de estudo que certamente, são debates que coadunam com a realidade da UNESP e merecem análises aprofundadas.

De forma geral, constatamos na pesquisa que, o contexto da intervenção profissional e escolha dos instrumentos de trabalho das AS no setor da AE na UNESP, observa-se uma conexão com a gestão do trabalho coletivo. Essa relação se desenvolve em conformidade com editais, portarias, normas e resoluções que conferem legitimidade e atribuições ao trabalho realizado pelo Serviço Social na UNESP, seguindo a "racionalidade técnico-burocrática do trabalho" (Belo, 2017, p. 217).

Ao investigar os elementos que compõem o processo de trabalho dessas profissionais neste setor, tornou-se possível analisar as particularidades organizacionais desse trabalho, evidenciando que as atividades relacionadas ao Serviço Social sofrem determinações por intermédio destes documentos legais que orientam as normativas técnicas e gestão do trabalho coletivo nos campus onde as AS estão inseridas.

Dentre as principais demandas identificadas na pesquisa, destaca-se que a maior solicitação profissional dirigida às AS está relacionada ao trabalho vinculado ao Processo Seletivo de Permanência Estudantil. Ademais, ao considerar as conclusões e análises obtidas pela pesquisa, evidenciamos que as demandas reprimidas no escopo das ações profissionais estão relacionadas as seguintes situações: demandas com relação a violência; atendimento aos demais discentes que não são da Permanência estudantil; acompanhamento sistemático de todos os estudantes atendidos pela política de permanência e que são beneficiários de auxílios; acompanhamento do desempenho acadêmico; identificação e prevenção das causas de evasão e lista de espera para os auxílios.

Nesse sentido, identificamos como desafio profissional a constante dificuldade em conciliar o atendimento das demandas relacionadas aos aspectos da permanência material (ligadas ao processo seletivo da permanência estudantil) com outras possibilidades de intervenção para além desse âmbito (por exemplo, o desenvolvimento de atividades destinadas ao fortalecimento da permanência simbólica por meio de ações multidimensionais, intersetoriais, socioeducativas e articuladas ao Movimento Estudantil). Para o desenvolvimento deste trabalho, é preciso que a instituição empregadora subsidie condições técnicas e éticas adequadas, incluindo a necessidade de contratação de mais profissionais, a fim de garantir possibilidades para buscar a formação permanente e desenvolver/implementar novas metodologias de intervenção profissional que possam ser efetivadas no campo de trabalho orientadas na concepção da permanência universitária na totalidade, ou seja, que respondam as demandas tanto na perspectiva material quanto aos aspectos simbólicos da permanência.

Entretanto, é oportuno ressaltar que, mesmo diante dos desafios apresentados (nas condições objetivas e/ou relacionadas ao trabalho profissional) foi possível identificar nas narrativas das assistentes sociais participantes da pesquisa - o compromisso ético-político assumido por essas profissionais, em sintonia com outros profissionais e instâncias na luta pela ampliação das ações de permanência estudantil na realidade da UNESP. Este movimento foi documentado por meio dos relatórios elaborados pela COPE UNESP, que revelou no processo de construção da AE na instituição diversas pautas e discussões historicamente levantadas por parte das AS (alocadas em diversas unidades que compõe esta Universidade Pública, espalhadas no território paulista); também de gestores alocados em diferentes instâncias administrativa da UNESP e instâncias políticas, tais como: ME, CPPE, CLPE e CA.

Sobre o ME, apesar de não ser o foco desta pesquisa, na análise da trajetória histórica da AE no Brasil, especificamente na UNESP, constatamos a significativa contribuição do ME desde a União Nacional de Estudantes (UNE) e movimentos estudantis existentes na UNESP, como a CPPE e CLPE e CA em todos os campus. Nas últimas greves que ocorreram na realidade da UNESP, para além de outras pautas de luta, a reivindicação pela ampliação de recursos (bolsas) e prestação de serviços (restaurante universitário, moradia estudantil, acompanhamento de saúde), incluindo a solicitação de contratação de psicólogos, assistentes sociais e outros profissionais, que em síntese ensejam pela organização de uma Pró-Reitoria de Assistência Estudantil e construção de uma Política de AE para UNESP (que supõe infraestrutura, recursos financeiros e humanos) são reivindicações formuladas desde 2013 pelo Movimento Estudantil.

Apesar dos avanços conquistados principalmente a partir de 2013, em decorrência da luta proveniente do ME que incitaram a criação da COPE, CLPE e CPPE, conforme constata

nos resultados da presente pesquisa, ainda persiste a falta de construção de uma Pró-Reitoria de AE integrada com todos os campus universitários.

Portanto, a ausência de condições estruturais e orçamentárias que se encontram as Universidades Públicas, de forma particular, a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) averiguada neste trabalho, sinaliza a importância da continuação do empenho de AS, Psicólogos, Docentes, Servidores, COPE, CLPE, CPPE, ME, enfim, de todos os atores envolvidos com a permanência estudantil na universidade, na proposição de ações mais amplas para que efetivem de fato, a permanência estudantil aos estudantes como uma política institucional. Para tal, é fundamental uma dotação orçamentária definida, equipe interdisciplinar mínima para implementá-la e possibilitar melhores condições materiais e imateriais para todos/as/es os/as/es discentes que acessam os diversos cursos desta instituição de ensino e que tenham condições de concluir a formação acadêmica com qualidade.

Conforme debatido no estudo, o enfrentamento das demandas destinadas às AS na AE da UNESP requerem de abordagens multidisciplinares. Sobre esta dimensão do trabalho profissional, por meio das informações coletadas na pesquisa de campo, foi possível observar que o desenvolvimento do trabalho multidisciplinar ocorre em articulação com os seguintes profissionais: Psicólogo, Fonoaudiólogo, Supervisores da Seção, Pedagogo, Enfermeiro, Advogado, Médico e outros servidores.

No entanto, a pesquisa de campo também revelou que, essa qualidade não é linear em todos os campus, pois, em decorrência das diferenças estruturais que compõe os diversos campus da UNESP, foi identificado que em algumas unidades apresentam a impossibilidade do desenvolvimento do trabalho multidisciplinar e/ou há casos em que o trabalho do/a AS na AE é realizado sem a existência de um plano específico de atuação para o Serviço Social.

Portanto, a impossibilidade do desenvolvimento do trabalho multidisciplinar; somado a ausência e/ou a não utilização de um plano de intervenção na atuação profissional, representam obstáculos para a consolidação de ações planejadas, sistematizadas, acompanhadas, organizadas e avaliadas de forma coletiva e intersetorial. Essa conjuntura é fator desafiante para o estabelecimento de objetivos e ações multiprofissionais destinadas às demandas reprimidas ou parcialmente atendidas nos campus da UNESP.

Portanto, urge a necessidade de elaboração de um plano de atuação específico para o Serviço Social, aliado à criação de uma Pró-Reitoria dedicada exclusivamente ao desenvolvimento das ações de permanência estudantil em nível multicampi. Esse modelo de organização, presente em outras Universidades Públicas Estaduais Paulistas, como a Universidade de São Paulo (USP) e Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), embora

tratem de Universidades com outras particularidades no âmbito da infraestrutura; corpo técnico/administrativo/profissional; dotação orçamentária e realidade regional; são modelos institucionais organizativos que demonstram o potencial deste trabalho coletivo e articulado na rede multicampi.

Ademais, a constatação da ausência de uma avaliação sistemática do trabalho desenvolvido em alguns campus, torna ainda mais desafiador analisar as áreas que demandam aprimoramento. Nesse mote, também é dificultado a definição dos objetivos do trabalho profissional na AE da UNESP; identificação dos recursos disponíveis para solucionar os problemas apresentados, a definição dos encaminhamentos apropriados, os interlocutores com os quais é necessário dialogar, bem como compartilhar/sistematizar os instrumentos, documentos e legislações que devem embasar a atuação profissional. Isso se torna particularmente complexo quando se trata de demandas de alta complexidade, que exigem ações conjuntas e coordenadas para enfrentar os desafios que se apresentam.

Isto posto, trabalhar com a AE, especificamente na realidade da UNESP, exige do/a AS, a contínua tarefa em ponderar, elaborar e articular estratégias coletivas com todos os sujeitos da comunidade educacional, visando responder de forma efetiva e qualitativa às demandas que se materializam no espaço sócio-ocupacional e por consequência, são apresentadas no cotidiano do trabalho profissional.

À guisa de conclusão, importante destacar que, **embora o Serviço Social tenha o compromisso de enfrentar os lastros de uma estrutura educacional deficitária por atuar diretamente nas expressões da questão social, a responsabilidade de enfrentamento não se esgota nesta profissão, uma vez que a resolução desta macroestrutura vai além das capacidades individuais dos/as Assistentes Sociais.**

(...) é necessário ressaltar as relações entre Serviço Social e política pública, entendendo-se que as políticas sociais são mediações fundamentais da profissionalização do Serviço Social, no entanto não se confundem com ela: é preciso reafirmar as diferenças entre Serviço Social como profissão e política pública como responsabilidade do Estado e dos governos. No caso da assistência social, embora seja uma mediação persistente que remonta às origens da profissão, o Serviço Social não pode ser confundido com a assistência social nem ser restringido a esse campo de intervenção profissional (Raichelis, 2010, p. 769).

A abordagem teórica que norteia este trabalho valoriza a concepção crítica e dialética do trabalho profissional no contexto coletivo. Implica, deste modo, o reconhecimento da necessidade contínua de aprimorar as habilidades analíticas para compreender e intervir na realidade por meio da formação continuada e que reconheça a importância da atuação interdisciplinar, envolvendo outros profissionais e instituições.

Dentro desse contexto, de acordo com debates efetuados no evento “10 ANOS COPE UNESP”, as AS em consonância com a demais equipe de servidores consideraram enquanto requisição urgente a construção de uma Pró-Reitoria de Assistência Estudantil integrada com todos os campus da UNESP, validando o reconhecimento desta necessidade em construir estratégias coletivas, unificadas e operacionalizadas na implantação de um setor com uma equipe mínima de profissionais, contendo em seu corpo de servidores psicólogos, pedagogos e assistentes sociais em todas as unidades da UNESP.

Ademais, os diálogos efetuados no respectivo evento indicam que, apesar de recentemente a instituição tenha ampliado consideravelmente a equipe de AS para atuarem no contexto da AE em diversos campus da UNESP, reitera-se que a quantidade de profissionais ainda é insuficiente para viabilizar, de forma qualitativa e ampla, os objetivos da AE. Neste sentido, averiguamos a intensificação do trabalho das AS, muitas vezes acumulando funções e/ou tendo que lidar com demandas reprimidas ou parcialmente atendidas devido à ausência de recursos disponíveis, e, portanto, uma demanda real e urgente é a contratação desse profissional na UNESP e ampliação de dotação orçamentária para o desenvolvimento da permanência estudantil.

Entendemos que a qualidade de educação defendida por este trabalho, é realizável somente quando for possibilitada uma formação integral de todos/as/os/as/es estudantes, e que pressupõe instigar às potencialidades humana e sua capacidade de reaprender criticamente, pautados no ensino-aprendizagem para além dos muros da universidade. Atingir esta qualidade na educação pressupõe também propiciar condições objetivas e subjetivas aos estudantes que possuem vulnerabilidades socioeconômicas, através da implementação da política de assistência/permanência estudantil, e lutando para que ela seja cada vez mais, sem contrapartidas e/ou exclusão de qualquer ordem.

Desta forma, é preciso resistir coletivamente às incessantes tentativas no desmonte da educação superior pública brasileira, e que podem ser manifestadas nas seguintes situações: redução gradativa ou a não contratação de assistentes sociais para atuar na permanência/assistência estudantil; impossibilidade de responder às manifestações da questão social na universidade que acarretam na evasão escolar e outras situações que afetam a permanência dos estudantes; e os ataques político e jurídico na formulação de leis, emendas e cortes orçamentários para restringir e/ou fragmentar, os avanços já conquistados e impressos nos objetivos da PNAES/PNAEST.

“Na pauta política da classe trabalhadora, educação pública, gratuita, universal e unitária - no que tange à instrução e trabalho, são reivindicações históricas e permanentes” (Moreira,

2018, p. 46), ou seja, a política educacional em referência é tensionada frequentemente pelas lutas de classes. Assim, é preciso lutar pela construção de uma política de assistência estudantil na UNESP.

Contudo cabe salientar, que toda trincheira é historicamente permeada por condições de desigualdades, injustiças e violências, e que exigem audácia e comprometimento na transformação por aqueles/as que não se conformam diante dos inúmeros contextos de iniquidades que são presentes na realidade universitária.

É preciso, conforme as contribuições de Gramsci (2011) trabalhar pela (re) formulação da racionalidade; dos ideários políticos, econômicos, social, intelectual, moral; e das relações democráticas para que assim, a classe trabalhadora possa compreender e conquistar o espaço e autonomia para liderar ações contra hegemônicas e edificar socialmente, política e economicamente, o destino da Educação Superior Pública brasileira.

Para finalizar, destacamos que esta dissertação é apenas uma contribuição destinada aos/às estudantes, profissionais, trabalhadores, enfim, a todos os sujeitos que se interessam na área do Serviço Social e Educação, em especial a AE, assim, fica em aberto a possibilidade de continuar as inúmeras reflexões teóricas que permeiam o objeto de estudo conforme citado anteriormente - os Movimentos Estudantis, por exemplo.

O compromisso de futuros Assistentes Sociais e estudantes que defendem a permanência/assistência estudantil na universidade, deve ser lembrada como pauta de luta para construção, implementação e efetivação de uma Pró-Reitoria de Assistência Estudantil integrada com todos os campus da UNESP, bem como a construção de Política de AE. Essa proposição está sintonizada ao reconhecimento da UNESP, como uma Universidade Pública de referência na Educação Superior brasileira e, certamente será um excelente exemplo na área da AE, através da organização da citada política. Assim, quiçá outras Universidades Públicas Estaduais possam construir sua política de AE tendo como referência a experiência da UNESP.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Lei. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. **ABEPSS**, 1996.

ADUNESP. Acesso em: 12 de janeiro de 2023. **Disponível em:** <https://www.adunesp.org.br/>

ALMEIDA, Daniela da Cunha Lopes; SILVA, Maria Cintra da. **Expansão e interiorização do ensino superior no brasil: um estudo de caso em minas gerais**. 2022.

ALMEIDA, Ney. Luiz. Teixeira de. **O Serviço Social na Educação: novas perspectivas sócio-ocupacionais**. Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, 5 jun. 2007. Disponível em: https://necad.paginas.ufsc.br/files/2012/07/O_Servico_Social_na_Educacao_perspectivas_socio_ocupacionais1.pdf. Acesso em: 8 nov. 2022.

ALMEIDA, Silvio. Racismo estrutural. **Pólen Produção Editorial LTDA**, 2019.

ALMEIDA, Wilson Mesquita de. Ampliação do acesso ao ensino superior privado lucrativo brasileiro: Um estudo sociológico com bolsistas do ProUni na cidade de São Paulo. **Universidade de São Paulo**, 2012.

ALVES, Vanessa Kolmar; CASALI, Caroline. Condições de permanência material e simbólica de estudantes negros na universidade. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 16, n. 37, p. 28-45, 2021.

ANDRADE, Daniel Pereira. Neoliberalismo: crise econômica, crise de representatividade democrática e reforço de governamentalidade. **Novos estudos CEBRAP**, v. 38, p. 109-135, 2019.

ANTUNES, Ricardo. O mundo precarizado do trabalho e seus significados. **Cadernos de Psicologia social do trabalho**, v. 2, p. 55-59, 1999.

ANTUNES, Ricardo. O Privilégio da Servidão, o novo proletariado de serviços na era digital. 2ª Ed. S. Paulo: **Boitempo**, 2020.

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. **Boitempo Editorial**, 2015.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE GOIÁS. Dia da Consciência Negra: estatísticas e conquistas no Legislativo | **Portal da Alego**. Disponível em: <https://portal.al.go.leg.br/noticias/113674/dia-da-consciencia-negra-estatisticas-e-conquistas-no-legislativo>>. Acesso em: 1 dez. 2023.

AUGUSTO, André Guimarães; MIRANDA, Flávio; CORRÊA, Hugo F. Marx e os povos sem história. **Nova Economia**, v. 30, pág. 69-93, 2020.

BARBOSA, Roseane de Almeida. **A assistência ao estudante da residência universitária da UFPB**. 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro, 2001.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. Política social: fundamentos e história. **Editora Cortez**, 2011.

BELO, Amanda Silva. **A educação superior e a assistência estudantil: requisições e respostas do trabalho do assistente social frente sua expansão no contexto de contrarreforma do Estado**. 2017.

BOCCATO, Vera Regina Casari. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo, São Paulo**, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

BONAVIDES, Paulo. História constitucional do Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: **Paz e Terra**, 1991.

BOSCHETTI, Ivanete. Expressões do conservadorismo na formação profissional. **Serviço Social & Sociedade**, n. 124, p. 637–651, dez. 2015.

BRAMBILLA, Marcos Aurélio; CUNHA, Marina Silva da. Pobreza multidimensional no Brasil, 1991, 2000 e 2010: uma abordagem espacial para os municípios brasileiros. **Nova Economia**, v. 31, p. 869-898, 2022.

BRASIL. **Código de Ética do/a Assistente Social nº 8.662**, de 13 de março de 1993. 10. ed. Brasília, DF, 1993.

BRASIL. Constituição Federal (1824). **Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm. Acesso em: 29 de mar de 2020.

BRASIL. Constituição Federal (1967). **Emenda Constitucional n. 1, de 24 de janeiro de 1969**. Brasília, 1969.

BRASIL. **Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da educação nacional. Legislação, Brasília, DF, dez. 1996. Disponível em: Acesso em: 15 março de 2021

BRASIL. **Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Seção 1, p. 1, 30/12/2008.

BRASIL. **Lei nº 12.202, de 14 de janeiro de 2010**. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/12202.htm. Acesso em: 15 mar. 2023.

BRASIL. **Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil — PNAES. Disponível em: Acesso em: 09 nov. 2023.

BRASIL. **Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília: DF, 30 ago. 2012. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/L12711.htm. Acesso em: 03 jun. 2019.

BRASIL. MEC. **Lei de Cotas para o Ensino Superior**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cotas/perguntas-frequentes.html>.

BRASIL. MEC. **Projeto de Lei n. 3.582, de 28.04.2004**. Dispõe sobre a instituição do Programa Universidade para Todos – Prouni, e dá outras providências. Brasília: MEC, 2004 (<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/219649.htm>, consulta: 06.01.23).

BRASIL. Ministério da Educação – MEC. **Portaria normativa nº 25 de 28 de dezembro de 2010** – Programa Nacional de Assistência Estudantil para as instituições de educação superior públicas estaduais - PNAEST. Disponível em: Acesso em: 15 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Portaria Normativa nº 11, de 20 de junho de 2017**. Estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores a distância, em conformidade com o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2017b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=66431-portaria-normativa-11-pdf&category_slug=maio-2017-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 25 de maio de 2023.

BRASIL. **Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras – Future-se**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: https://ufrj.br/sites/default/files/imgnoticia/2019/07/projeto_de_lei_do_programa_future-se.pdf. Acesso em: 10 abril. 2023.

BRASIL. Senado Federal. **Decreto-lei nº19.851/1931**.

CALDANA, Adriana Cristina Ferreira; FIGUEIREDO, Marco Antonio de Castro. Desemprego e subjetividade: estratégias de inclusão social e sobrevivência. **Paidéia**. Ribeirão Preto, v. 12, p. 19-26, 2002.

CAMARGO, Eder Pires de. Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces. **Ciência & Educação (Bauru)**, v. 23, p. 1-6, 2017.

CAMPOS, Carlos Alexandre. **Motivos da evasão: um estudo com estudantes evadidos do curso de graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina**. 2018.

CAPUTO, Ana Cláudia; MELO, Hildete Pereira de. A industrialização brasileira nos anos de 1950: uma análise da instrução 113 da SUMOC. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 39, p. 513-538, 2009.

CARDOSO, Maria de Fátima Matos. Reflexões sobre Instrumentais em Serviço Social: Observação Sensível, Entrevista, Relatório, visitas e teorias de Base no Processo de Intervenção Social. **São Paulo: LCTE**, 2008.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. Ética e formação profissional em Serviço Social: do conservadorismo à emancipação. **Revista Katálisis**, v. 20, p. 325-334, 2017.

CARMO, Valéria Rocha Aveiro do. **Os selves na modernidade líquida**. 2020.

CASAGRANDE, Ana Lara; MAIESKI, Alessandra; ALONSO, Katia Morosov. As contingências e condições objetivas da “EADização” do Ensino Superior Presencial. **Educação & Sociedade**, v. 43, 2022.

CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário. Rio de Janeiro: **Vozes**, 1998.

CFESS. **Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional**. Organizado pelo Conselho Federal de Serviço Social; colaboradores PRÉDES, R. Brasília. 2005.

CFESS. **Código de Ética do assistente social e Lei de Regulamentação da profissão**. Brasília, 1993.

CFESS. **Esclarecimento sobre a implantação da jornada de 30 horas para Assistentes Sociais sem redução salarial**. Brasília, 2013.

CFESS. **Subsídios para atuação de assistentes sociais na política de educação**. nº 3. Brasília: 2013.

CHAUÍ, Marilena; NOGUEIRA, Marco Aurélio. O pensamento político e a redemocratização do Brasil. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. 173-228, 2007.

COLLETI, Cesar. **Professores e funcionários decidem manter greve na Unesp de Franca**. Publicado em: Jornal da Franca, 16 de jun, 2016. Disponível em: <https://www.jornaldafranca.com.br/professores-e-funcionarios-decidem-por-manter-greve-na-unesp-de-franca/>

CORBUCCI, Paulo Roberto. **O ensino superior brasileiro na década de 90**. 2001.

COSTA, Simone Gomes. A equidade na educação superior: uma análise das Políticas de Assistência Estudantil. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — **Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 2010.

DA SILVA, Shirley Fernandes Pereira; PESSANHA, José Francisco Moreira. Identificação de indicadores para previsão de insolvência das distribuidoras de energia elétrica por meio de regressão logística para dados em painel. **Contabilometria**, v. 9, n. 1, 2022.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. Neoliberalismo e subjetivação capitalista. **Revista Olho da História**, v. 22, 2016.

DE ALMEIDA, Mônica Rafaela; DE OLIVEIRA, Isabel Fernandes; DE SOUSA, Pablo Seixas. O Programa Nacional de Assistência Estudantil em uma Universidade Pública. **Revista Psicologia em Pesquisa**, v. 13, n. 2, p. 189-207, 2019.

DE ALMEIDA, Wilson Ricardo Antoniassi. A educação jesuítica no Brasil e o seu legado para a educação da atualidade. **Grifos**, v. 23, n. 36/37, p. 117-126, 2014.

DE ANDRADE, Caio César Vioto. Autoritarismo e descentralização: As percepções sobre o Estado na ditadura militar brasileira. **In: História, Democracia e Resistência**, p.1-9, 2018.

DE CASTRO PEREIRA, Mariana Figueiredo. A influência norte americana no serviço social: Formação histórica e rebatimentos contemporâneos. **Serviço Social em Debate**, v. 2, n. 1, 2019.

DE FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho; MAGNELLI, André; EYNAUD, Philippe. Para superar o divórcio entre economia e sociedade: diagnóstico crítico e notas propositivas em um contexto de pandemia. **NAU Social**, v. 11, n. 20, p. 167-184, 2020.

DE GODOY, Emerson Andre; CALVOSO, Flavia Bottura. Políticas sociais no contexto do neoliberalismo: uma reflexão sobre os limites do estado burguês. **Revista do CEAM**, v. 5, n. 2, p. 31-42, 2019.

DE MOURA, Alessandro. Crise da acumulação, Estado e classes sociais. **Revista Fim do Mundo**, n. 03, p. 88-118, 2020.

DE SOUZA LIMA, Kátia Regina. A política de ensino superior à distância no Brasil nos anos de neoliberalismo. **Perspectiva**, v. 29, n. 1, p. 19-47, 2011.

DENTZ, Marta von; SILVA, Roberto Rafael Dias da. Dimensões históricas das relações entre educação e Serviço Social: elementos para uma revisão crítica. **Serviço Social & Sociedade**, p. 07-31, 2015.

DO CARMO LESSA, Simone Eliza. A política de Assistência Estudantil: entre êxitos e incompletudes. **Revista Praia Vermelha**, v. 25, n. 2, 2015.

DOS SANTOS, Dulce Pereira; SAMPAIO, Adriany de Ávila Melo; DURÃES, Sarah Jane. Educação superior e desenvolvimento no Brasil: expansão e contenção (1961-1971): Higher education and development in Brazil: expansion and containment (1961-1971). **Argumentos-Revista do Departamento de Ciências Sociais da Unimontes**, v. 15, n. 1, p. 250-275, 2018.

DUARTE, Pedro Henrique Evangelista; GRACIOLLI, Edílson José. A teoria da dependência: interpretações sobre o (sub) desenvolvimento na América Latina. **V Colóquio Internacional Marx e Engels**. UNICAMP, 2007.

DUTRA, Natália Gomes dos Reis; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 25, p. 148-181, 2017.

DUTRA, Norivan Lustosa Lisboa. A expansão do ensino superior privado a partir de 1990: limites e possibilidades. **Artifícios**, v. 2, n. 4, p. 1-19, 2012.

EIRAS, Alexandra Alts; YAZBEK, Maria Carmelita; DOS SANTOS, Cláudia Mônica. Os movimentos contestatórios no Serviço Social iberoeuropeu e da América do Norte no período de 1960 a 1980. **Em Pauta**, v. 15, n. 40, 2017.
em: 20 mar. 2023.

FÁVERO, de Albuquerque Maria de Lourdes. **A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968**. 2006.

FERES, João Júnior; CAMPOS, Luiz Augusto. Ação afirmativa no Brasil: multiculturalismo ou justiça social? **Lua nova: Revista de cultura e política**, p. 257-293, 2016.

FERNANDES, Florestan. O negro no mundo dos brancos. 2. ed. São Paulo: **Global**, 2007.

FERREIRA JUNIOR, Amarílio. **História da Educação Brasileira: da Colônia ao século XX**. 2011.

FREITAS, Tais Pereira de. Serviço Social e medidas socioeducativas: o trabalho na perspectiva da garantia de direitos. **Serviço Social & Sociedade**, p. 30-49, 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Sociedade e educação no governo bolsonaro: anulação de direitos universais, desumanização e violência. **Revista Desenvolvimento & Civilização**, v. 2, n. 2, p. 118-138, 2021.

FULFARO, Ana Carolina. **Estudantes da Unesp de França paralisam as aulas por RU e permanência do cursinho**. 2015. Acesso em: 21 de outubro de 2023. Disponível em: https://www.esquerdadiario.com.br/spip.php?page=gacetilla-articulo&id_article=2119

FUNDO BRASIL. **Significado da sigla LGBTQIA+**. 22 jun. 2022. Disponível em: <https://www.fundobrasil.org.br>. Acesso em: 22 jun. 2022.

FUNDUNESP. **Fundação para o Desenvolvimento da Unesp**. Acesso em: 12 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://www.fundunesp.org.br/>

GIOLO, Jaime; LEHER, Roberto; SGUISSARDI, Valdemar. Future-se: ataque à autonomia das instituições federais de educação superior e sua sujeição ao mercado. **São Carlos: Diagrama Editorial**, 2020.

GOMES, Nilma Lino; SILVA, Paulo Vinícius Baptista da; BRITO, José Eustáquio de. Ações afirmativas de promoção da igualdade racial na educação: lutas, conquistas e desafios. **Educação & Sociedade**, v. 42, p. e258226, 2021.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. Rio de Janeiro: **Civilização Brasileira**, v. 1, 2011.

GUARNIERI, Fernanda Vieira; MELO-SILVA, Lucy Leal. Ações afirmativas na educação superior: rumos da discussão nos últimos cinco anos. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, p. 70-78, 2007.

GUERRA, Yolanda. No que se sustenta a falácia de que na prática a teoria é outra. **Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social –ENPESS**. Porto Alegre, 2004.

GUIMARÃES, Lúcia Filomena de Almeida; FALSARELLA, Orandi Mina. Uma análise da metodologia Just-In-Time e do sistema Kanban de produção sob o enfoque da ciência da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 13, p. 130-147, 2008.

HARVEY, David. O novo imperialismo. 5. ed. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: **Loyola**, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Vilela.; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social. Esboço de Uma Interpretação Histórico-sociológica**. 1982.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão. **Serviço Social & Sociedade**, p. 13-38, 2017.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Mundialização do capital, “questão social” e Serviço Social no Brasil. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, n. 21, p. 117-140, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 6. ed. São Paulo: **Cortez**, 2003.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serviço Social & Sociedade**, p. 285-303, 2017.

INEP. **Analfabetismo chega a ser 20 vezes maior entre mais pobres**. 2003. Acesso em: 29 jun. 2020.

INEP. **Censo da Educação Superior em 2010**. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2010/divulgacao_censo_2010.pdf. Acesso em: 18 maio 2020.

INEP. **Censo da Educação Superior em 2019**. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/Apresentacao_Censo_da_Educacao_superior_2019.pdf. Acesso em, v. 15, n. 07, p. 2021, 2019.

INEP. **Dados do Censo Escolar: Rede pública tem maior número de alunos com idade acima do recomendado para a série de ensino**. 2018. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/id/1493705. Acesso em: 01 ago. 2020.

INEP. **Inep divulga dados inéditos sobre fluxo escolar na educação básica**. 2017. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/inep-divulga-dados-ineditos-sobre-fluxo-escolar-na-educacao-basica/21206. Acesso em: 01 ago. 2020.

IPEA. **Mapa das organizações da sociedade civil**. 2022. Disponível em: <https://mapaosoc.ipea.gov.br/>.

JORNAL TERRA. **Após ocupação da reitoria, Unesp garante benefícios a estudantes**. Publicado em: 28 de jun. de 2013. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/educacao/apos-ocupacao-da-reitoria-unesp-garante-beneficios-a-estudantes,bdffd08fc2c8f310VgnVCM4000009bcceb0aRCRD.html>. Acesso em: 07/10/2023.

JOSÉ, Caio Rennó; GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. Capitalismo monopolista: de Baran e Sweezy ao debate brasileiro. **Revista Debate Econômico**, v. 2, n. 2, p. 31-52, 2014.

KOWALSKI, Aline Viero. **Os (des) caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos**. 2012.

LARA, Ricardo; SILVA, Mauri Antônio da. A ditadura civil-militar de 1964: os impactos de longa duração nos direitos trabalhistas e sociais no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, p. 275-293, 2015.

LEHER, Roberto. Universidade pública federal brasileira: future-se e “guerra cultural” como expressões da autocracia burguesa. **Educação & Sociedade**, v. 42, 2021.

LIMA, Kátia Regina de Souza. O Banco Mundial e a educação superior brasileira na primeira década do novo século. **Revista Katálisis**, v. 14, p. 86-94, 2011.

LIMOEIRO CARDOSO, Miriam. Capitalismo dependente, autocracia burguesa e revolução social em Florestan Fernandes. **Coleção Documentos**, n. 18, 1995.

Machado, Laís. (2013, 26 de junho). **Grevistas mantêm paralisação parcial em 14 unidades da Unesp**. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/educacao/grevistas-mantem-paralisacao-parcial-em-14-unidades-da-unesp,24807062bf18f310VgnVCM3000009acceb0aRCRD.html>

MACIEL, Carina Elisabeth; DOS SANTOS LIMA, Elizeth Gonzaga; GIMENEZ, Felipe Vieira. Políticas e permanência para estudantes na educação superior. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 32, n. 3, p. 759-781, 2016.

MANTOVANI, Bianca de. Andrade. **Um enfoque sobre o analfabetismo (1915-1939)**. USP, p. 1-48, 19 abr. 2012.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. **Educação e Serviço Social: elo para a construção da cidadania**. 2012.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção de capital. São Paulo **Boitempo**, p.896. 2013.

MASINI, Fábio. EINAUDI, Luigi. **A construção do projeto neoliberal**, p. 39-59, 2012.

MÉSZÁROS, István. O poder da ideologia. São Paulo: **Boitempo**, 2004.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **O que é a lei de cotas?** 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cotas/perguntas-frequentes.html>. Acesso em: 25 jul. 2020.

MIOTO, Regina Celia Tamasso; NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Política Social e Serviço Social: os desafios da intervenção profissional. **Revista Katálisis**, v. 16, p. 61-71, 2013.

MOEHLECKE, Sabrina. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. **Cadernos de pesquisa**, n. 117, p. 197-217, 2002.

MONTALVÃO, Sérgio. A LDB de 1961: apontamentos para uma história política da educação. **Mosaico**, v. 3, pág. 21-39, 2010.

MORAES, Benedito Rodrigues de. Maquinaria, taylorismo e fordismo: a reinvenção da manufatura. **Revista Novos Rumos**, ano I, n. 2, pp. 223-33, abril-junho, 1986.

MORAES, Yukari Yamauchi. Assistência Estudantil: Trajetória e desafios na UNESP campus de Franca. **Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social)** – FCHS UNESP/Campus de Franca/SP, p.61, 2020.

MOREIRA, Carlos Felipe Nunes. **Trabalho, educação e democracia: tendências do debate sobre democratização da política educacional brasileira nos últimos trinta anos**. 2018.

MOREIRA, Tales Willyan Fornazier; CAPUTI, Leslieane. **O protagonismo do movimento estudantil de serviço social brasileiro**. 2017.

MOTA, Deusdã Magalhães. Relações entre os Estados Unidos e a América Latina durante a Guerra de Secessão. Mudança operada em 1861. **Revista de História**, v. 54, n. 108, p. 555-562, 1976.

NASCIMENTO, Clara Martins. O serviço social e a crítica da assistência estudantil consentida: tarefas teóricas. **Temporalis**, v. 18, n. 36, p. 365-378, 2018.

NAVARRO, Vera Lucia; PADILHA, Valquíria. Dilemas do trabalho no capitalismo contemporâneo. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, p. 14-20, 2007.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do serviço social. In: **Associação Brasileira de Estudo e Pesquisa em Serviço Social (CFESS)**. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 1 – 105 Brasília, p. 22, 1999.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. Economia Política: uma introdução crítica. – 8. Ed. – São Paulo: **Cortez Editora**, 2012.

NETTO, José Paulo. Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. **Cortez Editora**, 2017.

OCDE. **Apenas 0,8% dos brasileiros de 25 a 64 anos concluíram curso de mestrado**. Publicado em: Educação – Folha, 10 de set de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/09/acesso-a-mestrado-no-brasil-e-16-vezes-menor-do-que-em-paises-ricos.shtml>

OLIVEIRA, Edistia Maria Abath Pereira de; CHAVES, Helena Lúcia Augusto. 80 anos do Serviço Social no Brasil: marcos históricos balizados nos códigos de ética da profissão. **Serviço Social & Sociedade**, p. 143-163, 2017.

PASSOS, Joana Célia dos. Relações raciais, cultura acadêmica e tensionamentos após ações afirmativas. **Educação em Revista**, v. 31, p. 155-182, 2015.

PAVÃO, Aguinaldo. Heteronomia e imputabilidade na fundamentação da metafísica dos costumes. **Kriterion: Revista de Filosofia**, v. 43, p. 119-135, 2002.

PEREIRA, José Maria Dias. Uma breve história do desenvolvimentismo no Brasil. **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 6, n. 9, p. 121-141, 2018.

PESSANHA, Carolina França; SILVA, Renata Maldonado da. A assistência estudantil no “neodesenvolvimentismo”: direito ou concessão? **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 15, 2021.

PIANA, C. M. O serviço social na contemporaneidade: demandas e respostas. São Paulo: **Editora UNESP**, 2021.

PINTO, Geraldo Augusto. O Toyotismo e a mercantilização do trabalho na indústria automotiva do Brasil. **Caderno CRH**, v. 25, p. 535-552, 2012.

PIRES, Julio Manuel; COSTA, Iraci Del Nero da. O capital escravista-mercantil: caracterização teórica e causas históricas de sua superação. **Estudos avançados**, v. 14, p. 87-120, 2000.

POCHMANN, Marcio. **Velhos e novos problemas do mercado de trabalho no Brasil**. UNICAMP, p. 1-21, 19 jul. 2023.

PRADA, Talita. **O Trabalho em Rede na Intervenção das Assistentes Sociais dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. 2015. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Política Social). Universidade Federal do Espírito Santo, PPGPS.

PRATES, Jane Cruz. Reflexões críticas sobre pluralismo, ecletismo e Serviço Social/Comments on pluralism, eclecticism and social work. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 17, n. 2, p. 240-246, 2018.

RAICHELIS, Raquel. 40 anos contribuindo para o pensamento crítico do Serviço Social brasileiro. **Serviço Social & Sociedade**, p. 497-517, 2019.

RAICHELIS, Raquel. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no SUAS. **Serviço Social & Sociedade**, p. 750-772, 2010.

RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Serviço Social & Sociedade**, p. 420-437, 2011.

RAMOS, Ivan Betinas Gutierrez da Costa. **Estado de Bem-Estar social na Europa: um balanço teórico**. 2022.

Rede Brasil Atual. **Greve de alunos, professores e funcionários chega a 14 unidades da Unesp**. 2013.

SÁ, Ricardo Antunes de. A influência da ideologia católica no estado feudal português: a manutenção das condições materiais de produção feudais e suas consequências (superestruturais) para a cultura e para a educação. **Educar em Revista**, p. 97-105, 1996.

SALLUM JR, Brálio; KUGELMAS, Eduardo. O Leviathan declinante: a crise brasileira dos anos 80. **Estudos Avançados**, v. 5, p. 145-159, 1991.

SCHEFFER, Graziela; ZACARIAS, Inez Rocha; MIZOGUCHI, Jéssica Flores. **A influência do higienismo na formação dos assistentes sociais gaúchos (1945-1954)**. 2019.

SCHNEIDER, Ben Ross. **O Estado desenvolvimentista no Brasil: perspectivas históricas e comparadas**. 2013.

SENKEVICS, Adriano Souza. A expansão recente do ensino superior. **Cadernos de estudos e pesquisas em políticas educacionais**, v. 3, n. 4, p. 48-48, 2021.

SERENO, Bruno; SILVA, Daniel Sant Anna da; LEONARDO, Dênis Gustavo; SAMPAIO, Mauro. Método híbrido CONWIP/KANBAN um estudo de caso. **Gestão & Produção**, 18, 651-672, 2011.

SILVA, Natalino Neves da; SANTOS, Adilson Pereira dos; REIS, Jane Maria dos Santos. Assistência estudantil e ações afirmativas: um estudo das condições materiais e simbólicas. **Educação & Sociedade**, v. 42, p. e254841, 2021.

SILVA, Sabrina Aparecida da. Autoritarismo e crise da democracia no Brasil: entre o passado e o presente. **Revista Katálýsis**, v. 24, p. 119-126, 2021.

TAVARES, Maria Augusta. Marx, marxismos e Serviço Social. **Revista Katálýsis**, v. 16, p. 9-11, 2013.

TAYLOR, Frederick. Winslow. Princípios de administração científica. São Paulo, **SP: Atlas**. 1995.

TEIXEIRA, Elaine de Almeida Wantil. O trabalho profissional em serviço social: seu fundamento em torno da categoria trabalho. **Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social**, v. 1, n. 1, 2015.

UAEADTec. **Dia Internacional de combate à LGBTQIA+FOBIA é marcado com ações de conscientização na UAEADTec da UFRPE**. Acesso em: 17 de julho de 2023. Disponível em: <http://www.ead.ufrpe.br/pt-br/node/555>

UNESP. **Diagnóstico geral das condições de permanência estudantil na FCHS/UNESP/Campus de Franca**, São Paulo. 2019. Disponível em: <https://www.franca.unesp.br/Home/gestao3056/programa-de-permanencia-estudantil-da-fchs-unesp.pdf>

UNESP. 40 ANOS. **Unesp 40 years**. (2016).

UNESP. **Anuário Estatístico. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Vol. 1(2001)**. São Paulo: Unesp, APE, 2001 - Anual Ano abrangido pelo anuário: 2022 ISSN: 1983-1773 1. Dados Estatísticos - Universidade Estadual Paulista. I. Universidade Estadual Paulista. Assessoria Especial de Planejamento Estratégico. CDD 378.

UNESP. **Manual para a inscrição dos discentes**. Disponível em: <https://www2.unesp.br/Home/cope/siscope/manual-siscope---estudantes.pdf>. Acesso em 20/02/2024.

UNESP. **Portal da Universidade Estadual Paulista** - UNESP. Acesso em: 12 de agosto de 2023. Disponível em: <https://www2.unesp.br/>

UNESP. **Portaria nº 352, de 08 de outubro de 2019**. Regulamenta A Resolução Unesp Nº 78, de 07 de outubro de 2016, Que Estabelece Normas para a Concessão de Auxílios de Permanência Estudantil. São Paulo, 2019. Disponível em: https://www.faac.unesp.br/Home/Administracao/STAEPE-SecaoTecnicaDeApoioAoEnsino,PesquisaeExtensao/portaria-unesp-352_19.pdf Acesso em: 08 set. 2020.

UNESP. **Resolução nº 21, de 21 de março de 1990**. Aprovação do Regimento do Programa da Moradia Estudantil. São Paulo, 1990. Disponível em: <https://www.feis.unesp.br/Home/Instituicao/administracao/congregacao/pautas/2010/>. Acesso em: 26 ago. 2020.

UNESP. **Resolução nº 63, de 16 de outubro de 1997**. Estabelece Normas Para A Concessão de Bolsas e Auxílios. São Paulo, 1997. Disponível em: <https://www2.unesp.br/proex/guia/07.htm>. Acesso em: 26 set. 2020.

UNESP. **Resolução nº 37, de 09 de setembro de 2008**. Estabelece Normas Para A Concessão de Bolsas de Apoio Acadêmico e Extensão e Auxílios. São Paulo, 2008. Disponível em: <https://www.fcav.unesp.br/Home/dtac/tecnicaacademica/BolsaseAuxilios/resolucao-unesp-37-2008-concessao-bolsas.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2020.

UNESP. **Resolução nº 1, de 05 de janeiro de 2011**. Estabelece O Regimento do Programa de Moradia Estudantil da Unesp. São Paulo, 2011. Disponível em: https://www.iq.unesp.br/Home/Extensao/legislacao_moradia-estudantil.pdf. Acesso em: 26 set. 2020.

UNESP. **Resolução nº 10, de 10 de fevereiro de 2015**. Criação da Comissão Permanente de Permanência Estudantil - Cppe. São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www2.unesp.br/portal#!/cope/documentos/>. Acesso em: 26 ago. 2020.

UNESP. **Resolução nº 78, de 07 de outubro de 2016**. Estabelece Normas Para A Concessão de Auxílios de Permanência Estudantil. São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.feb.unesp.br/Home/comunidade/permanenciaestudantil/resolucao-unesp-2016-78.pdf>. Acesso em: 26 set. 2020.

UNESP. Coordenadoria de Permanência Estudantil (COPE UNESP). **Relatório de Atividades, 2013**. Disponível em: <https://www2.unesp.br/portal#!/cope/documentos/>

UNESP. Coordenadoria de Permanência Estudantil (COPE UNESP). **Relatório de Atividades, 2014**.

UNESP. Coordenadoria de Permanência Estudantil (COPE UNESP). **Relatório de Atividades, 2015**.

UNESP. Coordenadoria de Permanência Estudantil (COPE UNESP). **Relatório de Atividades, 2016**.

UNESP. Coordenadoria de Permanência Estudantil (COPE UNESP). **Relatório de Atividades, 2017.**

UNESP. Coordenadoria de Permanência Estudantil (COPE UNESP). **Relatório de Atividades, 2018.**

UNESP. Coordenadoria de Permanência Estudantil (COPE UNESP). **Relatório de Atividades, 2019.**

UNESP. Coordenadoria de Permanência Estudantil (COPE UNESP). **Relatório de Atividades, 2020.**

UNESP. Coordenadoria de Permanência Estudantil (COPE UNESP). **Relatório de Atividades, 2021.**

UNESP. Coordenadoria de Permanência Estudantil (COPE UNESP). **Relatório de Atividades, 2022.**

UTIM, Leandro de Carvalho; MONTEIRO, Priscilla Bonfim. **A importância Jesuítica para o ensino superior brasileiro e a sua influência religiosa.** 2010.

VARGAS, Hustana Maria; PAULA, Maria de Fátima Costa de. A inclusão do estudante-trabalhador e do trabalhador-estudante na educação superior: desafio público a ser enfrentado. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 18, p. 459-485, 2013.

VIANA, Beatriz Borges; CARNEIRO, Kássia Karise Carvalho; GONÇALVES, Claudenora Fonseca. **O Movimento de Reconceituação do Serviço Social e seu reflexo no exercício profissional na contemporaneidade.** 2017.

VIEIRA, Balbina Ottoni. **História do Serviço Social: contribuição para a construção de sua teoria.** Agir, 1980.

VIEIRA, Carlos Alberto Cordovano. Sentido da colonização e revolução brasileira: crítica de caracterizações do modo de produção colonial. **Serviço Social & Sociedade**, p. 205-224, 2017.

WELLEN, Henrique; CARLI, Ranieri. A falsa dicotomia entre teoria e prática. **Temporalis**, v. 10, n. 20, p. 113-135, 2010.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. **CFESS, ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília-DF, 2009.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Resolução UNESP nº33, de 09 de março de 2023 (documento em vigor no ano de 2023)



RESOLUÇÃO UNESP nº 33, de 09 de MARÇO de 2023.

Estabelece normas para a concessão de Auxílios de Permanência Estudantil na Graduação e Colégios Técnicos.

O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”, no uso de suas atribuições legais com fundamento no inciso IX do artigo 24 do Regimento Geral da Unesp e tendo em vista o deliberado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária (Deliberação nº 07/2023-CEPE/SG), em sessão de 14 de fevereiro de 2023, baixa a seguinte

RESOLUÇÃO:

Artigo 1º - A concessão dos Auxílios de Permanência Estudantil é destinada a discentes regulares dos cursos de Graduação e Colégios Técnicos da Unesp que se encontram em condições de vulnerabilidade socioeconômica, prioritariamente, com renda *per capita* familiar de até 1,5 salário-mínimo nacional e visa contribuir para a redução de índices de retenção e evasão. Será administrada pela Coordenadoria de Permanência Estudantil (Cope) e obedecerá às normas estabelecidas por esta Resolução.

Parágrafo único – É competência exclusiva do profissional do Serviço Social a classificação das condições de vulnerabilidade socioeconômica nas categorias extrema vulnerabilidade, alta vulnerabilidade e vulnerabilidade socioeconômica, a que se refere esta Resolução.

Artigo 2º - As modalidades de Auxílios de Permanência Estudantil a que se refere o artigo 1º são:

I - Auxílio Socioeconômico 1: auxílio financeiro com a finalidade de apoiar o estudante de Graduação e Colégios Técnicos da Unesp a se manter no local de realização do curso em que está matriculado, em casos de alta vulnerabilidade;

II - Auxílio Socioeconômico 2: auxílio financeiro com a finalidade de apoiar o estudante de Graduação e Colégios Técnicos da Unesp a se manter no local de realização do curso em que está matriculado, em casos de vulnerabilidade;

III - Moradia Estudantil: moradia destinada à permanência do estudante de Graduação, de acordo com Resolução e Regimento específicos aprovados pelo Conselho Universitário;

IV - Auxílio Especial: auxílio financeiro concedido, em fluxo contínuo, ao estudante com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme Dec. 5296/04, Art. 5º, § 1º, I e II, e/ou doenças graves;

V - Subsídio Alimentação: auxílio financeiro concedido ao estudante contemplado com qualquer outra modalidade de auxílio de permanência estudantil;

VI - Auxílio Estágio: auxílio financeiro concedido ao estudante que desenvolve Estágio Curricular Obrigatório não remunerado, quando o estágio não puder ser realizado no município sede da Unidade Universitária;

a) a Unidade Universitária que ministrar cursos regulares, com previsão de estágio obrigatório em suas estruturas curriculares, cujos alunos necessitarem do Auxílio Estágio, deverá enviar à Cope, cópia do Regulamento do Estágio aprovado pela Congregação;

b) o período de concessão do Auxílio Estágio será variável de acordo com a necessidade prevista no regulamento de cada curso;

c) em situações especiais, em que houver solicitação de Auxílio Estágio dentro do município sede da Unidade Universitária, deverá haver justificativa e avaliação da Comissão Local de Permanência Estudantil (CLPE).

VII - Auxílio Transporte: auxílio financeiro concedido ao estudante contemplado com Auxílio Socioeconômico 1, ou Auxílio Socioeconômico 2, ou Moradia Estudantil, ou Auxílio Especial, residindo em local de difícil acesso e/ou distante da Unidade Universitária, desde que justificado pela Comissão Local de Permanência Estudantil;

VIII - Auxílio Maternagem/Paternagem: auxílio financeiro concedido, em fluxo contínuo, ao estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica responsável direto por criança, pessoa de até doze anos incompletos, de acordo com a Lei 8.069/1990:

a) caso haja mais de 1 (um) responsável legal pela criança, que seja estudante da Unesp, o auxílio será concedido apenas a um responsável;

b) em casos de adolescentes com deficiência, o auxílio poderá ser concedido desde que com justificativa da Comissão Local de Permanência Estudantil, ouvido o profissional do Serviço Social.

§ 1º - O Auxílio Socioeconômico 1 poderá ser concedido, em caráter provisório, ao estudante ingressante, em situação de extrema vulnerabilidade socioeconômica comprovada, no período compreendido entre a matrícula e o resultado final do Processo Seletivo, desde que justificado pela Comissão Local de Permanência Estudantil ou Vice-Direção da Unidade.

§ 2º - Em casos excepcionais, com justificativa do profissional do Serviço Social e/ou da Comissão Local de Permanência Estudantil, aos estudantes em situação de extrema vulnerabilidade, poderá ser atribuído concomitantemente os Auxílios Socioeconômicos 1 e 2 ou a vaga na Moradia Estudantil e o Auxílio Socioeconômico 1 ou 2.

§ 3º - Em casos excepcionais, com justificativa da Comissão Local de Permanência Estudantil, ouvido o profissional do Serviço Social, aos estudantes contemplados com o Auxílio Socioeconômico 1 ou 2 e/ou vaga na Moradia Estudantil, poderá ser atribuído o Auxílio Especial e/ou Auxílio Estágio e/ou Auxílio Maternagem/Paternagem.

§ 4º - Em caso de acúmulo de modalidades de Auxílios de Permanência o estudante receberá apenas um Subsídio Alimentação.

§ 5º - Caso o estudante com deficiência, mobilidade reduzida e/ou doenças graves, comprovadamente, necessitar de acompanhante, o acompanhante também terá direito a receber o Auxílio Especial.

§ 6º - O Auxílio Transporte será de, no máximo, 11 (onze) meses, para os estudantes veteranos e 10 (dez) meses, para os ingressantes.

§ 7º - Havendo vaga ociosa na Moradia Estudantil, esta poderá ser disponibilizada a estudante de Pós-graduação, desde que justificada pela Comissão Local de Permanência Estudantil.

Artigo 3º - Para solicitar os auxílios previstos nesta Resolução, o estudante deverá:

I - estar regularmente matriculado;

II – inscrever-se no Processo Seletivo de Auxílios da Permanência Estudantil na Unidade na qual está matriculado, preenchendo formulário específico e anexando os documentos indicados, dentro do prazo previsto em edital;

III - participar de avaliação socioeconômica, acompanhada de entrevista, realizada por profissional do Serviço Social na Unidade Universitária.

Parágrafo único – Os estudantes veteranos que já tenham sido contemplado anteriormente em processo seletivo e que atendam aos critérios desta Resolução, somente serão submetidos à entrevista com profissional do Serviço Social quando solicitado pela Comissão de Seleção, Comissão Local de Permanência Estudantil e/ou profissional do Serviço Social, em função de alteração no perfil socioeconômico familiar do estudante.

Artigo 4º - A concessão dos auxílios previstos nesta Resolução deve ser solicitada anualmente pelos estudantes interessados.

Artigo 5º - O período de concessão dos Auxílios de Permanência Estudantil atribuídos aos estudantes veteranos e ingressantes terão validade de até 12 meses.

§ 1º - Nos casos em que a cota de auxílios da Unidade não contemplar toda a demanda local, havendo disponibilidade orçamentária, auxílios suplementares em caráter emergencial serão outorgados pela Cope.

§ 2º - O Subsídio Alimentação terá o mesmo período de vigência da modalidade de auxílio concedido ao estudante.

Artigo 6º - A concessão dos auxílios previstos nesta Resolução não poderá ultrapassar o tempo máximo de duração do curso, previsto em seu Projeto Político Pedagógico, desde que haja possibilidade do estudante concluí-lo neste tempo.

Artigo 7º - O estudante selecionado para qualquer um dos auxílios previstos nesta Resolução deverá assinar, na Unidade Universitária, o Termo de Outorga e Compromisso no qual estão previstos os direitos e deveres relacionados à concessão dos auxílios.

Artigo 8º - Cada Unidade Universitária fixará, por meio de edital, o seu período de inscrição e de seleção dos candidatos às modalidades de auxílios previstos nesta Resolução.

Parágrafo único – Os candidatos habilitados serão classificados em ordem decrescente.

Artigo 9º - A concessão dos auxílios previstos nesta Resolução não configura vínculo empregatício entre o estudante e a Unesp.

Artigo 10 - Os auxílios previstos por esta Resolução serão cancelados a qualquer momento a pedido do interessado ou pela Instituição, nos seguintes casos:

I - trancamento de matrícula em mais de 1/3 (um terço) das disciplinas;

II - suspensão de matrícula;

III - abandono de curso;

IV - conclusão de curso ou transferência de Instituição.

Parágrafo único – Nos casos em que o estudante não esteja frequentando o curso, a Comissão Local de Permanência Estudantil e/ou Conselho de Curso deverá averiguar e acompanhar a condição do estudante, para verificar se a situação se caracteriza, ou não, como abandono de curso.

Artigo 11 – O cancelamento da concessão dos auxílios, previstos nesta Resolução, deverá ser analisado pela Comissão Local de Permanência Estudantil e, se aprovado, efetivado pela Direção da Unidade Universitária.

Parágrafo único - Efetivado o cancelamento de que trata o “caput” deste artigo, deverá ser concedido o auxílio a outro estudante, obedecida a ordem de classificação de candidatos no processo seletivo.

Artigo 12 - Os investimentos decorrentes da concessão dos auxílios presentes nesta Resolução serão administrados pela Cope, devendo compatibilizar a quantidade de beneficiários com as dotações orçamentárias da Unesp para a Permanência Estudantil.

Artigo 13 - Das disposições finais e transitórias:

I - as Comissões Locais de Permanência Estudantil, juntamente com a Vice-Direção da Unidade, deverão planejar o edital do processo seletivo da Unidade para a atribuição de auxílios de permanência estudantil, conforme previsto na Portaria 343/2018, art. 6º, inciso V;

II - outras formas de auxílio poderão ser criadas desde que precedidas por estudos desenvolvidos no âmbito da Comissão Permanente de Permanência Estudantil (CPPE) e Cope, e implementadas após aprovação nos Órgãos Colegiados competentes;

III - em caso de divergência entre as regulamentações desta Resolução e a Resolução 01/2011, prevalecerão as disposições contidas nesta Resolução.

Artigo 14 - Os casos omissos nesta Resolução serão resolvidos pelas CLPEs, CPPE ou Cope, no âmbito de suas competências.

Artigo 15 - As disposições contidas nesta Resolução serão regulamentadas mediante Portarias do Reitor.

Artigo 16 – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário, em especial a Resolução Unesp nº 78/2016.

(Processo nº 2486/50/01/2013)

Pasqual Barretti
Reitor

APÊNDICE B - Questionário aplicado via “google forms” às assistentes sociais que atuam no setor da assistência estudantil na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho

Título: Pesquisa acadêmico-científica (Dissertação de Mestrado) discente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social–PPGSS UNESP/Franca- SP.

Descrição: Pesquisa de mestrado - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – UNESP/Franca/SP, realizada pela discente: Yukari Yamauchi Moraes, com o título preliminar "OS DESAFIOS NO TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO CONTEXTO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”, orientada pela Prof.^a Dr.^a Livre Docente: Eliana Bolorino Canteiro Martins. Salientamos que, foi devidamente submetida ao Comitê de Ética – Plataforma Brasil e aprovada, sendo que a identidade dos/as participantes serão preservados/as. A pesquisadora se compromete em socializar os resultados da pesquisa para os/as participantes antes de publicá-los. Ressaltamos a valiosa colaboração dos/as Assistentes Sociais para a efetivação da referida pesquisa que, em última instância objetiva contribuir com o fortalecimento da Assistência/Permanência Estudantil nas Universidades Públicas Paulistas destacando a relevância do trabalho das equipes multiprofissionais.

Identificação (Nome):

Campus educacional onde atua:

E-mail:

EIXO 1 - PERFIL DO/A ASSISTENTE SOCIAL: Faixa etária:

- () 18 a 35 anos
- () 36 a 53 anos
- () 54 anos ou mais
- () Prefiro não responder

Gênero:

- () Masculino
- () Feminino

☐ Não binário

☐ Prefiro não responder

Outros:

Orientação sexual:

☐ Heterossexual

☐ Homossexual

☐ Bissexual

☐ Assexual

☐ Pansexual

☐ Prefiro não responder

Outros:

Auto declaração de pertença étnico-racial:

☐ Branco

☐ Preto

☐ Amarelo

☐ Indígena

☐ Pardo

☐ Prefiro não responder

Outros:

Formação Profissional - A instituição de formação do curso de graduação é de natureza:

☐ Pública e presencial

☐ Pública e EAD

☐ Privada e presencial

☐ Privada e EAD

☐ Confessional/Filantrópica/Comunitária presencial

☐ Confessional/Filantrópica/Comunitária EAD

Outros:

Citar o ano da formação na graduação:

Formação (Pós-Graduação): Possui Pós-Graduação *Strictu-Sensu* ou *Latto-Sensu*? Em caso afirmativo, qual área e instituição?

EIXO 2 – CONDIÇÕES DE TRABALHO: Forma de contratação na instituição:

- ☐ Concurso público
- ☐ CLT
- ☐ Processo Seletivo (temporário)

Outros:

A jornada de trabalho na instituição é de:

- ☐ 30 horas semanais
- ☐ 40 horas semanais

Outros:

Tempo de atuação na área da assistência estudantil nesta instituição:

EIXO 3 - ESTRUTURA INSTITUCIONAL PARA REALIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA INSTITUIÇÃO: Qual a média do número de estudantes que a unidade possui? Quais são os segmentos atendidos pelo/a assistente social?

Quais são as ações de assistência estudantil desenvolvidas na instituição?

- ☐ Auxílio Socioeconômico
- ☐ Subsídio Alimentação
- ☐ Moradia Estudantil
- ☐ Auxílio Especial
- ☐ Auxílio Provisório
- ☐ Auxílio Estágio
- ☐ Auxílio Transporte
- ☐ Restaurante Universitário

Outros:

Realiza trabalho multidisciplinar? Caso afirmativo, com quais profissionais?

- ☐ Psicólogo
- ☐ Pedagogo

- () Advogado
- () Fonoaudiólogo
- () Enfermeiro
- () Médico
- () Não é realizado trabalho multidisciplinar na instituição

Outros:

Qual a quantidade de assistentes sociais contratados/as no campus que atua? Este número é suficiente para as demandas estudantis no âmbito da assistência estudantil?

Em média, qual o número de estudantes beneficiários da assistência estudantil? Os recursos destinados para o desenvolvimento das ações de permanência estudantil contemplam integralmente as solicitações?

EIXO 4 - TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL: Quais são as principais requisições para o/a assistente social?

Quais são as principais requisições para o/a assistente social que são reprimidas (não atendidas)?

Existe um plano de intervenção profissional do serviço social? Em caso positivo, como ele é elaborado?

Quais os principais objetivos do trabalho do/a assistente social na assistência estudantil?

Existe o procedimento de avaliação do trabalho realizado? Em caso afirmativo, como é realizado e por quem?

Citar as principais referências teóricas utilizadas pelo assistente social (documentos, legislações, textos teóricos, outros).

Descreva quais são as principais ações desenvolvidas pelo assistente social. Destacar se realiza atividades socioeducativas.

Quais são os instrumentais utilizados e forma de atendimento?

- () Análise socioeconômica
- () Visita técnica domiciliar
- () Atividade socioeducativa
- () Acompanhamento individual
- () Acompanhamento familiar
- () Escuta qualificada

Outros:

Quais são os principais desafios da atuação profissional para a consolidação do acesso e permanência estudantil na instituição?

EIXO 5 - PARTICIPAÇÃO - DIFERENTES INSTÂNCIAS DA UNIDADE DE ENSINO: Você efetiva alguma ação relacionada aos grupos de extensão e/ou grupos de pesquisas existentes na Unidade de Ensino? Comente.

Desenvolve o trabalho articulado com as referidas instâncias colegiadas?

- () Comissão Local de Permanência Estudantil (CLPE)
- () Centro Acadêmico (CA)
- () Diretório Central dos Estudantes (DCE)
- () União Estadual dos Estudantes (UEE)
- () Não desenvolvo o trabalho articulado com instâncias colegiadas
- () Comissão Permanente de Permanência Estudantil (CPPE)

Outros:

Espaço livre para comentários:

Em conformidade com a Resolução CNS nº466 de 2012 define a solicitação da assinatura do documento "Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE". Para formalização de participação da presente pesquisa, resguardado a proteção dos/as participantes, por gentileza, baixar, assinar e anexar o TCLE disponível no seguinte link: https://docs.google.com/document/d/1CZo99VBy9j4WJyP1-ppgbUtQCJ_omClv/edit?usp=sharing&ouid=101365391662092578979&rtpof=true&sd=true

Observação: O referido documento para assinatura foi encaminhado também no e-mail do convite de participação da pesquisa.

ANEXOS

ANEXO A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)



NOME DO PARTICIPANTE:

DATA DE NASCIMENTO: __/__/__. IDADE: _____

DOCUMENTO DE IDENTIDADE: TIPO: __ Nº _____ SEXO: M () F () ENDEREÇO:
 _____ BAIRRO: __ CIDADE: _____ ESTADO:
 _____ CEP: __ FONE: _____.

Eu, _____,

declaro, para os devidos fins ter sido informado verbalmente e por escrito, de forma suficiente a respeito da pesquisa: **Os desafios no trabalho do/a assistente social na assistência estudantil no contexto da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”**. O projeto de pesquisa será conduzido por **Yukari Yamauchi Moraes**, do Programa de Pós-Graduação em **Serviço Social (PPGSS) UNESP/Franca**, orientada pela Prof.^a Dr.^a Livre Docente **Eliana Bolorino Canteiro Martins**, pertencente ao quadro docente da Universidade Estadual Paulista “Júlio de MesquitaFilho” – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/UNESP/C.Franca. Estou ciente de que este material será utilizado para apresentação de Dissertação, observando os princípios éticos da pesquisa científica eseguindo procedimentos de sigilo e discrição. **O objetivo central desta pesquisa é analisar sobre os principais desafios existentes no trabalho do/a assistente social no âmbito da assistência estudantil no contexto da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, tendo como recorte temporal o período: março de 2022 a março de 2023.** Fui esclarecido sobre os propósitos da pesquisa, os procedimentos que serão utilizados e riscos e agarrantia do anonimato e de esclarecimentos constantes, além de ter o meu direito assegurado de interromper a minha participação no momento que achar necessário.

(Cidade), de de .

Assinatura do participante



Pesquisador Responsável

Yukari Yamauchi Moraes

Endereço: Rua Raimundo de Oliveira, nº883, Bairro Parque Residencial Nova

Franca Cidade: Franca, São Paulo

Tel: (16)99188-8109

E-mail: yukari.yamauchi@unesp.br



Orientador

Prof.^a Dr.^a Livre Docente Eliana Bolorino Canteiro Martins Tel: (16)99186-8487

E-mail: elianacanteiro@terra.com.br

ANEXO B – Carta de apresentação do projeto de pesquisa para a instância coparticipante



Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - PPGSS

Franca, 16 de maio de 2023.

Assunto: Solicitação de autorização para realização de pesquisa acadêmico-científica (Dissertação de Mestrado) discente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PPGSS UNESP/Franca/SP

Prezado Senhor,

Prof. Dr. Mário Sérgio Vasconcelos

Coordenador da Coordenadoria de Permanência Estudantil (COPE) UNESP

Solicitamos autorização para realização da pesquisa de mestrado - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – UNESP/Franca/SP, realizada pela discente: Yukari Yamauchi Moraes, com o título preliminar: "Os desafios no trabalho do/a assistente social na assistência estudantil no contexto da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", orientada pela Prof.^a Dr.^a Livre Docente: Eliana Bolorino Canteiro Martins.

O Objetivo geral da pesquisa se constitui em “Analisar os principais desafios do trabalho do/a assistente social no âmbito da assistência estudantil no contexto da Universidade Estadual Paulista, Júlio de Mesquita Filho, tendo como recorte temporal o período: março de 2022 a março de 2023”.

Após a autorização da pesquisa devidamente formalizada, será submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa e efetuado o convite para as/os Assistentes Sociais de cada campi da UNESP para a solicitação de participação da pesquisa. Na sequência, realizaremos a coleta de dados, que será feita por meio da pesquisa de campo através de questionário semiestruturado enviado via “Google Forms” para os/as Assistentes Sociais que operacionalizam as ações referentes a Assistência Estudantil na referida Universidade Pública Paulista desvelando os desafios, as ações implementadas para efetivar o acesso e permanência estudantil.

Salientamos que, após autorização, o projeto de pesquisa será previamente submetido ao Comitê de Ética – Plataforma Brasil, para a devida aprovação. A identificação dos participantes da pesquisa será preservada e os resultados da pesquisa serão socializados.

Ressaltamos a valiosa colaboração dos/as Assistentes Sociais para a efetivação da referida pesquisa que, em última instância objetiva contribuir com o fortalecimento da Assistência/Permanência Estudantil nas Universidades Públicas Paulistas destacando a relevância do trabalho das equipes multiprofissionais.

Agradecemos a atenção e nos colocamos ao inteiro dispor para melhores esclarecimentos.

Por fim, solicitamos a formalização da autorização da presente pesquisa científica em documento com papel timbrado e assinatura (Modelo anexo 2), para cumprir aos protocolos da Plataforma Brasil.

Atenciosamente,



Dra. Eliana Bolorino Canteiro Martins

Docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social UNESP/Franca/SP

Orientadora da referida pesquisa.

Contato: WhatsApp - (16) 99186-8487



Mestranda Yukari Yamauchi Moraes

Discente responsável pela realização da pesquisa. Contato:

WhatsApp - (16) 99188-810

ANEXO C – Carta de Anuência elaborado de acordo com a Resolução 466/2012-CNS/CONEP).



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Reitoria



OFÍCIO Nº 098/2023/COPE

Referência: Solicitação Eliana Bolorino Canteiro Martins e Yukari Yamauchi Moraes de
16/05/2023

Assunto: autorização para realização de pesquisa acadêmico-científica.

OFÍCIO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA ACADÊMICO-CIENTÍFICA

Eu, **MÁRIO SÉRGIO VASCONCELOS, Coordenador da Coordenadoria de Permanência Estudantil (Cope)**, declaro estar informado da metodologia que será desenvolvida na pesquisa "Os desafios no trabalho do/a assistente social na assistência estudantil no contexto da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", realizada pela discente Yukari Yamauchi Moraes, orientada pela Prof.^a Dr.^a Livre Docente: Eliana Bolorino Canteiro Martins. O objetivo geral da pesquisa se constitui em "Analisar os principais desafios do trabalho do/a assistente social no âmbito da assistência estudantil no contexto da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, tendo como recorte temporal o período: março de 2020 a julho de 2022".

Declaro estar ciente da metodologia que será desenvolvida – Após a autorização da pesquisa devidamente formalizada, será submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa e efetuado o convite para as/os Assistentes Sociais de cada campi da UNESP para a solicitação de participação da pesquisa. Posteriormente, será realizado a coleta de dados, que será feita por meio da pesquisa de campo através de questionário semiestruturado enviado via "Google Forms" para os/as Assistentes Sociais que operacionalizam as ações referentes a Assistência Estudantil na referida Universidade Pública Paulista desvelando os desafios, as ações implementadas para efetivar o acesso e permanência estudantil.

A identificação dos participantes da pesquisa será preservada e os resultados da pesquisa serão socializados. Isto posto, autorizo a realização da referida pesquisa na unidade de ensino.

São Paulo, 16 de maio de 2023.

MÁRIO SÉRGIO VASCONCELOS

Coordenador da Coordenadoria de Permanência Estudantil

Coordenadoria de Permanência Estudantil - Cope
Rua Quirino de Andrade, 215, 10º andar, 01049-010, Centro, São Paulo.
Tel.: (11) 5627-0444 – cope.reitoria@unesp.br
<http://www.unesp.br/permanenciaestudantil>

ANEXO D – Folha de Rosto para pesquisa envolvendo seres humanos (Plataforma Brasil).



MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP

FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS

1. Projeto de Pesquisa: OS DESAFIOS NO TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO CONTEXTO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"			
2. Número de Participantes da Pesquisa: 20			
3. Área Temática:			
4. Área do Conhecimento: Grande Área 6. Ciências Sociais Aplicadas			
PESQUISADOR RESPONSÁVEL			
5. Nome: YUKARI YAMAUCHI MORAES			
6. CPF: 234.469.698-96		7. Endereço (Rua, n.º): RAIMUNDO DE OLIVEIRA PARQUE RESIDENCIAL NOVA FRANCA APARTAMENTO 21 BLOCO B FRANCA SÃO PAULO 14409210	
8. Nacionalidade: BRASILEIRO	9. Telefone: 16991888109	10. Outro Telefone:	11. Email: yukari.yamauchi@unesp.br
Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.			
Data: 14 / 06 / 2023		 Assinatura	
INSTITUIÇÃO PROPONENTE			
Não se aplica.			
PATROCINADOR PRINCIPAL			
17. Nome: 5525 FUND COORD DE APERFEICOAMENTO DE PESSOAL DE NIVEL SUP		18. Telefone:	19. Outro Telefone:
Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima.			
Nome: <u>Fernanda Mello Sant'Anna</u>		CPF: <u>327.151.358-90</u>	
Cargo/Função: <u>Diretora</u>		Email: <u>diretoria.franca@unesp.br</u>	
Data: 15 / 06 / 2023		 Assinatura	

ANEXO E – Parecer consubstanciado do CEP (Plataforma Brasil)

FACULDADE DE CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS DA
UNESP-CAMPUS FRANCA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: OS DESAFIOS NO TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO CONTEXTO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

Pesquisador: YUKARI YAMAUCHI MORAES

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 70597723.6.0000.5408

Instituição Proponente: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais- Unesp - Campus de Franca

Patrocinador Principal: FUND COORD DE APERFEICOAMENTO DE PESSOAL DE NIVEL SUP

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.149.836

Apresentação do Projeto:

O projeto foi apresentado de forma clara e concisa. Todos os elementos necessários para a compreensão da pesquisa, inclusive como se dará a pesquisa de campo, estão presentes. É um Projeto de Pesquisa relevante, contempla o disposto na Resolução CNS N.º 510 de 07 de abril de 2016.

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo principal da pesquisa foi explicitado de forma clara e direta, a saber: Analisar os principais desafios do trabalho do/a assistente social no âmbito da assistência estudantil no contexto da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", tendo como recorte temporal o período: março de 2020 a julho de 2022.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os potenciais riscos foram bem considerados, em consonância com o disposto na Resolução CNS 510 de abril de 2016. Também foram apresentadas formas evitá-los e/ou para diminuir seus impactos. Os benefícios também foram suficientemente conjecturados.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Como toda pesquisa bem fundamentada, a presente é relevante e apresenta de forma clara como se dará o contato com os participantes da pesquisa, ao todo 20 participantes. Foram apresentadas

Endereço: Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900 bloco I sala 16

Bairro: Jd. Antonio Petraglia

CEP: 14.409-160

UF: SP

Município: FRANCA

Telefone: (16)3706-8723

Fax: (16)3706-8806

E-mail: comiteetica.franca@unesp.br

FACULDADE DE CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS DA
UNESP-CAMPUS FRANCA



Continuação do Parecer: 6.149.836

formas de evitar os riscos e/ou diminuir seus impactos.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os Termos de apresentação obrigatória foram corretamente preenchidos e inseridos, conforme o disposto na Resolução CNS N.º 510 de 07 de abril de 2016 em seu Anexo II.

Recomendações:

Não há recomendações a serem feitas.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Conclui-se pela APROVAÇÃO do presente projeto de pesquisa. Não há pendências ou inadequações.

Considerações Finais a critério do CEP:

Parecer aprovado "ad referendum" do colegiado pelo coordenador deste Comitê de Ética.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2147711.pdf	15/06/2023 15:00:29		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	15/06/2023 14:59:54	YUKARI YAMAUCHI MORAES	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA.pdf	15/06/2023 14:59:20	YUKARI YAMAUCHI MORAES	Aceito
Brochura Pesquisa	FORMULARIO.pdf	26/05/2023 10:50:33	YUKARI YAMAUCHI MORAES	Aceito
Declaração de concordância	CONCORDANCIA.pdf	25/05/2023 10:33:15	YUKARI YAMAUCHI MORAES	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	25/05/2023 10:28:45	YUKARI YAMAUCHI MORAES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO.pdf	25/05/2023 10:24:33	YUKARI YAMAUCHI MORAES	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900 bloco I sala 16

Bairro: Jd. Antonio Petraglia

CEP: 14.409-160

UF: SP

Município: FRANCA

Telefone: (16)3706-8723

Fax: (16)3706-8806

E-mail: comiteetica.franca@unesp.br

FACULDADE DE CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS DA
UNESP-CAMPUS FRANCA



Continuação do Parecer: 6.149.836

FRANCA, 29 de Junho de 2023

Assinado por:
José Fernando Siqueira da Silva
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900 bloco I sala 16
Bairro: Jd. Antonio Petraglia **CEP:** 14.409-160
UF: SP **Município:** FRANCA
Telefone: (16)3706-8723 **Fax:** (16)3706-8806 **E-mail:** comiteetica.franca@unesp.br